



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX Nº 41, QUINTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2025



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
- 2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
- 3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
- 4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Deputado Lula da Fonte (PP-PE)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
- 2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
- 3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
- 4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 20ª SESSÃO, SOLENE, EM 28 DE OUTUBRO DE 2025

1.1 – ABERTURA 9

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear os 100 anos da fundação da General Motors do Brasil, nos termos do Requerimento nº 17/2025-Mesa, do Senador Astronauta Marcos Pontes e do Deputado Alex Manente. 9

1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro 9

1.2.2 – Exibição de vídeo institucional 9

1.2.3 – Discurso do Presidente (Deputado Hugo Motta) 9

1.2.4 – Oradores

Sr. Hilton Rogério Cardoso, Diretor de Negócios dos Correios 10

1.2.5 – Procedimentos de obliteração do selo alusivo aos 100 anos da General Motors no Brasil 11

1.2.6 – Discurso do Presidente (Deputado Alex Manente) 12

1.2.7 – Oradores (continuação)

Senador Astronauta Marcos Pontes 13

Sr. Santiago Chamorro, Presidente da General Motors América do Sul 14

Sr. Fabio Rua, Vice-Presidente de Relações Governamentais, Comunicações e ESG da General Motors América do Sul 15

Sra. Catia Ferreira, Representante dos Funcionários da General Motors 17

Sr. Igor Calvet, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) 18

Sr. Arcelio Junior, Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) 19



1.2.8 – Entrega de placa de homenagem à General Motors	20
1.2.9 – Oradores (continuação)	
Deputado Ronaldo Nogueira	21
Deputado Paulinho da Força	21
1.3 – ENCERRAMENTO	22

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 17/2025 (nº 835/2025, na origem), que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Administração Pública Federal referente ao terceiro quadrimestre de 2024.	24
--	----

<i>Estabelecimento de calendário para tramitação do Aviso nº 17/2025-CN.</i>	<i>59</i>
--	-----------

Nº 18/2025 (nº 1004/2025, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2208/2025 (TC 008.760/2025-0).	60
--	----

<i>Estabelecimento de calendário para tramitação do Aviso nº 18/2025-CN.</i>	<i>125</i>
--	------------

Nº 19/2025 (nº 1015/2025, na origem), que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2025.	126
---	-----

<i>Estabelecimento de calendário para tramitação do Aviso nº 19/2025-CN.</i>	<i>134</i>
--	------------

2.1.2 – Comunicações

Da Liderança da FeBrasil na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1313/2025 (Ofício nº 382/2025).	136
--	-----

Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 160/2025).	137
---	-----

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1317/2025 (Ofício nº 200/2025).	138
---	-----

Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 506/2025).	139
---	-----

Da Liderança do Bloco Vanguarda no Senado Federal, de indicação e substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 113/2025).	140
---	-----



Da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 251/2025).	141
Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 507/2025).	142
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 70/2025).	143
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 71/2025).	145
Da Liderança do Republicanos na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1313/2025 (Ofício nº 147/2025).	147
Da Liderança do Republicanos na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1317/2025 (Ofício nº 141/2025).	148
Da Liderança do Bloco Aliança no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1304/2025 (Ofício nº 57/2025).	149
Da Liderança do Bloco Vanguarda no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1304/2025 (Ofício nº 114/2025).	150
Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 510/2025).	151
Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1318/2025 (Ofício nº 164/2025).	152
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1313/2025 (Ofício nº 276/2025).	153
Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (Ofício nº 519/2025).	154

2.1.3 – Estabelecimento de calendários

Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13/2025.	156
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16/2025.	157
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17/2025.	158
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18/2025.	159
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19/2025.	160
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20/2025.	161
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21/2025.	162



Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22/2025.	163
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23/2025.	164
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24/2025.	165
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25/2025.	166
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26/2025.	167
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27/2025.	168
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2025.	169
Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29/2025.	170

2.1.4 – Requerimento

Nº 17/2025-Mesa, do Senador Astronauta Marcos Pontes e do Deputado Federal Alex Manente, requer a convocação de uma Sessão Solene em homenagem aos 100 anos da fundação da General Motors do Brasil.	172
---	-----

2.1.5 – Término de Prazo

Término do prazo, em 26 de outubro, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1298/2025.	177
--	-----

PARTE III

3 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 210/2025 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 163/2022), que <i>aprova o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul, assinado em Montevideú, em 17 de dezembro de 2018.</i>	179
Nº 211/2025 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 171/2022), que <i>aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Montevideú sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.</i>	180
Nº 212/2025 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 480/2023), que <i>aprova o texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, 1965, adotada na Organização Marítima Internacional, conforme emendada pela Resolução FAL.10(35).</i>	181
Nº 213/2025 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 552/2021), que <i>aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.</i>	182

4 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 71/2025, que <i>prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1313/2025, pelo período de sessenta dias.</i>	184
Nº 72/2025, que <i>prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1314/2025, pelo período de sessenta dias.</i>	185



5 – COMISSÕES MISTAS	186
6 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	200
7 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	246
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	247
9 – COMPOSIÇÃO DA MESA	257
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	258
11 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	271



Ata da 20ª Sessão, Solene,
em 28 de outubro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Hugo Motta e Alex Manente.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 5 minutos e encerra-se às 12 horas e 23 minutos.)



ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional em comemoração aos 100 anos da fundação da General Motors do Brasil.

HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A presente sessão foi convocada pelo Presidente do Congresso Nacional em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2025, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes e do Deputado Federal Alex Manente.

Compõem a Mesa desta sessão solene, juntamente com esta Presidência, o Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes; o Sr. Deputado Federal Alex Manente; o Sr. Santiago Chamorro, Presidente da General Motors América do Sul; o Sr. Fabio Rua, Vice-Presidente de Relações Governamentais, Comunicações e ESG da General Motors América do Sul; o Sr. Igor Calvet, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores — Anfavea.

Convido a todos para, em posição de respeito, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Neste momento será exibido o vídeo preparado pela General Motors do Brasil especialmente para esta sessão solene.

(Exibição de vídeo.)

Exmo. Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes, requerente desta sessão; Exmo. Sr. Deputado Federal Alex Manente, querido amigo, também requerente desta sessão pela Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Presidente da General Motors América do Sul, Santiago Chamorro; Exmo. Sr. Vice-Presidente de Relações Governamentais, Comunicações e ESG da General Motors América do Sul, Fabio Rua; Exmo. Sr. Presidente da Anfavea, Sr. Igor Calvet; senhoras e senhores, é com grande satisfação que a Câmara dos Deputados realiza esta Sessão Solene para celebrar os 100 anos de fundação da General Motors no Brasil.

A homenagem reconhece um século de contribuição efetiva ao desenvolvimento nacional, ao progresso industrial e à geração de oportunidades em todas as regiões por onde a GM passou e deixou sua marca.

Agradeço, portanto, ao Deputado Alex Manente pelo requerimento que ensejou este justo e oportuno reconhecimento. Estendo também ao Senado Federal e, conseqüentemente, ao Congresso Nacional, através do Senador Astronauta Marcos Pontes, os cumprimentos por esta sessão tão importante.

Aproveito para cumprimentar os Deputados presentes que consigo enxergar no plenário, o Deputado Ronaldo Nogueira, representante da bancada do Rio Grande do Sul, e o Deputado Lucas Redecker, também representante da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados. Na pessoa desses Parlamentares, cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes.

Fundada em 1925, a General Motors se instalou no Bairro do Ipiranga, em São Paulo, ainda nos primeiros anos da industrialização brasileira. Desde então, a empresa tem sido muito mais do que uma montadora. Ela se tornou símbolo de modernização, inovação tecnológica e compromisso com o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Ao longo de sua história em nosso País, a GM impulsionou cadeias produtivas inteiras. Também estimulou a capacitação de várias gerações de trabalhadores e técnicos. Promoveu o fortalecimento da indústria nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Acompanhou as mudanças da indústria automotiva e esteve na vanguarda das inovações que moldaram o setor.

Senhoras e senhores, não se pode contar a história da indústria automotiva nacional sem mencionar o papel protagonista da General Motors.



São quase 20 milhões de veículos fabricados, milhares de empregos diretos e indiretos gerados, centros de engenharia de ponta instalados no País, parcerias com universidades, investimentos em segurança veicular, sustentabilidade e programas de inovação tecnológica — só para citar algumas das marcas dessa profícua trajetória.

É importante lembrar que cada uma dessas conquistas tem por trás pessoas, histórias, ideias e um olhar estratégico voltado para o futuro.

Assim, ao homenagear os 100 anos da GM no Brasil, estamos também reconhecendo o esforço de cada gestor, de cada trabalhador, de cada trabalhadora que passou pelas fábricas, escritórios e centros de pesquisa da empresa.

São homens e mulheres que, ao dedicarem à GM suas habilidades, seu empenho, sua criatividade, ajudaram a transformar a indústria automotiva em um dos pilares da economia brasileira.

Celebramos, ainda, a coragem empreendedora da General Motors, que acreditou neste País mesmo diante de cenários adversos, crises econômicas, transformações tecnológicas e mudanças sociais profundas.

A GM soube se reinventar ao longo das décadas. Adaptou-se aos novos tempos, investiu em veículos mais eficientes, mais seguros e menos poluentes. Participou de debates públicos importantes sobre mobilidade urbana, transição energética e competitividade industrial. E, acima de tudo, permaneceu fiel ao compromisso de continuar investindo no Brasil.

Por isso, ao celebrar este centenário, a Câmara, o Congresso Nacional presta justo reconhecimento a uma empresa que, em sua história, tem atuado em benefício do progresso brasileiro.

Com esta comemoração, a Casa também evidencia o fortalecimento da indústria nacional, da inovação, da tecnologia e da parceria público-privada como caminhos para um Brasil mais justo, moderno e competitivo.

Quando o Brasil oferece as condições certas para que empresas invistam, cresçam e gerem empregos e renda, o País fortalece sua economia, atrai novas oportunidades e melhora a vida dos brasileiros, que passam a ter acesso a produtos de alta qualidade, como os que a GM produz.

Parabéns a General Motors do Brasil por sua história, sua presença e sua contribuição! Que os próximos 100 anos sejam ainda mais promissores!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Gostaria ainda de registrar a presença da Sra. Jade Romero, Vice-Governadora do Estado do Ceará; do Sr. Tomás Silveira Guimarães Filho, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Concessionárias Chevrolet; da Sra. Daniela Kraemer, Presidente do Instituto General Motors; do Sr. Aparecido Inacio da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul; do Sr. Luiz Zaffalon, Prefeito do Município de Gravataí, no Rio Grande do Sul; do Sr. Anderson Farias, Prefeito do Município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo; do Sr. Pio Mielo, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo, Tecnologia e Inovação de São Caetano do Sul, representando o Prefeito do Município, no Estado de São Paulo; do Sr. Vereador Olyntho Voltarelli e também do Sr. Vereador Daniel Córdoba, representando o Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul; e do Sr. Fernando Antonio Simões, Diretor-Presidente da Simpar. Agradeço a todas essas autoridades a presença nesta sessão solene.

Dando seguimento à celebração, convido o Sr. Diretor de Negócios dos Correios, Hilton Rogério Maia Cardoso, a se dirigir à tribuna para conduzir o lançamento do selo alusivo aos 100 anos da General Motors no Brasil.

O SR. HILTON ROGÉRIO MAIA CARDOSO - Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria inicialmente de cumprimentar o Presidente desta sessão solene, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Hugo Motta; o Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes,



requerente desta sessão solene, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores aqui presentes; o Sr. Deputado Federal Alex Manente, também requerente desta sessão, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados Federais aqui presentes; o Sr. Presidente da General Motors América do Sul, Santiago Chamorro, na pessoa de quem cumprimento os demais executivos da General Motors aqui presentes.

Senhoras e senhores, bom dia.

É com grande satisfação que os Correios celebram o lançamento do selo institucional pelos 100 anos de atuação contínua da General Motors no Brasil. Esta é uma homenagem que traduz, em cada detalhe, a trajetória de uma das mais importantes montadoras do mundo, cuja história se confunde com o próprio desenvolvimento industrial e tecnológico do nosso País.

Desde a sua chegada ao Brasil, no ano de 1925, a General Motors tem sido agente de inovação e geração de empregos, levando ao mercado nacional o melhor em engenharia, *design* e qualidade automotiva.

Ao longo de um século, a empresa conquistou o coração dos brasileiros, impulsionando sonhos, movimentando pessoas e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Esse legado de dedicação e eficiência também reflete valores compartilhados pelos Correios. Assim como a GM, somos uma instituição centenária, que tem no trabalho, na inovação e na presença em todos os 5.570 Municípios do País os pilares da nossa existência.

Nossas organizações nasceram com um propósito comum: servir à sociedade, conectar pessoas e contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

O lançamento deste selo é, portanto, muito mais do que uma homenagem filatélica. É o reconhecimento da força de uma marca que ajudou a construir a história do Brasil moderno, e uma celebração do encontro entre duas instituições que compartilham o compromisso de evoluir, sem, no entanto, abandonar a sua essência.

Os selos postais eternizam momentos, personalidades e realizações que marcaram épocas. Hoje, ao imortalizar os 100 anos da General Motors, os Correios reforçam a sua missão de preservar a memória nacional e contar, através da filatelia, as grandes histórias que ajudam a mover o nosso País. Em nome dos Correios, registro nosso agradecimento à General Motors do Brasil pelo exemplo de perseverança, pela confiança em terras brasileiras e pela contribuição inigualável para o desenvolvimento de gerações.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Para a primeira obliteração, convido o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Hugo Motta.

(Procede-se à obliteração do selo.) (Palmas.)

O SR. MARCUS GARCIA CARDOSO - O Diretor dos Correios convida o Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes, requerente desta sessão, para a próxima obliteração.

(Procede-se à obliteração do selo.) (Palmas.)

O Diretor dos Correios convida o Sr. Deputado Federal Alex Manente, requerente desta sessão, para a próxima obliteração.

(Procede-se à obliteração do selo.) (Palmas.)

O Diretor dos Correios convida a obliterar o selo o Sr. Santiago Chamorro, Presidente da General Motors América do Sul.

(Procede-se à obliteração do selo.) (Palmas.)

O Diretor dos Correios convida o Sr. Fabio Rua, Vice-Presidente de Relações Governamentais,



Comunicação e ESG da General Motors América do Sul.

(Procede-se à obliteração do selo.) (Palmas.)

O Diretor de Negócios dos Correios convida o Sr. Igor Calvet, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, a obliterar o selo.

(Procede-se à obliteração do selo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Gostaria de registrar a presença de S.Exa. o Sr. Deputado Federal Pedro Westphalen, do Rio Grande do Sul.

Devido a um compromisso assumido anteriormente, convido, neste momento, o Deputado Federal Alex Manente para assumir a Presidência desta sessão solene.

Muito obrigado.

(O Sr. Hugo Motta deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alex Manente.)

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Bom dia a todos e todas.

É uma honra estar, neste momento, presidindo esta honrosa sessão solene, iniciada pelo Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta.

Sras. e Srs. Deputados e Senadores, autoridades, representantes da General Motors e da indústria, demais presentes, como requerente desta sessão solene, é com muita honra e alegria que ocupo esta Presidência para prestar um tributo aos 100 anos da General Motors do Brasil.

Não celebramos apenas a longevidade e a vitalidade de uma empresa; celebramos uma jornada que influenciou decisivamente a formação econômica e social do País, em especial do Estado de São Paulo, onde essa história começou.

Em 1925, no Bairro do Ipiranga, a então General Motors do Brasil S.A. instalou sua primeira linha de montagem, colocando São Paulo e o Brasil no mapa da moderna indústria automobilística. Poucos anos depois, a fábrica de São Caetano do Sul consolidou a presença da empresa e ajudou a fazer do nosso Grande ABC Paulista um dos maiores polos industriais do País.

Ao redor das plantas, surgiram bairros, estabelecimentos comerciais, escolas, centros de formação técnica, rotas logísticas e uma cadeia robusta de fornecedores e prestadores de serviços que impulsionaram a pujança econômica da nossa região.

Nos anos que se seguiram, a GM do Brasil, para muito além de uma grande montadora de veículos, tornou-se um vetor de urbanização, de desenvolvimento econômico e de avanço social. A expansão das linhas de produção trouxe empregos diretos e indiretos, estimulou a qualificação de mão de obra e fomentou parcerias com o Sistema S, universidades e institutos de tecnologia.

O chão da fábrica criou oportunidades para milhares de famílias. A rede de concessionárias, peças e serviços alavancou pequenos e médios negócios. A produção em larga escala dinamizou a economia e aumentou a arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios.

Nesses 100 anos, a GM tornou-se, ainda, parte da vida dos brasileiros — nos lares, no cotidiano, na cultura popular. Seus automóveis marcaram ritos de passagem, estiveram presentes em encontros familiares e sociais e passaram a integrar memórias afetivas: o primeiro carro, as viagens em família, as saídas com os amigos e, claro, a religiosa lavagem nas manhãs de sábado.

Modelos icônicos como o Opala, o Chevette, o Monza, o Corsa, a S10, a Blazer, o Astra e o Vectra tomaram lugar especial nas garagens, nas estradas e no imaginário nacional. Além de estarem nas ruas, esses e muitos outros modelos eram onipresentes também nas telas de TV — em novelas, filmes e propagandas.

Nos dias atuais, revistas especializadas, seções de jornais, programas de TV, clubes de automobilismo



e de antigomobilismo, feiras, exposições e eventos mantêm viva essa forte relação do brasileiro com o carro, uma verdadeira paixão nacional, em grande medida, construída em torno da marca General Motors.

Assim, a história da empresa se confunde também com a história da vida comum do País, em que o automóvel é, ao mesmo tempo, ferramenta de trabalho, bem de consumo e símbolo de autonomia, pertencimento e ascensão social.

O impacto social gerado pela General Motors também merece destaque. Em torno das fábricas, criaram-se ecossistemas de aprendizado e de cidadania: programas de capacitação, projetos de voluntariado, ações de segurança viária e iniciativas ambientais que demonstram o compromisso social da empresa.

Senhoras e senhores, esta sessão solene, que simboliza o reconhecimento da Câmara dos Deputados a essa empresa centenária, que tanto contribuiu e contribui com o Brasil, marca também o compromisso desta Casa com a continuidade e o fortalecimento de uma parceria virtuosa entre setor produtivo e poder público, comprometida com competitividade, segurança, sustentabilidade e geração de oportunidades.

Agradeço a todos a presença e, mais uma vez, parabênzo a General Motors do Brasil por 1 século de trabalho, inovação e confiança no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Convido, agora, para fazer uso da palavra, por 5 minutos, o Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes, requerente, no Senado, desta sessão solene.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (PL - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, convidados, representantes da Mesa, todos que nos acompanham também pelas redes e pela TV Senado, já se falou bastante aqui sobre a história da GM, uma história de luta, de glórias, de resultados no nosso País, trazendo empregos, trazendo modernidade.

Eu fico muito honrado de estar aqui, hoje, como um dos requerentes desta sessão solene, lembrando que essa empresa se iniciou no meu Estado de São Paulo.

É muito importante a gente ressaltar a indústria do Brasil. Temos que dar importância à nossa indústria, que tanto produz no nosso País, contribui com o nosso Produto Interno Bruto, mas também gera qualidade de vida para cada família que trabalha ali e muitas outras, pois gera muitos resultados no dia a dia.

Eu já fui algumas vezes à GM, em São Caetano, e posso dizer com certeza que essa é uma empresa que nos dá orgulho.

Eu tenho orgulho desses cem anos da empresa no Brasil, mas, além de falar do passado, quero, hoje, pensar um pouquinho no presente.

Sem dúvida nenhuma, nós temos desafios. A empresa já passou por muitos desafios no passado. Hoje em dia, eles se apresentam, por exemplo, por meio de uma Reforma Tributária que precisa agora da regulamentação de partes que tocam também, e bastante, a indústria. Nós precisamos garantir que isso funcione da maneira adequada, de modo que nós tenhamos a continuidade dos trabalhos e, vamos dizer assim, da prosperidade das empresas no Brasil. Quem produz empregos no País não é o Governo. Quem produz empregos é o setor privado, e a gente precisa auxiliá-lo, para que ele tenha sucesso no nosso País.

Pensando em futuro, uma pergunta que sempre passa pela minha cabeça é: o que todos os países chamados desenvolvidos têm em comum? Já pararam para pensar nisso? O que esses países têm em comum? Não é localização geográfica, não é língua, não é cultura, não é religião. O que eles têm em comum é um financiamento consistente, persistente, inteligente em alguns setores. Além disso, têm uma educação focada em resultados, e a ciência, tecnologia e inovação servem para transformar ideias em nota fiscal e emprego, em última instância. Têm, ainda, um ambiente de negócios adequado para o desenvolvimento de empresas que, basicamente, trabalhem com tecnologia — hoje em dia, todas as empresas precisam de tecnologia. Nós precisamos ter esse ambiente adequado aqui.



Quando nós falamos disso, eu me lembro da importância da educação profissionalizante. Uma empresa como a GM, sem dúvida, precisa, e muito, de técnicos qualificados, de engenheiros qualificados, de pessoal que consiga transformar uma ideia, inicialmente no papel, num protótipo e, depois, num veículo que tenha segurança e eficiência.

Nós precisamos da ciência e da tecnologia para criar ideias. A ciência básica traz muitas soluções que precisam se transformar em novas tecnologias e, depois, em inovações que são colocadas dentro de cada um dos veículos que transportam as nossas famílias. Então, é bom nos lembrarmos da importância da segurança dentro de todo esse sistema e da eficiência também.

Nós vivemos em um mundo em que a energia passa a ser uma variável extremamente importante — a energia utilizada na fabricação; a energia consumida na indústria; a energia consumida no uso desses veículos, depois, no dia a dia. Então, sem dúvida nenhuma, é necessário trabalharmos para ter cada vez mais combustíveis sustentáveis. Nós temos pela frente muitas inovações importantes nesse setor, como, por exemplo, o hidrogênio de baixo carbono, que é uma coisa que nós precisamos desenvolver no Brasil, utilizando o que já temos de tecnologia, principalmente quando se fala da produção de hidrogênio com etanol.

Também lembro que, dentro desse processo todo, essa evolução de tecnologia exige uma formação cada vez mais rápida e flexível, para que acompanhe desenvolvimentos como inteligência artificial e outras tecnologias que vão entrar na linha de montagem, a fim de torná-la cada vez mais competitiva. Competitividade é muito importante. As nossas empresas precisam ser competitivas. Finalmente, com relação ao ambiente de negócios para as empresas, esta Casa e o Congresso Nacional como um todo têm uma participação direta, não para privilegiar alguém, mas para oferecer condições adequadas para que as nossas empresas cresçam saudáveis no País. Essa é uma responsabilidade que nós temos com o futuro do País.

Presidente, pode contar conosco nessa batalha diária para termos um País que realmente consiga se desenvolver de forma sustentável, com desenvolvimento social adequado. Nenhuma parte desse desenvolvimento social, entretanto, vai se fazer sem o desenvolvimento econômico adequado. Para isso, as empresas têm uma participação direta, e nós, a responsabilidade de abrir caminho para as empresas.

Contem conosco!

Parabéns pelos 100 anos e pelos muitos anos que virão pela frente!

Eu tenho certeza de que, no nosso Brasil e neste nosso planeta, que eu já tive a felicidade de ver lá de cima, do espaço, há um lugar de honra garantido para a GM e para cada uma das pessoas que fizeram e ainda vão fazer essa história no futuro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Registramos a presença do Sr. Presidente da General Motors Financial Brasil, Paulo Noman, e do Sr. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Município de Gravataí, Valcir “Quebra-Mola” Ascari.

Convido para fazer uso da palavra, por 5 minutos, o Sr. Presidente da General Motors América do Sul, Santiago Chamorro. (*Palmas.*)

O SR. SANTIAGO CHAMORRO - Sr. Presidente desta sessão solene, Deputado Federal Alex Manente, em seu nome eu quero agradecer a elegância, deferência e hospitalidade do Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta.

Cumprimento o Senador Astronauta Marcos Pontes; o Vice-Presidente de Relações Governamentais, Comunicação e ESC da General Motors América do Sul, o amigo e colega Fabio Rua; a representante dos funcionários da General Motors nesta oportunidade, Catia Ferreira; o Presidente da Anfavea, Igor Calvet; e o Presidente da Fenabreve, Arcelio Junior.



Agradeço a presença de Senadores, Deputados, representantes dos Governos Estaduais, Secretários, Prefeitos, Vereadores, sindicatos, fornecedores, concessionárias e queridos amigos e colegas da GM.

Boa tarde a todos.

Ao estar neste plenário, que representa a história política e democrática do Brasil, é impossível não se emocionar. Por isso, recebemos a homenagem que nos é feita por meio desta sessão solene do Congresso Nacional brasileiro com profunda gratidão. Em nome dos mais de 14 mil funcionários da General Motors e de todos aqueles que, ao longo desses 100 anos, ajudaram a construir essa história de trabalho, inovação e confiança no País, eu deixo o meu muito obrigado.

A GM chegou ao Brasil há 100 anos com um propósito simples e poderoso: produzir aqui, investir aqui e fazer parte do desenvolvimento do País. Desde então, nossa história se confunde com a história da indústria brasileira. Crescemos juntos, enfrentamos desafios, crises e transformações tecnológicas e seguimos aqui produzindo, inovando e acreditando no País. Somos uma indústria forte e resiliente que gera emprego, renda e tecnologia. Temos orgulho de dizer que o Brasil é nossa casa há 100 anos. Continuaremos aqui, investindo e produzindo. Eu tenho um sonho que gostaria de deixar registrado nesta Casa: o de que, juntamente com as fabricantes comprometidas com a industrialização, o setor de autopeças, as empresas de mineração, as usinas de aço e com a participação fundamental das autoridades reguladoras, consigamos criar as condições necessárias para que este imenso País chamado Brasil, rico em minérios, vasto em território e com vocação natural para exportação, possa desenvolver plenamente sua indústria e continuar gerando tecnologia, atendendo com força os mercados doméstico e de exportação, e para que a cadeia de suprimentos já estabelecida tenha uma participação cada vez mais profunda, de modo que o conteúdo produzido localmente seja mais significativo do que o simples adesivo “*Fabricado no Brasil*” — entre aspas — que vemos colado em carros ditos fabricados no Brasil, mas que têm pouca ou nenhuma industrialização.

O que realmente faz a diferença são as pessoas. Por trás de cada veículo, de cada inovação, há o talento e a dedicação de milhares de brasileiras e brasileiros nas fábricas, nos escritórios, nos fornecedores, nas concessionárias, nos centros de desenvolvimento. Exportamos talento brasileiro para o mundo. A cada um deles o meu mais sincero muito obrigado, porque vocês são a alma da General Motors.

Agradeço ao Congresso Nacional e a todas as autoridades presentes esta homenagem tão significativa. Estão homenageando a nossa trajetória e o valor de uma indústria que transforma, que educa, que acredita no Brasil. O nosso compromisso é claro e permanente: seguir investindo, produzindo e inovando no País, porque acreditamos que o Brasil merece uma indústria automotiva forte, moderna e sustentável.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Convido para fazer uso da palavra, por 5 minutos, o Sr. Vice-Presidente de Relações Governamentais, Comunicações e ESG da General Motors América do Sul, o amigo Fabio Rua.

O SR. FABIO RUA - Bom dia a todas e a todos.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Hugo Motta; Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes, requerente desta sessão; Sr. Deputado Federal e amigo Alex Manente, requerente desta sessão; Sr. Presidente e Chefe da General Motors América do Sul, Santiago Chamorro; Sra. Roberta Lys, Secretária da Mesa do Congresso Nacional, em nome de quem eu cumprimento todas as mulheres presentes nesta sessão; Sras. e Srs. Parlamentares, Secretários de Estado e de Governo, Prefeitos, demais autoridades, servidores públicos, fornecedores, concessionários, parceiros, colegas do Comitê Executivo, amigos e colegas da General Motors, peço que me permitam quebrar um pouco o protocolo e, antes de tudo, agradecer de coração a disponibilidade, a presteza e o respeito demonstrados na convocação e articulação desta sessão solene por estas autoridades que eu acabo de mencionar. Eu agradeço também, de forma



bastante especial, ao meu estimado amigo de longa data, Gustavo Pires, um dos maiores regimentalistas deste País e atual Secretário-Executivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Sem o seu apoio, Gustavo, ideias e capacidade ímpar de articulação e execução, certamente a gente não estaria aqui, em um encontro que muito nos honra e que simboliza a força da nossa indústria.

Assim como disse Santiago, é impossível estar neste plenário, que representa a história e o futuro do nosso País, sem se emocionar. Foi aqui que se tomaram decisões que marcaram o desenvolvimento da indústria nacional, os programas de incentivo à produção local, o fortalecimento de biocombustíveis, a modernização dos impostos, o avanço nos acordos e nas relações de comércio, a necessidade de formação de profissionais que sustentam uma das cadeias produtivas mais completas e complexas do hemisfério sul. Neste plenário também nasceram leis e políticas que moldaram o avanço da indústria brasileira, como a Lei da Inovação, a Lei do Bem, a RenovaBio e o Rota 2030.

Marcos demonstram que, quando há visão de longo prazo, previsibilidade e diálogo entre Governo, Congresso e setor produtivo, o Brasil avança com competitividade, sustentabilidade e propósito comum.

Cem anos é muito tempo para caber em um discurso, mas o que mais me inspira, permitam-me, não é o que passou; é o que está por vir. A indústria automotiva vive a maior transformação da sua história — tecnológica, energética, ambiental e social. Estamos reinventando a mobilidade — mais limpa, mais conectada, mais segura, mais acessível —, e o Brasil tem tudo para ser protagonista deste novo capítulo.

Temos talento, capacidade produtiva, engenheiros e fornecedores de excelência. Temos minerais críticos, terras raras e a matriz energética mais limpa deste planeta. Temos instituições sólidas e uma política automotiva moderna, voltada à inovação, à descarbonização e à reindustrialização sustentável.

Temos entidades representativas e sindicatos estruturados — como a Anfavea, que eu cumprimento por intermédio do Presidente Igor Calvet, grande parceiro e amigo; a Fenabreve, que eu cumprimento por intermédio do Presidente Arcelio Junior; o Sindipeças; a ABVE —, que, com profundidade técnica e capacidade de articulação, ajudam a construir um ambiente regulatório que estimula investimentos, produtividade e geração de emprego.

A General Motors, Presidente Alex Manente, acredita no Brasil e provou, ao longo do tempo, que pode competir de igual para igual com toda e qualquer empresa do mundo com integridade, transparência e interesse coletivo. E, para que possamos ir ainda mais longe, precisamos, juntos, endereçar as deficiências da infraestrutura produtiva, fortalecer acordos comerciais, ampliar a integração ao comércio global e garantir um sistema tributário simples, estável e justo, que premie quem investe, produz e emprega aqui. Também precisamos de infraestrutura eficiente, mão de obra qualificada e políticas públicas com previsibilidade e continuidade.

É fundamental valorizar a indústria que compra localmente, desenvolve fornecedores, investe em pesquisa e inovação e gera oportunidades em todas as regiões do País.

São milhares as famílias que vivem da indústria automotiva; gente que acorda cedo em Gravataí, São Caetano, São José dos Campos, Joinville, Mogi das Cruzes, Horizonte, no Ceará, e em tantas outras cidades que fazem parte dessa cadeia produtiva. E, junto a elas, estão quase 600 concessionárias Chevrolet, presentes em todos os campos do Brasil, formadas por empreendedores que ampliam o impacto da GM e quase dobram a geração de emprego e renda do nosso setor.

Cada real investido na indústria automotiva se multiplica em dezenas de outros setores — do aço, da logística, da química, da tecnologia, de serviços —, movimentando regiões inteiras do País e impulsionando a economia de forma duradoura. É isto o que queremos continuar fazendo nos próximos 100 anos: produzir aqui, inovar aqui e competir de igual para igual com o mundo.

Mas eu insisto: só seguiremos prosperando com cada vez mais diálogo e construção conjunta com



este Parlamento, com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e com todos os parceiros que acreditam na força transformadora da indústria e trabalham para impulsionar ainda mais o nosso setor.

Que esta homenagem no Congresso Nacional não seja apenas uma celebração do passado, mas também o ponto de partida para uma nova fase da indústria brasileira, mais moderna, mais sustentável e mais competitiva.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Dando prosseguimento à sessão, convido para fazer uso da palavra — e já quebro o protocolo com isso —, bem como para se somar a nós à Mesa após a sua fala, como representante dos funcionários e das mulheres da General Motors, a Catia Ferreira. *(Palmas.)*

A SRA. CATIA FERREIRA - Bom dia a todos.

Bom dia, requerentes desta sessão, nosso presidente, nosso vice-presidente, autoridades, representantes aqui presentes conosco, parceiros de negócio aqui representados, nesta sala.

Um bom-dia especial aos meus colegas da General Motors.

É uma honra para mim vir aqui falar em nome desta equipe tão qualificada, representada aqui, de um exército de outros profissionais, que nos suportam no dia a dia, que trabalham e que fazem com que tudo o que vocês escutaram aqui aconteça, que fizeram com que acontecesse até hoje, nesses 100 anos, e farão com que continue acontecendo nos próximos anos que virão.

A minha história com a General Motors é profissional e é também familiar. A história profissional começou há cerca de 23 anos, quando eu estagiei na GM — e eu já volto a ela —, mas a minha história familiar começou há cerca de 70 anos, quando o meu pai, ainda muito jovem, entregava correspondências na Portaria 1 da nossa planta em São Caetano do Sul, uma portaria bastante simbólica para nós. Todos os que já tiveram a chance de conhecer a nossa planta sabem como essa portaria representa a nossa história como indústria, como setor e como transformação. E eu, muito jovem, já escutava as histórias do meu pai, que falava o seguinte: *“Eu tive a chance de entregar correspondências lá. Infelizmente, não tive as oportunidades de estudo que eu estou conseguindo te oferecer, mas é uma empresa muito séria, que eu acompanhei desde muito jovem”*. Assim começou a nossa admiração familiar pela General Motors e pela marca Chevrolet no Brasil.

Bem, eu cresci com isso. A nossa família seguiu com essa história. Quando pudemos adquirir o nosso primeiro veículo, um Opala, ano 1982, de cor prata, modelo Comodoro, com duas portas, fantástico, ele carregou muitas histórias familiares. Ali vivemos experiências que nunca mais vamos esquecer. Tive o privilégio de aprender, de começar a aprender a dirigir nesse Opala. Depois dali tivemos uma Caravan de cor branca e motor seis cilindros, ano 1991, o último ano de produção da Caravan aqui no nosso País, outro carro de muitas histórias, que nos transportou e também transportou histórias que carregamos até hoje conosco. E por aí foi.

Vejam que eu nem comecei a contar minha história profissional ainda.

Eu me formei em engenharia mecânica. Eu fui fazer uma entrevista na planta da GM em São Caetano do Sul — isso já há 23 anos. Quando eu entrei naquela planta — antes até de fazer a entrevista, eu tive a chance de conhecer a planta —, aquela grandiosidade me encantou, mas um fator ali me encantou muito mais, que foi a paixão que as pessoas demonstravam ao falar do trabalho, ao falar da forma como elas faziam os nossos carros, especificamente na área de ferramentaria, para a qual eu acabei felizmente sendo contratada. Foi aquilo que me chamou bastante a atenção e que me deu claramente um *insight*: *“Esse é o lugar em que eu quero trabalhar, esse é o lugar em que eu quero começar minha carreira profissional como engenheira”*.



Bem, passaram-se 23 anos. A maior parte da minha carreira eu passei, na verdade, na engenharia de produtos, desenvolvendo, com muitos dos colegas aqui, junto com todas as nossas áreas parceiras e com parceiros de fora da GM também, os melhores veículos que existem na nossa indústria. Talvez nem todos concordem com isso, mas sabemos da qualidade do trabalho que nós fazemos dentro da GM. Isso é um motivo de muito orgulho desde sempre.

Eu tive a chance de ter o meu primeiro veículo pessoal, um Corsa motor 1.6, de quatro portas, também um carro sensacional. A fila é enorme, gente, porque a paixão pelos veículos Chevrolet, pela marca Chevrolet e pela confiança que a marca nos passa é de longa data.

Então, eu resumo assim toda a minha história. Eu acho que é uma história de muita paixão, de paixão familiar, de paixão também no ambiente de trabalho e de transformação. A minha história pessoal e profissional é uma história de transformação. Eu acho que, na General Motors — e já ouvimos aqui hoje vários exemplos —, esses 100 anos têm como símbolo uma história de transformação, de tantas circunstâncias, de tantos desafios superados por uma empresa que se mantém relevante, moderna, liderando inovação, liderando o setor, a segurança e muitas outras frentes que já foram faladas aqui hoje.

Eu encerro aqui a minha breve história. Aproveito a oportunidade para convidar os meus colegas e todos os parceiros para, com essa paixão, continuarmos transformando esse setor, essa indústria que transforma profissionais e que transforma a sociedade na qual nos inserimos, que transforma o nosso País. Para nós, é bastante simbólico estar aqui hoje, nesta Casa, uma casa que trata da transformação do nosso País. Convido a todos a continuarem apaixonados por essa transformação.

Era isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Chamamos a Catia Ferreira para fazer parte da Mesa conosco, representando os funcionários e as mulheres da General Motors.

Convidamos para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, o Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores — Anfavea, o Sr. Igor Calvet. (*Palmas.*)

O SR. IGOR CALVET - Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Presidente e requerente desta sessão, o Sr. Deputado Federal Alex Manente; o também requerente desta sessão, o Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes; o Presidente da General Motors América do Sul, o amigo Santiago Chamorro; o Vice-Presidente de Relações Governamentais, Comunicação & ESG da General Motors América do Sul, o amigo e companheiro Vice-Presidente da Anfavea, Fabio Rua, na pessoa de quem eu cumprimento os funcionários da Anfavea e todos os colaboradores; e a Catia Ferreira.

Depois do seu discurso, Catia... É muito emocionante acompanhar a sua trajetória, é muito impactante. Como a sua trajetória, tenho muito orgulho de acompanhar várias trajetórias no setor automotivo. O setor automotivo é isto: traz a memória de muitas pessoas no Brasil, de milhões de famílias e de muitos, de milhares de consumidores.

Serei muito breve no uso das palavras aqui.

Eu quero apenas registrar, primeiro, os meus parabéns, Santiago, pelos 100 anos da General Motors no Brasil. Dificilmente, Santiago, nós temos como prever o que acontecerá nos próximos 2 anos, 3 anos, 10 anos, muito menos nos próximos 100 anos, mas uma certeza talvez nós possamos verbalizar: a de que a GM fará parte da história do Brasil nos próximos 100 anos.

E isso acontece por duas razões. Primeiro, porque, ao conhecer a GM, podemos perceber a resiliência que essa empresa tem. Afinal, Fabio, 100 anos de história não é algo para qualquer empresa, não é algo para qualquer profissional — e 100 anos de história no Brasil, mais ainda. Quantos altos e baixos, quantas crises econômicas, quantas quedas e subidas do mercado, quantas rupturas tecnológicas precisaram ser



feitas para que a GM se mantivesse no nosso País? E não apenas que se mantivesse, mas que se mantivesse produzindo, gerando empregos e renda para todo o nosso País.

Esta Sessão Solene de hoje representa a síntese, talvez, de uma história, de uma engrenagem muito complexa, Chamorro.

Eu cumprimento todos os fornecedores e distribuidores na pessoa do meu amigo Arcelio Junior, o Presidente da Fenabreve — Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, eu cumprimento os mais de 14 mil colaboradores que essa empresa, agora centenária, tem no Brasil, empresa que, do nosso ponto de vista, da Anfavea, confunde-se com a história da industrialização e do setor automotivo no Brasil. A General Motors, Chamorro, é anterior à própria representação setorial, que é a Anfavea, é 30 anos mais velha. Isso nos enche de orgulho. Eu tenho muito orgulho de cada uma das associadas da Anfavea, e hoje o maior motivo de orgulho são vocês da GM, pela história de vocês e pela resiliência.

Mas eu falei que são dois os motivos. Não é só a resiliência. Tenho certeza de que nos próximos 100 anos nós teremos a GM, porque a GM também pensa o futuro e se projeta para o futuro — novas tecnologias, emissão zero, sustentabilidade —, e isso nos provoca no setor.

Eu quero, por fim, parabenizando vocês todos da GM — Chamorro, Fabio, Marcela e demais colaboradores —, dizer brevemente o seguinte: a GM faz bem ao Brasil. Obrigado por estarem conosco. Eu represento hoje toda a indústria automotiva aqui, e vários dos concorrentes de vocês, dos amigos de vocês do setor estão aqui, para comemorar com vocês o transcurso desses 100 anos. Então, posso dizer com toda a certeza: a GM faz bem ao Brasil. Parabéns a vocês!

Que venham os próximos 100 anos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Convido para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, o Sr. Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores — Fenabreve, Arcelio Junior. (*Palmas.*)

O SR. ARCELIO JUNIOR - Bom dia a todos. (*Pausa.*)

Não ouvi, pessoal.

Bom dia a todos!

(*Manifestação no plenário: Bom dia!*)

Muito obrigado pelo convite.

Minhas palavras hoje são de gratidão, de gratidão a Deus por estar aqui com vocês, comemorando o centenário da General Motors do Brasil.

Parabenizo o Deputado Alex Manente e o Senador Astronauta Marcos Pontes pela brilhante iniciativa. Parabéns pela iniciativa de promover esta homenagem mais que justa ao centenário da General Motors do Brasil!

Novamente cumprimento o querido Santiago Chamorro, nosso amigo, o Vice-Presidente, Fabio Rua, e toda a Diretoria da GM aqui presente — o Rafael Santos, o Kleusner Lopes, a Fiorella —, enfim, todo o restante da diretoria.

Quero cumprimentar todo o time da General Motors através do escritório regional, na pessoa do Daniel Perrella.

Quero cumprimentar o Banco GM, um grande banco parceiro da General Motors, da Rede Chevrolet, na pessoa do Paulo Noman, na pessoa de quem cumprimento todo o seu time aqui presente.

Quero cumprimentar o meu querido amigo Tomás Silveira, o Tomazinho, Presidente da Abrac — Associação Brasileira de Concessionárias Chevrolet. Muito obrigado. Parabéns pelo trabalho, Tomazinho, na Abrac!

Quero cumprimentar todos os ex-presidentes da Abrac, grandes amigos, os nossos queridos Hertz



Bennesby, Jorge Khalil, Carlos Sponchiado, Pedro Seleme, João Batista Simão e o meu pai. *(Risos.)*

Quero cumprimentar a Diretoria da Abrac, o Carlisson, o Ney Faustini, toda a diretoria presente e, é claro, todos os concessionários aqui presentes, enfim, todo o time.

É uma honra para mim, Presidente Santiago, estar aqui com o meu querido amigo Igor Calvet, Presidente da Anfavea. O Igor disse que está representando toda a indústria. Para mim, é uma honra representar aqui mais de 8.225 funcionários. A Fenabreve representa 8.225 funcionários.

Geramos mais de 370 mil empregos, Senador Astronauta Marcos Pontes. A rede de concessionárias gera diretamente — dados do Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — 370 mil empregos diretos no País. Representamos, Deputado Alex Manente, 5,79% do PIB nacional e estamos presentes em 951 Municípios. Estou aqui representando toda essa rede, todo esse setor, para parabenizar pelo centenário a General Motors do Brasil. Fico muito feliz. É uma emoção para mim estar presente aqui hoje.

Eu quero mencionar também o brilhante trabalho que o Igor Calvet vem fazendo na Anfavea. Como eu mencionei ontem, Santiago, a Fenabreve está num nível muito elevado de relacionamento com a Anfavea, em especial graças ao querido Igor Calvet, meu amigo pessoal.

Agora eu queria mudar um pouquinho de assunto, sair do protocolo e falar como a Catia falou. Agora eu não quero falar como Presidente da Fenabreve, Catia, eu quero falar agora como concessionário Chevrolet que sou.

Eu nasci numa concessionária Chevrolet. Tenho 52 anos de idade. A nossa história começou há 51 anos, com o meu pai e com o meu Tio Vadinho, que estão ali. A minha história começou com eles, quando eu tinha 13 anos de idade. Comecei lavando automóveis. Não é, pai? Meu pai não deu moleza, mas eu agradeço a ele. A nossa história, a história da minha pessoa se confunde com a da General Motors na pessoa física. Eu fico como você, emocionado. Você começou com o seu pai, e eu também. *(O orador se emociona.)*

Desculpem-me. Eu me emocionei. *(Palmas.)*

Eu tenho mais 1 minuto e 46 segundos e queria convidar meu querido amigo Tomazinho para vir até aqui, para entregarmos uma placa em homenagem pelo centenário à General Motors.

Tomazinho, eu estou um pouco emocionado. Você pode ler o que está escrito na placa, por favor? *(Pausa.)*

O SR. TOMÁS SILVEIRA GUIMARÃES FILHO - Bom dia a todos.

General Motors — 100 anos.

Uma homenagem da Fenabreve — Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores à General Motors do Brasil.

Um reconhecimento à memorável contribuição desta honrada marca para o desenvolvimento do setor automotivo no Brasil e que, ao longo de 100 anos, vem impulsionando a industrialização, gerando milhares de empregos e riquezas a este País e aos brasileiros, sempre em parceria com a rede concessionária Chevrolet e a Abrac.

Que Deus abençoe, para que esta jornada centenária se perpetue, promovendo inovação e mobilidade ao nosso Brasil.

Arcelio Junior

Presidente da Fenabreve

Brasília, 28 de outubro de 2025

(Procede-se à condecoração.) (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Dando prosseguimento à sessão, convido para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, o Sr. Deputado Federal Ronaldo Nogueira.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta Sessão Solene, Deputado Alex Manente, que, com o Senador Astronauta Marcos Pontes, propôs a realização desta homenagem à General Motors, pelos seus 100 anos de atividades no nosso País, na pessoa de V.Exas. quero cumprimentar todas as pessoas já nominadas no protocolo e todos aqueles que estão prestigiando este momento de celebração.

Eu utilizo a tribuna para representar o Republicanos e também o colega do Rio Grande do Sul, o Deputado Lucas Redecker, que teve que se ausentar e que deixa os seus cumprimentos a essa companhia que fez tão bem para o País ao longo dos seus 100 anos.

Eu estava sentado ali e lembrando que a República Federativa do Brasil tinha apenas 36 anos de existência quando, em 1925, a General Motors se instalou no Brasil, no Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo, e iniciou as suas atividades. Talvez William Durant, no início, em 1908, quando deu uma demonstração de coragem e de ousadia num momento muito importante, o início do século XX, quando essa companhia grandiosa mundial dava os seus primeiros passos na produção dos primeiros veículos com motor a combustão, não imaginasse que, em 2025, nós estivéssemos aqui, no Senado da República do Brasil, comemorando este momento especial. Talvez ele também não imaginasse que, de cada seis habitantes do mundo, um teria um carro da General Motors. São mais de 1 bilhão e 500 milhões de carros. Essa grandiosidade é algo que envaidece as nossas unidades no Brasil. Nós temos a elevada honra de ter uma unidade no Rio Grande do Sul. E está aqui conosco o Prefeito Zaffalon. Essa unidade muito honra o Estado do Rio Grande do Sul. O Congresso Nacional e o Governo brasileiro precisam continuar trabalhando, para que as políticas públicas ofereçam segurança monetária, segurança jurídica e fidelidade aos contratos para que a geração de empregos possa ser crescente no nosso País. Não existe dignidade humana, sem um endereço para morar, sem um endereço para trabalhar. As concessionárias vinculadas à cadeia produtiva da General Motors, como foi dito, geram mais de 370 mil empregos diretos; a companhia gera 14 mil empregos diretos. Eu tenho a absoluta certeza de que a renda gerada por toda a cadeia de produção, puxada pela grande locomotiva General Motors, dá dignidade a milhões de brasileiros. O fato de o pai de família, que levanta de manhã para trabalhar, ter um endereço para trabalhar e, no final do mês, receber o seu salário é algo dignificante, porque não existe política pública mais eficiente para combater a pobreza, senão a geração de empregos.

Que o espírito de William Durant continue nos inspirando! Que possamos ver com bons olhos aqueles que produzem, porque, sem capital, não há empreendimento; sem empreendimento, não há emprego; sem emprego, não há salário; sem salário, não há consumo! Portanto, são quatro os atores do desenvolvimento, a mesa tem que ser redonda. É preciso um trabalhar e torcer pelo sucesso do outro.

Nós brasileiros agradecemos à General Motors a presença no Brasil, porque só nos fez bem. Qual brasileiro não teve um Chevette? Qual brasileiro não teve um Opala, uma Caravan, toda a linha de veículos da General Motors? Que representante comercial não viajou com um Chevette?

É algo extraordinário: a história da General Motors se confunde com a história da República Federativa do Brasil.

Obrigado por vocês existirem. Que Deus continue fazendo a General Motors próspera! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Convido para fazer uso da palavra o Deputado Paulinho da Força, por 5 minutos.

O SR. PAULINHO DA FORÇA (Bloco/SOLIDARIEDADE - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar todas as mulheres, na pessoa da Catia Ferreira; o



Deputado Alex Manente e o Senador Astronauta Marcos Pontes, pela homenagem à GM; o Presidente Santiago Chamorro; o Fabio Rua; o Igor Calvet, Presidente da Anfavea; o David Martins, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes; o Quebra-Mola e o Edson, de Gravataí, que estão aqui; o Cidão e a Dayane, de São Caetano; e o Rodolfo, de Joinville.

Eu pedi para falar, Presidente, porque eu fui Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Presidente da Força Sindical. Fiz muitas greves na GM, estive em todas elas, mas sempre tivemos um respeito muito grande pela Direção da GM. Fizemos muitas manifestações conjuntas, quando o Governo tentava reduzir os impostos, no período da crise, no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000. Em época de crise econômica, uma das saídas para manter o emprego era a redução do IPI. Tomamos muitas multas, quando fechamos a Anchieta ou as principais avenidas de São Caetano, de Gravataí ou de Mogi das Cruzes. Naquele período, a gente tinha uma relação direta com o Pinheiro Neto, que era Vice-Presidente, por quem sempre tive um respeito muito grande. Participamos de muitas negociações com o Governo Fernando Henrique e, no início, com o Governo Lula, nos anos 2000. Então, quero agradecer aqui pelo respeito que a General Motors tem pelos seus trabalhadores. Nós fizemos uma série de manifestações, e, por isso, sei do trabalho de vocês.

Eu pedi a palavra para dizer da nossa alegria em ver essa empresa completar 100 anos. Ela começou no Bairro do Ipiranga, como disse aqui o Ronaldo, hoje está em todo o Brasil e emprega milhares de pessoas. Cada emprego na montadora, por volta dos anos 90, significava 19 empregos na cadeia, mas hoje esse número está em 7 ou 8, não é? Milhares de pessoas são empregadas pela General Motors em empregos bons. Digo isso porque o Brasil hoje tem muitos empregos, mas que pagam um salário mínimo — eu conheço bem a General Motors e sei do salário que vocês pagam. De vez em quando, a gente faz uma confusão lá, mas é para melhorar esse salário. Sempre fomos atendidos pela General Motors.

É uma satisfação ter vocês no Brasil e ver que vocês mantêm investimentos no Brasil. Acabei de ler ali o grande investimento que vocês estão fazendo. Vocês podem contar conosco aqui para ficar mais 100 anos no Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Agradeço as palavras de todos.

Antes de encerrar esta sessão, a Presidência convida todos os presentes a prestigiar a exposição de automóveis promovida pela GM, instalada em frente ao Palácio do Congresso Nacional, na Alameda dos Estados.

Cumprida a finalidade desta sessão solene, agradeço a todas as personalidades que nos honraram com sua presença e convido os membros da Mesa a se posicionarem para a foto oficial.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Alex Manente. Bloco/CIDADANIA - SP) - Declaro encerrada a presente sessão solene. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 24 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Avisos do Tribunal de Contas da União





CONGRESSO NACIONAL

AVISO (CN) Nº 17, DE 2025

(nº 835/2025, na origem)

Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, os Relatórios de Gestão Fiscal da Administração Pública Federal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2024.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 30/10/2025



[Página da matéria](#)

Avulso do AVN 17/2025 [1 de 36]





Aviso nº 835 - GP/TCU

Brasília, 25 de agosto de 2025.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1834/2025, proferido pelo Plenário desta Corte de Contas, na Sessão Ordinária de 13/8/2025, ao apreciar os autos do processo TC 026.101/2024-6, da relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus.

Esclareço que o mencionado processo trata de acompanhamento da publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) a que se refere a Lei Complementar 101/2000 relativamente ao terceiro quadrimestre de 2024.

Por oportuno, o inteiro teor da deliberação ora encaminhada pode ser acessado no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.


Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

Vital do Rêgo
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM FILHO
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Congresso Nacional
Brasília – DF

Avulso do AVN 17/2025 [2 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78752684.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

ACÓRDÃO Nº 1834/2025 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 026.101/2024-6
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Defensoria Pública da União; Justiça do Distrito Federal e Territórios (vinculador); Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério Público da União; Presidência da República; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional; Senado Federal; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento da publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) a que se refere a Lei Complementar 101/2000 relativamente ao terceiro quadrimestre de 2024,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar atendidas, pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, as exigências de publicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos Relatórios de Gestão Fiscal correspondentes ao terceiro quadrimestre do exercício de 2024, em obediência aos arts. 54 e 55 da referida Lei Complementar, bem como do art. 5º, I, da Lei 10.028/2000;

9.2. considerar atendida a exigência de disponibilização dos Relatórios de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2024 no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro por parte dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, prevista no art. 162 da Lei 14.791/2023 (LDO 2024);

9.3. considerar cumpridos, no terceiro quadrimestre do exercício de 2024, os limites prudencial e máximo vigentes da despesa com pessoal pelos Poderes e órgãos federais elencados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000;


9.4. considerar regular e compatível com as disponibilidades discriminadas por fonte/destinação de recursos, para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e para a Defensoria Pública da União, a inscrição de restos a pagar não processados no exercício de 2024;

9.5. considerar, para o Poder Executivo, regular a inscrição em restos a pagar não processados e compatível com as disponibilidades agrupadas por grupos de destinação de recursos, ressaltando, no entanto, a existência de disponibilidades negativas no grupo “Recursos Vinculados à Previdência Social (RGPS)”, no valor de R\$ 3,14 bilhões, diante da disponibilidade positiva de R\$ 45 bilhões em recursos não vinculados;

9.6. informar à Casa Civil da Presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento e Orçamento, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, que, no terceiro quadrimestre de 2024, os montantes da dívida consolidada líquida e da dívida mobiliária ultrapassaram os limites propostos, respectivamente,

1

Avulso do AVN 17/2025 [3 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430552.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 026.101/2024-6

pelas Mensagens 1.069/2000 e 1.070/2000 do Presidente da República, visto que a dívida consolidada líquida e o montante da dívida mobiliária corresponderam a 497,17% e a 683,48% da receita corrente líquida, respectivamente;

9.7. considerar atendidos, para o terceiro quadrimestre de 2024, os limites para realização de operações de crédito e concessão de garantias pela União, fixados pela Resolução do Senado Federal 48/2007, tendo sido o montante das operações de crédito e o das garantias concedidas de 16,83% e de 24,81% da receita corrente líquida, respectivamente;

9.8. informar o teor desta deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 59, *caput*, da Lei Complementar 101/2000, bem como ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento e Orçamento, à Controladoria-Geral da União, ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho da Justiça Federal, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao Ministério Público da União, ao Conselho Superior do Ministério Público e à Defensoria Pública da União;

9.9. encerrar o presente processo, com fulcro no art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 31/2025 – Plenário.

11. Data da Sessão: 13/8/2025 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1834-31/25-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

VITAL DO RÊGO

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

JHONATAN DE JESUS

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 026.101/2024-6


VOTO

Cuidam os autos de acompanhamento realizado com o objetivo de apurar se as disposições estabelecidas pela Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – estão sendo atendidas no que tange aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao terceiro quadrimestre de 2024.

2. O relatório deve ser emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos autônomos da União, publicado quadrimestralmente e disponibilizado ao público, inclusive por meios eletrônicos, até 30 dias após o encerramento do período a que corresponder; para o terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2024, o prazo se encerrou em 30 de janeiro de 2025.
3. Estes autos, no entanto, somente ingressaram em meu gabinete em julho do presente exercício.
4. Os referidos documentos foram publicados pelo(a) Câmara dos Deputados (CD), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Defensoria Pública da União (DPU), Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFDT), órgãos da Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs), órgãos da Justiça Federal (Tribunais Regionais Federais – TRFs), Justiça Militar (Superior Tribunal Militar – STM), órgãos da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho – TST e Tribunais Regionais do Trabalho – TRTs), Ministério Público da União (MPU), Presidência da República (PR), Senado Federal (SF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF) e do próprio Tribunal de Contas da União (TCU).
5. O demonstrativo é composto por informações sobre despesas com pessoal, disponibilidade de caixa e restos a pagar, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e garantias concedidas e contragarantias recebidas; os três últimos são referentes apenas ao RGF do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 55, § 1º, da LRF.
6. Para consecução de seu objetivo, a unidade técnica elaborou um conjunto de questões de auditoria, tendo por base as regras previstas na LRF e na legislação correlata, de modo a identificar possíveis ofensas a regras e limites previstos nesses normativos.
7. Os procedimentos definidos para cada questão de auditoria estão relacionados à(s):
 - a) verificação e à análise das publicações e do envio ao TCU dos RGFs concernentes ao terceiro quadrimestre de 2024 pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal, nos termos dos arts. 54 e 55 da LRF e do art. 5º, I, da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais);
 - b) divulgação dos relatórios no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi);
 - c) apurações da receita corrente líquida, da despesa com pessoal, das disponibilidades de caixa e das inscrições dos restos a pagar, das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e das garantias concedidas e contragarantias recebidas; e
 - d) verificação do cumprimento de deliberações anteriores referentes aos RGFs.
8. As constatações podem ser resumidas nas seguintes conclusões:
 - a) todos os Poderes e órgãos cumpriram as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos RGFs relativamente ao terceiro quadrimestre de 2024, inclusive mediante a divulgação de tais relatórios no Siconfi, conforme estabelecido no art. 162 da Lei 14.791/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024);

1

Avulso do AVN 17/2025 [5 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430551.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 026.101/2024-6

- b) a metodologia de apuração da Receita Corrente Líquida (RCL) para o corrente período de apuração guarda conformidade com os preceitos da LRF, em especial com o seu art. 2º, IV, e parágrafos, e com a jurisprudência deste Tribunal sobre o tema, a exemplo dos Acórdãos 476/2003, Ministro Ubiratan Aguiar, 667/2008, Ministro Valmir Campelo, e 4.074/2020, Ministro Bruno Dantas, todos do Plenário;
- c) todos os órgãos e Poderes da esfera federal discriminados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000 cumpriram, para o período correspondente ao terceiro quadrimestre de 2024, os limites máximo, prudencial e de alerta da despesa com pessoal, considerados como tais aqueles definidos, respectivamente, nos arts. 20 e 22, parágrafo único e art. 59, § 1º, II, da LRF, com as alterações promovidas por atos infralegais;
- d) inconsistências ou divergências foram constatadas nos demonstrativos da despesa com pessoal do STF, dos TRT-16 e TRT-20 e da União com servidores do ex-território de Roraima a partir de averiguação da consistência e da confiabilidade dos demonstrativos, por meio da comparação com dados obtidos pelo sistema Tesouro Gerencial;
- e) todos os órgãos que publicaram demonstrativos da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar apresentaram disponibilidade total nula ou positiva após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados (RPNP) do exercício, com exceção do TRT-13, que apresentou disponibilidade negativa na fonte vinculada à previdência social 056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União, no valor de R\$ 4.895,15, sem recursos livres, não vinculados, suficientes para compensar o desequilíbrio; do próprio TCU, da Justiça Federal das 1ª, 4ª e 5ª Regiões e da DPU, que apresentaram fontes com saldo negativo após a inscrição em RPNP, apesar de possuírem recursos livres superiores às insuficiências verificadas; e do TRT-16, cujo demonstrativo apresentou inconsistências;
- f) a dívida mobiliária representou mais de 97% da dívida consolidada da União e cresceu 3,69% em relação ao quadrimestre anterior, atingindo R\$ 9,77 trilhões; devido ao crescimento da arrecadação, entretanto, passou a representar 683,48% da RCL neste quadrimestre, inferior comparativamente ao segundo de 2024, quando havia alcançado 702,19%;
- g) a dívida consolidada líquida cresceu 2,34% no terceiro quadrimestre de 2024, atingindo R\$ 7,11 trilhões, variação que demonstra a ocorrência de desaceleração no crescimento do endividamento no terceiro quadrimestre de 2024 devido ao fato de que as deduções da dívida consolidada aumentaram 6,71% (quase R\$ 180 bilhões), ou seja, proporcionalmente maior do que a dívida consolidada ou a dívida mobiliária (3,56% e 3,69%, respectivamente);
- h) o limite para as operações de crédito da União foi cumprido no terceiro quadrimestre de 2024, haja vista que o montante das operações realizadas superou o das deduções permitidas (amortização/refinanciamento do principal da dívida) em apenas R\$ 240,7 bilhões ou 16,83% da RCL, em conformidade com o estabelecido pela Resolução do Senado Federal 48/2007;
- i) o saldo das garantias concedidas pela União ao final do terceiro quadrimestre de 2024, no montante de R\$ 354 bilhões, avançou de 24,60% para 24,81% da RCL, permanecendo cumprido o limite de 60%; tais valores divergem dos divulgados originalmente, mas foram retificados pela STN na publicação subsequente, frisando que, em 2024, não houve o estabelecimento de intralimite anual para concessão de garantias para entes subnacionais.
9. Em complemento às constatações, assinalo que a RCL da União, calculada e publicada pela STN, de acordo com a Portaria-STN 78/2025, acumulou, no período de 12 meses, encerrado no terceiro quadrimestre de 2024, R\$ 1.430 bilhões, equivalendo a R\$ 1.462 bilhões a preços de



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 026.101/2024-6

dezembro de 2024, o que representa acréscimo real de 5% em relação ao apurado no quadrimestre anterior, R\$ 1.392 bilhões, e de 11% em relação ao período correspondente ao terceiro quadrimestre de 2023, R\$ 1.318 bilhões.

10. Ainda para a RCL, não foram encontradas divergências relevantes entre a metodologia de cálculo publicada no DOU e a divulgada no Portal Tesouro Transparente, de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

11. A relação DLP/RCL da União – parâmetro de controle da despesa com pessoal adotado pela LRF, estando no denominador a despesa líquida de pessoal – alcançou o patamar de 23,4%, observando-se decréscimos de 2,5% em relação ao terceiro quadrimestre de 2023 e de 1,5% em relação ao período de apuração anterior, causados, preponderantemente, pelo aumento da RCL nesse período.

12. Não foram contabilizados, na despesa com pessoal, os valores referentes a auxílio-creche ou à assistência pré-escolar, nem os benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor – auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência à saúde –, conforme determinado no art. 5º da Lei 9.717/1998 c/c o art. 18 da Lei 8.213/1991 e o art. 185 da Lei 8.112/1990, em cumprimento ao disposto no Acórdão 894/2012-TCU-Plenário (Ministro Valmir Campelo).

13. Também não foi observado registro de “despesas não executadas orçamentariamente” nos demonstrativos da despesa com pessoal do período.

14. No que tange às inconsistências ou divergências relativas aos demonstrativos de pessoal, as relacionadas à União com servidores do ex-território de Roraima, de baixa materialidade, não alteraram a despesa com pessoal do período e não ensejaram, portanto, proposição de medidas saneadoras; quanto às demais, tanto o STF quanto os TRTs 16 e 20 providenciaram as republicações e retificações necessárias à correção das impropriedades apontadas.

15. Relativamente aos demonstrativos da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, as correções necessárias, em todos os órgãos, foram realizadas mediante cancelamento de empenhos e retificações e republicações, devidamente reportadas em notas explicativas ou objeto de expedição de ciências, quando os valores são irrelevantes e não justificam outras medidas.

16. A disponibilidade líquida do Poder Executivo, após a inscrição em RPNP, foi de R\$ 1,42 trilhão, apresentando decréscimo nominal de 1,1% em relação à disponibilidade líquida final de 2023. Apresentou, contudo, insuficiência de recursos vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no valor de R\$ 3,14 bilhões, mais que o dobro da apresentada em 2023. Ainda assim, ela é amplamente coberta pela disponibilidade de R\$ 45 bilhões em recursos de livre aplicação – Recursos Não Vinculados/Ordinários.

17. Sobre a dívida pública, o limite, como notoriamente conhecido, ainda carece de nova proposição pelo Presidente da República e de aprovação pelo Senado Federal, tendo em vista que o Projeto de Resolução do Senado 84/2007 foi arquivado definitivamente ao final de 2018.

18. Nesse sentido, conforme consignado nos Acórdãos de Plenário 969 e 973/2019, ambos de relatoria da Ministra Ana Arraes, enquanto não forem aprovadas as normas que fixem os limites a que se refere a LRF, não será possível a este Tribunal efetuar os referidos alertas. Contudo, nos termos do Acórdão 2.196/2020-TCU-Plenário, Ministro Bruno Dantas, embora não seja juridicamente viável efetua-los, cabe a este Tribunal informar a situação aos órgãos envolvidos no sentido de buscar melhorias no cenário fiscal, nos termos do encaminhamento a que anuo.

19. Assim, no acumulado de 12 meses, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) cresceu 16,53% (R\$ 1.008 bilhões), enquanto a dívida consolidada aumentou 10,35% (R\$ 935 bilhões); a título de referência, no mesmo período, a dívida líquida do Setor Público saiu de 60,43% para 61,48% do





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

Produto Interno Bruto (PIB) e a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – referência oficial da Lei Complementar 200/2023, Regime Fiscal Sustentável – avançou de 73,83% para 76,50% do PIB.

20. A despeito do crescimento, houve redução na relação DCL/RCL, que caiu de 517,49%, ao final do 2º quadrimestre de 2024, para 497,17% ao final de 2024; a título comparativo, ao final de 2020, a marca atingida foi de 697,44% (recorde para o indicador), quase o dobro do limite máximo de 350% proposto ainda no ano 2000.

21. Tratei da dívida pública no Acórdão 1.380/2025-Plenário, acompanhamento realizado com o objetivo de avaliar a gestão da dívida pública no segundo semestre de 2024, quando mencionei que:

“8. Os principais achados deste acompanhamento indicam que a participação da dívida no PIB aumentou no exercício de 2024, refletindo principalmente o peso dos juros nominais incorporados ao estoque, além do déficit primário e outras pressões fiscais. O fator juros é preponderante na explicação da trajetória ascendente, tendo em vista a melhora na situação fiscal em 2024, com o Governo Central reduzindo o déficit primário de R\$ 264,5 bilhões em 2023 (peça 55, p. 1) para R\$ 45,4 bilhões (peça 56, p. 1).”

22. Sobre a concessão de garantias, a transparência sobre o saldo a recuperar atualizado decorrente das honras de garantias realizadas pela União tem sido objeto de acompanhamento por esta Corte de Contas. De acordo com a STN, todas as pendências dos estados, até 30/6/2022, haviam sido equacionadas por meio da assinatura de contratos de refinanciamento previstos no art. 23 da Lei Complementar 178/2021; todavia, outras surgiram em decorrência de liminares favoráveis à suspensão da execução de contragarantias obtidas por alguns estados junto ao STF e que estão sendo resolvidas em decorrência de acordo firmado entre a União, Distrito Federal e estados, homologado pelo próprio Supremo, e da edição da Lei Complementar 201/2023.

23. Assim, ao final do terceiro quadrimestre de 2024, o saldo ainda a recuperar/regularizar permanecia em R\$ 2,07 bilhões, e 74% deste montante é passível de refinanciamento; o restante depende de decisões judiciais para resolução definitiva.

24. Ainda de acordo com o Relatório Mensal de Garantias Honradas – RMGH de dezembro de 2024, “(...) dos R\$ 75,44 bilhões honrados pela União (...), cerca de R\$ 66,28 bilhões correspondem a valores abrangidos pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou incorporados a saldos de contratos administrados pela STN por força de lei (...)”.

25. A situação das pendências de honras a recuperar, portanto, melhorou significativamente. O que houve, de forma geral, foi a regularização dessas dívidas (honras a recuperar) por meio do refinanciamento junto à União.

26. Não há, por fim, acórdãos ou proposições relacionadas ao RGF passíveis de monitoramento.

27. Dessa forma, acolho todas as conclusões e os encaminhamentos alvitados pela unidade técnica, sem embargo de enfatizar que o presente acompanhamento tem potencial de melhorar a transparência dos relatórios do governo federal, estimular o cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Regime Fiscal Sustentável, além de fornecer subsídios importantes para a atuação do Congresso Nacional.

Do exposto, VOTO no sentido de que seja aprovada a minuta de acórdão que ora submeto a este Colegiado.


TCU, Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2025.

MINISTRO JHONATAN DE JESUS

Relator

4

Avulso do AVN 17/2025 [8 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430551.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 026.101/2024-6

Natureza: Relatório de Acompanhamento.

Órgãos/Entidades: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Defensoria Pública da União; Justiça do Distrito Federal e Territórios (vinculador); Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério Público da União; Presidência da República; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional; Senado Federal; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União.

Representação legal: não há.

SUMÁRIO: ACOMPANHAMENTO. RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL. TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2024. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE PUBLICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO. CUMPRIMENTO DE LIMITES. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS. COMUNICAÇÕES.

RELATÓRIO

Transcrevo a instrução da Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal – AudFiscal (peça 279):

I. INTRODUÇÃO

1. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deve ser emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos autônomos da União, publicado quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. Prazo esse que, para o 3º quadrimestre, encerra-se em 30 de janeiro do exercício seguinte a que corresponder o relatório.

2. Nesse sentido, os presentes autos versam sobre o acompanhamento das publicações e do envio a esta Corte de Contas dos RGFs concernentes ao 3º quadrimestre de 2024 pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal, nos termos dos arts. 54 e 55 da LRF e do inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais).

II. PUBLICAÇÃO E ENVIO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL


3. Os Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2024 foram publicados e encaminhados a este Tribunal pelos Poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da LRF. As datas e os instrumentos das publicações, bem como as eventuais republicações dos RGFs, estão discriminados no Anexo I deste relatório.

4. Todos os órgãos publicaram seus respectivos relatórios dentro do prazo legal, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da LRF, que determina que o RGF deve ser publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, ou seja, para os doze meses encerrados no 3º quadrimestre de 2024, até 30/1/2025.

5. Finalizando o presente capítulo, observa-se que todos os RGFs referentes ao 3º quadrimestre de 2024 foram encaminhados a esta Corte de Contas por meio do serviço de Protocolo Eletrônico do TCU, em cumprimento ao § 2º do art. 55 da LRF, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei 10.028/2000, passando a integrar o presente processo conforme as peças discriminadas no Anexo I deste relatório.

1

Avulso do AVN 17/2025 [9 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430550.





III. SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO (SICONFI)

6. O art. 162 da Lei 14.791/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO da União para o exercício financeiro de 2024) determina que os órgãos da esfera federal referidos no art. 20 da LRF disponibilizem o RGF por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
7. As regras para o recebimento e disponibilização dos dados contábeis e fiscais no Siconfi, inclusive do RGF, vigentes para o exercício de 2024, estão previstas na Portaria-STN 642/2019.
8. Para o corrente período de apuração, verificou-se, com base em consulta realizada em 31/1/2025 (peça 195), que todos os órgãos federais enumerados no art. 20 da LRF disponibilizaram seus RGFs no Siconfi, em cumprimento ao art. 162 da LDO 2024.
9. De modo a averiguar a consistência e a confiabilidade dos RGFs, esta equipe de fiscalização verificou se os dados de despesa com pessoal, disponibilidades de caixa e restos a pagar, dívida consolidada, operações de crédito e garantias, constantes dos demonstrativos dos RGFs declarados no Siconfi equivalem àqueles apurados via ferramenta Tesouro Gerencial, valendo-se da metodologia de cálculo divulgada pela STN. Nessa averiguação, foram observadas divergências ou inconsistências nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal da União com servidores do ex-Território de Roraima, do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Tribunais Regionais do Trabalho das 16ª e 20ª Regiões (TRT-16 e TRT-20), e ainda nos Demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida (Anexo 2), de Garantias e Contragarantias de Valores (Anexo 3) e das Operações de Crédito (Anexo 4) do Poder Executivo federal. Tais impropriedades são abordadas nos respectivos capítulos temáticos deste relatório.

IV. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

10. A Receita Corrente Líquida (RCL) é o denominador comum de vários limites da LRF. São calculados em relação a ela os percentuais da despesa com pessoal, das operações de crédito, da concessão de garantias e das dívidas consolidada e mobiliária.
11. No contexto da verificação da RCL, podem ocorrer desdobramentos como corte de pessoal, de serviços terceirizados ou a necessidade de redução de outras despesas correntes. É de fundamental importância, portanto, a precisa identificação de seu montante.
12. A STN, por intermédio da Portaria-STN 78/2025 (peça 196), publicou o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apurada nos doze meses findos no 3º quadrimestre de 2024. A RCL alcançou R\$ 1.430 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2024, apresentando crescimento nominal de 15,9% em relação ao mesmo período de 2023, cujo montante foi de R\$ 1.234 bilhões, e aumento nominal de 6,5% em relação à RCL apurada no 2º quadrimestre de 2024 (R\$ 87,6 bilhões a mais).
13. A tabela seguinte apresenta a evolução da RCL nos últimos quadrimestres em valores nominais, conforme a metodologia de apuração adotada pela STN.

Tabela 1 – Evolução Analítica da Receita Corrente Líquida por Período de Apuração

R\$ milhões									
Especificação	1º QD/2022	2º QD/2022	3º QD/2022	1º QD/2023	2º QD/2023	3º QD/2023	1º QD/2024	2º QD/2024	3º QD/2024
Receita Corrente (I)	2.133.943	2.319.280	2.377.247	2.407.141	2.363.303	2.417.316	2.520.726	2.623.774	2.758.253
Receita Tributária	770.777	824.729	856.276	879.918	872.903	887.930	924.249	976.741	1.028.018
Receita de Contribuições	1.057.996	1.107.428	1.128.487	1.142.229	1.165.250	1.196.997	1.264.553	1.317.203	1.377.481
Receita Patrimonial	208.662	292.801	298.024	285.603	221.335	210.474	208.502	211.599	241.592
Receita Agropecuária	27	28	31	30	26	21	21	20	21
Receita Industrial	2.415	3.414	5.523	6.614	7.112	6.312	6.422	7.535	10.653
Receita de Serviços	50.901	53.329	52.330	48.620	49.220	49.803	56.620	57.550	57.541
Transferências Correntes	745	582	410	364	342	242	259	313	363
Receitas Correntes a Classificar	0	-3	-0	2	2	3	1	0	-1
Outras Receitas Correntes	42.420	36.973	36.167	43.762	47.113	65.534	60.100	52.813	42.584

2



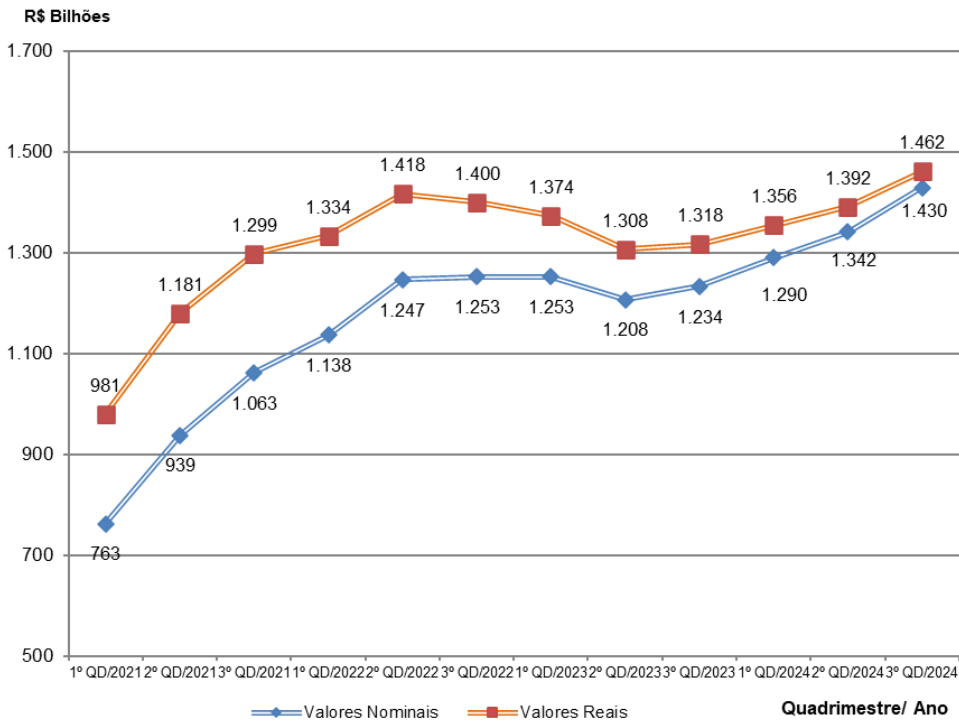


Especificação	1º QD/2022	2º QD/2022	3º QD/2022	1º QD/2023	2º QD/2023	3º QD/2023	1º QD/2024	2º QD/2024	3º QD/2024
Deduções (II)	996.192	1.072.152	1.123.820	1.153.728	1.155.753	1.183.601	1.230.372	1.281.356	1.328.217
Transf. Constitucionais e Legais	411.229	457.498	487.160	498.511	480.160	484.428	502.064	530.968	557.726
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	479.703	507.559	529.675	549.004	566.909	586.315	606.214	622.263	638.406
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	17.782	17.468	17.283	17.011	17.281	17.399	18.277	18.385	18.600
Compensação Financeira RGPS/RPPS	127	30	884	1.250	1.481	1.675	1.469	938	432
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	8.851	8.816	8.787	8.885	8.982	9.067	9.143	9.195	9.214
Contribuição p/ PIS/Pasep	78.499	80.780	80.032	79.067	80.941	84.716	93.206	99.606	103.838
Receita Corrente Líquida (III) = (I-II)	1.137.752	1.247.129	1.253.427	1.253.413	1.207.549	1.233.715	1.290.353	1.342.418	1.430.036

Fonte: STN.

14. O Gráfico 1, a seguir, apresenta a evolução da RCL da União em valores nominais e em valores reais nos últimos doze períodos de apuração. Para fins de elaboração dessa série histórica, promoveu-se a atualização dos valores nominais a preços de dezembro de 2024, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 1 – Receita Corrente Líquida da União (Valores Nominais e Valores Reais)



Fontes: STN / IBGE (Série histórica IPCA).
Nota: Valores reais da RCL calculados a preços de dezembro de 2024.

15. A RCL do 3º quadrimestre de 2024 foi de R\$ 1.430 bilhões em valores nominais. Nesse mesmo período, em valores reais, chegou a R\$ 1.462 bilhões, uma vez que os valores mensais da RCL foram individualmente corrigidos a preços de dezembro de 2024 e depois somados de modo a compor a RCL





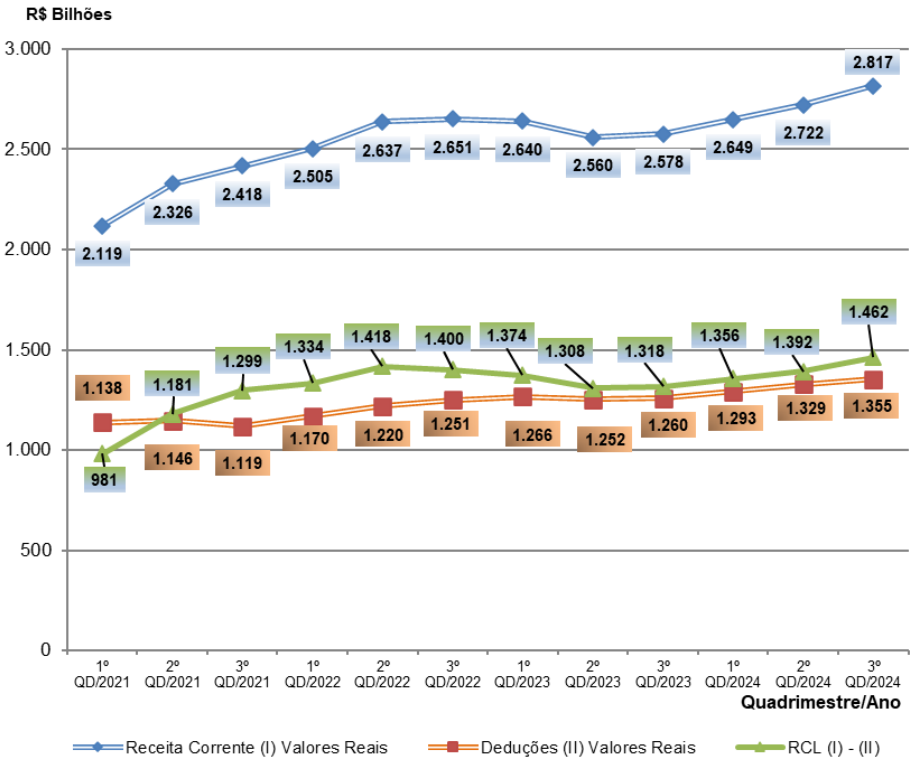
deflacionada do período.

16. O crescimento nominal de 15,9% da RCL de 2023 para 2024 decorreu essencialmente do aumento proporcionalmente maior da Receita Corrente que das Deduções (da Receita). Com efeito, a Receita Corrente cresceu nominalmente 5,1% (R\$ 134,5 bilhões). Esse crescimento é representado, preponderantemente, pelo crescimento das receitas Tributária (5,5%), de Contribuições (4,8%) e Patrimonial (14,4%) — R\$ 51,3 bilhões, R\$ 60,3 bilhões e R\$ 30 bilhões, respectivamente —, bem como pela redução de 17% de Outras Receitas Correntes (R\$ 10,3 bilhões). As deduções da receita, por sua vez, tiveram aumento de 3,8% em relação ao período de apuração anterior (R\$ 46,9 bilhões), representadas, em sua quase totalidade, pelos aumentos das Transferências Constitucionais e Legais (R\$ 26,8 bilhões, 5,3%), da Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social (R\$ 16,1 bilhões, 2,7%) e da Contribuição para o PIS/Pasep (R\$ 4,2 bilhões, 4,5%).

17. No 3º quadrimestre de 2024, a RCL atingiu a máxima histórica de R\$ 1.462 bilhões em valores reais, representando acréscimo real de 5% em relação ao apurado no quadrimestre anterior (R\$ 1.392 bilhões) e de 11% em relação ao 3º quadrimestre de 2023 (R\$ 1.318 bilhões).

18. O Gráfico 2 demonstra, em valores reais, a evolução da Receita Corrente (Bruta), das Deduções, bem como a Receita Corrente Líquida divulgada pela STN nos últimos doze períodos de apuração.

Gráfico 2 – Receita Corrente Líquida da União – Valores Reais (Deduções Evidenciadas)



Fontes: STN / IBGE (Série histórica IPCA).
Nota: Valores reais da RCL calculados a preços de dezembro de 2024.

IV.1 Análise da Metodologia de Apuração da Receita Corrente Líquida

19. A RCL da União é calculada e publicada pela STN juntamente com a metodologia utilizada para sua apuração, tanto no DOU quanto no Portal Tesouro Transparente (<https://www.tesourotransparente.gov.br/>).

20. Nos Acompanhamentos dos RGFs referentes ao 3º quadrimestre de 2023 e 1º e 2º quadrimestres de 2024 — TCs 039.430/2023-5, 008.914/2024-9 e 022.064/2024-9, respectivamente —, foi constatada divergência entre as metodologias constantes desses meios de divulgação. Nas verificações realizadas, a equipe





de fiscalização observou que a metodologia divulgada no Portal Tesouro Transparente apresentava códigos de classificação orçamentária de Fonte de Recursos e de Natureza de Receita diferentes das apresentadas na metodologia publicada no DOU.

21. Por meio do Acórdão 1.602/2024-TCU-Plenário (rel. min. Vital do Rêgo), subitem 9.4, esta Corte de Contas deu ciência à Secretaria do Tesouro Nacional de que a metodologia de cálculo da Receita Corrente Líquida União, que acompanha o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida — Anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) — deve guardar equivalência em todos os meios em que for divulgada.

22. No corrente período de apuração verificou-se que, tanto a metodologia de cálculo da RCL divulgada no DOU quanto a publicada no Portal Tesouro Transparente eram equivalentes.

23. Observou-se, ainda, que a metodologia de cálculo das Transferências Constitucionais e Legais deduzidas da Receita Corrente Bruta contemplava quatorze ações orçamentárias sem execução no período de referência do demonstrativo — apesar de previstas na metodologia de apuração da RCL, não constam no cadastro de ações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) para o exercício de 2024. Tal inconsistência, porém, não causou impacto na apuração da RCL da União para o período em tela, razão pela qual não enseja proposta de deliberação a esta Corte de Contas.

24. Também foi averiguado se a metodologia de cálculo da RCL da União está em conformidade com os ditames da LRF — em especial o art. 2º, inciso IV, e parágrafos, desse diploma legal —, e com a jurisprudência deste Tribunal sobre o tema — especialmente os Acórdãos 476/2003 (rel. min. Ubiratan Aguiar), 667/2008 (rel. min. Valmir Campelo) e 4.074/2020 (rel. min. Bruno Dantas), todos do Plenário do TCU. Não foram observadas quaisquer afrontas à LRF ou à jurisprudência desta Corte de Contas sobre o tema.

25. Por fim, tem-se que a análise realizada na presente seção referente à RCL da União para o 3º quadrimestre de 2024 levou em conta a metodologia de apuração divulgada pela STN.

V. DESPESA COM PESSOAL

26. Com o objetivo de apresentar uma visão geral do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação às despesas com pessoal, é apresentado a seguir um sumário dos dados apurados. Os valores, detalhados no Anexo II deste relatório, foram calculados e conferidos individualmente por nossa equipe, seguindo as normas da LRF para cada Poder e órgão com autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

V.1 Conformidade da Despesa com Pessoal

27. A conferência dos valores de despesa com pessoal apresentados pelos órgãos e Poderes da União é feita por meio de cotejamento de informações extraídas por meio da ferramenta Tesouro Gerencial, levando-se em consideração os elementos de despesa que compõem o Grupo de Natureza da Despesa (GND) 1 - Pessoal e Encargos Sociais e o Elemento de Despesa 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização do GND 3 - Outras Despesas Correntes. A Tabela 2 apresenta as despesas com pessoal consolidadas, conforme informado pelos órgãos.

Tabela 2 – Despesa com Pessoal – 3º Quadrimestre de 2024
Receita Corrente Líquida (RCL) = R\$ 1.430.035.654.401,57 (Portaria-STN 78/2025)

Poder / Órgão	Despesa Líquida com Pessoal ¹ (DLP)	DLP/RCL	Limite Máximo	Limite Prudencial ²	Limite Alerta TCU ³	Realizado/ Limite Máximo	Realizado/ Limite Prudencial	Realizado/ Limite Alerta TCU
		(A)	(B)	(95% x B)	(90% x B)	(A/B)	(A/C)	(A/D)
1. Poder Executivo	281.633.760.814	19,694178%	40,900000%	38,855000%	36,810000%	48,152023%	50,686340%	53,502248%
1.1 Poder Executivo Federal	260.083.853.782	18,187229%	37,900000%	36,005000%	34,110000%	47,987411%	50,513064%	53,319345%
1.2 Outros Órgãos Federais e Transferências a Entes	21.549.907.032	1,506949%	3,000000%	2,850000%	2,700000%	50,231631%	52,875401%	55,812923%
1.2.1 Amapá	394.334.067	0,027575%	0,169000%	0,160550%	0,152100%	16,316640%	17,175410%	18,129600%
1.2.2 Roraima	470.164.438	0,032878%	0,099000%	0,094050%	0,089100%	33,209911%	34,957801%	36,899902%
1.2.3 Distrito Federal (FCDF)	17.197.990.806	1,202627%	2,200000%	2,090000%	1,980000%	54,664851%	57,541948%	60,738723%
1.2.4 MPDFT ⁴	897.898.599	0,062789%	0,133000%	0,126350%	0,119700%	47,209433%	49,694140%	52,454926%
1.2.5 TJDF ⁵	2.589.519.122	0,181081%	0,399000%	0,379050%	0,359100%	45,383644%	47,772257%	50,426271%





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

Poder / Órgão	Despesa Líquida com Pessoal ¹ (DLP)	DLP/RCL	Limite Máximo	Limite Prudencial ²	Limite Alerta TCU ³	Realizado/ Limite Máximo	Realizado/ Limite Prudencial	Realizado/ Limite Alerta TCU
		(A)	(B)	(95% x B)	(90% x B)	(A/B)	(A/C)	(A/D)
2. Poder Legislativo	11.195.422.494	0,782877%	2,500000%	2,375000%	2,250000%	31,315086%	32,963249%	34,794540%
2.1 Câmara dos Deputados	5.093.162.542	0,356156%	1,210000%	1,149500%	1,089000%	29,434408%	30,983587%	32,704897%
2.2 Senado Federal	4.183.258.306	0,292528%	0,860000%	0,817000%	0,774000%	34,014913%	35,805172%	37,794348%
2.3 Tribunal de Contas da União	1.919.001.647	0,134193%	0,430000%	0,408500%	0,387000%	31,207575%	32,850079%	34,675084%
3. Poder Judiciário	36.579.187.586	2,557921%	6,000000%	5,700000%	5,400000%	42,632023%	44,875813%	47,368914%
3.1 Supremo Tribunal Federal	434.913.871	0,030413%	0,073726%	0,070040%	0,066353%	41,251118%	43,422229%	45,834575%
3.2 Conselho Nacional de Justiça	103.383.039	0,007229%	0,017000%	0,016150%	0,015300%	42,525899%	44,764105%	47,250999%
3.3 Superior Tribunal de Justiça	1.127.198.146	0,078823%	0,223809%	0,212619%	0,201428%	35,218905%	37,072532%	39,132117%
3.4 Justiça Militar	445.920.563	0,031182%	0,080576%	0,076547%	0,072518%	38,699462%	40,736276%	42,999402%
3.5 Justiça Federal	10.346.375.705	0,723505%	1,628936%	1,547489%	1,466042%	44,415787%	46,753460%	49,350874%
3.6 Justiça Eleitoral	5.662.959.882	0,396001%	0,922658%	0,876525%	0,830392%	42,919620%	45,178547%	47,688467%
3.7. Justiça do Trabalho	18.458.436.381	1,290768%	3,053295%	2,900630%	2,747966%	42,274578%	44,499555%	46,971753%
4. Ministério Público	5.708.305.961	0,399172%	0,600000%	0,570000%	0,540000%	66,528714%	70,030225%	73,920793%
Total da União	335.116.676.855	23,434148%	50,000000%	47,500000%	45,000000%	46,868297%	49,335049%	52,075885%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos federais do 3º quadrimestre de 2024.

Notas:

1/ Art. 20 da LRF.

2/ Parágrafo único do art. 22 da LRF.

3/ Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF.

4/ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

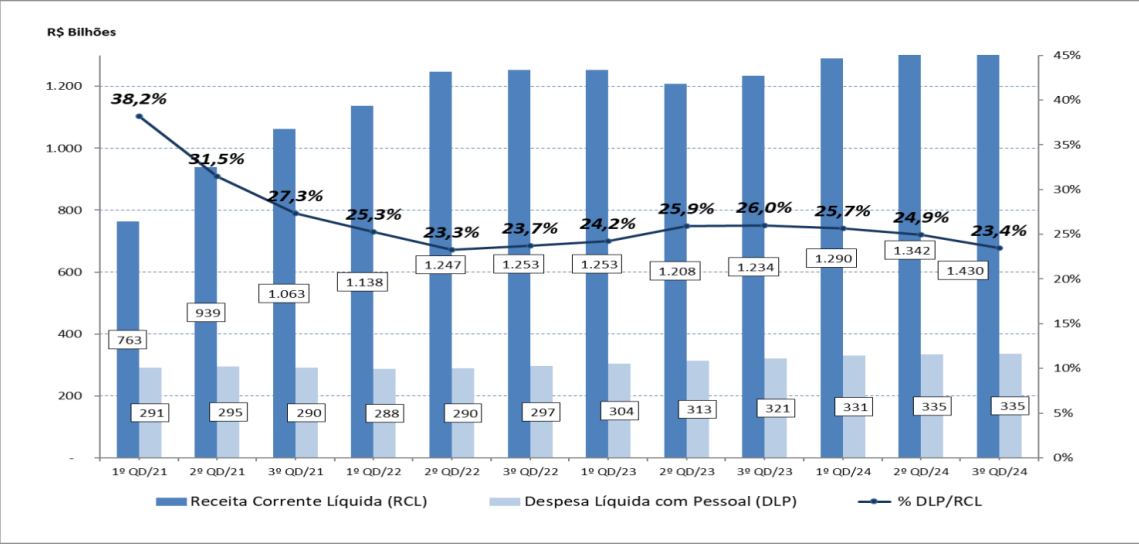
5/ Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

28. Os limites da despesa com pessoal considerados na presente análise são aqueles definidos no art. 20, inciso I e parágrafos, da LRF, com as alterações promovidas por atos infralegais.

29. Dos montantes e percentuais apresentados pelos órgãos (Anexo II) e consolidados na tabela anterior, tem-se que os limites máximo (art. 20), prudencial (art. 22, parágrafo único) e de alerta (art. 59, § 1º, inciso II) vigentes, para as despesas com pessoal do 3º quadrimestre de 2024, foram observados por todos os órgãos dos três Poderes e pelo Ministério Público da União (MPU).

30. O Gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução da relação entre a DLP e a RCL da União em valores nominais nos últimos doze períodos de apuração.

Gráfico 3 – Relação entre Despesa Líquida com Pessoal e a Receita Corrente Líquida da União



Fontes: Despesa com Pessoal: Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos federais; RCL: Demonstrativos da RCL divulgados pela STN.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

31. No 3º quadrimestre de 2024, a relação DLP/RCL alcançou o patamar de 23,4%, observando-se decréscimos de 2,5% em relação ao 3º quadrimestre de 2023 e de 1,5% em relação ao período de apuração anterior, causados, preponderantemente, pelo aumento da RCL nesse período.

32. Deve-se salientar que, durante as conferências realizadas nos dispêndios com pessoal, pôde ser observado o cumprimento integral, por parte dos órgãos, do disposto no Acórdão 894/2012-TCU-Plenário (rel. min. Valmir Campelo), o qual estabeleceu que não deveriam ser computados, para fins de contabilização da despesa com pessoal, os valores associados a auxílio-creche ou assistência pré-escolar, nem os benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor, atualmente representados por auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência-saúde, com fulcro no disposto no art. 5º da Lei 9.717/1998, c/c o art. 18 da Lei 8.213/1991 e o art. 185 da Lei 8.112/1990.

33. As despesas com pessoal devidas no período de referência do demonstrativo, mas não executadas em razão de insuficiência financeira, são evidenciadas na linha 'Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente' do Demonstrativo da Despesa com Pessoal. Os demonstrativos da despesa com pessoal referentes ao presente período de apuração não registraram despesas não executadas orçamentariamente.

34. De modo a verificar a acurácia dos gastos com pessoal publicados pelos órgãos, confirmando se estão de fato aderentes à metodologia de cálculo elaborada pela STN, todos os valores foram conferidos, utilizando-se dados extraídos por meio do Tesouro Gerencial, de acordo com essa metodologia. A comparação foi feita com os valores da despesa com pessoal constantes dos RGFs declarados no Siconfi.

35. No presente acompanhamento, foi identificada diferença de valor irrisório (R\$ 231,21) nas despesas da União com pessoal do ex-Território de Roraima, referente a lançamento(s) em abril de 2024 indevidamente classificado(s) como despesa com pessoal ativo, em vez de inativo e pensionistas, no demonstrativo publicado no DOU. A baixa materialidade da referida divergência não impactou o cumprimento do limite fixado pelo Decreto 3.917/2001, razão pela qual não foi necessária a republicação ou retificação desse demonstrativo.

36. Foram identificadas, ainda, divergências nos demonstrativos das despesas com pessoal do STF, do TRT-16 e do TRT-20. Cientificados das divergências, esses órgãos adotaram as medidas necessárias visando corrigir as impropriedades apontadas (peças 197, 198 e 199): retificação do RGF declarado no Siconfi e republicação do demonstrativo no DOU.

VI. DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

37. O art. 55 da LRF estabelece o conteúdo dos Relatórios de Gestão Fiscal. O seu inciso III determina que no RGF do 3º quadrimestre sejam incluídos demonstrativos do montante da disponibilidade de caixa em 31 de dezembro, da inscrição das despesas em restos a pagar e, quando houver Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (AROs), do cumprimento das regras de vedação e liquidação destas, estabelecidas no art. 38 da Lei.

38. Para o exercício de 2024, a 14ª edição do MDF, aprovada pelas Portarias-STN 699/2023 e 989/2024, manteve a elaboração e publicação do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar nos mesmos moldes dos anos anteriores. A identificação dos recursos é agregada em grupos fonte, subdivididos em dois grandes grupos: o de recursos vinculados e o de não vinculados.

39. Como esse nível de agregação não é suficiente para conformar a realidade da execução orçamentário-financeira dos órgãos do Ministério Público, dos Poderes Legislativo e Judiciário e da Defensoria Pública às necessidades de padronização, divulgação e transparência impostas pela legislação fiscal, o próprio MDF abre a possibilidade de subdivisões dos grupos, desde que as linhas definidas no demonstrativo modelo sejam mantidas como totalizadores, de forma a guardar correspondência com a publicação no Siconfi.


40. Dessa forma, como nos exercícios anteriores, acrescentou-se ao demonstrativo a informação da fonte ou destinação dos recursos, mantendo-se como totalizadores os recursos vinculados e os não vinculados, bem como as totalizações correspondentes às linhas do demonstrativo disponibilizado no Siconfi.

41. Em 2024, manteve-se vigente a nova classificação de fonte/destinação de recursos implementada em 2023, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Portaria Conjunta STN/SOF 20/2021.

42. Além de padronizar a codificação de fonte/destinação de recursos a ser utilizada por todos os entes da Federação na elaboração dos orçamentos e na execução contábil e orçamentária, a Portaria STN/SOF

7

Avulso do AVN 17/2025 [15 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430550.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

20/2021 passou a associar o conceito de fonte exclusivamente ao destino dos recursos.

43. De fato, segundo o § 1º do art. 1º desse ato normativo conjunto, ‘denomina-se fonte ou destinação de recursos o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa’. Por esse conceito, a fonte de recursos passa a identificar exclusivamente a destinação.

44. Na esteira dos padrões estabelecidos pela Portaria STN/SOF 20/2021, foi editada a Portaria-SOF 14.956/2021, instituindo nova classificação de fonte/destinação de recursos de aplicação no âmbito da União, a qual foi atualizada pelas Portarias SOF/ME 3.872/2022, 5.810/2022, 6.332/2022, 88/2023 e 348/2023.

45. O código de classificação de fontes de recursos segundo a padronização vigente é composto por quatro dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, enquanto os demais dígitos correspondem aos códigos de fontes de recursos propriamente ditos.

46. O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (DDCRP) visa dar transparência ao montante disponível para fins de inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas, cujo limite é a disponibilidade de caixa líquida, que deve ser apurada pelo ponto de vista estritamente fiscal, demonstrando se o órgão possui liquidez para arcar com todas as suas obrigações financeiras. No DDCRP de 2024, os recursos e as obrigações são identificados por fontes de recursos, estabelecidas conforme as normas inauguradas em 2023.

47. Conceitualmente, a disponibilidade de caixa bruta deve ser composta por ativos de alta liquidez sem restrições ao uso imediato. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviços, incluídos os depósitos de diversas origens, os restos a pagar processados e os restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

48. Desta feita, a prudência fiscal deve nortear o processo de avaliação do grau de liquidez dos ativos e de exigibilidade dos passivos, uma vez que esse princípio pressupõe o emprego de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

49. A 14ª edição do MDF manteve as indicações das edições anteriores, orientando a adoção da metodologia constante do item ‘021301 – Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar – RGF’ do Manual Siafi, sendo que a última atualização deste item ocorreu em setembro de 2019. Na introdução do assunto, a STN ressaltou, quanto às orientações apresentadas na macrofunção 021301, que:

Estas orientações representam a metodologia que será adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para apuração do demonstrativo do Poder Executivo Federal. A STN recomenda a utilização desta metodologia por parte dos demais Poderes e Órgãos para a apuração de seus respectivos demonstrativos. A STN recomenda ainda que a eventual adoção, por parte do órgão, de critérios diferentes daqueles apresentados neste documento seja devidamente explicitada e justificada em notas explicativas.


50. Esse realce é importante porque, de fato, nas instruções e consulta disponibilizadas, são estabelecidos critérios para o cálculo da disponibilidade líquida do órgão, que, por sua vez, sustentará a inscrição de restos a pagar não processados (RPNP). Essencialmente, a STN inclui, nas disponibilidades e obrigações dos órgãos, os recursos a receber (e a liberar) para pagamento de restos a pagar, bem como os recursos a receber (e a liberar) por Termo de Execução Descentralizada (TED). Esses valores não são contabilizados em contas contábeis financeiras propriamente ditas (Indicador de Superávit Financeiro = F), mas em contas de controle da classe 8. A inclusão dessas contas, conforme o Manual Siafi, deve ser explicitada em nota explicativa.

51. Quando as contas de controle não são consideradas, o valor das disponibilidades após a inscrição de restos a pagar não processados geralmente coincide com a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do Balanço Patrimonial do órgão.

52. O art. 42 da LRF e o subitem 9.3 do Acórdão 2.354/2007-TCU-Plenário (rel. min. Ubiratan Aguiar) estabelecem que a disponibilidade de caixa do órgão deve ser suficiente para a inscrição de restos a pagar. No entanto, para vigor a partir de 2019, a 9ª edição do MDF introduziu, nas instruções de preenchimento do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, um novo referencial de análise:

8

Avulso do AVN 17/2025 [16 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430550.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

Neste demonstrativo, deverão ser apresentados, separadamente, o cálculo da disponibilidade de caixa para os recursos não vinculados, bem como o cálculo da disponibilidade de caixa para cada uma das vinculações existentes. Se restar saldo de disponibilidade de caixa líquida (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício) de recursos ordinários, este montante pode ser utilizado para cobrir eventuais insuficiências que venham a ocorrer em fontes de recursos **vinculados** cuja própria disponibilidade não seja suficiente para honrar as respectivas obrigações financeiras contraídas. (Manual de Demonstrativos Fiscais, 9ª edição, p. 612) (os destaques constam do texto original)

53. A 8ª edição do MDF apenas citava que deveria ser calculada a disponibilidade de caixa para cada uma das vinculações e, em sequência, a disponibilidade de recursos não vinculados. A 14ª edição, válida para o exercício de 2024, reproduz, sem os destaques, na página 494, o parágrafo introduzido para o exercício de 2019.

54. O objetivo do demonstrativo, como bem ressalta o MDF, é dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa, bem como entre a inscrição em restos a pagar não processados e a disponibilidade de caixa. Nesse sentido, constatado que, ao final do exercício financeiro, as disponibilidades líquidas de caixa em determinada fonte de recursos são insuficientes para honrar os restos a pagar de despesas não liquidadas (RPNP), deve o órgão adotar as providências necessárias com vistas a promover o reequilíbrio dessa equação, mesmo havendo recursos livres – isto é, em fontes não vinculadas – suficientes para cobrir a insuficiência apresentada.

55. Com efeito, a existência de suficientes recursos de livre aplicação – ou de disponibilidade líquida de caixa total positiva – para cobrir eventual desequilíbrio de caixa em recursos vinculados não exime o órgão de adotar as medidas necessárias visando ao reequilíbrio dessa equação, de modo a garantir que as obrigações contraídas – ou os restos a pagar não processados do exercício – estejam cobertas por disponibilidades de caixa suficientes, em consonância com o art. 42 da LRF, c/c os subitens 9.3 e 9.5 do Acórdão 2.354/2007-TCU-Plenário (rel. min. Ubiratan Aguiar).

56. Nesse sentido, cabe destaque aos seguintes pontos do Acórdão 2.354/2007-TCU-Plenário (rel. min. Ubiratan Aguiar), relativo ao acompanhamento dos RGFs do 3º quadrimestre de 2006:

9.3. firmar entendimento de que o art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se aos titulares de todos os poderes e órgãos com autonomia administrativo orçamentário-financeira (ou poder de autogoverno) garantida nos termos da Constituição, independentemente do período do mandato do respectivo titular à frente da gestão do órgão, que, no âmbito do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União, é definido, em geral, por meio dos respectivos regimentos, e deve ser aplicado em conjunto com os princípios norteadores do orçamento, em especial o da anualidade previsto no § 5º do art. 165 da Constituição e arts. 34 e 35 da Lei nº 4.320/1964, limitada a sua abrangência ao encerramento do exercício em 31 de dezembro;

(...)

9.5. determinar aos Tribunais Regionais Eleitorais do Espírito Santo e do Paraná que adotem as providências necessárias com vistas a evitar pagamentos mediante a utilização de fonte de recursos diversa daquela indicada quando da apropriação da respectiva despesa;

57. O subitem 9.5 do referido acórdão relaciona-se ao fato de o TRE-ES e o TRE-PR, apesar de então possuírem saldo positivo no conjunto das disponibilidades, terem apresentado desequilíbrios específicos nas fontes 156 e 100, respectivamente.

58. Durante a elaboração do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República de 2024 (Acórdão 1.326/2025-TCU-Plenário, rel. min. Jhonatan de Jesus), realizada em paralelo ao Acompanhamento objeto do presente processo, constatou-se que os valores de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) de Exercícios Anteriores informados nos DDCRP publicados divergiam daqueles divulgados no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar de 2024 (peça 276).

59. A STN, instada a justificar a impropriedade identificada, informou que a metodologia utilizada na elaboração do Anexo 5 do RGF referente ao exercício de 2024 não considerou contas recém-criadas para atender ao art. 105 da Lei 14.133/2024, que trata da excepcionalização do cancelamento automático de RP, bem





como à decisão do STF, adotada no bojo da ADPF 854, que condicionou a execução de RP relativos às emendas parlamentares RP8 e RP9 (peça 273, p. 2-3).

60. Tal inconsistência impactou somente os demonstrativos do Poder Executivo, com diferença de R\$ 7,9 bilhões, e do MPU, com diferença de R\$ 782 mil. Em razão dessa impropriedade, os demonstrativos desses órgãos foram republicados no DOU (peças 274, p. 5, e 277 ou 278) e retificados no Siconfi.

61. Com a finalidade de subsidiar a verificação do cumprimento da norma, foram consolidadas, a partir das informações das versões finais dos demonstrativos, na forma do Anexo III deste relatório, as disponibilidades financeiras, em 31/12/2024, dos Poderes e órgãos federais previstos no art. 20 da LRF. A tabela a seguir resume essas informações. Ela foi construída apurando-se a disponibilidade bruta e as obrigações de todos os órgãos relacionados no art. 20 da LRF, chegando-se ao saldo líquido das disponibilidades de caixa e a este saldo contraposto os valores inscritos em restos a pagar não processados no final do exercício de 2024.

Tabela 3 – Disponibilidades de Caixa e Inscrição de Restos a Pagar Não Processados em 2024

Poderes / Órgãos	R\$ milhões				
	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações*	Disponibilidade de Caixa Líquida	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício (RPNP)	Suficiência após a inscrição de RPNP
	(1)	(2)	(3) = (1) – (2)	(4)	(5) = (3) – (4)
Poder Executivo	1.747.994	177.521	1.570.473	154.052	1.416.421
Poder Legislativo	5.895	470	5.425	539	4.886
1. Câmara dos Deputados	3.603	204	3.400	302	3.098
2. Senado Federal	1.575	210	1.365	121	1.244
3. Tribunal de Contas da União	717	56	661	116	545
Poder Judiciário	22.848	1.951	20.897	4.611	16.286
1. Supremo Tribunal Federal	290	44	245	65	180
2. Conselho Nacional de Justiça	104	19	85	5	80
3. Superior Tribunal de Justiça	620	137	483	92	390
4. Justiça Militar da União	82	26	56	34	21
5. Justiça Federal	7.727	703	7.023	3.457	3.567
6. Justiça Eleitoral	3.623	332	3.291	422	2.869
7. Justiça do Trabalho	9.172	623	8.549	468	8.080
8. Justiça do DF e dos Territórios	1.231	65	1.166	67	1.099
Ministério Público	761	102	659	74	585
Total Geral	1.777.498	180.044	1.597.454	159.276	1.438.178

Fonte: Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do 3º quadrimestre de 2024.

Nota: *As Obrigações são constituídas pela soma das Obrigações Financeiras, dos Restos a Pagar Processados e dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores.

62. Os valores publicados nos Demonstrativos de Disponibilidade de Caixa foram objeto de verificação, utilizando-se os valores do Siafi e a metodologia de cálculo de disponibilidades de caixa editada pela STN. Verificou-se, para todos os órgãos, tanto a disponibilidade total, que está evidenciada no Anexo III deste relatório, quanto a disponibilidade por fonte de recursos. No caso do Poder Executivo, essas fontes são consolidadas em grupos de destinação de recursos.

63. A análise realizada constatou que, ao se considerar todas as fontes somadas, nenhum órgão apresentou disponibilidade negativa após a inscrição de restos a pagar não processados. Verificou-se, contudo, que o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13) apresentou disponibilidade negativa na fonte vinculada à previdência social 056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União, no valor de R\$ 4.895,15, sem recursos livres, não vinculados, suficientes para compensar o desequilíbrio. Ao identificar o desequilíbrio, o órgão promoveu correção mediante o cancelamento de empenhos, conforme registrado na nota explicativa do demonstrativo: ‘Os empenhos 2024NE000008 e 2024NE000605, que totalizavam o saldo de R\$ 4.895,15 nos restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício, na Fonte 1056, foram objeto de anulação em janeiro de 2025’ (peça 125, p. 2 ou 129, p. 2).

64. Considerando que o TRT-13 providenciou o saneamento da irregularidade, mediante cancelamento de empenhos em valor suficiente para corrigir a insuficiência e tornou pública a correção através da inclusão de nota explicativa no demonstrativo, antes mesmo de qualquer providência deste Tribunal, deve-se considerar saneada a inscrição sem lastro, sem necessidade de deliberação específica.





65. Além disso, foram identificados alguns órgãos que, embora apresentassem disponibilidades negativas em alguma fonte vinculada, possuíam recursos livres suficientes para compensar as insuficiências. A Tabela 4 apresenta a situação.

Tabela 4 – Órgãos com Insuficiência de Recursos em Fontes Vinculadas

Órgão	Fonte de Recursos	Insuficiência (R\$)	Recursos Livres (R\$)
Tribunal de Contas da União (TCU)	120 - Recursos do Fistel de Livre Aplicação na Anatel e no Tesouro Nacional	7.726,77	463.007.122,70
Justiça Federal da 1ª Região (TRF 1)	056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	337,42	320.654,86
Justiça Federal da 4ª Região (TRF 4)	056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	26.563,63	26.563,63
Justiça Federal da 5ª Região (TRF 5)	056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	14.594,36	299.195,54
Defensoria Pública da União (DPU)	052 – Recurso Livres da UO	2,00	350.663.493,49

Fonte: Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do 3º quadrimestre de 2024.

66. Em relação a essas insuficiências em fontes específicas, tem-se que a Justiça Federal da 1ª e a da 5ª Regiões, conforme notas explicativas dos próprios demonstrativos e esclarecimentos posteriores (peças 187 e 188), providenciaram a correção em janeiro de 2025, mediante cancelamento de empenhos. O TCU também saneou a insuficiência no mês de janeiro (peça 189).

67. A Justiça Federal da 4ª Região, por sua vez, que informava em nota explicativa que os empenhos com insuficiência de fonte seriam oportunamente cancelados, encaminhou documentos comprovando a realização dos devidos cancelamentos em março de 2025 (peça 190).

68. Em relação à DPU, considerando a insignificância do valor da insuficiência verificada (correspondente a R\$ 2,00 na fonte 052, Recursos Livres da Unidade Orçamentária), foi encaminhada mensagem de correio eletrônico ao órgão alertando sobre a inconsistência (peça 191). Todavia, em razão da insignificância do valor envolvido, ponderou-se como desnecessária a adoção de quaisquer outras providências por parte do órgão.

69. Por fim, relata-se que a análise do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do TRT-16 evidenciou inconsistências. Comunicado, o órgão retificou o demonstrativo homologado no Siconfi e informou que o demonstrativo publicado no DOU seria republicado por ocasião da publicação do RGF referente ao 1º quadrimestre de 2025 (peças 192-193). O Anexo 5 do RGF do TRT-16 foi republicado na página 248 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 27/5/2025 (peça 275, p. 2).

70. Em relação aos demais órgãos, todos apresentaram não só suficiência total após a inscrição de RPNP, como suficiência em cada fonte de recurso.

71. Diante disso, considera-se regular e compatível com as disponibilidades discriminadas por fonte/destinação de recursos, para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e para a Defensoria Pública da União, a inscrição de restos a pagar não processados no exercício de 2024.

VI.1 Disponibilidade por Grupos de Destinação de Recursos – Poder Executivo

72. Normalmente, a disponibilidade negativa em algumas fontes, em órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, decorre ou de a metodologia da STN não contemplar alguma conta específica ou de lançamentos incompletos, em especial do cancelamento de empenhos sem a observância dos ajustes nas contas de Disponibilidade por Destinação de Recursos – DDR. Em relação ao Poder Executivo, outros fatores também podem levar à existência de disponibilidades negativas ao final do exercício, principalmente nos grupos de recursos vinculados à Seguridade Social.

73. A elaboração da peça orçamentária prevê a execução de despesas já ‘fonteadas’, ou seja, que as receitas que custearão as despesas sejam também identificadas. Se, no decorrer do exercício, houver frustração de receitas nas fontes identificadas sem a tempestiva substituição de fontes, a execução orçamentária da despesa ocorre mesmo com a fonte invertida. Muitas vezes, esses valores negativos já vêm de exercícios anteriores.

74. Como já relatado, em 2023, entrou em vigor nova classificação de fontes de recursos, cuja característica principal é possibilitar que a fonte identifique o destino do recurso, passando a origem do recurso





a ser identificada pela Natureza da Receita. Essa alteração conceitual das fontes levou também a uma reformulação abrangente dos Grupos de Destinação de Recursos. A nova estrutura dividiu os recursos em dois conjuntos: o de recursos livres (não vinculados) e o de recursos vinculados, sendo este último conjunto subdividido em nove grupos de agregações de vinculação.

75. O Anexo 5 do RGF do Poder Executivo referente ao exercício de 2023 foi publicado de acordo com a nova estrutura, embora não correspondesse às especificações do MDF de 2023. Para 2024, a Portaria STN/MF 989/2024 alterou a 14ª edição do MDF, aprovada pela Portaria 699/2023. Entre as modificações especificadas, destaca-se a realizada no Anexo 5 do RGF (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar), para adequá-lo à classificação por Fonte ou Destinação de Recursos (FR) estabelecida pela Portaria-SOF 14.956/2021.

76. A tabela seguinte apresenta a disponibilidade do Poder Executivo no final dos exercícios de 2023 e 2024, após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados, com os valores discriminados conforme a nova estrutura de grupos de destinação de recursos.

Tabela 5 – Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – Poder Executivo – 2024 e 2023

R\$ milhões

Grupo de Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados		
	2024	2023	Δ% anual
Total de Recursos Não Vinculados / Ordinários (I)	44.981	58.964	-23,7%
Total de Recursos Vinculados (II)	1.371.440	1.373.013	-0,1%
1. Recursos Vinculados à Educação	34.594	24.641	40,4%
2. Recursos Vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	70.651	57.435	23,0%
3. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	522	217	140,7%
4. Recursos Vinculados à Previdência Social (RGPS)	-3.136	-1.451	116,1%
5. Recursos Vinculados à Dívida Pública	871.306	957.776	-9,4%
6. Recursos Vinculados a Transferências a Estados, DF, Municípios	11.221	9.533	17,7%
7. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	385.272	324.642	18,7%
8. Recursos Extraorçamentários	114	104	10,1%
9. Recursos Não Classificados	895	116	671,3%
Total (III) = (I + II)	1.416.421	1.431.977	-1,1%

Fonte: RGFs do 3º Quadrimestre do Poder Executivo de 2023 e de 2024.

77. Analisando os dados apresentados na Tabela 5, verifica-se que o total das disponibilidades ao final de 2023 e de 2024 foi praticamente o mesmo, tendo ocorrido decréscimo de apenas 1,1%. Em termos nominais, uma redução de R\$ 15,5 bilhões em um universo de R\$ 1,4 trilhões.

78. Na análise da participação dos grupos no conjunto de recursos, tem-se que 97% dos recursos são vinculados: 62% vinculados à dívida pública e 27% a Fundos, Órgãos e Programas.

79. Por fim, tem-se que o Poder Executivo apresentou insuficiência de recursos vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (Grupo 4) no valor de R\$ 3,14 bilhões. Essa insuficiência é mais que o dobro da insuficiência apresentada em 2023. Ainda assim, ela é amplamente coberta pela disponibilidade de R\$ 45 bilhões em recursos de livre aplicação – Recursos Não Vinculados/Ordinários.

80. Assim, diante do quadro apresentado, propõe-se considerar, para o Poder Executivo, regular a inscrição em restos a pagar não processados e compatível com as disponibilidades agrupadas por grupos de destinação de recursos, ressaltando, no entanto, a existência de disponibilidades negativas no Grupo ‘Recursos Vinculados à Previdência Social (RGPS)’, no valor de R\$ 3,14 bilhões, face a uma disponibilidade positiva de R\$ 45 bilhões em recursos não vinculados.

81. Esta unidade técnica, em cumprimento ao subitem 9.7 do Acórdão 883/2018-TCU-Plenário (rel. min. Vital do Rêgo), continuará a monitorar, nos acompanhamentos dos Relatórios de Gestão Fiscal do último



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 026.101/2024-6

quadrimestre do exercício, a questão das disponibilidades negativas em grupos de destinação de recursos do Poder Executivo vinculados à Seguridade Social.

VII. ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

82. Além de definir os limites para a despesa com pessoal e a metodologia para apuração da RCL, a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para o controle do endividamento público e, nesse contexto, merece destaque o acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, cuja fiscalização por este Tribunal é determinada pela própria LRF (art. 59).

83. O controle do endividamento se processa por vários mecanismos, mas, para instrumentalizar o acompanhamento pelos cidadãos ou pelos órgãos de controle, a LRF determinou em seu art. 32, § 4º, que o Ministério da Fazenda efetuasse registro eletrônico centralizado e atualizado das informações detalhadas das dívidas públicas interna e externa da União e de todos os demais entes da Federação – com encargos e condições de contratação, saldos e limites de endividamento, de contratação de operações de crédito e de concessão de garantias.

84. O acesso público às informações citadas pode ser realizado por meio da plataforma ‘Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios’, inserida no portal Tesouro Transparente (www.tesourotransparente.gov.br/historias/visao-integrada-das-dividas-da-uniao-dos-estados-do-distrito-federal-e-dos-municipios), bem como por consultas ao Siconfi e/ou ao Sadipem (Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios).

85. No exercício de sua competência constitucional (art. 52, incisos VII e VIII), o Senado Federal estabeleceu os limites e condições para a concessão de garantias pela União e os limites globais para o volume anual da contratação de operações de crédito (para todos os entes federativos). No caso da dívida consolidada, o Senado Federal não fixou o limite para a dívida consolidada da União, tendo fixado para as demais esferas de governo. Já o Congresso Nacional não fixou o limite para a dívida mobiliária federal.

86. Por outro lado, ao final de agosto de 2023 houve a sanção da Lei Complementar 200/2023, que instituiu o Regime Fiscal Sustentável, na União, com a finalidade de assegurar a sustentabilidade da dívida, tendo estabelecido por parâmetro a relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o Produto Interno Bruto (PIB) e por objetivo a estabilização dessa relação.

87. A análise empreendida a seguir tem como base as informações constantes dos demonstrativos da dívida consolidada, das operações de crédito e das garantias concedidas, elementos essenciais à avaliação do endividamento público expresso no RGF do 3º quadrimestre de 2024.

88. Tais demonstrativos estão previstos no art. 55 da LRF e devem ser publicados quadrimestralmente de forma a garantir amplo acesso público, bem como controle pelos órgãos competentes. De acordo com o inciso III do § 1º do art. 59 da Lei, os tribunais de contas alertarão os Poderes quando constatarem que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantias se encontrarem acima de 90% dos respectivos limites.

89. De forma a verificar a acurácia dos dados publicados pelo Poder Executivo federal, os valores divulgados são conferidos com os dados constantes do Siafi (obtidos por meio do Tesouro Gerencial), verificando-se a aderência à metodologia de cálculo elaborada pela STN, com ênfase na verificação dos dados inseridos no Siconfi (e divulgados, também, por meio deste), conforme relatado no Capítulo III deste relatório.

90. Nesta averiguação, foram constatadas divergências no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e no Demonstrativo das Operações de Crédito, Anexos 2 e 4 do RGF, respectivamente. No caso do Anexo 2 (DCL), trata-se de diferença irrisória detalhada na análise a seguir e que deveria ser retificada em publicações posteriores do demonstrativo. Já em relação ao Anexo 4 (Operações de Crédito), a divergência decorreu apenas do fato de que a metodologia divulgada estava desatualizada, tendo a STN se comprometido a corrigi-la (peça 201).

91. Adicionalmente, foi identificada divergência significativa no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (Anexo 3 do RGF), que diz respeito à ausência de valores no montante das garantias concedidas aos estados. Essa situação, detalhada em análise adiante, ensejou posterior retificação dos valores divulgados e da respectiva metodologia de elaboração do demonstrativo.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

VII.1 Dívida Consolidada

92. A dívida pública pode ser classificada em mobiliária e contratual, sendo que, de acordo com a LRF, a Dívida Consolidada (DC) de cada ente federativo deve incluir outras obrigações, como precatórios e operações equiparadas a operações de crédito, abrangendo, além das obrigações assumidas pelos órgãos da administração direta, as assumidas por seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes (exceto as operações entre esses órgãos e/ou entidades).

93. Para o acompanhamento do nível de endividamento dos entes federativos, a LRF facultou a proposição de limites ‘em termos de dívida líquida’, o que, a depender do grau de liquidez e certeza dos haveres financeiros, proporciona uma representação mais fidedigna da situação. No caso da União, em que a Dívida Mobiliária (DM) passou a representar a quase totalidade da Dívida Consolidada, a manutenção de recursos em caixa, prática conhecida por ‘colchão da dívida’, possibilita um melhor gerenciamento da liquidez e até a redução de taxas de juros (devido a uma menor percepção de risco, por exemplo).

94. O estabelecimento do limite para a Dívida Consolidada é competência do Senado Federal (conforme o inciso VI do art. 52 da Constituição) e o estabelecimento do limite para a Dívida Mobiliária da União é competência do Congresso Nacional (conforme o inciso XIV do art. 48 da Carta Magna), sendo que o art. 30 da LRF estabeleceu requisitos a serem cumpridos quando da proposição desses limites e de suas alterações.

95. No caso da Dívida Consolidada, os limites foram propostos pelo Presidente da República ‘em termos de dívida líquida’, por meio da Mensagem 1.069/2000 (no Senado Federal, Mensagem 154/2000), propondo-se, para a União, o limite de 350% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida (DCL). Deste modo, para o cálculo da DCL são deduzidos os valores de alguns ativos (Ativo Disponível e Haveres Financeiros) e somados os valores de restos a pagar processados. A proposta referente aos estados, DF e municípios foi desmembrada no Senado Federal (Mensagem 154-A/2000) e houve a aprovação da Resolução 40/2001 (Projeto de Resolução do Senado 73/2001). No caso da DCL da União, apenas em 2007 a proposta se tornou o Projeto de Resolução do Senado 84/2007, o qual foi arquivado definitivamente ao final de 2018. O referido limite, portanto, ainda carece de nova proposição pelo Presidente da República e de aprovação pelo Senado Federal.

96. No mesmo contexto, foi proposto pelo Poder Executivo federal o limite de 650% da RCL para a Dívida Mobiliária, por meio da Mensagem 1.070/2000 (Projeto de Lei 3.431/2000 na Câmara dos Deputados). Trata-se de apuração em valores brutos, o que justifica a proposição de limite consideravelmente superior ao limite da DCL. No Senado Federal, a proposta tramitou como o Projeto de Lei da Câmara 54/2009, tendo em vista a aprovação inicial naquela casa legislativa. Ao final da 54ª Legislatura, em 2014, a proposta foi arquivada e este limite também carece de definição.

97. A definição desses limites é importante para que o endividamento federal se pautе pelas balizas estabelecidas na LRF e, além de relevante para o equilíbrio intertemporal das contas públicas, para que possibilite a esta Corte de Contas efetuar os alertas previstos na LRF (art. 59, § 1º, inciso III), nos casos em que o montante apurado superar 90% do respectivo limite. Em que pese os limites não tenham sido estabelecidos, o Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar 200/2023) prevê regra que objetiva a estabilização da dívida (no caso, da relação DBG/PIB).


98. Conforme consignado nos votos dos Acórdãos 969/2019-TCU-Plenário e 973/2019-TCU-Plenário, ambos de relatoria da min. Ana Arraes, enquanto não forem aprovadas as normas que fixem os limites a que se refere a LRF, não é possível a este Tribunal efetuar os referidos alertas. Contudo, merece destaque o entendimento manifestado pelo ministro-relator Bruno Dantas quando da apreciação do Acompanhamento do RGFs do 3º quadrimestre de 2019 (Voto condutor do Acórdão 2.196/2020-TCU-Plenário), no sentido de que:

(...) embora não haja limite formalmente definido para os montantes das dívidas consolidada e mobiliária federal, a missão atribuída pela LRF a este Tribunal possui espectro amplo, guiado, sempre, pela diretriz insculpida em seu art. 1º, § 1º, segundo a qual a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Para esse intento, embora não seja juridicamente viável expedir o alerta preconizado pela LRF por ausência de critério legal, cabe ao Tribunal informar a situação aos órgãos envolvidos com vistas à busca de melhorias no cenário fiscal (...)

14

Avulso do AVN 17/2025 [22 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430550.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

99. Ademais, o não cumprimento dos limites de endividamento e a falta de medidas saneadoras, nos prazos e condições estabelecidos na LRF e nas resoluções do Senado, poderiam sujeitar os agentes públicos às punições previstas na Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais) e na legislação citada no art. 73 da LRF.

100. A Tabela 6, a seguir, apresenta valores constantes do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida da União do 3º quadrimestre de 2024, publicados no DOU e disponibilizados no Siconfi, com a inclusão das variações percentuais (nominais) no quadrimestre em análise e nos últimos doze meses.

Tabela 6 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

(LRF, art. 55, inciso I, alínea ‘b’)

Especificação	R\$ milhares					
	Até o 3º Quadrím. de 2023	Até o 1º Quadrím. de 2024	Até o 2º Quadrím. de 2024	Até o 3º Quadrím. de 2024	Var. % Quadr.	Var. % 12 meses
Dívida Consolidada - DC (I)	9.032.745.110	9.262.160.910	9.625.040.543	9.967.635.161	3,56	10,35
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional (DM)	8.791.024.022	9.069.878.888	9.426.291.000	9.774.068.510	3,69	11,18
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	6.262.578.876	6.418.135.749	6.712.294.833	6.958.206.651	3,66	11,11
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-2.758.065	-2.754.199	-2.798.756	-2.695.461	-3,69	-2,27
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira no BCB)	2.318.580.413	2.415.769.208	2.446.951.413	2.517.512.689	2,88	8,58
Dívida Securitizada	5.031.791	4.050.351	2.791.919	7.418.345	165,71	47,43
Dívida Mobiliária Externa	207.591.008	234.677.778	267.051.592	293.626.286	9,95	41,44
Relações Financeiras entre a União/BCB (L. 13.820/2019)	151.826.821	111.245.540	111.245.540	95.195.050	-14,43	-37,30
Dívida Contratual	81.605.395	72.960.894	79.759.511	91.929.539	15,26	12,65
Precatórios Posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	3.352.223	3.919.968	2.178.575	522.622	-76,01	-84,41
Dívida Assumida pela União (L. 8727/93)	1.965.831	1.699.812	1.736.078	1.922.411	10,73	-2,21
Passivos Reconhecidos por Insuf. de Créditos/Recursos	2.970.819	2.455.807	3.829.838	3.997.030	4,37	34,54
Deduções (II)	2.931.457.768	2.702.341.864	2.678.169.564	2.857.924.381	6,71	-2,51
Ativo Disponível	1.650.728.231	1.568.570.264	1.501.229.191	1.627.514.230	8,41	-1,41
Haveres Financeiros	1.392.847.215	1.277.211.874	1.288.059.473	1.360.404.213	5,62	-2,33
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-112.117.678	-143.440.273	-111.119.100	-129.994.061	16,99	15,94
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	6.101.287.342	6.559.819.046	6.946.870.979	7.109.710.780	2,34	16,53
Receita Corrente Líquida - RCL	1.233.714.885	1.290.353.341	1.342.418.403	1.430.035.654	6,53	15,91
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	732,16%	717,80%	716,99%	697,02%	-2,79	-4,80
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	494,55%	508,37%	517,49%	497,17%	-3,93	0,53
% da DM sobre a RCL (DM / RCL)	712,57%	702,90%	702,19%	683,48%	-2,66	-4,08

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º quadrimestre de 2024 e de quadrimestres anteriores.

101. Convém registrar que, na conferência dos valores divulgados com os constantes do Siafi (obtidos por meio do Tesouro Gerencial), constatou-se que o saldo da Dívida Consolidada Líquida divulgado está superestimado, ou seja, com diferença a maior, no valor de R\$ 753.453,50 (diferença irrisória, que representa acréscimo de apenas 0,00001% na DCL).

102. Tal diferença decorre, mais especificamente, da divulgação desatualizada do saldo (a menor) de Aplicações em Fundos Diversos Junto ao Setor Público, que compõe o saldo de Haveres Financeiros (e, portanto, das Deduções). Instada a se manifestar, a STN informou que, após a publicação do RGF do 3º quadrimestre de 2024, foram realizados registros contábeis que impactaram aquela rubrica, tratando-se de ‘ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior’ (peça 200, p. 1), os quais podem ser realizados até trinta de março, em conformidade com a legislação.

103. A diferença em análise é insuficiente para alterar as variações percentuais apontadas na Tabela 6 e, de acordo com a STN, os valores atualizados seriam informados e evidenciados (em nota de rodapé) na próxima publicação do RGF (peça 200). Verificou-se, posteriormente, que o compromisso firmado pela equipe técnica da STN na referida resposta não foi adequadamente cumprido. Tendo em vista que se trata de uma diferença irrisória, tal questão será objeto de análise no próximo acompanhamento (TC 008.405/2025-5, rel. min. Benjamin Zymler).

104. Na esfera federal, a Dívida Consolidada (DC) atingiu R\$ 9,97 trilhões ao final do 3º quadrimestre de 2024, com crescimento de 3,56% (R\$ 343 bilhões) em relação ao final do quadrimestre anterior. Ao contrário dos entes subnacionais, a Dívida Consolidada da União também é composta por Dívida Mobiliária (DM), sendo que esta corresponde à quase totalidade da DC e, no período em análise, a DM permaneceu representando mais de 97% daquela (com saldo de R\$ 9,77 trilhões) e, portanto, o crescimento da Dívida Consolidada decorreu majoritariamente do acréscimo de R\$ 348 bilhões à Dívida Mobiliária (crescimento de 3,69%).

105. Do saldo da Dívida Mobiliária, 97% são classificados como dívida ‘interna’ (embora parte dos detentores dos títulos sejam ‘não residentes’), sendo composto majoritariamente pelo saldo da carteira de títulos ‘em mercado’ que atingiu R\$ 6,96 trilhões ao final de 2024, com crescimento de 3,66% (R\$ 246 bilhões) no

15

Avulso do AVN 17/2025 [23 de 36]

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430550.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

quadrimestre.

106. Na DM estão incluídos R\$ 2,52 trilhões referentes à carteira de títulos públicos em poder do Banco Central do Brasil (Bacen), que instrumentalizam a execução da política monetária, e que tiveram crescimento de 2,88% (R\$ 70,6 bilhões) no quadrimestre. A ‘carteira Bacen’ corresponde a pouco mais de um quarto da Dívida Mobiliária (e da Dívida Consolidada), sendo que tal participação tem mantido razoável estabilidade desde o final de 2020.

107. O saldo de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional na ‘carteira Bacen’, além de compor a Dívida Consolidada (bem como a DCL, analisada mais adiante), é considerado na apuração da Dívida Líquida do Setor Público – DLSP, cujo montante encerrou 2024 com R\$ 7,22 trilhões (correspondendo a 61,5% do PIB, conforme a estatística fiscal divulgada em 30/5/2025, tabela 17, disponível em www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais). Por outro lado, os títulos em poder do Bacen não compõem o saldo da Dívida Pública Federal – DPF divulgada pela STN no Relatório Mensal da Dívida (RMD) e que atingiram R\$ 7,32 trilhões ao final de 2024 (disponível em www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-da-divida-rmd).

108. Na variação da Dívida Mobiliária no 3º quadrimestre de 2024, cabe destacar o acréscimo de quase 10% (R\$ 26,6 bilhões) no saldo da Dívida Mobiliária Externa (títulos com fluxos de recebimento e pagamento em dólares americanos), afetado em boa medida pela desvalorização da moeda nacional no período.

109. Quanto à Dívida Consolidada Líquida, esta cresceu R\$ 162,8 bilhões (2,34%) no 3º quadrimestre de 2024, alcançando R\$ 7,11 trilhões ao final do exercício. É razoável considerar que a DCL representa mais fidedignamente o grau de endividamento da União, pois considera em seu cálculo variações em ativos que estão relacionados com o próprio endividamento e a sua gestão (como, por exemplo, o nível das disponibilidades mantidas e os empréstimos aos demais entes federados).

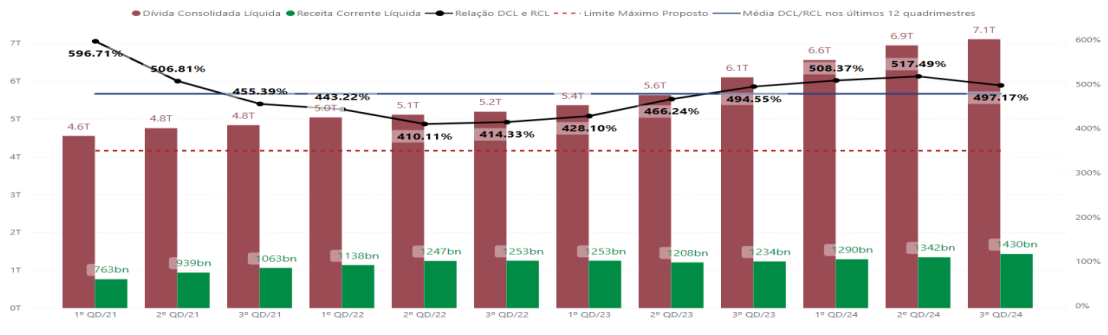
110. Neste contexto, a variação na DCL observada demonstra uma desaceleração no crescimento do endividamento no 3º quadrimestre de 2024. Tal resultado deve-se ao fato de que as deduções da Dívida Consolidada aumentaram 6,71% (quase R\$ 180 bilhões), ou seja, proporcionalmente maior do que a DC ou a DM (3,56% e 3,69%, respectivamente).

111. No entanto, no acumulado de doze meses a DCL cresceu 16,53% (R\$ 1.008 bilhões) enquanto a Dívida Consolidada aumentou 10,35% (R\$ 935 bilhões). Tais variações superaram bastante a inflação oficial do período, haja vista que o IPCA registrou alta de 4,83% em 2024. A título de referência, convém registrar que, no mesmo período, a Dívida Líquida do Setor Público saiu de 60,43% para 61,48% do PIB e a Dívida Bruta do Governo Geral avançou de 73,83% para 76,50% do PIB (conforme séries temporais 4513 e 13762 das estatísticas fiscais do Bacen, respectivamente).

112. Quanto aos parâmetros fiscais, ante o elevado crescimento da RCL no quadrimestre (6,53%), verificou-se redução na relação DCL/RCL, que saiu de 517,49% ao final do 2º quadrimestre de 2024 para 497,17% ao final de 2024. Registre-se que, ao final de 2020, a marca atingida foi de 697,44% (recorde para o indicador), quase o dobro do limite máximo de 350% proposto ainda no ano 2000.

113. O gráfico a seguir apresenta a evolução do referido indicador nos últimos doze quadrimestres.

Gráfico 4 – Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida



Fonte: Elaboração própria.





114. Em relação à Dívida Mobiliária, o indicador DM/RCL recuou de 702,19% ao final do 2º quadrimestre de 2024 para 683,48% ao final de 2024, mantendo-se extrapolado o limite de 650% proposto no ano 2000, acima do eventual limite de alerta para esta Corte de Contas (90% do limite, que seria 585%). Registre-se que, ao final de 2020, este indicador atingiu o recorde de 1.059,86%.

115. Nesse sentido, de maneira análoga à procedida no âmbito do Acórdão 2.196/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas), propõe-se informar à Casa Civil da Presidência da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, bem como ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento e Orçamento, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, nos termos do art. 1º, § 1º, da LRF, que os montantes da Dívida Consolidada Líquida e da Dívida Mobiliária da União alcançaram, no 3º quadrimestre de 2024, respectivamente, 497,17% e 683,48% da Receita Corrente Líquida.

VII.2 Operações de Crédito

116. O Demonstrativo das Operações de Crédito é outro importante instrumento para acompanhar o endividamento ao longo do exercício. No entanto, enquanto a dívida é acompanhada pelo saldo existente ao final de cada quadrimestre (controle do estoque), o controle das contratações é realizado sobre o fluxo das operações realizadas a partir do primeiro dia do ano.

117. De acordo com o art. 7º da Resolução do Senado Federal 48/2007, o limite para a União contratar operações de crédito é de 60% da RCL por exercício financeiro. Para efeito da apuração desse limite, consideram-se apenas as contratações realizadas no exercício, no caso específico, os valores das operações de crédito que se acumularam ao longo de 2024, incluindo as contratações internas e externas.

118. A própria norma, no entanto, estabelece diversas deduções a serem realizadas para a apuração do montante, notadamente, os valores de operações de crédito que sejam destinados à amortização do principal da dívida (inclusive no caso de refinanciamento) e, dessa forma, dá a este limite a característica de ser um ‘teto’ para o crescimento do estoque da dívida a cada exercício (haja vista que busca mensurar o montante que excede ao refinanciamento), em que pese não controle a elevação da dívida que decorre da apropriação de juros.

119. A forma de cálculo da razão entre operações de crédito e RCL confere certa particularidade à evolução desse quociente nos dois primeiros Relatórios de Gestão Fiscal de cada exercício, pois, enquanto o numerador (operações de crédito) é a soma das operações realizadas apenas no 1º quadrimestre (ou no 1º e 2º quadrimestres) do exercício de referência, o denominador é sempre composto pelo fluxo da RCL relativo aos últimos três quadrimestres. Deste modo, a possibilidade de descumprimento do limite é maior com o decorrer dos períodos de apuração.

120. No caso de ocorrer o atingimento do limite estabelecido em algum dos dois primeiros quadrimestres, será vedada à União a contratação de novas operações até o final do exercício (exceto para o pagamento da dívida mobiliária), conforme estabelece o art. 31 da LRF.

121. Feita essa contextualização preliminar, apresentam-se a seguir, de forma sintética, as principais informações do Demonstrativo de Operações de Crédito constantes do RGF do 3º quadrimestre de 2024. Ressalta-se que, conforme compromisso anteriormente assumido (peça 201), a STN efetivamente retificou a metodologia de elaboração desse demonstrativo, divulgada no Portal Tesouro Transparente (<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/metodologia-do-relatorio-de-gestao-fiscal-rgf>).

Tabela 7 – Demonstrativo das Operações de Crédito
(LRF, art. 55, inciso I, alínea ‘d’)

Operações de Crédito	R\$ milhares				
	No 1º Quadrim. (A)	No 2º Quadrim. (B)	No 3º Quadrim. (C)	Até o 3º Quadrim. (A+B+C)	% RCL (Até o 3º Quad.)
Operações de Crédito (I)	820.487.277	624.164.568	462.206.562	1.906.858.408	133,34%
Mobiliária	820.155.701	623.548.798	460.711.528	1.904.416.027	133,17%
Interna	798.063.851	612.535.598	460.711.528	1.871.310.977	130,86%
Externa	22.091.850	11.013.200	0	33.105.050	2,31%
Contratual	331.576	615.771	1.495.035	2.442.381	0,17%
Externa	331.576	615.771	1.495.035	2.442.381	0,17%
Apuração do Cumprimento dos Limites	No 1º Quadrim. (R\$)	Até o 2º Quadrim. (R\$)	Até o 3º Quadrim. (% RCL)	Até o 3º Quadrim. (R\$)	Até o 3º Quadrim. (% RCL)
Operações Vedadas (II)	0	0	0,00%	0	0,00%





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

Operações de Crédito	No 1º Quadrim. (A)	No 2º Quadrim. (B)	No 3º Quadrim. (C)	Até o 3º Quadrim. (A+B+C)	% RCL (Até o 3º Quad.)
Outras Operações Deduzidas do Limite (III)	790.448.098	1.236.146.007	92,08%	1.666.202.752	116,51%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	789.984.583	1.235.491.464	92,03%	1.665.548.210	116,47%
Cancelamento de Títulos Aceitos em Leilões de Trocas	0	0	0,00%	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008	463.515	654.542	0,05%	654.542	0,05%
Concessão de Garantias	0	0	0,00%	0	0,00%
Total Considerado para Apuração do Cumprimento dos Limites (I) + (II) – (III)	30.039.179	208.505.839	15,53%	240.655.656	16,83%
Receita Corrente Líquida (RCL)	1.290.353.341	1.342.418.403	100,00%	1.430.035.654	100,00%
Limite Geral (definido pelo SF)	774.212.005	805.451.042	60,00%	858.021.393	60,00%
Limite de Alerta (inc. III do § 1º do art. 59 da LRF)	696.790.804	724.905.938	54,00%	772.219.253	54,00%

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre 2024 e de quadrimestres anteriores.

122. Conforme evidenciado na Tabela 7, o valor das operações de crédito contratadas em 2024 totalizou R\$ 1,91 trilhão, majoritariamente constituído por operações mobiliárias internas. Para o cálculo do limite estabelecido pelo Senado Federal foi deduzido R\$ 1,67 trilhão referente, quase que totalmente, ao refinanciamento do principal da dívida.

123. Neste contexto, em 2024 o ‘montante líquido das novas operações de crédito’ a ser considerado para fins de apuração do cumprimento do limite foi de R\$ 240,7 bilhões, o que corresponde a 16,83% da RCL e, portanto, o limite de 60% da RCL foi cumprido.

124. Importante ressaltar que este resultado não representa a variação da dívida pública, haja vista que considera o montante das novas operações, mas não a apropriação de juros sobre o estoque remanescente. Desse modo, convém registrar que, em 2024, a Dívida Consolidada cresceu R\$ 935 bilhões e a Dívida Consolidada Líquida, R\$ 1.008 bilhões, conforme registrado no item anterior.

VII.3 Garantias Concedidas

125. Relevante mecanismo para controle de potencial aumento do endividamento da União é o acompanhamento do montante de garantias concedidas em operações de crédito interno e externo. Esse montante também não poderá ultrapassar 60% da RCL, conforme estabelece o art. 9º da Resolução do Senado Federal 48/2007.

126. Em que pese o valor percentual desse limite seja o mesmo do limite para operações de crédito (análise anterior), não se trata aqui da variação do montante em determinado período, mas da verificação do nível atingido em datas específicas, ou seja, do saldo devedor atualizado das operações garantidas pela União ao final de cada quadrimestre.

127. O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores apresenta o montante das contragarantias recebidas nessas operações, as quais são exigidas conforme o § 1º do art. 40 da LRF. Essas contragarantias não são obrigatórias para órgãos e entidades do próprio ente federativo (da União, no caso), tendo em vista a permissão dada pelo inciso I do referido artigo.

128. É importante observar que a União poderá conceder garantias desde que os entes beneficiários (estados, DF e municípios), ou suas respectivas entidades, comprovem o cumprimento das condicionantes fixadas pela Constituição Federal, pela própria LRF e pelas resoluções do Senado Federal. Dentre estas condicionantes está, além do recebimento de contragarantias (em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida), a adimplência do pleiteante relativamente às obrigações junto ao garantidor e suas entidades.

129. Frise-se que as contragarantias exigidas dos estados, DF ou municípios consistem na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas ou provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes à União para retenção dos valores que vierem a ser utilizados no pagamento da respectiva dívida vencida, conforme dispõem o inciso II do § 1º do art. 40 da LRF e o § 4º do art. 167 da Constituição.

130. A tabela a seguir apresenta valores constantes do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do 3º quadrimestre de 2024, publicados no DOU e disponibilizados no Siconfi, com a inclusão das variações percentuais (nominais) no quadrimestre em análise e nos últimos doze meses.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

Tabela 8 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
(LRF, arts. 40, § 1º, e 55, inciso I, alínea ‘c’)

Garantias Concedidas	Até o 3º	Até o 1º	Até o 2º	Até o 3º	Var. %	Var. %
	Quadr. de 2023 (A)	Quadr. de 2024 (B)	Quadr. de 2024 (C)	Quadr. de 2024 (D)	Quadr. (D/C)	12 Meses (D/A)
Aos Estados (I)	202.605.889	211.197.684	227.012.959	167.921.516	-26,03	-17,12
Em Operações de Crédito Externas	112.387.963	117.499.390	127.763.447	96.723.976	-24,29	-13,94
Em Operações de Crédito Internas	90.217.925	93.698.294	99.249.512	71.197.540	-28,26	-21,08
Aos Municípios (II)	36.618.721	40.701.935	48.299.535	56.385.712	16,74	53,98
Às Entidades Controladas (III)	30.070.478	30.175.041	34.056.268	36.972.437	8,56	22,95
Por meio de Fundos e Programas (IV)	23.224.035	22.726.350	20.802.822	20.975.246	0,83	-9,68
Total Garantias Concedidas (V) = (I + II + III + IV)	292.519.123	304.801.010	330.171.584	282.254.910	-14,51	-3,51
Receita Corrente Líquida - RCL (VI)	1.233.714.885	1.290.353.341	1.342.418.403	1.430.035.654	6,53	15,91
% do Total das Garantias sobre a RCL	23,71%	23,62%	24,60%	19,74%	-19,75	-16,76
Limite definido por Res. do Senado Fed. - 60%	740.228.931	774.212.005	805.451.042	858.021.393	6,53	15,91
Lim. de Alerta (inc. III do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	666.206.038	696.790.804	724.905.938	772.219.253	6,53	15,91
Contragarantias Recebidas	Até o 3º	Até o 1º	Até o 2º	Até o 3º	Var. %	Var. %
	Quadr. de 2023	Quadr. de 2024	Quadr. de 2024	Quadr. de 2024	Quadr. (D/C)	12 Meses (D/A)
Dos Estados (VII)	202.605.889	211.197.684	227.012.959	240.499.941	5,94	18,70
Em Operações de Crédito Externas	112.387.963	117.499.390	127.763.447	137.346.457	7,50	22,21
Em Operações de Crédito Internas	90.217.925	93.698.294	99.249.512	103.153.484	3,93	14,34
Dos Municípios (VIII)	36.618.721	40.701.935	48.299.535	56.385.712	16,74	53,98
Das Entidades Controladas (IX)	11.311.689	11.096.718	12.233.009	12.646.705	3,38	11,80
Em Garantias por meio de Fundos e Programas (X)	0	0	0	0	0	0
Total Contragar. Receb. (XI) = (VII + VIII + IX + X)	250.536.299	262.996.337	287.545.503	309.532.357	7,65	23,55

Fontes: Elaboração própria com dados do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2024.

131. Note-se que o valor das garantias concedidas aos estados apresentou acentuada redução, de 26,03%, no quadrimestre em análise, destoando do montante das respectivas contragarantias, que cresceu 5,94%. Tal situação ensejou a realização de questionamento à Secretaria do Tesouro Nacional, inclusive pelo efeito significativo no saldo total das garantias concedidas e na apuração oficial do respectivo indicador (% da RCL).
132. A STN informou que, em decorrência de alteração contábil realizada ao final de 2024, o saldo das garantias concedidas aos estados foi divulgado sem a inclusão de R\$ 72,58 bilhões, que dizem respeito ao saldo das garantias concedidas aos estados que aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF (ou seja: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás).
133. No âmbito do RRF, a honra das garantias concedidas pela União em operações de crédito desses estados se tornou praticamente certa, assim como o financiamento da devolução desses valores. Assim, o ente federal tem provisionado, em contas patrimoniais do Passivo, os saldos devedores das respectivas operações de crédito estaduais garantidas.
134. Neste cenário, a STN foi instada a excluir os valores já provisionados do saldo das contas de controle de Atos Potenciais Passivos, que atualmente são as contas utilizadas na elaboração do demonstrativo em análise, haja vista que tal contabilização deve ser mutuamente excludente (ato potencial ou provisão). Tal solicitação se deu na auditoria financeira realizada nas demonstrações contábeis do Ministério da Fazenda de 2024 (apreciada por meio do Acórdão 1.093/2025-TCU-Plenário, rel. min. Jhonatan de Jesus).
135. Deste modo, o órgão informou que atualizaria a metodologia de elaboração do demonstrativo em análise (de modo a incluir as contas contábeis que contêm os valores já provisionados, indevidamente excluídos do saldo das garantias concedidas) e que retificaria esses valores, com evidenciação, nas publicações subsequentes (peça 202). De fato, tais medidas foram implementadas quando da publicação do RGF do 1º Quadrimestre de 2025, de modo que a análise detalhada da adequação dessas medidas será realizada no bojo do TC 008.405/2025-5, rel. min. Benjamin Zymler.
136. Convém registrar que a exclusão daquele saldo não foi replicada no demonstrativo que consta das ‘notas explicativas’ (denominada metodologia de elaboração) do RGF em análise, assim como não ocorreu em outra publicação, o Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas do 3º Quadrimestre de 2024 (disponível em www.tesourotransparente.gov.br). A alteração contábil descrita está evidenciada, sucintamente, no Balanço Geral da União de 2024 (notas explicativas 15, 18 e 60).





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

137. Ressalte-se que as provisões citadas têm considerado a integralidade dos saldos devedores atualizados das operações de crédito dos estados, independentemente do prazo de vencimento destas operações, o que pode não estar compatibilizado com a duração dos respectivos Regimes de Recuperação Fiscal. Tal situação, a depender da prioridade, poderá ser escopo de fiscalizações financeiras futuras.

138. Por outro lado, é importante registrar o lançamento do Propag – Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados, instituído pela Lei Complementar 212/2025 e regulamentado pelo Decreto 12.433, de 14/4/2025. Haja vista as condições favoráveis do Propag e a incompatibilidade de sua adesão com a permanência em Regime de Recuperação Fiscal, é provável uma grande redução naquele provisionamento contábil, tendo em vista que o Propag não inclui a postergação do reembolso de honras de garantias.

139. Assim, considerando o compromisso da STN e a comprovada retificação posterior do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do 3º quadrimestre de 2024, Anexo 3 do RGF, reapresenta-se a tabela anterior, mais detalhada, com a inclusão dos montantes de garantias aos estados que não foram incluídos, bem como análises pertinentes ao referido demonstrativo.

Tabela 9 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (Retificado)
(LRF, arts. 40, § 1º, e 55, inciso I, alínea ‘c’)

R\$ milhares						
Garantias Concedidas	Até o 3º Quadr. de 2023 (A)	Até o 1º Quadr. de 2024 (B)	Até o 2º Quadr. de 2024 (C)	Até o 3º Quadr. de 2024 (D)	Var. % Quadr. (D/C)	Var. % 12 Meses (D/A)
Aos Estados (I)	202.605.889	211.197.684	227.012.959	240.499.941	5,94	18,70
Em Operações de Crédito Externas	112.387.963	117.499.390	127.763.447	137.346.457	7,50	22,21
Em Operações de Crédito Internas	90.217.925	93.698.294	99.249.512	103.153.484	3,93	14,34
Aos Municípios (II)	36.618.721	40.701.935	48.299.535	56.385.712	16,74	53,98
Em Operações de Crédito Externas	22.194.751	24.872.439	28.582.280	31.673.956	10,82	42,71
Em Operações de Crédito Internas	14.423.970	15.829.496	19.717.255	24.711.755	25,33	71,32
Às Entidades Controladas (III)	30.070.478	30.175.041	34.056.268	36.972.437	8,56	22,95
Em Operações de Crédito Externas	24.710.972	25.017.524	29.045.676	31.973.769	10,08	29,39
Em Operações de Crédito Internas	5.359.506	5.157.516	5.010.592	4.998.668	-0,24	-6,73
Por meio de Fundos e Programas (IV) ⁽¹⁾	23.224.035	22.726.350	20.802.822	20.975.246	0,83	-9,68
FGTS - BNDES (Contrato PGFN/CAF 433/2008) ⁽²⁾	1.138.186	1.013.874	889.681	764.938	-14,02	-32,79
Fundo de Garantia à Exportação – FGE	14.798.574	13.899.088	14.977.334	15.588.282	4,08	5,34
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	22.188	22.188	23.186	23.186	0,00	4,50
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira – BB	604.154	604.154	533.875	533.875	0,00	-11,63
Lei 8.036/1990 - Risco de Operações Ativas	2.597.867	2.681.573	2.681.573	2.580.776	-3,76	-0,66
Emgea - MP 2.155/2001 ⁽²⁾	4.063.067	4.505.474	1.697.173	1.484.189	-12,55	-63,47
Total Garantias Concedidas (V) = (I + II + III + IV)	292.519.123	304.801.010	330.171.584	354.833.335	7,47	21,30
Receita Corrente Líquida - RCL (VI)	1.233.714.885	1.290.353.341	1.342.418.403	1.430.035.654	6,53	15,91
% do Total das Garantias sobre a RCL	23,71%	23,62%	24,60%	24,81%	0,88	4,65
Limite definido por Res. do Senado Fed. - 60%	740.228.931	774.212.005	805.451.042	858.021.393	6,53	15,91
Lim. de Alerta (inc. III do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	666.206.038	696.790.804	724.905.938	772.219.253	6,53	15,91
Contragarantias Recebidas	Até o 3º Quadr. de 2023	Até o 1º Quadr. de 2024	Até o 2º Quadr. de 2024	Até o 3º Quadr. de 2024	Var. % Quadr.	Var. % 12 Meses
Dos Estados (VII)	202.605.889	211.197.684	227.012.959	240.499.941	5,94	18,70
Dos Municípios (VIII)	36.618.721	40.701.935	48.299.535	56.385.712	16,74	53,98
Das Entidades Controladas (IX)	11.311.689	11.096.718	12.233.009	12.646.705	3,38	11,80
Em Garantias por meio de Fundos e Programas (X)	0	0	0	0	0	0
Total Contragar. Receb. (XI) = (VII + VIII + IX + X)	250.536.299	262.996.337	287.545.503	309.532.357	7,65	23,55

Fontes: Elaboração própria com dados do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2024, com retificação do saldo das garantias concedidas aos estados (e respectivos totais).

¹⁾ A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no Siafi (nota explicativa no original);

²⁾ Os valores relativos a estas linhas ainda não se encontram registrados no Siafi (nota explicativa no original).

140. No 3º quadrimestre de 2024, o saldo das garantias concedidas pela União cresceu R\$ 24,7 bilhões (aumento de 7,47%), alcançando R\$ 354,8 bilhões ao final desse período. Ressalte-se que quase 70% do saldo devedor das operações de crédito garantidas estão sob responsabilidade dos estados e Distrito Federal (R\$ 240,5 bilhões) e, no caso dos municípios, o montante de R\$ 56,4 bilhões corresponde a 15,9% do total (há crescimento continuado dessa participação a partir do 2º quadrimestre de 2020, quando estava em 7,5%). Adicionalmente, convém mencionar que o saldo das garantias aos municípios quase triplicou desde o final de 2019 (ou seja, a partir do início da pandemia da Covid-19).

141. Conforme pode ser verificado nas ‘notas explicativas’ do RGF, dos R\$ 37 bilhões do saldo de



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 026.101/2024-6

operações de crédito de entidades controladas, quase três quartos são de responsabilidade de empresas estatais federais e o restante (R\$ 9,4 bilhões) de entidades controladas estaduais ou do DF. Não há operações de entidades controladas municipais.

142. Geralmente, as variações no saldo devedor das garantias concedidas têm boa correlação com as variações cambiais, tendo em vista que a maior parte das operações de crédito garantidas é indexada a moedas estrangeiras (o que ocorre inclusive com uma parcela relevante das operações de crédito internas).

143. No quadrimestre em análise, o dólar americano, moeda majoritariamente utilizada nas operações de crédito externo, teve valorização de 9,48% (saindo do valor unitário de R\$ 5,6556 para R\$ 6,1917 no período, conforme cotações informadas pelo Bacen na ferramenta ‘Conversor de Moedas’ de seu sítio eletrônico), enquanto o saldo devedor das garantias aumentou 7,47%.

144. O tópico a seguir inclui informações a respeito das novas operações de crédito garantidas que foram contratadas pelos entes subnacionais.

145. Quanto à apuração do limite estabelecido pela RSF 48/2007, houve cumprimento deste ao final do 3º quadrimestre de 2024. Cabe registrar que, de acordo com a publicação original (não retificada), a apuração do indicador foi de 19,74% da RCL, enquanto o índice de 24,81% já consta na retificação prometida, com leve crescimento em relação ao quadrimestre anterior (que foi de 24,60%). De todo modo, essas apurações estão abaixo do limite estabelecido pelo Senado Federal (60% da RCL) e do limite para o alerta desta Corte de Contas (90% do limite, ou seja, 54% da RCL). Convém rememorar que, ao final de 2020, este indicador chegou a 51,08% (marca recorde desde a aprovação do limite), haja vista, principalmente, a grande queda da RCL naquele ano.

VII.4 Riscos Relacionados ao Endividamento dos Entes Subnacionais

146. O Senado Federal tem exercido a sua competência privativa, conforme o inciso V do art. 52 da Carga Magna, de aprovar a realização de operações de crédito externo do interesse dos entes federativos. A referida casa legislativa rotineiramente encaminha tais autorizações a esta Corte de Contas, formalizadas por meio de Resoluções do Senado Federal, e quando tratam de operações de crédito do interesse dos estados, DF e municípios recebem o tratamento estabelecido na Instrução Normativa-TCU 59/2009 (alterada pela Instrução Normativa-TCU 73/2014). Referidas autorizações encontram-se às peças 203 a 272.

147. No decorrer do 3º quadrimestre de 2024, o Senado Federal autorizou o prosseguimento da contratação de 31 operações de crédito do interesse dos entes subnacionais, as quais, em caso de contratação e liberação integral, atingirão o montante aproximado de US\$ 2,81 bilhões (o equivalente a R\$ 17,4 bilhões nas cotações do encerramento do quadrimestre, conforme informações do ‘Conversor de Moedas’ do sítio eletrônico do Bacen).

148. Em cumprimento ao art. 4º do referido normativo, a STN informa, nas notas explicativas dos RGFs (intituladas ‘Metodologia de Elaboração’), a relação das novas contratações de operações de crédito externo com garantia da União efetivadas no exercício. De acordo com a publicação, no quadrimestre em análise foram contratadas 29 operações de crédito, 22 delas autorizadas no quadrimestre em análise, as quais possibilitarão uma liberação total de aproximadamente US\$ 2,85 bilhões.


149. Ainda sobre a concessão de garantias pela União nos contratos dos entes subnacionais, convém lembrar que, em meados de 2017, houve o acréscimo do art. 9º-A à RSF 48/2007, dispondo sobre o estabelecimento de um intralimite anual (global) para essas contratações e sobre os requisitos a serem observados na proposição deste.

150. Este novo parâmetro foi formalmente inaugurado por meio da RSF 38/2019, a qual fixou o montante total de R\$ 22,5 bilhões como intralimite para concessão de garantias em operações de crédito interno e externo dos entes subnacionais (estados, DF e municípios) no exercício de 2019. Após esta primeira experiência, novos intralimites anuais ainda não foram formalmente fixados pelo Senado Federal.

151. Em atendimento à IN-TCU 59/2009, a STN também tem informado, nos RGFs, os montantes de garantias honradas pela União em decorrência da inadimplência de estados e municípios (independentemente do ressarcimento). Embora o referido normativo tenha por objeto apenas as operações de crédito externo, os dados apresentados incluem os valores referentes às honras de garantias das operações de crédito interno, sem distingui-los.

21

Avulso do AVN 17/2025 [29 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430550.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

152. As informações divulgadas nas ‘notas explicativas’ do RGF são uma parte do que já é divulgado mensalmente por meio do Relatório Mensal de Garantias Honradas — RMGH (ou Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito), que passou a ser publicado em 2016, quando tais honras de garantias voltaram a ocorrer (pois não ocorriam há mais de dez anos). A tabela a seguir apresenta tais informações (exceto o detalhamento por municípios), ressaltando-se que os montantes estão em valores históricos (não atualizados) e não deduzidos dos ressarcimentos já obtidos.

Tabela 10 – Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito (Histórico)

Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	3.975,34	4.611,02	5.152,49	40.457,38
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	1.979,04	3.564,48	3.732,68	19.443,24
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	1.301,48	1.288,31	919,35	903,10	5.769,15
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	886,57	1.393,37	1.524,07	3.804,01
Maranhão	-	-	-	-	280,16	-	547,90	681,40	-	1.509,47
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	-	443,86	645,03	-	1.443,73
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	-	352,16	334,22	-	875,58
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	156,98	35,11	-	-	479,77
Amapá	-	-	-	90,18	82,26	194,32	-	-	-	366,76
Alagoas	-	-	-	-	-	-	242,57	-	-	242,57
Bahia	-	-	-	-	239,80	-	-	-	-	239,80
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	-	-	-	-	135,58
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	-	-	-	107,13
Tocantins	-	-	-	-	88,86	-	-	-	-	88,86
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	61,72	-	61,72
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	-	-	-	-	25,60
Paraíba	-	-	-	-	0,65	-	-	-	-	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	-	-	-	-	0,29
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	0,10	0,10
Total Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	8.963,28	9.750,86	12.210,60	11.312,43	75.051,41
Total Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	32,06	80,81	142,14	388,03
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	9.782,93	12.291,41	11.454,57	75.439,44

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2024.

153. A partir de 2018, o RMGH deixou de apresentar informações a respeito da recuperação dos valores desembolsados pela União, limitando-se a informar, genericamente, que ‘diversos estados’ obtiveram decisões liminares favoráveis no STF, que impediam a União de executar as respectivas contragarantias e que a mesma situação se aplicava a estados que aderiram ao RRF (o que, até 2021, aplicava-se apenas ao Rio de Janeiro).

154. A falta de transparência na divulgação do montante das honras de garantias a recuperar foi objeto da atuação desta Corte de Contas em Acompanhamentos do RGF anteriores, conforme descrito na análise realizada no Acompanhamento do RGF do 1º quadrimestre de 2022 (vide relatório do Acórdão 2.105/2022-TCU-Plenário, rel. min. Jorge Oliveira).

155. Em decorrência desta atuação, a publicação do RMGH voltou a incluir informações a respeito do saldo de honras recuperado e a recuperar, a partir do relatório referente a julho de 2022. Aquela publicação noticiou, em resumo, que todas as pendências referentes a honras a recuperar existentes até 30/6/2022 haviam sido equacionadas, por meio de contratos de refinanciamento, fundamentados no art. 23 da Lei Complementar 178/2021 (alterada pela Lei Complementar 181/2021), a qual alterou e atualizou o RRF (instituído pela Lei Complementar 159/2017). De acordo com o Balanço Geral da União do 2º trimestre de 2022, o saldo a recuperar superava R\$ 46,5 bilhões.

156. Ressalte-se que, no caso dos estados que aderiram ao RRF (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás), o refinanciamento de honras de garantias posteriores continua previsto, nos montantes e situações pactuados. Convém registrar que a regularização (ou finalização) da adesão de Minas Gerais ao RRF apenas se deu em 6/1/2025, com a publicação da homologação de seu Plano de Recuperação Fiscal, após quase trinta meses de vigência precária.

157. Em que pese a situação excepcional equacionada pelos Regimes de Recuperação Fiscal, a partir de julho de 2022 novas pendências começaram a surgir, em decorrência de novas liminares concedidas pelo STF, fundamentadas em discussões relacionadas à queda de arrecadação de impostos estaduais (devido a alterações legislativas federais), e cuja solução geral foi tratada no âmbito da ADPF 984 e da ADI 7191, ambas sob a relatoria do min. Gilmar Mendes.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

158. Essas novas pendências tendem a ser equacionadas definitivamente, haja vista que, em 31/3/2023, a União, os estados e o DF firmaram acordo para solucionar o conflito, homologado pelo STF, e que em 24/10/2023 foi sancionada a Lei Complementar 201/2023, que estabeleceu o montante que a União deveria compensar cada unidade federativa pelas perdas de arrecadação, totalizando R\$ 27 bilhões. Desse montante, de acordo com o referido RMGH, R\$ 1,9 bilhão já foi destinado ao ressarcimento de honras de garantias.

159. Os montantes de garantias honradas que superam esta compensação poderão ser refinanciados (ou aplicado no custeio de obra de interesse da União), nos termos do art. 4º da referida lei. A tabela a seguir apresenta o montante das honras de garantias que, em 31/12/2024, ainda estão pendentes de regularização e a situação em que se encontram.

Tabela 11 – Honras de Garantias a Recuperar

R\$ milhões

Unidade da Federação	Saldo a Recuperar em 31/12/2024	Situação
Alagoas	147,55	Passível de Refinanciamento
Maranhão	931,41	Pendência Judicial / Passível de Refinanciamento
Pernambuco	275,00	Passível de Refinanciamento
Piauí	491,89	Passível de Refinanciamento
Estados	1.845,85	
Caucaia/CE	36,35	Pendência Judicial
Taubaté/SP	151,51	Pendência Judicial
Municípios	227,73	
Total	2.073,58	

Fonte: Elaboração própria com dados do RMGH de dezembro de 2024.

160. Deste modo, ao final de 2024 ainda havia um saldo de R\$ 2,07 bilhões de garantias a recuperar, sendo que 74% deste montante é passível do citado refinanciamento e o restante depende de decisões judiciais para resolução definitiva.

161. De acordo com o RMGH de dezembro de 2024, cabe ‘destacar que, dos R\$ 75,44 bilhões honrados pela União (...), cerca de R\$ 66,28 bilhões correspondem a valores abrangidos pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou incorporados a saldos de contratos administrados pela STN por força de lei (...)’.

162. Conclui-se, deste modo, que a situação das pendências de honras a recuperar melhorou significativamente, ressaltando-se que o que houve, de forma geral, foi a regularização dessas dívidas (honras a recuperar) por meio do refinanciamento junto à União.

VIII. CONCLUSÃO

163. Os Poderes e órgãos da União cumpriram as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos RGFs do 3º quadrimestre de 2024, em atendimento aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000 e ao inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). (itens 3 a 5 deste relatório)

164. Todos os órgãos divulgaram seus RGFs no Siconfi, conforme estabelecido no art. 162 da Lei 14.791/2023 (LDO 2024), sendo que, na averiguação da consistência e confiabilidade dos demonstrativos, por meio da comparação com dados obtidos por meio do Tesouro Gerencial, foram constatadas inconsistências ou divergências nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal da União com servidores do ex-Território de Roraima, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais do Trabalho das 16ª e 20ª Regiões, e também nos Demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida (Anexo 2), de Garantias e Contragarantias de Valores (Anexo 3) e das Operações de Crédito (Anexo 4) do Poder Executivo federal. (itens 8 a 9)

165. A Receita Corrente Líquida da União calculada e publicada pela STN (Portaria-STN 78/2025) acumulou, no período de doze meses encerrado no 3º quadrimestre de 2024, R\$ 1.430 bilhões. A preços de dezembro de 2024, esse valor equivale a R\$ 1.462 bilhões, o que representa acréscimo real de 5% em relação ao apurado no quadrimestre anterior (R\$ 1.392 bilhões) e de 11% em relação ao período correspondente ao 3º quadrimestre de 2023 (R\$ 1.283 bilhões). (itens 12, 15 e 17)

166. Não foram encontradas divergências relevantes entre a metodologia de cálculo da RCL da União publicada no DOU e a divulgada no Portal Tesouro Transparente, de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional. (itens 19 a 22)

23

Avulso do AVN 17/2025 [31 de 36]

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430550.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 026.101/2024-6

167. Observou-se que a metodologia de cálculo das Transferências Constitucionais e Legais, constante da apuração da RCL da União, contemplava 14 ações orçamentárias sem execução no período janeiro a dezembro de 2024. A mencionada imprecisão não enseja proposta de deliberação a esta Corte de Contas visto que não impacta a apuração da RCL do período. (item 23)

168. A metodologia de apuração da RCL para o corrente período de apuração guarda conformidade com os preceitos da LRF — em especial o art. 2º, inciso IV, e parágrafos, desse diploma legal —, e com a jurisprudência deste Tribunal sobre o tema — especialmente os Acórdãos 476/2003 (rel. min. Ubiratan Aguiar), 667/2008 (rel. min. Valmir Campelo) e 4.074/2020 (rel. min. Bruno Dantas), todos do Plenário do TCU. (item 24)

169. Todos os órgãos e Poderes da esfera federal elencados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000 observaram, para o período correspondente ao 3º quadrimestre de 2024, os limites estabelecidos para a despesa com pessoal, nos termos do art. 20 (limite máximo), art. 22, parágrafo único (limite prudencial), e art. 59, § 1º, inciso II (limite de alerta), da referida Lei, considerando-se, para tanto, os percentuais atualizados por atos infralegais vigentes. (itens 27 a 29)

170. No 3º quadrimestre de 2024, a relação DLP/RCL — parâmetro de controle da despesa com pessoal adotado pela LRF — alcançou o patamar de 23,4%, observando-se decréscimos de 2,5% em relação ao 3º quadrimestre de 2023 e de 1,5% em relação ao período de apuração anterior, causados, preponderantemente, pelo aumento da RCL nesse período. (item 31)

171. Foi observado o cumprimento do disposto no Acórdão 894/2012-TCU-Plenário (rel. min. Valmir Campelo), haja vista que não foram contabilizados na despesa com pessoal os valores referentes a auxílio-creche ou assistência pré-escolar, nem os benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor — auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência à saúde — conforme disposto no art. 5º da Lei 9.717/1998, c/c o art. 18 da Lei 8.213/1991 e o art. 185 da Lei 8.112/1990. (item 32)

172. Não foi observado o registro de ‘Despesas Não Executadas Orçamentariamente’ nos demonstrativos da despesa com pessoal referentes ao 3º quadrimestre de 2024. (item 33)

173. Foram identificadas divergências nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do STF, dos TRTs da 16ª e da 20ª Regiões e da União com servidores do ex-Território de Roraima. Essa última, de baixa materialidade, não incorreu em alteração da despesa com pessoal do período, não ensejando, portanto, proposição de medidas saneadoras. Quanto às demais divergências observadas, STF e TRTs 16 e 20 providenciaram as republicações e retificações necessárias à correção das impropriedades apontadas. (itens 35 e 36)

174. Durante a elaboração do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República de 2024, realizada em paralelo ao presente Acompanhamento, constatou-se inconsistência na estrutura da consulta do demonstrativo. A devida retificação impactou os demonstrativos do Poder Executivo, com diferença de R\$ 7,9 bilhões, e do MPU, com diferença de R\$ 782 mil. Os demonstrativos devidamente corrigidos foram republicados no DOU e retificados no Siconfi. (itens 58 a 60)

175. Os valores publicados nos Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar dos órgãos integrantes dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público, bem como da Defensoria Pública da União, foram objeto de verificação, utilizando-se os valores do Siafi e a metodologia de cálculo de disponibilidades de caixa editada pela STN, com os valores discriminados por fonte de recursos. Todos os órgãos apresentaram disponibilidade total nula ou positiva após a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do exercício. (itens 62, 63 e 70)

176. Verificou-se, no entanto, que o TRT-13 apresentou disponibilidade negativa na fonte vinculada à previdência social 056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União, no valor de R\$ 4.895,15, sem recursos livres, não vinculados, suficientes para compensar o desequilíbrio. A correção do desequilíbrio foi realizada mediante o cancelamento de empenhos, conforme relatado em nota explicativa do demonstrativo do órgão, dando-se por saneada a impropriedade sem necessidade de propor qualquer deliberação. (itens 63 e 64).

177. Apurou-se, além disso, que o TCU, a Justiça Federal da 1ª, 4ª e 5ª Regiões e a DPU apresentaram fontes com saldo negativo após a inscrição em RPNP, apesar de possuírem recursos livres superiores às



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 026.101/2024-6

insuficiências verificadas. Em nota explicativa aos demonstrativos, a Justiça Federal informou as medidas a serem ou já adotadas visando eliminar as insuficiências constatadas. O TCU, por sua vez, informado da irregularidade, saneou a insuficiência (item 65 a 67).

178. Em relação à DPU, dada a insignificância do valor da insuficiência apresentada (R\$ 2,00 na fonte 052, Recursos Livres da UO), deu-se apenas ciência da insuficiência, alertando-a sobre a necessidade de eliminar eventuais insuficiências no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar. (item 68)

179. O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT 16) evidenciou inconsistências. Comunicado, o órgão retificou o demonstrativo homologado no Siconfi e republicou o demonstrativo retificado junto com o RGF referente ao 1º quadrimestre de 2025. (item 69)

180. Em 2023, constatou-se que a nova estrutura de grupos de destinação de recursos, apesar de utilizada no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (DDCRP) do Poder Executivo referente ao 3º quadrimestre de 2023, não foi incorporada ao modelo de demonstrativo constante do Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição, a vigorar a partir de 2024. Essa inconsistência foi corrigida pela Portaria-STN 989/2024, que alterou a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, aprovada pela Portaria-STN 699/2023. Entre as modificações especificadas, destaca-se aquela que atualizou o modelo do DDCRP para adequá-lo à classificação por Fonte ou Destinação de Recursos (FR) estabelecida pela Portaria-SOF 14.956/2021. (item 75)

181. A disponibilidade líquida do Poder Executivo, após a inscrição em RPNP, foi de R\$ 1,42 trilhão, apresentando decréscimo nominal de 1,1% em relação à disponibilidade líquida final de 2023. Para fins de análise, esse valor é distribuído por Grupos de Destinação de Recursos, que são subconjuntos de fontes de recursos. (item 77)

182. Na verificação das disponibilidades por Grupos de Destinação de Recursos no final de 2024, observou-se que o Poder Executivo apresentou insuficiência de recursos vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (Grupo 4) no valor de R\$ 3,14 bilhões. Essa insuficiência é mais que o dobro da insuficiência apresentada em 2023. Ainda assim, ela é amplamente coberta pela disponibilidade de R\$ 45 bilhões em recursos de livre aplicação – Recursos Não Vinculados/Ordinários. (item 79)

183. A Dívida Mobiliária permanece representando mais de 97% da Dívida Consolidada da União e cresceu 3,69% em relação ao quadrimestre anterior, atingindo R\$ 9,77 trilhões, mesmo assim, houve a diminuição da relação DM/RCL de 702,19% ao final do 2º quadrimestre para 683,48% ao final de 2024, haja vista o crescimento da arrecadação em patamar superior. (itens 104 e 114)

184. A Dívida Consolidada Líquida cresceu 2,34% no 3º quadrimestre de 2024, atingindo R\$ 7,11 trilhões, destacando-se o crescimento de 6,71% nas deduções para este resultado. Já a relação DCL/RCL saiu de 517,49% para 497,17%, afetada pelo elevado crescimento na arrecadação no quadrimestre. No acumulado de doze meses o crescimento da DCL foi muito elevado (16,53%), sendo que a magnitude do endividamento federal motiva proposta de informação aos Poderes Executivo e Legislativo. (itens 109 a 112)


185. O limite para as operações de crédito da União foi cumprido em 2024, haja vista que o montante das operações realizadas superou o montante das deduções permitidas (amortização/refinanciamento do principal da dívida) em apenas R\$ 240,7 bilhões, 16,83% da RCL, em conformidade com o que estabelece a Resolução do Senado Federal 48/2007. (item 123)

186. O saldo das garantias concedidas pela União ao final de 2024 (R\$ 354 bilhões) avançou de 24,60% para 24,81% da RCL, permanecendo cumprido o limite de 60%. Tais valores divergem dos divulgados originalmente, mas foram retificados pela STN na publicação subsequente. Em 2024, não houve o estabelecimento de intralimite anual para concessão de garantias para entes subnacionais. (itens 140 a 145)

187. A transparência sobre o saldo a recuperar atualizado decorrente das honras de garantias realizadas pela União tem sido objeto de acompanhamento por esta Corte de Contas. De acordo com a STN, até 30/6/2022, todas as pendências dos estados haviam sido equacionadas por meio da assinatura de contratos de refinanciamento previstos no art. 23 da Lei Complementar 178/2021. Todavia, novas pendências surgiram em decorrência de liminares favoráveis à suspensão da execução de contragarantias obtidas por alguns estados no STF e que estão sendo resolvidas em decorrência de acordo firmado entre a União, DF e estados, homologado

25

Avulso do AVN 17/2025 [33 de 36]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78430550.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 026.101/2024-6

pelo STF, e da edição da Lei Complementar 201/2023. Ao final de 2024, o saldo ainda a recuperar/regularizar era R\$ 2,07 bilhões e os valores de honras de garantias regularizados, principalmente por meio dos Regimes de Recuperação Fiscal, atingiram R\$ 66,28 bilhões. (itens 155 a 161)

IX. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

188. Tendo em vista a análise realizada sobre os demonstrativos dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2024, propõe-se ao Tribunal de Contas da União, nos termos dos arts. 1º e 5º, incisos II e III, da Resolução-TCU 142/2001:

a) considerar atendidas, pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal correspondentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2024, em obediência aos arts. 54 e 55 da referida Lei Complementar, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000;

b) considerar atendida a exigência de disponibilização dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2024 no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro por parte dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, prevista no art. 162 da Lei 14.791/2023 (LDO 2024);

c) considerar cumpridos, no 3º quadrimestre do exercício de 2024, os limites prudencial e máximo vigentes da despesa com pessoal pelos Poderes e órgãos federais elencados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000;

d) considerar regular e compatível com as disponibilidades discriminadas por fonte/destinação de recursos, para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e para a Defensoria Pública da União, a inscrição de restos a pagar não processados no exercício de 2024;

e) considerar, para o Poder Executivo, regular a inscrição em restos a pagar não processados e compatível com as disponibilidades agrupadas por grupos de destinação de recursos, ressaltando, no entanto, a existência de disponibilidades negativas no Grupo ‘Recursos Vinculados à Previdência Social (RGPS)’, no valor de R\$ 3,14 bilhões, face a uma disponibilidade positiva de R\$ 45 bilhões em recursos não vinculados;

f) informar à Casa Civil da Presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento e Orçamento, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, que, no 3º quadrimestre de 2024, os montantes da dívida consolidada líquida e da dívida mobiliária ultrapassaram os limites propostos, respectivamente, pelas Mensagens 1.069/2000 e 1.070/2000 do Presidente da República, visto que a Dívida Consolidada Líquida correspondeu a 497,17% da RCL e o montante da Dívida Mobiliária correspondeu a 683,48% da RCL;


g) considerar atendidos, para o 3º quadrimestre de 2024, os limites para a realização de operações de crédito e para a concessão de garantias pela União, fixados pela Resolução do Senado Federal 48/2007, sendo que o montante das operações de crédito foi de 16,83% da RCL e o montante das garantias concedidas foi de 24,81% da RCL;

h) encaminhar cópia do acórdão que vier a ser proferido neste processo, acompanhado do relatório da unidade técnica, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 59, caput, da Lei Complementar 101/2000, bem como ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento e Orçamento, à Controladoria-Geral da União, ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho da Justiça Federal, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao Ministério Público da União, ao Conselho Superior do Ministério Público e à Defensoria Pública da União;

i) encerrar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.”

É o relatório.



 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78772418.



TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 000.835/2025-GABPRES

Processo: 026.101/2024-6

Órgão/entidade: SF - Comissão Mista de Orçamento - CMO

Destinatário: COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO - SF

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO - SF pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 26/08/2025

(Assinado eletronicamente)

Maria do Socorro de Lacerda Dantas

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
23/10/2025	27/10/2025	Publicação em avulso eletrônico da matéria
23/10/2025		Despachado
28/10/2025	11/11/2025	Apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo
12/11/2025	18/11/2025	Apresentação de Emendas a Projeto de Decreto Legislativo sobre fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal
19/11/2025	25/11/2025	Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL

AVISO (CN) Nº 18, DE 2025

(nº 1004/2025, na origem)

Encaminha cópia do Acórdão nº 2208/2025, nos autos TC-008.760/2025-0, que trata de acompanhamento realizado com o objetivo de avaliar os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União no 2º bimestre de 2025.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 30/10/2025



[Página da matéria](#)

Avulso do AVN 18/2025 [1 de 66]





Aviso nº 1004 - GP/TCU

Brasília, 29 de setembro de 2025.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2208/2025 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto) proferido pelo Plenário desta Corte de Contas, na Sessão Ordinária de 24/9/2025, ao apreciar o TC008.760/2025-0, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler.

O mencionado processo trata de acompanhamento realizado com o objetivo de avaliar os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União no 2º bimestre de 2025.


Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

Vital do Rêgo
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM FILHO
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Brasília – DF

Avulso do AVN 18/2025 [2 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78973061.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 008.760/2025-0

Natureza(s): Relatório de Acompanhamento

Órgãos/Entidades: Banco Central do Brasil; Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria de Política Econômica; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Representação legal: não há

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS FISCAIS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIÃO NO 2º BIMESTRE DE 2025. DISCUSSÃO SOBRE A META A SER PERSEGUIDA COM AS MEDIDAS PREVISTAS NO ART. 9º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. POSSÍVEL INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS NORMAS QUE ASSEGURAM UM LIMITE MÍNIMO PARA AS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E A NECESSIDADE DE DAR CUMPRIMENTO ÀS METAS FISCAIS. CIÊNCIA. INFORMAÇÕES. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS.

RELATÓRIO

Trata-se de processo de fiscalização que tem por objetivo acompanhar os resultados fiscais e da execução orçamentária e financeira da União no 2º bimestre de 2025.

2. A equipe de fiscalização da Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal produziu extenso relatório, que transcrevo a seguir:

“I. INTRODUÇÃO

I.1. Objetivo Geral

1. Esta fiscalização decorre da deliberação do Acórdão 441/2025-TCU-Plenário, de relatoria do ministro Benjamin Zymler (TC 025.740/2024-5), e tem o objetivo de avaliar os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União no 2º bimestre de 2025, com foco no grau de atingimento das metas fiscais e na conformidade do bloqueio de dotações e do contingenciamento de despesas, para dar cumprimento às disposições insculpidas no art. 3º, inciso IV, alínea ‘a’, da Resolução-TCU 142/2001.


I.2. Objetivos Específicos e Questões de Auditoria

2. Consoante o objetivo geral e a matriz de planejamento (peça 4), estabeleceram-se três objetivos específicos: i) examinar os agregados fiscais condicionantes do resultado primário, avaliando-se o cenário da economia, as receitas primárias, as despesas primárias e o resultado primário e nominal; ii) abordar questões relativas à execução orçamentária e financeira; e iii) avaliar o cumprimento dos ‘Limites individualizados de despesas primárias’ e da ‘Regra de Ouro’. Com vistas ao alcance desses objetivos, formularam-se as questões apresentadas a seguir:

ANÁLISE DOS AGREGADOS FISCAIS CONDICIONANTES DO RESULTADO PRIMÁRIO

1

Avulso do AVN 18/2025 [3 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 008.760/2025-0

Análise da Evolução da Grade de Parâmetros

Q1. A grade de parâmetros macroeconômicos com maior interferência nos níveis de arrecadação das receitas administradas e previdenciárias (PIB, Expectativa de Inflação, Câmbio e Massa Salarial), comportou-se conforme as previsões da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA)?

Q2. Os parâmetros eventualmente ajustados são coerentes com as expectativas de mercado?

Avaliação das Receitas Primárias

Q3. Qual a variação entre a arrecadação prevista na LOA/Decretos de programação orçamentária e financeira e as projeções de receita do RARDP?

Q4. A previsão de receitas primárias do RARDP do bimestre é consistente com a receita realizada?

Q5. As projeções de receitas apresentam conformidade com a evolução das receitas primárias em valores constantes?

Q6. Quais os principais itens da Receita Primária que sofreram variação?

Q7. A projeção do efeito em 2025 das receitas derivadas da elevação de alíquotas do IOF é factível?

Q8. Há risco de revogação do decreto de elevação de alíquotas do IOF por parte do Congresso Nacional?

Q9. Quais medidas de receita ou despesa poderiam compensar eventual frustração de receitas do IOF?

Avaliação das Despesas Primárias

Q10. Qual a variação entre as despesas fixadas na LOA e a projeção de despesas no RARDP do bimestre?

Q11. A projeção de despesas primárias do RARDP do bimestre é consistente com a despesa realizada?

Q12. As projeções de despesas apresentam conformidade com a evolução das despesas primárias em valores constantes?

Q13. Quais os principais itens das Despesas Primárias obrigatórias que sofreram variação?

Q14. O RARDP do bimestre deixou de contemplar despesas primárias ou projeções consistentes?

Análise do Resultado Primário e Nominal

Q15. O Resultado Primário apurado do Governo Central (OFSS) e das Empresas Estatais Federais (PDG), dadas as previsões vigentes de receitas e despesas primárias, permite alcançar as metas fiscais estabelecidas na LDO 2025 e decretos de programação orçamentária e financeira?

Q16. Quais os fatores condicionantes da discrepância estatística no resultado primário do PDG?

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 008.760/2025-0

Q17. De que forma a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7641, que deliberou pela exclusão de receitas próprias do judiciário dos limites de despesas do Regime Fiscal Sustentável (RFS), impacta a base contingenciável e a limitação de empenho?

Q18. De que maneira o Poder Executivo interpreta as inovações legislativas da LDO 2025 e como isso impacta o planejamento do instituto da limitação de empenho e movimentação financeira em 2025?

AValiação DO 'LIMITE DE DESPESAS'

Q19. De que forma a ADI 7641 altera os limites de despesa do RFS para 2025?

Q20. Qual o impacto primário da ADI 7641, que deliberou pela exclusão de receitas próprias do judiciário dos limites de despesas do RFS?

1.3. Metodologia

3. O presente trabalho foi realizado em conformidade com o Manual de Acompanhamento aprovado pela Portaria-Segecex 27/2016. A metodologia envolveu procedimentos de auditoria consistentes na leitura da legislação, manuais e relatórios oficiais, em especial a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a Lei 15.080/2024 (LDO 2025), a Lei 15.121/2025 (LOA 2025), a Lei Complementar 200/2023 (Regime Fiscal Sustentável – RFS), os Decretos de programação orçamentária e financeira 12.477/2025, o RARDP do 2º bimestre de 2025 e o boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN) referente a abril de 2025, bem como consultas à base de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), confrontando-os com as respostas às diligências e demais informações coletadas das unidades jurisdicionadas fiscalizadas.

4. Se não houver afirmação em sentido contrário, os montantes de receitas e de despesas primárias são apresentados nas tabelas, nos gráficos e no texto em geral a preços correntes (nominais). Quando apresentados a preços constantes (valores reais), têm como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril de 2025.

1.4. Volume de Recursos Fiscalizados e Benefício da Ação de Controle

5. O volume de recursos fiscalizados envolve as receitas e despesas primárias projetadas na LOA 2025 para o exercício de 2025, ou seja, receita total de R\$ 2.930.278,9 milhões e despesa total, excluídas as transferências por repartição de receita, de R\$ 2.389.589,8 milhões. Considerando-se as projeções após a execução no 2º bimestre de 2025 estes valores são, respectivamente, R\$ 2.898.984,4 milhões e R\$ 2.415.413,0 milhões, conforme o RARDP do 2º bimestre de 2025 (peça 73, p. 10).

6. Estima-se que o presente trabalho tem o potencial de melhorar a transparência dos relatórios do Governo Federal, estimular o atendimento às disposições insculpidas na LRF e no RFS e fornecer subsídios para a atuação do Congresso Nacional.

II. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA GRADE DE PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

7. Neste capítulo são analisadas as questões 1 e 2 da matriz de planejamento.

8. A tabela a seguir apresenta os principais parâmetros projetados pelo Ministério da Fazenda e algumas previsões elaboradas pelo mercado, segundo o Boletim Focus publicado pelo Banco Central.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Tabela 1 – Parâmetros macroeconômicos projetados para 2025

Item	LOA 2025 (a)	Avaliação 2º Bimestre (b)	Diferença (d) = (c) – (b)	Previsões do Mercado (30/05/2025)
PIB Real (%)	2,45	2,38	-0,07	2,13
PIB Nominal (R\$ bilhões)	12.626,27	12.726,50	100,23	n.d.
Taxa de Inflação - IPCA acumulado (%)	3,60	5,04	1,44	5,46
INPC acumulado (%)	3,40	4,94	1,54	n.d.
IGP-DI acumulado (%)	4,00	5,60	1,60	n.d.
Taxa Over - Selic - Acumulada Ano (%)	11,67	14,28	2,61	n.d.
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	5,70	5,81	0,11	5,80
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	72,87	65,09	-7,78	n.d.
Salário-Mínimo (R\$)	1.521,00	1.518,00	-3,00	n.d.
Massa Salarial Nominal (%)	9,49	12,05	2,56	n.d.

Fontes: RARDP (peça 73, p. 12) e Boletim Focus – Bacen (peça 53).

9. Respondendo à Q1, tem-se que a projeção de crescimento real do PIB caiu, enquanto a da inflação subiu na avaliação do 2º bimestre em comparação com projeção feita na LOA 2025. A projeção do PIB nominal passou de R\$ 12.626,27 bilhões na LOA 2025 para R\$ 12.726,50 bilhões no 2º bimestre. A projeção calculada a partir das estimativas do mercado de crescimento do PIB real e de inflação, uma vez que não há dados disponíveis quanto à estimativa de PIB nominal, é de R\$ 12.753,80 bilhões, superior em 0,21% em comparação com a projeção do RARDP do 2º bimestre.

10. Pelo que foi analisado, em relação à Q2, pode-se afirmar que as projeções para o PIB e para a inflação, os dois parâmetros que mais influenciam as estimativas de receitas e despesas, com pequenas diferenças, estão compatíveis com as estimativas do mercado. No caso em tela, as projeções de inflação do mercado estão ligeiramente acima e as projeções de crescimento do PIB ligeiramente abaixo das estimativas do RARDP. Assim, esta diferença para mais na inflação é compensada por projeção inferior de crescimento real, fazendo com que a projeção do mercado para o PIB nominal fique apenas 0,21% acima da projeção feita no RARDP. Como este é o principal parâmetro macroeconômico que influencia a receita, esta pequena diferença tem pouco impacto na estimativa de seu valor.

III. AVALIAÇÃO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS

11. Neste capítulo são analisadas as questões 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da matriz de planejamento.

III.1. Projeção de Arrecadação de Receitas Primárias para o exercício de 2025

12. Os relatórios de avaliação bimestral são elaborados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sob coordenação técnica da primeira. As projeções integrantes dos mencionados relatórios incumbem primordialmente a essas secretarias, além da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com base em grade de parâmetros formulada pela Secretaria de Política Econômica (SPE), de acordo com a vigente matriz de responsabilidades aprovada pela Resolução da Junta de Execução Orçamentária (JEO) 11/2024.

13. Segundo o ++++++ do 2º bimestre de 2025 (peça 73, p. 10), em confronto com a previsão da avaliação feita na LOA 2025, estima-se que a receita primária total do exercício alcançará R\$ 2.898.984,4 milhões, ou seja, sofrerá uma redução de R\$ 31.294,5 milhões (variação de -1,1%). Enquanto a receita líquida estimada é de R\$ 2.318.385,5 milhões, com redução de R\$ 41.666,1 milhões (variação de -1,8%). Estas alterações reduziram a proporção da Receita Primária Líquida em comparação com o PIB de 18,69% na LOA 2025, para





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

18,21% no RARDP do 2º bimestre. A estimativa do RARDP é mais conservadora do que a que foi observada em 2024, que foi de 18,41%.

14. Esta redução na projeção da receita primária líquida para 2025 a torna mais realista do que a feita na LOA 2025, visto que representa crescimento nominal de 7,24% em comparação com o realizado em 2024. Considerando que o IPCA acumulado em 2024 foi de 4,83%, este crescimento nominal corresponde a crescimento real de 2,30%, compatível com o crescimento real do PIB estimado em 2,38%.

15. A receita primária total é composta por três grandes grupos: 'Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS'; 'Arrecadação Líquida para o RGPS'; e 'Receitas não Administradas pela RFB'.

16. A redução da estimativa da 'Receita Total' foi influenciada principalmente pela redução da 'Receita Administrada pela RFB/MF (exceto RGPS)', de R\$ 46.813,2 milhões. O aumento na projeção da 'Arrecadação Líquida para o RGPS' (de R\$ 11.844,2 milhões) e o aumento na projeção das 'Receitas Não-Administradas pela RFB' (de R\$ 3.674,7 milhões) foram insuficientes para compensá-la.

17. Além dessas principais alterações nas projeções, a previsão da 'Receita Administrada pela RFB/MF (exceto RGPS)' leva em consideração o aumento na projeção da receita do IOF de R\$ 22.011,2 milhões em comparação com a LOA 2025. Esta projeção é analisada nas questões 7 e 8, na seção III.4.





Tabela 2 – Projeção de arrecadação de receitas primárias para 2025

R\$ milhões

Discriminação	LOA 2025 (a)	Avaliação 2º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
I. RECEITA TOTAL	2.930.278,9	2.898.984,4	(31.294,4)
Receita Administrada pela RFB/MF (exceto RGPS)	1.922.991,1	1.876.177,9	(46.813,2)
Imposto de Importação	87.669,4	92.451,0	4.781,7
IPI	92.951,9	89.400,9	(3.551,0)
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	850.956,1	870.182,5	19.226,4
IOF	71.360,3	93.371,5	22.011,2
COFINS	393.284,9	385.099,4	(8.185,5)
PIS/PASEP	112.952,4	107.435,8	(5.516,6)
CSLL	200.644,5	185.824,7	(14.819,7)
CIDE - Combustíveis	4.333,5	3.804,1	(529,4)
Outras Administradas pela RFB	108.838,1	48.607,9	(60.230,2)
Arrecadação Líquida para o RGPS	697.320,7	709.164,9	11.844,1
Receitas Não-Administradas pela RFB	309.967,0	313.641,7	3.674,7
Concessões e Permissões	15.434,5	6.642,9	(8.791,6)
Complemento para o FGTS	56,7	48,8	(7,9)
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	18.938,8	18.387,5	(551,2)
Contribuição do Salário-Educação	35.551,3	36.812,1	1.260,8
Exploração de Recursos Naturais	131.679,6	122.294,8	(9.384,8)
Dividendos e Participações	33.370,6	43.402,0	10.031,4
Receita Própria e de Convênios	20.604,1	21.779,2	1.175,0
Demais Receitas	54.331,4	64.274,4	9.943,0
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	570.227,3	580.599,0	10.371,7
CIDE - Combustíveis	1.133,7	1.026,8	(106,8)
Exploração de Recursos Naturais	76.424,9	72.914,9	(3.510,0)
Contribuição do Salário-Educação	21.330,8	22.769,5	1.438,7
FPE/FPM/IPI-EE	452.079,3	460.890,4	8.811,0
Fundos Constitucionais	15.584,5	18.551,1	2.966,5
Repasse Total	28.317,8	28.787,5	469,7
Superávit Fundos	(12.733,2)	(10.236,4)	2.496,8
Demais	3.674,0	4.446,3	772,2
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	2.360.051,6	2.318.385,5	(41.666,1)

Fonte: RARDP (peça 73, p. 13)

18. A seção 3.2 do RARDP do 2º bimestre (peça 73, p. 13) analisa estas variações.

III.2. Projeção e realização das receitas primárias do 2º bimestre de 2025

19. Para dar cumprimento às disposições do art. 9º da LRF, a seguir reproduzido, e do art. 71, § 4º, da LDO 2024, a SOF, na condição de coordenadora técnica, publica o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias até o 22º dia após o encerramento de cada bimestre.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.





20. Conforme a tabela seguinte, cotejando-se a previsão de arrecadação para o 2º bimestre de 2025, constante do Decreto 12.448/2025, com a arrecadação efetivamente realizada, constante do Decreto 12.477/2025, observou-se redução de R\$ 9.112 milhões (-1,9%) no total agregado das receitas.

Tabela 3 – Receita primária projetada X realizada – 2º bimestre/2025

R\$ milhões

Discriminação	Prevista (a)	Realizada (b)	Diferença (c)=(b)-(a)	Variação % (c)/(a)
I. RECEITA TOTAL	476.470	467.358	-9.112	-1,9%
Receita Administrada pela RFB/ME (exceto RGPS)	314.902	299.853	-15.049	-4,8%
Imposto de Importação	14.359	14.165	-194	-1,4%
IPI	15.288	14.355	-933	-6,1%
Imposto sobre a Renda	139.024	143.415	4.391	3,2%
IOF	11.492	11.370	-122	-1,1%
COFINS	64.868	60.571	-4.297	-6,6%
PIS/PASEP	18.986	17.324	-1.662	-8,8%
CSLL	33.938	31.603	-2.335	-6,9%
CIDE - Combustíveis	700	427	-273	-39,0%
Outras	16.249	6.623	-9.626	-59,2%
Incentivos fiscais	-4	0	4	-100,0%
Arrecadação Líquida para o RGPS	108.739	109.285	546	0,5%
Receitas Não-Administradas pela RFB	52.828	58.218	5.390	10,2%
Concessões e Permissões	2.288	737	-1.551	-67,8%
Complemento para o FGTS	9	10	1	11,1%
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	2.941	2.930	-11	-0,4%
Contribuição do Salário-Educação	5.388	5.541	153	2,8%
Exploração de Recursos Naturais	23.913	26.230	2.317	9,7%
Dividendos e Participações	3.799	8.589	4.790	126,1%
Receita Própria e de Convênios	3.534	3.732	198	5,6%
Demais Receitas	10.956	10.449	-507	-4,6%

Fontes: Prevista - Decreto 12.448/2025; Realizada – Decreto 12.477/2025.

21. A redução da Receita Total foi influenciada, principalmente, pela redução de R\$ 15.049 milhões na ‘Receita Administrada pela RFB/MF (exceto RGPS)’. Esta frustração de receitas pode impactar o atingimento da meta fiscal em 2025. Este impacto é comentado nos capítulos V e VI deste relatório. A redução pode ser resultado das estimativas superdimensionadas feitas na LOA 2025 e que estão se ajustando à medida que o exercício avança.

III.3. Evolução das Receitas Primárias em valores constantes

22. Conforme a tabela seguinte, a receita total acumulada até abril de 2025, em valores deflacionados pelo IPCA, atingiu R\$ 983.197 milhões, o que corresponde a aumento real de R\$ 31.712 milhões (3,3%), comparada à receita acumulada em igual período do ano anterior. Todos os componentes da receita apresentaram aumento.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Tabela 4 – Receita primária realizada em valores deflacionados

R\$ milhões

Discriminação	2024	2025	Diferença (C)=(B)-(A)	Variação % (C)/(A)
	jan a abr (A)	jan a abr (B)		
Receita total	951.486	983.197	31.712	3,3%
Receita Administrada pela RFB	628.257	654.315	26.058	4,1%
Arrecadação Líquida para o RGPS	213.423	219.075	5.652	2,6%
Receitas Não Administradas pela RFB	109.806	109.807	2	0,0%
Transferências por repartição de Receita	179.702	185.701	5.998	3,3%
Receita líquida total	771.783	797.497	25.714	3,3%

Fonte: RTN abr/2025, tab 1.1-A (peça 56).

23. ;.Conforme apresentado na tabela a seguir contendo somas móveis a cada 12 meses dos valores corrigidos pelo IPCA de abril de 2025, verifica-se que, entre abril de 2024 e abril de 2025, houve aumento de 7,1% na receita total e de 6,9% na ‘Receita Líquida’.
24. Ao longo dos doze meses, tanto a ‘Receita Total’ como a ‘Receita Líquida’ apresentaram tendência de crescimento ao longo do período. Este comportamento seguiu de perto o comportamento da ‘Receita Administrada pela RFB’, visto que os demais grupos apresentaram comportamento relativamente estável.

Tabela 5 – Receita primária arrecadada - somas móveis de doze meses em valores deflacionados

R\$ bilhões

Discriminação	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	Variação % abr/24 a abr/25	Variação % jan/25 a abr/25
Receita Total	2.646	2.664	2.680	2.700	2.718	2.707	2.731	2.758	2.804	2.815	2.819	2.824	2.836	7,1%	0,8%
Receita Administrada pela RFB	1.634	1.651	1.663	1.683	1.697	1.718	1.739	1.755	1.770	1.781	1.783	1.791	1.796	9,9%	0,8%
Arrecadação Líquida para o RGPS	660	659	661	662	667	665	667	668	670	670	674	675	676	2,5%	0,9%
Receitas Não Administradas pela RFB	353	354	356	354	354	324	326	335	364	363	362	359	364	3,2%	0,2%
Transferência por Repartição de Receitas	505	508	515	518	527	532	535	537	542	543	543	546	548	8,4%	0,9%
Receita Líquida	2.141	2.156	2.165	2.182	2.191	2.175	2.197	2.221	2.262	2.272	2.276	2.278	2.288	6,9%	0,7%

Fonte: RTN abr/2025, tab 1.2-B (peça 57).

III.4. Medidas de aumento de receita

Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF)

25. Em 23/5/2025, o Poder Executivo publicou o RARDP 2/2025. Como parte de atos para elevação de receitas, foi expedido, no mesmo dia, o decreto 12.466/2025, promovendo alterações nas alíquotas do IOF. Um dia após houve ajustes realizados por meio do Decreto 12.467/2025. Posteriormente, o Decreto 12.499/2025 fez novos ajustes no referido tributo.

Tabela 6 – Estimativas de arrecadação do IOF conforme os decretos publicados

R\$ milhões

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO ADICIONAL COM IOF EM 2025			
Decreto 12.466/25	Decreto 12.467/25	Decreto 12.499/25	Redução de receitas em relação ao decreto 12.466/25
20.500	19.100	12.001	8.499

Fonte: RFB (peça 58, p. 4)





26. As principais medidas, resumidas na tabela 7, são as seguintes: no setor de crédito empresarial, houve aumento das alíquotas fixa e diária do IOF em operações de crédito, incluindo as empresas do Simples Nacional. Adicionalmente, as cooperativas de crédito com operações acima de R\$ 100 milhões por ano passaram a ser tributadas pelo IOF, perdendo a isenção que possuíam anteriormente.
27. O governo federal implementou uma série de mudanças na cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) com o objetivo de aumentar a arrecadação, impactando diversos setores da economia, conforme detalhado na Tabela 7.
28. No âmbito do crédito empresarial, as alterações foram significativas, incluindo o aumento das alíquotas fixa e diária para todas as operações, medida que se estendeu também às empresas optantes pelo Simples Nacional. Adicionalmente, as cooperativas de crédito com operações anuais acima de R\$ 100 milhões perderam a isenção que possuíam, e a modalidade de antecipação de recebíveis conhecida como ‘risco sacado’ (forfait), que antes era isenta, passou a ser tributada.
29. As transações com moeda estrangeira também foram reformuladas: inicialmente, o governo unificou e elevou para 3,5% a alíquota para operações como compra de moeda em espécie, remessas ao exterior e saques internacionais. Contudo, o Decreto 12.467/2025 reverteu parte dessa unificação, restabelecendo a alíquota de 1,1% para operações de câmbio destinadas a investimentos. Por fim, o setor de investimentos foi igualmente afetado.
30. Nos planos de previdência privada do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), os aportes que excederem um determinado valor passaram a ser taxados pelo IOF, enquanto os fundos de investimento no exterior, que haviam sido incluídos na alíquota majorada de 3,5%, tiveram essa medida posteriormente revogada.

Tabela 7 - Resumo das principais medidas apresentadas nos decretos sobre o IOF

Entidades abertas de previdência complementar e outras entidades equiparadas a instituições financeiras	Incidência de tributo nas operações de seguro.	Mantida
Crédito PJ (empresas)	Alíquota fixa 0,95% + diária 0,0082%	Alíquota fixa 0,38% + diária 0,0082%
Crédito PJ Simples Nacional nas operações até R\$ 30 mil	Alíquota fixa 0,95% + diária 0,00274%	Alíquota fixa 0,38% + diária 0,00274%
Crédito MEI nas operações até R\$ 30 mil	Alíquota fixa 0,38% + diária 0,00274%	Alíquota fixa 0,38% + diária 0,00274%
Cooperativas de crédito	Tributação de cooperativas com valor global de operações maior R\$ 100 mi	Mantida
‘Risco sacado’ (forfait) ¹	Inclusão na base do IOF.	Mantida
Previdência VGBL	5% sobre aportes acima de R\$ 50 mil/mês	5% sobre excedente de R\$ 300 mil/ano até 31/12/2025 5% sobre excedente de R\$ 600 mil/ano a partir de 1.º/1/2026
Câmbio (moeda/saques/remessas)	3,5%, unificada	Mantida, exceto para remessas para investimento com alíquota de 1,1%
Câmbio (entrada de recursos do exterior)	0,38%	Mantida
Fundos de investimento no exterior	3,5%	Revogada, voltou a zero

Fonte: Elaboração própria a partir dos Decretos 12.466/2025, 12.467/2025 e 12.499/2025.
¹O STF, em decisão liminar conjunta na ADC 96/DF, ADI 7827/DF e ADI 7839/DF suspendeu a eficácia dessa incidência.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

31. A análise será realizada sob duas perspectivas: econômico-orçamentária e jurídica/da análise econômica do direito.

Avaliação sob a perspectiva econômico-orçamentária

32. O aumento da arrecadação tributária pode ser atribuído a alguns fatores, entre os quais se destacam a expansão do número de contribuintes ativos, o aumento da base de incidência dos tributos e a elevação das alíquotas aplicadas. Dessa forma, para avaliar a viabilidade da projeção apresentada pelo Poder Executivo, procede-se à análise de cada um desses aspectos, complementada por uma averiguação retrospectiva da arrecadação do tributo em questão.

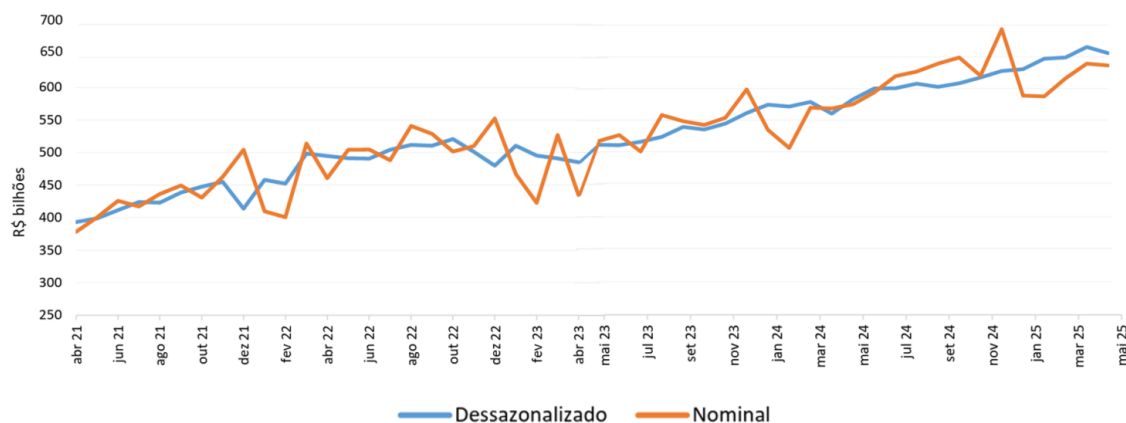
33. Primeiramente, a elevação da alíquota é verificada no presente caso. Contudo, há um risco de desestímulo nas operações afetadas, gerando efeitos colaterais, conforme se verifica na curva de Laffer. Essa teoria descreve que a elevação da alíquota pode gerar efeito contrário, reduzindo a arrecadação, em decorrência de diversos incentivos, como, por exemplo, sonegação, evasão, redução na comercialização dos produtos ou serviços afetados.

34. Segue-se à avaliação da base de incidência do IOF, iniciando-se pela análise sob a perspectiva das operações de crédito, previdência VGBL, câmbio e operações de seguro. Essa abordagem permite compreender a abrangência e os diferentes aspectos envolvidos na aplicação do imposto, fornecendo subsídios para a avaliação detalhada de sua efetividade e impacto sobre os distintos segmentos do mercado.

35. O nível de concessão de crédito apresenta crescimento desde 2021 segundo o BCB, partindo de cerca de R\$ 400 bilhões em abr/2021 para R\$ 650 bilhões em mai/2025 (peças 98 e 99). Isso posto, é possível que sejam incrementadas as receitas do imposto por aumentar a base de incidência.

Gráfico 1 - Concessão de crédito de abr/2021 a mai/2025

R\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria a partir das informações das estatísticas monetárias e de crédito do BCB.

36. O tributo também incidirá sobre o plano de previdência VGBL para aportes superiores a R\$ 300 mil/ano por contribuinte. A Susep aponta aumento nas contribuições para o referido plano nos últimos cinco anos (peça 100). Assim, pode haver incremento na receita tributária. Porém, há incerteza sobre se o ritmo de crescimento se manterá após a alteração na alíquota e se os possíveis contribuintes que possam ser enquadrados manterão os aportes.



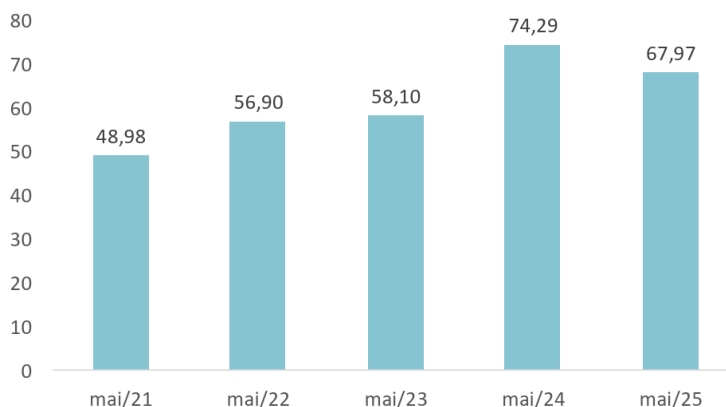


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Gráfico 2 - Contribuições para o plano VGBL de mai/2021 a mai/2025

R\$ bilhões

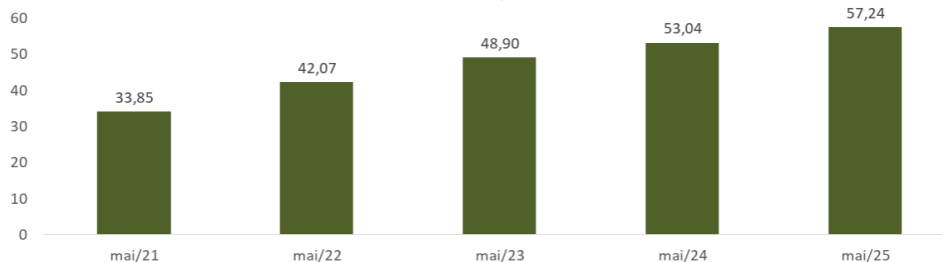


Fonte: SUSEP.

37. Quanto aos seguros de danos e o de pessoas, houve crescimento nos últimos cinco anos nesses dois segmentos, segundo a Susep (peça 100), apontando para a possibilidade de majoração na arrecadação do IOF.

Gráfico 3 - Prêmio de seguro de danos entre mai/2021 e mai/2025

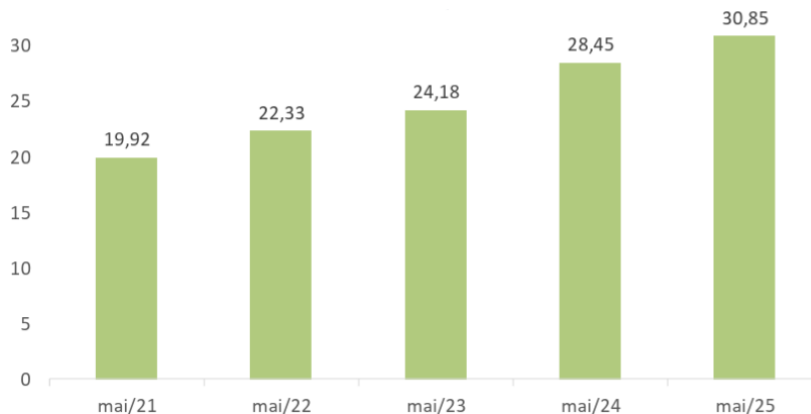
R\$ bilhões



Fonte: SUSEP.

Gráfico 4 - Prêmio de seguro de pessoas entre mai/2021 e mai/2025

R\$ bilhões





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Fonte: SUSEP.

38. *No que concerne às operações de câmbio, a incerteza sobre a imposição de tarifas ao Brasil pelo governo norte-americano, aliada à desvalorização cambial, pode interferir no nível de operações de câmbio, gerando incertezas sobre a possibilidade de aumento na arrecadação.*

39. *Quanto ao quesito aumento dos contribuintes ativos, observa-se que a norma executiva prevê a tributação das cooperativas de crédito com operações cujo valor global ultrapasse R\$ 100 milhões. Dessa forma, espera-se um possível aumento de receita decorrente desse critério de tributação. Essa medida equipara as cooperativas de grande porte às demais empresas no que se refere à incidência do IOF, que antes era isento para todas as cooperativas, mas agora incide sobre aquelas que ultrapassam esse limite operacional.*

40. *Passar-se-á para a avaliação da arrecadação histórica. Conforme análise dos dados orçamentários, a estimativa de arrecadação apresentada pelo Ministério da Fazenda no RARDP 2/2025, que projetou um ganho de R\$ 22 bilhões com as alterações do Decreto 12.466/2025, demanda uma avaliação criteriosa, que depois foi reduzida para R\$ 12 bilhões. Para contextualizar essa projeção, observa-se que o histórico de arrecadação do IOF desde 1995 demonstra picos de incremento expressivo em momentos pontuais, notadamente em 2008 e 2021. O ano de 2010 também foi incluído na análise em virtude da mudança promovida pelos dois decretos seguintes (12.467/2025 e 12.499/2025) (tabela 6).*

41. *Em 2008, o crescimento extraordinário de 145,68% decorreu de circunstâncias específicas: aumento das alíquotas do imposto, expansão do volume de operações de crédito (25% e 45,3% para pessoas físicas e jurídicas, respectivamente) e arrecadação atípica em janeiro de 2008 de débitos de exercícios anteriores (peça 92, p. 19). Acrescentam-se fatores como a aprovação da Lei do Simples Nacional no final de 2006 e a abertura de capital da BM&F em 2007, que possam ter contribuído para o incremento das operações financeiras apesar da conjuntura econômica global ter sido desafiador com a crise do subprime em 2008.*

42. *O caso de 2010 ilustra uma estratégia pontual e específica, com crescimento da arrecadação decorrente exclusivamente do aumento da alíquota do IOF nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro para aplicação no mercado financeiro e de capitais (peça 93, pp. 6-7).*

43. *Já em 2021, o crescimento decorreu da restauração de alíquotas previamente zeradas durante a pandemia de Covid-19, quando as operações de crédito tiveram alíquota zero de abril a dezembro de 2020 (peça 94, pp. 14 e 20), caracterizando um efeito específico após período de suspensão tributária, complementado pela elevação da alíquota para operação de crédito que afetou o resultado arrecadatário por dois meses e nove dias.*

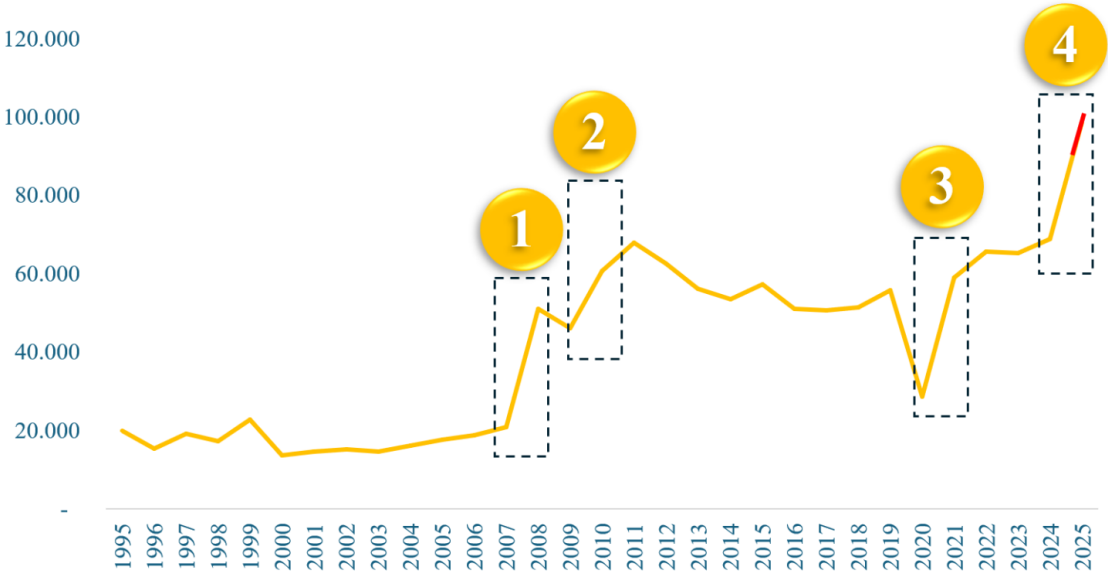
Gráfico 5 - Histórico de arrecadação deflacionada de IOF | Análise do decreto após as alterações

R\$ milhões



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0



LEGENDA

— Redução em razão das alterações ao Decreto 12.466/25

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RFB.

44. Assim, a despeito de, no passado já ter ocorrido tamanho incremento, o valor apontado pelo Poder Executivo poderia encontrar óbices ao atingimento da meta na arrecadação do referido tributo, mesmo com a redução para cerca de 2/3 do valor inicialmente proposto (atualmente em cerca de R\$ 12 bilhões), pois o crescimento do PIB real previsto para 2025 é menos da metade do que para quaisquer um dos anos avaliados. Ademais, a taxa Selic em nível mais elevado pode ser um desestímulo às operações de crédito. A arrecadação, por fim, também pode ser afetada pela incerteza no mercado internacional decorrente da possível elevação de tarifa pelo governo norte-americano a produtos brasileiros.

Tabela 8 - Grade comparativa de parâmetros macroeconômicos

Anos	2008	2010	2021	2025
Produto interno bruto				
PIB real (%)	5,20	7,50	4,80	2,38
PIB nominal (R\$ bilhões)	3032,00	3675,00	9000,00	12726,50
Taxa de inflação				
IPCA acumulado (%)	5,90	5,91	10,06	5,04
INPC acumulado (%)	6,48	6,47	10,16	4,94
IGP-DI acumulado (%)	9,10	11,30	17,80	5,60
Diversos				
Taxa Over Selic - acumulada ano (%)	12,48	9,80	4,42	14,28
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2,34	1,66	5,58	5,81
Salário-mínimo (R\$)	415,00	510,00	1100,00	1518,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, BCB, IPEA e SPE.





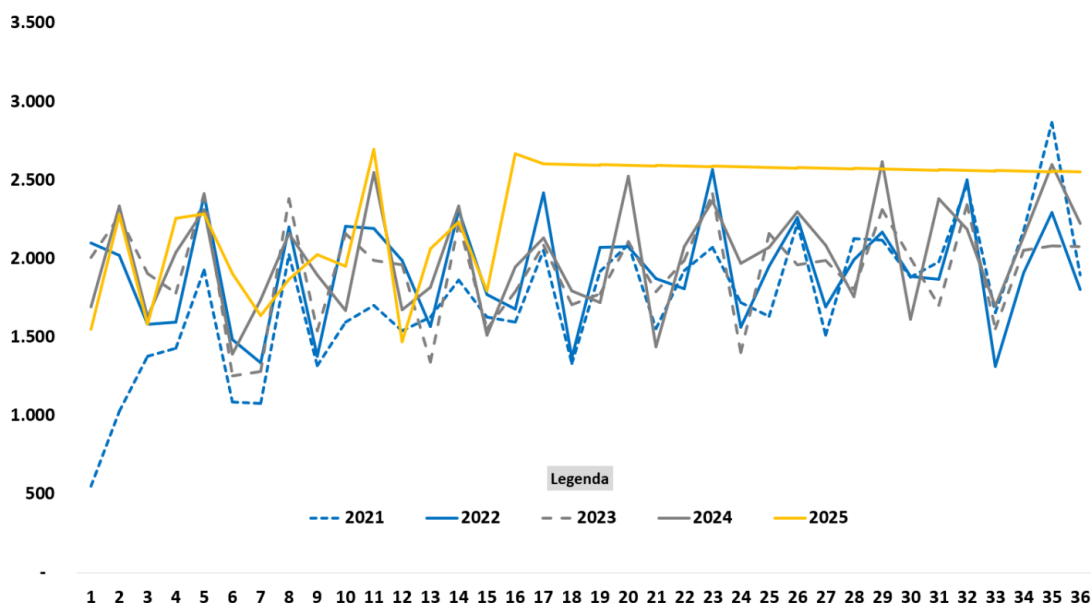
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

45. Agora, a arrecadação será feita por decêndio. Em razão de não se ter os valores discriminados por tipo de fato gerador, será feita uma análise global do IOF com intuito de oferecer perspectiva adicional sobre os desafios envolvidos nas projeções. Para atingir a meta prevista de R\$ 83,4 bilhões, seria necessária, por exemplo, arrecadação média de cerca de R\$ 2,5 bilhões por decêndio ao longo de todo o exercício, o que pode ser possível com a elevação da alíquota. Todavia, o histórico dos últimos cinco anos indica que apenas seis dos vinte decêndios apresentaram arrecadação nesse patamar ou próxima. Os dados históricos sugerem que tal consistência arrecadatória representa cenário possível, mas desafiador, considerando as ressalvas quanto aos valores aproximados em razão dos recolhimentos entre exercícios.

Gráfico 6 - Histórico da arrecadação deflacionada de IOF por decêndio*

R\$ milhões



Fonte: Elaboração própria a partir de informações no Siafi e no SPE.

*Desconsideraram-se as diferenças que existem na arrecadação do final de dezembro, cujos registros podem ocorrer no Siafi efetivamente em janeiro do exercício seguinte.

46. Sob a ótica econômico-orçamentária, observa-se que três fatores contribuem para o aumento da arrecadação do tributo: o aumento da alíquota, a ampliação da base de incidência e o crescimento do número de contribuintes. Contudo, é importante destacar que a possibilidade de exaustão arrecadatória, conforme exemplificado pela curva de Laffer, pode ocorrer e limitar o potencial de crescimento da receita. Além disso, o nível de arrecadação exigido para o cumprimento da meta foi atingido em apenas três exercícios desde 1995, o que demonstra que esses fatores podem representar obstáculos ao atingimento do objetivo estabelecido.

Avaliação sob a perspectiva jurídica e da análise econômica do direito

47. A análise da aplicação do IOF revela questões conceituais importantes entre os fundamentos teóricos que justificam sua existência e a forma como tem sido implementado na prática. Embora o arcabouço jurídico estabeleça claramente os dois tipos de natureza tributária - fiscal e extrafiscal - a execução das políticas relacionadas ao referido tributo suscita questionamentos sobre a coerência metodológica e o alinhamento estratégico entre diferentes esferas de governo.

48. Os impostos podem cumprir, fundamentalmente, duas finalidades distintas: a fiscal, que visa primordialmente a arrecadação de recursos para financiar as despesas públicas e manter o





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

funcionamento da máquina estatal, e a extrafiscal, cujo objetivo principal é intervir ou regular comportamentos econômicos e sociais.

49. O Código Tributário Nacional, em seu artigo 65, estabelece que o Poder Executivo pode alterar as alíquotas do IOF para ajustá-lo aos objetivos da política monetária. Segundo o BCB, essa política refere-se às ações que 'visam afetar o custo do dinheiro' e as condições de liquidez na economia, enquanto o Senado Federal a define como o conjunto de decisões para controlar a oferta de moeda, constituindo instrumento de estabilização econômica ao lado da política fiscal.

50. O caráter regulatório do tributo encontra respaldo histórico sólido. A comissão de sistematização na Assembleia Nacional Constituinte afirmou que o disciplinamento do mercado financeiro pelo IOF é atividade que o Governo Federal só pode realizar com eficiência se mantida sua faculdade de alterar alíquotas. A comissão do sistema tributário destacou que essa prerrogativa, embora constitua exceção ao princípio da legalidade, justifica-se pela necessidade de pronta resposta aos desafios das conjunturas do mercado internacional e das operações financeiras, tratando-se de delegação sujeita ao controle da lei, em que o Presidente não pode agir discricionariamente, mas deve obedecer às limitações estabelecidas pelo Congresso Nacional (peça 89).

51. A alteração da Lei 5.143/1966 pelo Decreto-Lei 1.342/1974 reforçou essa vocação extrafiscal, estabelecendo que as reservas monetárias seriam aplicadas pelo BCB na intervenção dos mercados de câmbio e títulos, na assistência a instituições financeiras e em outros fins conforme estabelecer o Conselho Monetário Nacional. Essa trajetória normativa confirma inequivocamente a vocação extrafiscal do tributo analisado.

52. Indagado sobre a constitucionalidade dos atos normativos sobre o aumento da alíquota do IOF, o STF determinou o retorno da eficácia do Decreto 12.499/25 e a suspensão da eficácia do Decreto Legislativo 176/2025, exceto quanto ao art. 7.º, §§ 15, 23 e 24, do Decreto 6.306/2007, na redação conferida pelo Decretos 12.466, 12.467 e 12.499/2025.

53. Contudo, embora o Ministério da Fazenda afirme que o incremento da alíquota corrigiria distorções, observa-se aparente desarmonia na implementação prática. De um lado, eleva-se a alíquota do tributo para pessoas jurídicas (incluindo o Simples Nacional), para o risco sacado e para cooperativas de crédito, possivelmente regulando ou desestimulando o oferecimento de crédito como forma de atuar na política monetária.

54. De outro lado, simultaneamente enquadram-se os microempreendedores individuais na alíquota fixa e diária reduzida do IOF, cria-se o programa Minha Casa Minha Vida classe média (Portaria MCID 399/2025) e promovem-se as operações de crédito consignado de empregados celetistas por meio da Medida Provisória 1.292/2025, adotando política fiscal expansionista.

55. Essa dualidade de direcionamentos sugere que a elevação das alíquotas do IOF para ajustá-lo aos objetivos da política monetária, conforme previsto no CTN, poderia alcançar resultado pouco efetivo. Tal constatação afetaria a convicção de que a alteração da alíquota tenha ocorrido com fins genuinamente regulatórios. Caso essa tenha sido, de fato, a intenção, as atitudes do poder executivo deveriam estar mais alinhadas às atuações do BCB no planejamento da política monetária.

56. A questão ganha contornos mais preocupantes quando se consideram as orientações consistentes do Comitê de Política Monetária (Copom). De novembro de 2023 a junho de 2025, as atas do comitê descreveram, na análise de cenários (peça 88), que

o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade. (grifo nosso).





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

57. *Tanto na gestão anterior quanto na atual do BCB, a percepção permanece consistente: o Copom tem enfatizado a importância de haver política fiscal crível e a necessidade de sincronização entre as políticas fiscal e monetária, alertando para a relevância de adotar viés contracionista diante de incertezas domésticas (peça 88).*
58. *A sequência de alterações normativas também suscita questionamentos sobre a qualidade do planejamento. A expedição de decreto seguida de revisão no dia seguinte sugere possível ausência de planejamento adequado, contrariando o princípio estabelecido pela LC 101/2000 de que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente.*
59. *Essa percepção é reforçada pela verificação de atitudes que parecem antagônicas às orientações do BCB na política monetária, podendo denotar fragilidades no planejamento. A ausência de previsibilidade descrita pelo Copom constitui sintoma que aponta para níveis insuficientes de transparência, afetando significativamente a segurança jurídica.*
60. *Para mitigar essas preocupações, seria recomendável que a norma tivesse sido precedida de análise de impacto legislativo, procedimento que não foi realizado conforme questionamentos em reunião e por ofício. Segundo Meneguín, a avaliação legislativa analisa os impactos decorrentes da aplicação de uma legislação, verificando se ela é efetiva (se o comportamento dos destinatários estará de acordo com o esperado), eficaz (se o texto legal foi formulado adequadamente para alcançar os objetivos) e eficiente (se os benefícios compensam os custos impostos, sendo estes os menores possíveis). A avaliação prévia seria recomendável, pois a norma poderia promover eficiência no sentido de Kaldor-Hicks, quando os benefícios superam os custos sociais.*
61. *A insegurança jurídica tem sido potencializada pela sucessão de alterações: em aproximadamente um mês e meio, houve três decretos alterando a norma do IOF, um decreto legislativo sustando os efeitos das alterações e duas ações no Supremo Tribunal Federal para avaliar a constitucionalidade dessa sustação. Essa instabilidade normativa pode afetar negativamente os índices de competitividade do Brasil, nos quais o país tem apresentado desempenho preocupante em quesitos relacionados à segurança jurídica.*
62. *No índice Rule of law 2024, o Brasil ficou na 80.^a posição. Já no IMD World Competitiveness 2025, o país ficou na 68.^a colocação, e no índice competitividade Brasil ocupou a 14.^a posição dentre 18 países no quesito ‘ambiente de negócios’, que inclui avaliação relativa à segurança jurídica.*
63. *Embora o índice Global Competitiveness não seja mais publicado pelo Fórum Econômico Mundial, ele historicamente apontava a necessidade de o país aperfeiçoar o ambiente regulatório e promover estabilidade jurídica. O Brasil ficou atrás de todos os países da formação original dos Brics no item instituições, que engloba segurança jurídica, em todas as versões de 2014 a 2019, estando apenas à frente da Rússia em 2013.*
64. *Sob perspectiva jurídica e da análise econômica do direito, embora o tributo possua vocação extrafiscal legítima para atuar na política monetária, a inconsistência entre a elevação da alíquota do IOF e medidas de política fiscal expansionista, aliada às mudanças normativas sucessivas e ações judiciais, pode revelar fragilidades no planejamento por não estar adequadamente alinhado às orientações do BCB, conforme apontado pelo Copom.*
65. *Essa situação constitui fator adicional de insegurança jurídica que merece atenção cuidadosa para preservar a credibilidade das políticas públicas e a eficácia do planejamento fiscal, especialmente considerando os desafios históricos do país em quesitos de estabilidade regulatória e competitividade internacional segundo os citados índices.*

Medida Provisória 1.303/2025





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

66. Uma análise pormenorizada da Medida Provisória (MPV) 1.303/2025, editada pelo Poder Executivo em 11 de junho de 2025, revela uma arquitetura fiscal que, embora ambiciosa em seus objetivos, suscita questionamentos relevantes quanto à robustez de suas premissas e à exequibilidade de suas metas de arrecadação no curto prazo. Concebida como medida compensatória à redução de receita advinda da elevação da alíquota do IOF, a referida MPV projeta um incremento de R\$ 10,55 bilhões. Contudo, a decomposição dessa estimativa evidencia uma dependência desproporcional de um único mecanismo.

67. A análise da estrutura arrecadatória proposta pela MPV 1.303/2025 para o corrente exercício revela características de concentração de risco que merecem consideração técnica aprofundada. Do montante total previsto, a parcela preponderante de R\$ 10 bilhões (tabela 8), correspondente a 94,8% do total, está vinculada exclusivamente ao aprimoramento do sistema de compensação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). As demais fontes de receita, como a tributação sobre apostas eletrônicas e o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras específicas, representam uma fração marginal do esforço arrecadatório. Essa concentração significativa em uma única iniciativa fiscal demanda escrutínio rigoroso de suas bases de cálculo e premissas subjacentes.

Tabela 9 - Previsão de arrecadação

R\$ milhões

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DA MPV 1.303/2025 EM 2025			
Apostas de Quota Fixa	Alíquota da CSLL	Compensação de Tributos Administrados pela RFB	Total
284,94	263,07	10.000	10.548,01

Fonte: RFB, (peça 63, p. 9)

68. A reformulação do processo dessa compensação concentra-se na alteração do artigo 74, § 12, II, alíneas 'g' e 'h' da Lei 9.430/1996, que trata das hipóteses de compensação não declarada. A RFB identificou elevação substancial dos créditos compensados a partir de 2019, conforme apresentado na figura 3, sendo que esse aumento, com menor intensidade em 2024, decorreu principalmente de créditos oriundos de ações judiciais.


69. Na justificativa apresentada, a secretaria apontou que a inclusão da alínea 'g' visaria evitar compensação de documentos de arrecadação que não possuem correspondência com pagamentos efetivos, enquanto a alínea 'h' teria por intuito coibir a utilização indevida de créditos do PIS/Pasep e da Cofins, que deveriam ser apropriados apenas em atividades econômicas específicas, sujeitas ao regime de incidência não cumulativa (peça 64, pp. 2-3).

70. A previsão de arrecadação apresenta distribuição específica: 60% no PIS e Cofins, 20% em contribuição previdenciária, 15% no IRPJ e CSLL e 5% em IPI. Contudo, observa-se ausência de detalhamento que justifique adequadamente esses valores ou a proporção estabelecida entre os tributos. Embora a base de compensações seja expressiva (R\$ 1,2 trilhão) e a previsão represente aproximadamente 0,83% dessa base, existem riscos consideráveis de que os valores projetados para o corrente exercício não se materializem conforme esperado.

71. A expectativa de arrecadação, que demandaria parcialmente mudança no comportamento dos contribuintes (peça 64, p. 3), pode apresentar desafios no atingimento da meta pretendida, considerando que alterações comportamentais frequentemente exigem tempo para se efetivarem. Atingir o valor projetado em menos de seis meses pode revelar-se particularmente desafiador, especialmente considerando que mudanças de comportamento constituem variáveis de razoável complexidade de mensuração, introduzindo elementos de incerteza nas projeções.

17

Avulso do AVN 18/2025 [19 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

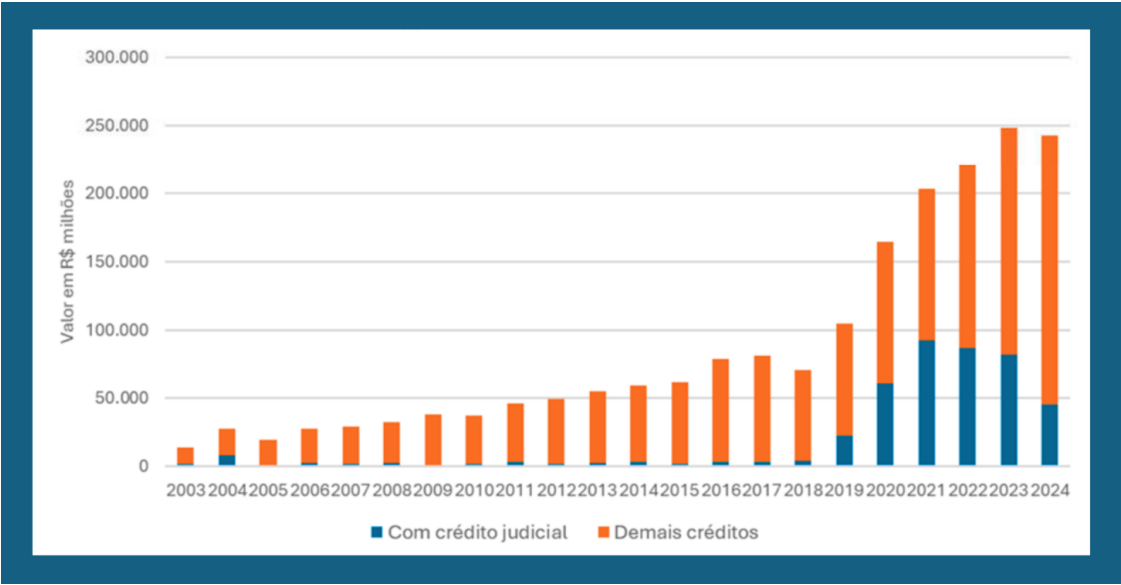
TC 008.760/2025-0

72. Outro aspecto que merece atenção refere-se à mensuração da redução de compensações decorrentes de ações judiciais. Existem variáveis que podem interferir nessa diminuição, como o grau de efetividade da alteração normativa para desestimular o ingresso de ações judiciais. Conforme apontado por Machado e Dias na análise econômica do processo, o agente econômico realiza cálculo de custos e benefícios ao ingressar com nova ação, processo que pode ser influenciado por múltiplos fatores não necessariamente capturados nas projeções.

73. O contexto temporal do sistema judiciário adiciona complexidade adicional às estimativas. O relatório *Justiça em Números 2024* (pp. 277-278) revela que o tempo médio de cada processo no primeiro grau da justiça federal é de um ano e quatro meses para receber sentença na fase de conhecimento e dez anos na fase de execução. Caso haja recurso para o segundo grau, acrescentam-se, em média, mais um ano e quatro meses. Para causas julgadas pelo juizado especial (limitado a sessenta salários-mínimos), o tempo é de nove meses para a fase de conhecimento e dez meses para a execução, sendo que, se a causa for levada para a turma recursal, adiciona-se mais oito meses para decisão.

Gráfico 7 - Histórico de compensação de créditos tributários

R\$ milhões



Fonte: RFB (peça 64) com adaptações.

Recursos oriundos da exploração de óleo

74. O Poder Executivo enviou para apreciação do Parlamento a Medida Provisória 1.291/2025 em 6 de março de 2025, que tratava da aplicação de recursos do Fundo Social (FS), alterando a Lei 12.351/2010. Posteriormente, em 28/5/2025, o Executivo enviou o Projeto de Lei 2632/2025, autorizando a União a alienar direitos e obrigações decorrentes de acordos de individualização da produção em áreas não concedidas ou não partilhadas na área do pré-sal e em áreas estratégicas.

75. O Parlamento incorporou a demanda desse PL à MPV, acrescentando o capítulo VI-A, e em 2/7/2025, o Senado Federal aprovou o projeto de lei de conversão, sendo promulgada como Lei 15.164/2025, com estimativa de arrecadação de cerca de R\$ 15 bilhões.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

76. No entanto, em razão de a LDO 2025 estabelecer que o RARDP consideraria 'somente a legislação vigente para fins de projeções de arrecadação no exercício financeiro' (art. 136, § 3.º). Diante disso, a avaliação dessa receita será feita no próximo acompanhamento.

Voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)

77. A receita oriunda do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) constitui modalidade específica de arrecadação tributária decorrente da Lei 14.689/2023, que reintroduziu esse mecanismo nas deliberações do órgão administrativo. O voto de qualidade permite o desempate em julgamentos de recursos fiscais quando há paridade de votos entre representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes, sendo exercido pelo presidente da turma julgadora.

78. Com a implementação dessa sistemática, o governo federal passou a projetar significativa arrecadação adicional, estimando inicialmente R\$ 54,7 bilhões para 2024, baseando-se na expectativa de que processos administrativos anteriormente favoráveis aos contribuintes seriam revertidos em favor da Fazenda Nacional, gerando cobrança de tributos e multas antes não exigíveis.

79. O Tribunal de Contas da União identificou precocemente os elevados riscos associados às projeções dessa receita, emitindo formal alerta ao Poder Executivo já no 3.º bimestre de 2024 (acórdão 1908/2024 – TCU – Plenário). As constatações do controle externo evidenciaram a baixa arrecadação efetiva em comparação às estimativas iniciais, bem como a existência de significativas incertezas sobre as premissas metodológicas adotadas, particularmente quanto às taxas de adesão ao parcelamento tributário e à resolução de processos judicializados.

80. A Corte de Contas destacou que se tratava do primeiro ano de implementação da nova política do Carf, o que tornava as projeções especialmente vulneráveis a superestimações devido à ausência de séries históricas confiáveis para fundamentar as estimativas governamentais.

81. Apesar dos alertas emitidos pelo TCU e da drástica revisão metodológica promovida pela Receita Federal do Brasil em setembro de 2024, que reduziu a previsão de R\$ 37,7 bilhões para apenas R\$ 0,85 bilhão no 4º bimestre, o governo manteve projeções elevadas para 2025. O PLOA 2025 estabeleceu estimativa de R\$ 28,6 bilhões para essa receita, baseando-se em premissas metodológicas anteriores à atualização promovida pela RFB, uma vez que a proposta orçamentária havia sido enviada ao Congresso Nacional em agosto de 2024. A arrecadação efetivamente realizada em 2024 foi de apenas R\$ 309,2 milhões, representando frustração de 99,99% da receita inicialmente prevista na Lei Orçamentária Anual, confirmando os riscos antecipadamente identificados pelo controle externo.


82. Em que pese o Ministério da Fazenda ter afirmado que somente pôde atualizar as informações relativas às receitas, zerando a previsão de arrecadação, no RARDP 2/2025, constata-se que, segundo cronograma de tramitação do PLOA 2025, havia prazo para apresentação de emenda à receita até 4/12/2024 (peça 95) ou para envio de mensagem do Presidente da República para propor modificação nos termos do art. 166, § 5.º da Carta Magna.

83. Em 3/12/2024, o Poder Executivo enviou proposta de alteração do PLOA 2025, mas somente para criar novos cargos, realizar provimento de cargos e reajustar remuneração, mas não se manifestou sobre as receitas.

84. A comissão mista de planos, orçamentos públicos e fiscalização do Congresso Nacional (CMO) expediu parecer de que houve 'atendimento às normas constitucionais e legais pertinentes à Receita, especialmente quanto à compatibilidade do projeto com a Lei do Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a Lei Complementar nº 101, de 2000'. Contudo, registrou 'avaliação mais crítica' quanto ao tema relativo ao Carf (peça 96, pp. 15 e 29). Em 10/4/2025, o Presidente da República sancionou a referida lei orçamentária, vetando dotações constantes do volume IV. Contudo, não se manifestou sobre a receita (peça 97).

19

Avulso do AVN 18/2025 [21 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

85. *A persistente atuação fiscalizadora do Tribunal de Contas da União produziu efeitos concretos na correção das estimativas governamentais relacionadas ao Carf. Em fevereiro de 2025, na representação TC 003.125/2025-4, o Min. Jorge Oliveira considerou pertinente obter justificativas para a repetição de metodologia que já havia comprovadamente superestimado as receitas em 2024, questionando a credibilidade orçamentária das novas projeções.*

86. *A análise da equipe técnica desta corte sobre o RARDP 1/2025 demonstrou que a média mensal observada era de apenas R\$ 34,7 milhões, correspondendo a 1,46% da média mensal projetada. Assim, as projeções dessa receita no RARDP 2/2025 foram zeradas.*

Receita de Concessões e Permissões

87. *As receitas de concessões ferroviárias constituem modalidade específica de arrecadação primária decorrente de renegociações contratuais no setor ferroviário federal. O mecanismo operacional consiste na elevação do valor da outorga paga pelas concessionárias em contrapartida à exclusão ou alteração de investimentos obrigatórios originalmente previstos nos contratos de concessão. Desde o PLOA 2024, o governo federal tem incluído sistematicamente essas receitas nas estimativas dos RARDP, com o objetivo de aumentar a receita primária através da monetização de obrigações contratuais de investimento das concessionárias ferroviárias.*

88. *Os procedimentos de auditoria aplicados pelo TCU evidenciaram significativos riscos de não realização das projeções de receitas de concessões ferroviárias. A análise comparativa entre as estimativas e a execução efetiva demonstrou substancial discrepância: enquanto o RARDP 4/2024 projetava arrecadação total de R\$ 20,7 bilhões em concessões e permissões, a realização até agosto alcançou apenas R\$ 3,4 bilhões, representando 16,3% do valor previsto, mesmo com 66% do exercício financeiro transcorrido.*

89. *A própria Coordenação-Geral de Planejamento e Riscos Fiscais (Copef), da Secretaria do Tesouro Nacional, reconheceu a existência de indefinições quanto ao processo de negociação em curso, particularmente sobre o cronograma de pagamentos, levando à decisão de não incluir as estimativas de renegociação ferroviária em determinados relatórios.*

90. *A fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União produziu efeitos concretos na revisão das estimativas governamentais de receitas ferroviárias. Em resposta às constatações do controle externo sobre os riscos de superestimação dessas receitas, o governo federal adotou postura mais conservadora, implementando reduções progressivas nas projeções - inicialmente de 100% para 75% do valor estimado entre o 3º e 4º RARDP de 2024, conforme decisão da Secretaria do Tesouro Nacional baseada em critérios de prudência fiscal.*

91. *Posteriormente, como resultado direto da atuação fiscalizadora do TCU e do reconhecimento dos riscos identificados, o governo procedeu ao zeramento completo dessas receitas no RARDP 2/2025 subsequente, demonstrando a efetividade do controle externo na correção de distorções orçamentárias e na promoção de maior realismo nas estimativas fiscais federais.*

IV. AVALIAÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS

92. *Neste capítulo são analisadas as questões 10, 11, 12, 13 e 14 da matriz de planejamento.*

IV.1. Projeção das Despesas Primárias para o exercício de 2025

93. *Conforme a tabela 7 da avaliação do 2º bimestre de 2025 (peça 73, p. 21), a projeção da despesa primária total para 2025 alcançou R\$ 2.415.413,0 milhões, enquanto o valor estimado na LOA 2025 foi de R\$ 2.389.589,8 milhões, correspondendo a aumento de R\$ 25.823,2 milhões (1,1%). A tabela a seguir discrimina essas projeções.*





Tabela 10 – Projeção das despesas primárias do governo central para 2025

R\$ milhões

Descrição	LOA 2025 (a)	Avaliação 2º Bimestre (c)	Diferença (d)=(c)-(b)	Variação % (d)/(b)
Total	2.389.589,8	2.415.413,0	25.823,2	1,1%
Despesas obrigatórias	2.168.463,5	2.204.841,2	36.377,7	1,7%
Benefícios Previdenciários	1.015.351,3	1.032.040,5	16.689,2	1,6%
Pessoal e Encargos Sociais	411.749,2	411.649,6	-99,6	0,0%
Abono e Seguro Desemprego	88.099,9	88.644,4	544,5	0,6%
Anistiados	211,6	211,6	0,0	0,0%
Apoio Financeiro aos Estados e Municípios	4.803,4	4.355,3	-448,1	-9,3%
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	1.865,1	1.715,1	-150,0	-8,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	119.061,2	121.824,0	2.762,8	2,3%
Fundef/Fundeb - Complementação	57.004,2	59.118,1	2.113,9	3,7%
Complemento para o FGTS	56,7	43,7	-13,0	-22,9%
Créditos Extraordinários	0,0	7.249,1	7.249,1	
Fabricação de Cédulas e Moedas	1.388,6	1.382,0	-6,6	-0,5%
Impacto Primário do FIES	1.870,6	1.920,9	50,3	2,7%
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	4.799,8	4.779,2	-20,6	-0,4%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	20.374,6	20.470,4	95,8	0,5%
Lei Kandir e FEX/ADO nº 25	4.000,0	3.988,0	-12,0	-0,3%
Proagro	5.784,2	5.787,3	3,1	0,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	47.136,0	48.453,5	1.317,5	2,8%
Subvenções econômicas/Net lending	20.318,6	26.097,0	5.778,4	28,4%
Transferência ANA – Receitas Uso Recursos Hídricos	109,6	86,7	-22,9	-20,9%
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	1.920,3	1.760,6	-159,7	-8,3%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	362.558,7	363.264,0	705,3	0,2%
Despesas discricionárias do Poder Executivo	221.126,3	210.571,9	-10.554,4	-4,8%

Fonte: RARDP 2º Bimestre (peça 73, p. 21).

94. De acordo com o mencionado relatório, a maior variação absoluta positiva na avaliação do 2º bimestre de 2025 em comparação com a da LOA 2025 foi com ‘Benefícios Previdenciários’, de R\$ 16.689,2 milhões (1,6%). As ‘Despesas Obrigatórias’ como um todo aumentaram R\$ 36.377,7 milhões (1,7%), obrigando a redução de R\$ 10.554,4 milhões (-4,8%) na projeção das ‘Despesas discricionárias do Poder Executivo’. Esta redução, como já mencionada na análise do acompanhamento do PLOA 2025 (TC 019.698/2024-0), pode dificultar a manutenção da administração pública federal.

95. A análise das variações é apresentada na seção 3.3 do RARDP do 2º bimestre de 2025 (peça 73, p. 21).

96. Este aumento na projeção das despesas pode impactar o atingimento da meta fiscal em 2025. Este impacto é comentado nos capítulos V, VI e VII deste relatório.

IV.2. Projeção e Realização das Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2025

97. Comparando-se a projeção de despesas primárias do 2º bimestre de 2025, constante do Decreto 12.448/2025, com a execução das despesas nesse período, constante do Decreto 12.477/2025, observou-se que a execução das despesas foi inferior à estimativa em R\$ 16.440 milhões (-4,3%).





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Tabela 11 – Despesa primária total projetada versus realizada - 2º bimestre de 2025

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Prevista (a)	Realizada (b)	Diferença (c)=(b)-(a)	Variação % (c)/(a)
DESPESA TOTAL	385.025	368.585	-16.440	-4,3%
Benefícios Previdenciários	163.146	164.855	1.709	1,0%
Pessoal e Encargos Sociais	63.702	58.936	-4.766	-7,5%
Outras Despesas Obrigatórias	55.751	59.121	3.370	6,0%
Abono e Seguro Desemprego	17.597	18.065	468	2,7%
Anistiados	34	31	-3	-8,8%
Auxílio Financeiro a Estados/Municípios	801	991	190	
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	304	139	-165	-54,3%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	19.506	21.091	1.585	8,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	9	10	1	11,1%
Créditos extraordinários	-	495	495	
Fabricação de Cédulas e Moedas	68	57	-11	-16,2%
FUNDEB (Complem. União)	7.062	8.005	943	13,4%
Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	727	1.047	320	44,0%
ADO n.25 (a partir de 2020)	667	664	-3	-0,4%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	3.353	3.018	-335	-10,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	913	994	81	8,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.033	3.934	-99	-2,5%
Transferências ANA	-	-	-	
Transferências Multas ANEEL	348	241	-107	-30,7%
Impacto Primário do FIES	331	338	7	2,1%
Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	102.426	85.672	-16.754	-16,4%
Emendas de Execução Obrigatória	6.697	2.200	-4.497	-67,1%
Outras Emendas	2.401	9	-2.392	-99,6%
Obrigatórias com controle de fluxo	65.330	61.082	-4.248	-6,5%
Despesas Discricionárias	27.998	22.382	-5.616	-20,1%

Fontes: Prevista: Decreto 12.448/2025; Realizada: Decreto 12.77/2025.

98. Conforme apresentado na tabela anterior, a execução das despesas no 2º bimestre de 2025 ficou abaixo do projetado, facilitando a observância das metas fiscais. Estas condições são analisadas nos capítulos V, VI e VII deste relatório.

IV.3. Evolução das Despesas Primárias em valores constantes

99. Conforme a tabela seguinte, a despesa total realizada acumulada de janeiro a abril de 2025, em valores deflacionados, atingiu R\$ 723.476 milhões, o que corresponde a redução real de R\$ 13.979 milhões (-1,9%) em comparação com igual período de 2024. O grupo que apresentou maior queda foi o das ‘Outras Despesas Obrigatórias’, de R\$ 18.000 milhões (-13.1%), seguido do grupo ‘Pessoal e Encargos Sociais’, com redução de R\$ 2,76 milhões (-2,2%). Os ‘Benefícios Previdenciários’ apresentaram crescimento de R\$ 6.705 milhões (+2,2%).





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Tabela 12 – Despesa executada – somas de valores deflacionados

R\$ milhões

Discriminação	2024	2025	Diferença (C)=(B)-(A)	Variação % (C)/(A)
	jan a abr (A)	jan a abr (B)		
DESPESA TOTAL	737.455	723.476	-13.979	-1,9%
Benefícios Previdenciários	311.286	317.991	6.705	2,2%
Pessoal e Encargos Sociais	123.322	120.564	-2.758	-2,2%
Outras Despesas Obrigatórias	137.729	119.729	-18.000	-13,1%
PE Sujeitas à Programação Financeira	165.118	165.193	75	0,0%

Fonte: RTN abr/2025, tab 1.1-A (peça 56).

100. Conforme apresentado na tabela a seguir, verifica-se que, entre abril de 2024 e abril de 2025, houve redução de 4,7% na despesa realizada acumulada móvel de doze meses em valores deflacionados. Todos os grupos de despesas apresentaram queda no período. Entre janeiro de 2025 e abril de 2025 a despesa total apresentou o aumento de 0,2%. Com exceção do grupo ‘Pessoal e Encargos Sociais’, que apresentou redução de 0,1%, todos os demais grupos de despesas apresentaram pequenos crescimentos no período.

Tabela 13 – Despesa primária - somas móveis de doze meses em valores deflacionados

R\$ bilhões

Discriminação	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	Variação % abr/24 a abr/25	Variação % jan/25 a abr/25
Despesa Total	2.406	2.435	2.436	2.423	2.426	2.429	2.428	2.416	2.307	2.315	2.289	2.288	2.293	-4,7%	0,2%
Benefícios Previdenciários	1.005	1.031	1.023	1.001	1.004	1.007	1.009	1.011	983	984	986	987	989	-1,6%	0,2%
Pessoal e Encargos Sociais	401	399	400	400	400	400	400	399	384	383	383	382	382	-4,9%	-0,1%
Outras Despesas Obrigatórias	430	423	425	424	434	436	440	431	375	379	352	356	357	-16,9%	0,5%
PE Sujeitas à Programação Financeira	569	582	587	597	588	586	579	574	565	568	568	564	565	-0,8%	0,2%

Fonte: RTN abr/2025, tab 1.2-B (peça 57).

101. Entre novembro de 2024 e dezembro de 2024 as médias móveis de doze meses da ‘Despesa Primária Total’ apresentou redução de R\$ 108 bilhões em decorrência principalmente da redução de R\$ 56 bilhões nas ‘Outras Despesas Obrigatórias’ e da redução de R\$ 29 bilhões nos ‘Benefícios Previdenciários’. Parte dessa redução de despesas decorre da antecipação do pagamento de precatórios ao final de 2023, o que elevou o despesa primária acumulado ao longo do ano de 2024. Com a base de comparação deteriorada, a redução da despesa primária acumulada em 12 meses em 2025 torna-se mais evidente.

102. No entanto, cabe destacar, no subconjunto das ‘Outras Despesas Obrigatórias’, a evolução crescente da despesa com Benefícios de Prestação Continuada (BPC), conforme apresentada no gráfico a seguir. O gráfico apresenta somas móveis de 12 meses em valores deflacionados pelo IPCA de abril de 2025. Entre abril de 2024 e abril de 2025 este item de despesa apresentou crescimento de 12,9% acima da inflação. Este crescimento representa grande peso no crescimento das despesas obrigatórias, que historicamente são pressionadas pelos Benefícios do RGPS.

Gráfico 8 – Despesa com o BPC - somas móveis de doze meses em valores deflacionados

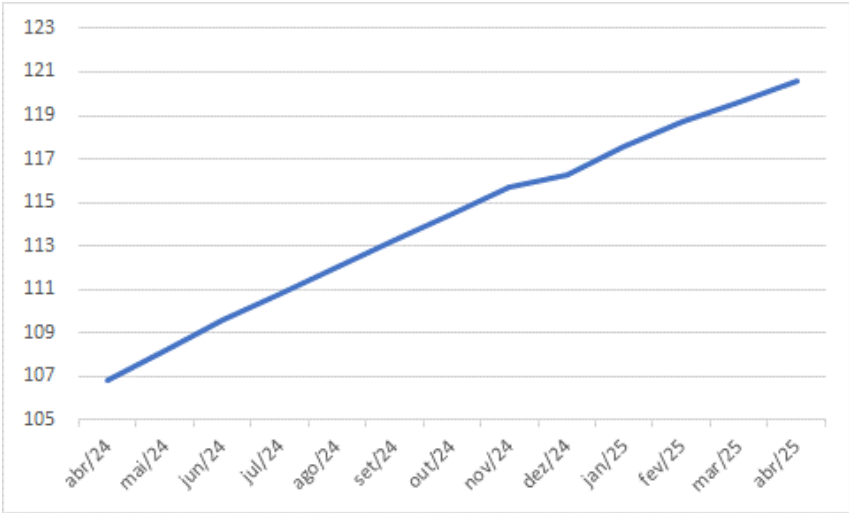
R\$ milhões de abril de 2025





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0



Fonte: RTN abr/2025, tab 1.2-B (peça 57)

V. ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

103. Neste capítulo são analisadas as questões 15 e 16 da matriz de planejamento.
104. A LDO 2025, em seu art. 2º, estabeleceu para o Governo Central meta de resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de R\$ 0 (zero real). Porém, conforme estabelecido no inciso IV do § 5º do art. 4º da LRF, foi previsto intervalo de tolerância para seu cumprimento correspondente, em valor corrente, a 0,25% do PIB previsto no PLDO. Desse modo, o § 1º do art. 2º da LDO 2024 prevê intervalo de tolerância entre déficit de R\$ 30,97 bilhões e superávit de R\$ 30,97 bilhões.
105. A tabela a seguir evidencia os principais componentes do resultado primário do Governo Central de acordo com a LOA 2025 e a avaliação do 2º bimestre de 2025, em obediência ao art. 9º da LRF.

Tabela 14 – Projeção do resultado primário para 2025

Discriminação	R\$ milhões		
	LOA 2025 (a)	Avaliação 2ºBimestre (c)	Diferença (d)=(c)-(b)
1. Receita Primária Líquida	2.360.051,6	2.318.385,5	-41.666,1
2. Despesa Primária Total	2.389.589,8	2.415.413,0	25.823,2
3. Resultado Primário (1) - (2)	-29.538,2	-97.027,6	-67.489,4
4. Centro da Meta de Resultado Primário OFS (art. 2º, caput, da LDO-2024)	0,0	0,0	0,0
5. Limite Inferior da Meta de Resultado Primário OFS (art. 2º, §1º, II da LDO-2024)	-30.970,0	-30.970,0	0,0
6. Compensação da Meta (ADIS 7064/7047)	44.118,3	45.323,1	1.204,8
7. Resultado primário para cumprimento da LDO (3) + (6)	14.580,1	-51.704,5	-66.284,6
8. Margem para o Centro da Meta (7)-(4)	14.580,1	-51.704,5	-66.284,6
9. Margem para o Limite Inferior da Meta (7)-(5)	45.550,1	-20.734,5	-66.284,6

Fonte: RARDP do 2º bimestre de 2025 (peça 73, p. 10).

106. De acordo com o RARDP do 2º bimestre de 2025 (peça 73, p. 10), foi projetado déficit primário para o Governo Central no corrente exercício de R\$ 97.027,6 milhões, superior ao limite máximo de déficit estabelecido. Segundo a ADIS 7064/7047, o valor da compensação foi calculado em R\$ 45.323,1 milhões no 2º bimestre de 2025, resultando em déficit de R\$ 51.704,5 milhões para





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

efeito de cumprimento da meta estabelecida na LDO. A margem para o centro da meta é negativa em R\$ 51.704,5 milhões e negativa em R\$ 20.734,5 milhões para o limite inferior da meta.

107. *Em função destas projeções, indicou-se a necessidade de limitação e empenho e movimentação financeira necessários para adequar o resultado projetado às metas estabelecidas na LDO 2025.*

108. *A STN e o BCB utilizam metodologias diferentes para calcular o resultado primário do Governo Central. A primeira apura o resultado seguindo o método denominado 'acima da linha', que foca na diferença entre fluxos de receitas e despesas, enquanto o segundo se guia pela variação da dívida líquida total, método denominado 'abaixo da linha'.*

109. *No período entre janeiro e abril de 2025, segundo o RTN de abril de 2025, tab. 1.1 (peça 55), o resultado primário 'acima da linha' foi superavitário em R\$ 72.359,9 milhões e, segundo o Bacen, superavitário em R\$ 68.555,1 milhões 'abaixo da linha' (Tabela 2 – NFSP – peça 54), resultando em discrepância de R\$ 3.804,8 milhões. O resultado PDG ajustado das empresas estatais federais foi reprojetoado para 2025 em déficit de R\$ 1.346,0 milhões (SEST, peça 40, item não digitalizável, Anexo I), compatível com a meta de déficit de R\$ 6.214,7 milhões, conforme Art. 3º da LDO 2025.*

110. *Registre-se que o Bacen é a instituição responsável pela apuração oficial dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento das metas fiscais, conforme disposto no art. 2º, § 4º, c/c o art. 5º, § 3º, todos da Lei Complementar 200/2023.*

111. *Compõem o resultado primário do Governo Central em abril de 2025 o superávit do Tesouro Nacional de R\$ 166.964,1 milhões e os déficits do Bacen de R\$ 274,2 milhões e do RGPS de R\$ 98.134,9 milhões. O Setor Público Consolidado apresentou superávit primário de R\$ 102.860,2 milhões.*

112. *Desde maio de 2024, as somas móveis de doze meses dos valores corrigidos pelo IPCA de abril de 2025 do resultado primário, segundo a tabela 1.2-B do RTN de abril de 2025 (peça 57), apresentaram, com algumas oscilações, tendência de aumento até abril de 2025, passando de déficit de R\$ 264,9 bilhões em abril de 2024 a déficit de R\$ 5,3 bilhões em abril de 2025. Parte dessa melhoria expressiva decorre da antecipação do pagamento de precatórios ao final de 2023, o que prejudicou o resultado primário acumulado ao longo do ano de 2024. Com a base de comparação deteriorada, a melhora do resultado primário acumulado em 12 meses em 2025 torna-se mais evidente.*


113. *Contudo, como a execução das despesas no início de 2025 foi feita de forma provisória e em ritmo menor em decorrência do atraso na aprovação da LOA 2025, esta evolução deverá ser revertida, como prevê o RARDP do 2º Bimestre de 2025, que projeta déficit de R\$ 97.027,6 milhões no ano de 2025.*

Gráfico 9 - Resultado primário – somas móveis de 12 meses em valores corrigidos pelo IPCA de abr/2025

R\$ milhões

25

Avulso do AVN 18/2025 [27 de 66]

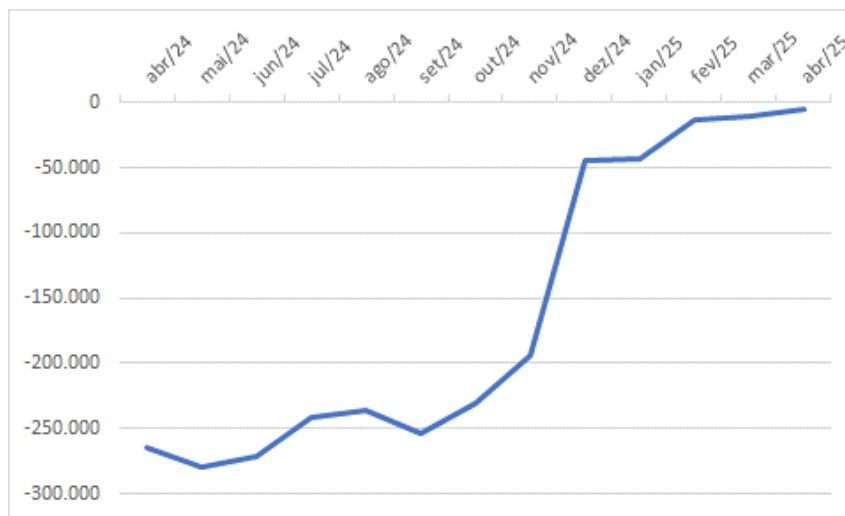
 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0



Fonte: RTN de abril de 2025 – tab 1.2-B (peça 57)

VI. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

114. Neste capítulo são analisadas as questões 17 e 18 da matriz de planejamento.

VI.1. Interpretação adotada pelo Poder Executivo relativa à prática de contingenciamentos no contexto de meta fiscal em formato de bandas de tolerância

115. Desde 2024, os acompanhamentos bimestrais da Execução Orçamentária e Financeira e Resultados Fiscais realizados pelo TCU vêm analisando a dinâmica da prática de limitação de empenho e movimentação financeira diante do arcabouço normativo do Regime Fiscal Sustentável (RFS) estabelecido pela LC 200/2023, com especial atenção para a análise da relação entre o contingenciamento de despesas e o regime de bandas de tolerância definido para a meta de resultado primário.

116. No trabalho de acompanhamento bimestral referente ao 1º bimestre de 2025 (TC 005.986/2025-7), esta equipe de fiscalização evidenciou como as inovações legislativas estabelecidas pela LDO 2025 poderiam alterar a interpretação quanto à necessidade de o contingenciamento de despesas ser utilizando visando o atingimento do centro da meta ou da banda inferior do intervalo de tolerância.

117. Nesta edição do acompanhamento bimestral, atualizamos a referida análise explicitando o posicionamento oficial do Poder Executivo, obtido pela equipe de fiscalização por meio da realização de reuniões com os órgãos jurisdicionados e o envio de ofícios de requisição de informações. Para fins de clareza de exposição, contudo, repete-se aqui a exposição das inovações da LDO apresentadas no acompanhamento do 1º bimestre de 2025 (TC 005.986/2025-7).

118. O instituto do contingenciamento é estabelecido pelo caput do Art. 9º da LRF, o qual delega ainda às Leis de Diretrizes Orçamentárias o papel de disciplinar em maiores detalhes os critérios para a realização das contenções de despesas.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (grifou-se)





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

119. Desde o início de vigência do RFS, passou a haver debate acerca do significado da expressão 'poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário' contida no dispositivo da LRF. Mais especificamente, discute-se sobre se o instituto do contingenciamento deveria ser acionado somente quando há risco de descumprimento do limite inferior da banda de tolerância da meta fiscal, ou se as contenções deveriam ser aplicadas em cenário de risco de descumprimento do centro da meta fiscal. Ainda, em caso de utilização efetiva do contingenciamento, houve debates se este deveria conduzir o resultado primário estritamente até o cumprimento de sua banda inferior, ou se o Poder Executivo teria a discricionariedade de utilizar a limitação de empenho para conduzir o resultado primário a qualquer montante dentro do intervalo de tolerância estabelecido na LDO, dado o comando estabelecido pela LC 200/2023:

Art. 5º, § 3º Será considerada cumprida a meta se o resultado primário do Governo Central apurado pelo Banco Central do Brasil for superior ao limite inferior do intervalo de tolerância de que trata o inciso IV do § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da meta estabelecida para o respectivo exercício, em valores nominais.

120. No exercício de 2024, ao se analisar o RARDP do 1º bimestre, observou-se que as projeções para o resultado primário se situavam abaixo do centro da meta, porém dentro do limite de tolerância definido pela banda inferior do intervalo e que, neste caso, o relatório concluiu que, considerando o limite inferior da meta de resultado primário, as projeções não indicam necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira.

121. Neste contexto, a equipe de fiscalização deste tribunal questionou o Poder Executivo a respeito de sua interpretação acerca das normas fiscais e suas implicações para a realização de limitação de empenho, no âmbito dos acompanhamentos do 1º bimestre (TC 007.029/2024-1, Acórdão 1211/2024–TCU–Plenário) e 3º bimestre (TC 017.469/2024-4) de 2024.

122. Conforme relatado nos referidos trabalhos de fiscalização, o Poder Executivo confirmou o entendimento de que considerava o limite inferior do intervalo de tolerância como referência para se definir pela necessidade ou não de se promover a limitação de empenho e movimentação financeira.

123. Tal posicionamento foi justificado pela redação da LC 200/2023, que define como descumprimento da meta fiscal um resultado primário inferior ao limite inferior do intervalo de tolerância estabelecido pela LDO, bem como pelo instituto do orçamento impositivo, estabelecido pela Constituição Federal em seu Art. 165:

Art. 165 (...)

§ 10. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 11. O disposto no § 10 deste artigo, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias:

I - subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;


II - não se aplica nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados. (grifou-se)

124. Percebe-se, conforme o trecho grifado, que a Constituição Federal (CF) delega à LDO a competência para estabelecer os detalhes acerca das exceções ao princípio do orçamento impositivo. A LDO 2024, no entanto, não trouxe nenhuma diferença relevante comparada à norma prevista na CF.

125. Neste ponto, este acompanhamento tem a intenção de destacar duas alterações legislativas promovidas pela LDO 2025, em comparação com a LDO 2024, que tem o potencial de alterar a

27

Avulso do AVN 18/2025 [29 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

interpretação sobre o papel do contingenciamento de despesas em cenário de intervalo de tolerância para cumprimento da meta fiscal.

126. *Em primeiro lugar, observa-se que a LDO 2024, no caput de seu Art. 72 (que regulamenta a limitação de empenho e movimentação financeira), não faz nenhuma menção à banda de tolerância da meta.*

LDO 2024

Art. 71. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º.

127. *Em uma tentativa de melhor regulamentar a execução de contingenciamento, e como forma de positivar na lei o entendimento relatado a esta equipe de fiscalização conforme exposto anteriormente, o Poder Executivo enviou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLDO 2025) com a seguinte redação para este dispositivo.*

PLDO 2025

Art. 68. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, considerado o limite inferior do intervalo de tolerância, de que trata o inciso II do § 1º do art. 2º desta Lei, e o disposto no § 3º do art. 2º e no § 3º do art. 5º da Lei Complementar nº 200, de 2023, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo. (grifou-se)

128. *Observa-se, pela leitura deste dispositivo, como o objetivo do Poder Executivo era o de utilizar a LDO para resolver os questionamentos realizados no ano anterior, de modo que a norma legal desse amparo ao entendimento do governo acerca da execução de contingenciamentos diante de uma meta fiscal em forma de banda de tolerância.*

129. *Contudo, finalizado o processo legislativo orçamentário, a redação final do dispositivo foi alterada pelo Congresso Nacional, constando da LDO 2025 nos seguintes termos.*

LDO 2025


Art. 69. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo. (grifou-se)

130. *Dessa forma, percebe-se como o legislador retirou o foco da banda inferior como parâmetro de referência para a realização dos contingenciamentos, enfatizando que a limitação de empenho deverá considerar agora a meta fiscal estabelecida no caput do Art. 2º da LDO 2025 (ou seja, o centro da meta fiscal), e não mais o limite inferior de sua banda de tolerância.*

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 e a execução da respectiva Lei, no que se refere aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, deverão ser compatíveis com a meta de resultado primário de R\$ 0,00 (zero real) para o Governo Central, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

28

Avulso do AVN 18/2025 [30 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

I - limite superior equivalente a superavit primário de R\$ 30.970.024.726,00 (trinta bilhões novecentos e setenta milhões vinte e quatro mil setecentos e vinte e seis reais); e

II - limite inferior equivalente a déficit primário de R\$ 30.970.024.726,00 (trinta bilhões novecentos e setenta milhões vinte e quatro mil setecentos e vinte e seis reais). (grifou-se)

131. Ainda, importantes alterações foram promovidas pela LDO 2025 no que se refere ao princípio do orçamento impositivo. Como mencionado acima, a LDO 2024 apenas repete os dispositivos do art. 165, §§ 10 e 11, da Constituição Federal e o PLDO 2025, enviado pelo Poder Executivo, também seguiu na mesma linha, sem propor alterações.

132. Novamente, porém, a redação do dispositivo correspondente no PLDO foi alterada no âmbito da tramitação da proposição legislativa. Desse modo, a redação final da LDO 2025 no que se refere ao princípio do orçamento impositivo estabelece que:

Art. 71. A administração pública federal tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 1º O disposto no caput:

I - subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, incluindo-se a limitação de empenho e movimentação financeira, o bloqueio e a correspondente adequação orçamentária de que tratam o art. 67 e o art. 69;

II - não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;

III - não se aplica às hipóteses de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados, de acordo com o previsto no inciso II do § 11 do art. 165 e no § 13 do art. 166 da Constituição; (grifou-se)

133. Mais uma vez, percebe-se como o legislador buscou preservar a autonomia do contingenciamento de despesas, deixando claro que até mesmo o princípio do orçamento impositivo não possui aplicabilidade absoluta. Pelo contrário, subordina-se à necessidade de realização de contingenciamentos e bloqueios. Desse modo, a nova redação da LDO restringe a aplicabilidade do orçamento impositivo, estabelecendo que este não pode impedir a plena realização de contêncões de despesas.

134. A princípio, as inovações legislativas da LDO aparentam ter sido promovidas com o intuito de conferir discricionariedade ao Poder Executivo para realizar contingenciamentos que preservem o cumprimento do centro da meta fiscal, e não somente a sua banda inferior. Tal intenção demonstrada pelo Poder Legislativo, quando da apreciação da LDO 2025, alinha-se aos esforços empregados pelo Tribunal de Contas no acompanhamento da execução orçamentária e financeira de 2024 no sentido de evidenciar a importância de que a LDO regulamentasse de forma apropriada a realização de contingenciamentos e bloqueios diante do novo cenário de bandas de tolerância da meta fiscal estabelecido pelo RFS.

135. Nesse contexto, esta equipe de fiscalização diligenciou o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e Ministério da Fazenda (MF), indagando a respeito da interpretação do Poder Executivo com relação às inovações legislativas estabelecidas na LDO 2025, conforme exposto anteriormente.

136. A partir da análise dos documentos, percebe-se como este tema foi objeto de controvérsia e debates dentro do Poder Executivo, com setores técnicos e alas jurídicas interpretando de forma divergente a legislação em vigor.

Entendimento da área técnica do MPO





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

137. Por meio da Nota Técnica SEI 477/2025/MPO (peça 43), a Coordenação-Geral de Assuntos Macro-Orçamentários da Subsecretaria de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal (CGMAC/SEAFI/SOF) emitiu recomendação para que para que a apuração da necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar 101/2000 se dê a partir do centro da meta de resultado primário.

138. De acordo com a área técnica da SOF, a nova redação do art. 69 da LDO suprimiu a menção ao limite inferior do intervalo de tolerância, passando a ser considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º da LDO, que, em seu entendimento, refere-se apenas ao que usualmente tem se denominado 'centro da meta', uma vez que os limites inferior e superior do intervalo da meta de resultado primário são mencionados nos incisos I e II, do § 1º, do art. 2º.

139. Desse modo, a leitura combinada do art. 69 da LDO 2025 e do art. 5º, § 3º da LC 200/2023 sugere que se deve contingenciar despesas em montante suficiente para se atingir o centro da meta, mesmo que a verificação do cumprimento se dê pelo intervalo de tolerância.

140. Ainda, argumenta a área técnica que, quanto à impositividade do orçamento, o art. 71 da LDO trouxe mudanças no sentido de deixar claro, no seu inciso I, de que o dever de executar as programações orçamentárias subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, incluindo-se a limitação de empenho e movimentação financeira, o bloqueio e a correspondente adequação orçamentária de que tratam os arts. 67 e 69. Assim, ao fazer remissão ao art. 69, conforme previsto no art. 71, § 1º, inciso I, entende-se que a LDO 2025 não impede a realização de contingenciamento com vistas ao alcance do centro da meta (caput do art. 2º), diferentemente da LDO 2024, que não previa a possibilidade de acionar a limitação de empenho e movimentação para o atingimento do centro da meta frente ao dever de executar as programações orçamentárias.

141. Por fim, indica a nota técnica que a perseguição do centro da meta fiscal também é requisito para a adequação da execução orçamentária às projeções contidas no anexo de metas fiscais (AMF) da LDO. As projeções para a trajetória da dívida pública contidas no AMF têm como pressuposto que o resultado primário registrado ao longo dos anos da referida trajetória é equivalente àquele indicado pelo centro da meta fiscal. Nesse sentido, caso o cumprimento da meta tenha como alvo, na execução financeira, o limite inferior da meta fiscal, tende, tudo o mais constante, a impactar a trajetória projetada para a dívida pública, trazendo risco de comprometimento para o alcance dos objetivos de estabilização e sustentabilidade esculpidos no art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 200/2023. Tal apontamento reforçaria ainda mais a necessidade de se enviair esforços para perseguir o centro da meta, incluindo a apuração e adoção da limitação de empenho e movimentação financeira, caso necessária.

142. Desse modo, área técnica da SOF finaliza o documento recomendando ao Secretário de Orçamento Federal que os Relatórios Bimestrais de Receitas e Despesas Primárias apurem necessidade de contingenciamento frente ao centro da meta de resultado primário, observado o disposto no inciso I e § 2º, do art. 7º, da LC 200/2023.


143. Neste contexto, o Secretário de Orçamento Federal reconheceu a importância dos temas tratados pela área técnica e sua preocupação com a responsabilidade na gestão fiscal, definindo pela realização de consulta à Consultoria Jurídica do MPO acerca da interpretação e aplicação das regras de limitação de empenho e movimentação financeira para o exercício de 2025, em face das alterações promovidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025. Justificando esta ação devido à necessidade de aprofundamento da análise jurídica e técnica do tema.

Posicionamento da instância jurídica do MPO

144. Por meio do Parecer 00126/2025/CONJUR-MPO/CGU/AGU (peça 43), a Consultoria Jurídica da Advocacia Geral da União junto ao MPO (doravante Conjor-MPO) pronunciou-se sobre

30

Avulso do AVN 18/2025 [32 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

a interpretação e a aplicação do art. 9º da LRF, no que se refere à apuração da necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira no exercício de 2025, considerando as alterações introduzidas pela LC 200/2023, e a redação final conferida à LDO 2025, tendo como o foco a emissão de parecer restrito a questões estritamente jurídicas.

145. O parecer jurídico recorda que, em 2024, a área técnica da SOF e a Conjur-MPO convergiam, em suas notas técnicas e pareceres jurídicos no entendimento de que a limitação de empenho e movimentação financeira em montante superior àquele estritamente necessário ao atingimento do limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal subverteria a lógica inerente ao mecanismo de contingenciamento estabelecido no art. 9º da LRF de modo a contrariar o disposto no aludido preceito legal.

146. O cerne deste entendimento está no fato na interpretação literal (ou gramatical) do art. 9º da LRF conjugado com art. 5º, § 3º, da LC 200/2023:

LRF

*Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o **cumprimento das metas de resultado primário** ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público **promoverão**, por ato próprio e **nos montantes necessários**, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.*

LC 200/2023

*Art. 5º, § 3º **Será considerada cumprida a meta se o resultado primário** do Governo Central apurado pelo Banco Central do Brasil **for superior ao limite inferior** do intervalo de tolerância de que trata o inciso IV do § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da meta estabelecida para o respectivo exercício, em valores nominais. (grifos nossos)*

147. Segundo a Conjur, extrai-se destes dispositivos a seguinte linha de raciocínio:

(i) De acordo com o art. 9º da LRF, o contingenciamento deverá ser realizado quando houver risco de descumprimento da meta de resultado primário;

(ii) De acordo com o Art. 5º, § 3º da LC 200/2023, será considerada cumprida a meta se o resultado primário do Governo Central apurado pelo Banco Central do Brasil for superior ao limite inferior do intervalo de tolerância de que trata o inciso IV do § 5º do art. 4º LRF;


(iii) Desse modo, o contingenciamento somente deverá ser realizado quando houver risco de que o resultado primário seja inferior ao limite inferior do intervalo de tolerância.

(iv) Ademais, o art. 9º da LRF estabelece que o contingenciamento deverá ser realizado ‘nos montantes necessários’ para se preservar o cumprimento da meta fiscal. Ou seja, o contingenciamento deverá ser promovido até que se garanta que o resultado será superior ao limite inferior do intervalo de tolerância, e nada além disso. Promover contingenciamento acima do estritamente necessário seria atuar além dos limites impostos pela LRF.

148. Conclui assim que a limitação de empenho e movimentação financeira em montante superior àquele estritamente necessário ao atingimento do limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal subverte a lógica inerente ao mecanismo de contingenciamento estabelecido no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e contraria o disposto no aludido preceito legal. A partir da interpretação sistemática da regra inserta no art. 9º da LRF, à luz do disposto no art. 165, §§ 10 e 11 da Constituição Federal e no art. 5º, § 3, da Lei Complementar 200, de 2023, afirma que os Poderes e órgãos apenas podem promover a limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes

31

Avulso do AVN 18/2025 [33 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

necessários para manter o resultado primário em nível superior ao limite inferior do intervalo de tolerância.

149. Tal entendimento já havia sido emitido pela Conjur-MPO ao longo das discussões realizadas em 2024 e foi reiterado neste novo parecer. Já com relação às inovações legislativas incorporadas à LDO 2025, a consultoria jurídica buscou complementar sua análise, conforme apresenta-se a seguir.

150. De acordo com o parecer jurídico, deve-se, dentre os vários sentidos possíveis a um texto normativo, adotar apenas os sentidos lícitos, que guardem compatibilidade com as demais normas do ordenamento – sobretudo aquelas hierarquicamente superiores.

151. Argumenta-se que, no caso concreto, uma interpretação histórica isolada poderia conduzir à leitura errônea de que esta mudança em relação à LDO anterior significaria uma alteração do regime jurídico previsto no art. 9º da LRF, conjugado com o art. 5º, § 3º, da LC 200/2023. Esta conclusão, porém, não seria possível, porquanto induziria a uma latente incompatibilidade com as proposições referidas anteriormente. Assim, a aplicação de uma interpretação histórica mal conduzida levaria, neste caso, a uma interpretação inconstitucional ou incompatível com o regime do Regime Fiscal Sustentável.

152. De acordo com o órgão jurídico, a expressão ‘considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput o art. 2º’, prevista pelo art. 69 da LDO 2025 como condição para a realização da limitação de empenho, deve ser interpretada apenas como um indicativo da meta de resultado primário do exercício, em sentido amplo. Como as bandas de tolerância são definidas em torno do centro da meta, a referência ao centro da meta do caput do art. 2º seria uma referência, por consequência, também às bandas do intervalo de tolerância.

153. Dessa forma, a Conjur conclui que, por uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico, essa inovação formal na LDO 2025 não parece ter operado, de fato, uma modificação no regime jurídico da limitação de empenho. Isso porque a LRF permanece dispondo, com clareza, que o contingenciamento somente pode ocorrer nos montantes necessários para que a realização da receita comporte o cumprimento das metas fiscais. O art. 5º, § 3º, da LC 200/2023, por sua vez, afirma textualmente que ‘será considerada cumprida a meta se o resultado primário do Governo Central for superior ao limite inferior do intervalo de tolerância’. Da conjugação entre essas normas, resultaria um comando claro: o contingenciamento só seria cabível, e só poderia ser feito, até o ponto necessário para garantir o atingimento do limite inferior da meta, e não do centro da meta.

154. Ademais, argumenta o parecer jurídico que a tentativa de interpretar o art. 69 da LDO 2025 como base autônoma e isolada para autorizar contingenciamento até o centro da meta esbarraria em dois problemas jurídicos fundamentais. Primeiro, trata-se de norma inserida em lei ordinária e que, portanto, não poderia revogar ou modificar os limites objetivos definidos em leis complementares (como a LRF e a LC 200/2023). Segundo, ainda que se admita a existência de uma intenção política ou histórico-legislativa em ampliar o alcance do contingenciamento, tal intenção não se converte em comando normativo vinculante se não for compatível com o sistema jurídico vigente.

155. Conforme aborda o documento, a interpretação (de normas legais) não se confunde com os desejos de parlamentares que tramitaram o projeto de lei. A LRF, a LC 200/2023 e a própria lógica da responsabilidade fiscal constituem um bloco normativo coeso, e seria incompatível com esse sistema permitir que uma norma infralegal ou mesmo uma LDO — lei ordinária e de vigência anual e caráter programático — desfigurasse as regras inscritas no art. 9º da LRF.

156. Dessa forma, o parecer jurídico da Conjur-MPO conclui sua exposição com os trechos apresentados integralmente abaixo, que sintetizam a argumentação jurídica do órgão consultivo (peça 43, pág 141):





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

28. Dessa forma, a redação do art. 69 da LDO 2025 não infirma a conclusão de que o limite inferior do intervalo de tolerância permanece como o único parâmetro válido para fins de apuração do montante de contingenciamento. Trata-se de garantir coerência normativa, segurança jurídica e observância ao princípio da legalidade estrita que rege a atuação da Administração Pública no manejo de despesas primárias. Em suma: o contingenciamento continua sendo um instrumento excepcional, e não uma política fiscal ativa, e sua utilização segue estritamente limitada 'aos montantes necessários' para se evitar o rompimento do piso inferior da meta.

29. Deve prevalecer, assim, uma interpretação coerente com a literalidade dos arts. 9º da LRF e 5º, § 3º, da Lei Complementar nº 200, qual seja, de que 'os Poderes e órgãos apenas podem promover a limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários para manter o resultado primário em nível superior ao limite inferior do intervalo de tolerância', como sedimentado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e por esta Consultoria Jurídica no curso de 2024.

157. Importante destacar que, após a discussão do tema em vários níveis dentro do Poder Executivo, com a área técnica da SOF defendendo a realização de limitação de empenho utilizando o centro da meta como parâmetro de referência de um lado, e a Consultoria Jurídica argumentando pela vinculação estrita ao limite inferior da banda de tolerância da meta fiscal, de outro, prevaleceu o entendimento da instância jurídica, tendo o Poder Executivo utilizado, quando do RARDP do 2º bimestre, o limite inferior para definir os montantes a serem contingenciados.

Conclusão

158. Analisada a legislação fiscal, a evolução normativa que rege o instrumento de limitação de empenho no contexto de bandas de tolerância da meta fiscal, assim como os pareceres técnicos e jurídicos elaborados por diferentes instâncias do MPO, conclui-se que, embora haja razoáveis argumentos técnicos e jurídicos em favor da adoção do centro da meta como parâmetro a ser adotado para a realização de contingenciamentos, tal prática esbarra em um obstáculo jurídico determinante, que é o conflito normativo entre o dispositivo da LDO 2025 que indica a perseguição ao centro da meta, por um lado, e o arcabouço de política fiscal estabelecido pelas Leis Complementares LC 200/2023 e LRF, conforme exposto a seguir.

LRF

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o **cumprimento das metas de resultado primário** ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público **promoverão**, por ato próprio e **nos montantes necessários**, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

LC 200/2023


Art. 5º, § 3º **Será considerada cumprida a meta se o resultado primário** do Governo Central apurado pelo Banco Central do Brasil **for superior ao limite inferior** do intervalo de tolerância de que trata o inciso IV do § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da meta estabelecida para o respectivo exercício, em valores nominais. (grifos nossos)

159. De acordo com o art. 9º da LRF, o contingenciamento deverá ser realizado quando se constatar que 'a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário', e que deverá ser realizado 'nos montantes necessários' ao cumprimento desta mesma meta.

160. A LC 200/2023, por sua vez, define de forma mais precisa o que pode ser considerado como 'cumprimento das metas de resultado primário'. Conforme dispõe o art. 5º, § 3º, é considerada cumprida a meta fiscal se o resultado primário do Governo Central apurado pelo Banco Central do Brasil for superior ao limite inferior do intervalo de tolerância.

33

Avulso do AVN 18/2025 [35 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

161. Se o cumprimento da meta fiscal ocorre quando o resultado fiscal apurado for superior ao limite inferior do intervalo de tolerância, o descumprimento da meta fiscal, por simetria, ocorre quando o resultado apurado for menor do que este mesmo limite inferior. Infere-se, portanto, que a situação em que 'a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário' é aquela em que há risco de que o resultado primário ao final do exercício se situe em patamar abaixo do referido limite inferior.

162. Resta claro, portanto, que as leis complementares de finanças públicas do ordenamento jurídico vigente indicam o limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal como o parâmetro a ser considerado para a realização de limitação de empenho e limitação financeira.

163. Por outro lado, a LDO 2025, com as inovações promovidas pelo Legislativo, é incompatível com a lógica acima apresentada. Senão, vejamos:

LDO 2025

Art. 69. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo. (grifou-se)

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 e a execução da respectiva Lei, no que se refere aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, deverão ser compatíveis com a meta de resultado primário de R\$ 0,00 (zero real) para o Governo Central, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

I - limite superior equivalente a superavit primário de R\$ 30.970.024.726,00 (trinta bilhões novecentos e setenta milhões vinte e quatro mil setecentos e vinte e seis reais); e

II - limite inferior equivalente a déficit primário de R\$ 30.970.024.726,00 (trinta bilhões novecentos e setenta milhões vinte e quatro mil setecentos e vinte e seis reais). (grifou-se)


164. O art. 69 da LDO 2025 estabelece que, se for necessário realizar contingenciamento de despesas, o montante necessário será calculado considerando a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º da própria LDO. Como se observa acima, o caput do art. 2º indica de forma explícita o centro da meta fiscal (uma vez que os limites do intervalo de tolerância são definidos pelos incisos I e II). Desse modo, a leitura de tais dispositivos da LDO indica uma interpretação de que o parâmetro de referência para o contingenciamento seria o centro da meta fiscal, diferente do entendimento obtido a partir da leitura da LRF e LC 200/2023.

165. Embora tal interpretação da LDO 2025 seja desejável em termos técnicos e vise contribuir para a preservação dos resultados fiscais, tal regramento entra em conflito com a leitura conjugada do art. 9º da LRF e do Art. 5º, § 3º da LC 200/2023, que indica que o cumprimento da meta se dá a partir de resultados primários superiores ao limite inferior do intervalo de tolerância, e que o contingenciamento deve ser acionado somente quando houver risco de descumprimento da meta, ou seja, resultados primários em valores abaixo deste limite inferior. Ainda, a LRF estabelece que o contingenciamento deverá ser feito apenas nos montantes necessários ao cumprimento da meta, ou seja, nos montantes necessários para que o resultado primário se torne superior ao limite inferior do intervalo de tolerância.

166. Configurado o conflito entre normas jurídicas, deve-se buscar harmonizar as normas utilizando-se os devidos critérios previstos para resolução de antinomias.

34

Avulso do AVN 18/2025 [36 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

167. Não existe, juridicamente, hierarquia entre Leis Complementares e Leis Ordinárias. No entanto, as leis complementares possuem um campo temático reservado, designado a elas pela Constituição Federal. Dentro desta área temática reservada, as leis complementares possuem a competência primária para estabelecerem normas que disciplinem seus respectivos ramos do direito. Determinada área do direito regida por legislação complementar pode ainda vir a ser subsidiada, ou regulamentada em maiores detalhes, por legislação ordinária adicional. Espera-se que leis ordinárias que busquem regular áreas temáticas reservadas a leis complementares podem estabelecer maior grau de detalhamento normativo, sobretudo em caso de delegação de tal competência por parte da legislação complementar. No entanto, às leis ordinárias não cabe contrariar dispositivos estabelecidos pela legislação complementar dentro de seus respectivos campos temáticos reservados.

168. A Constituição Federal, no inciso I de seu art. 163, estabelece que lei complementar disporá sobre finanças públicas. Já no inciso VIII do mesmo artigo, reserva competência à lei complementar para dispor sobre a sustentabilidade da dívida, especificando níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida. Ainda, o art. 164-A estabelece que a União deve conduzir sua política fiscal de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma da lei complementar referida no inciso VIII do caput do art. 163.

169. As leis complementares editadas em atendimento a tal delegação constitucional são exatamente a LRF e a LC 200/2023. Portanto, conclui-se que, com relação a temas de finanças públicas e compatibilização de metas fiscais com a sustentabilidade da dívida, as referidas leis possuem a competência reservada, podendo ser consideradas como as referências legais primárias que possuem a prerrogativa de regular tal campo do direito.

170. À LDO cabe, conforme o art. 165, § 2º da Constituição, estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública. Ademais, ao art. 9º da LRF delega à LDO a competência para definir critérios para a realização de limitação de empenho e movimentação financeira.

171. Como a LDO é uma lei ordinária, e o tema de finanças públicas é reservado pela CF à lei complementar, ainda que a LRF delegue competência para que a LDO estabeleça critérios para o contingenciamento, espera-se que os dispositivos correspondentes da LDO atuem no sentido de regulamentar a prática em maiores detalhes, e não no sentido de contradizer a própria legislação que lhe delegou esta competência. Tanto a LDO, por ser lei ordinária, não pode contrariar a legislação complementar em seu respectivo campo temático, quanto a LDO, por ter competência delegada pela LRF, não pode extrapolar os limites da delegação, contrariando a lei que lhe delega competência.

172. Nesse sentido, entende-se que se deve interpretar os dispositivos da LDO 2025 de forma sistemática, de modo que se harmonize com o arcabouço legal estabelecido pelas leis complementares competentes que regulam o campo das finanças públicas, ou seja, LRF e LC 200/2023, de modo a se considerar o limite inferior do intervalo de tolerância como o parâmetro a ser considerado para o acionamento da limitação de empenho e para a definição do montante a ser contingenciado.

173. No entanto, dada a sensibilidade do tópico e a complexidade da controvérsia técnico-jurídica da matéria em análise, propõe-se o envio dos autos ao MPTCU, para que possa emitir pronunciamento a respeito do conflito de normas jurídicas em questão, com fulcro no art. 157 do Regimento Interno do TCU, de modo a subsidiar a decisão de mérito do Tribunal.

Considerações adicionais da equipe de fiscalização – judicialização da política fiscal e segurança jurídica

174. Com base no histórico da questão da aplicação da limitação de empenho e movimentação financeira no contexto da LC 200/2023, tema que vem sendo acompanhado pelo Tribunal de Contas da União desde 2024, somado à análise das alterações legislativas incorporadas à LDO 2025 e às



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 008.760/2025-0

notas técnicas emitidas pelo Poder Executivo ao longo deste ano, a equipe de fiscalização ressalta algumas constatações adicionais.

175. Em primeiro lugar, nota-se que esta discussão se trata de mais um exemplo da tendência recente do fenômeno conhecido como a 'judicialização da política fiscal'. A judicialização da política fiscal no Brasil refere-se ao crescente recurso às interpretações jurídicas ou mesmo às instâncias judiciais para resolver questões orçamentárias e fiscais que, originalmente, poderiam ser decididas por meio de processos técnicos ou políticos (como debates legislativos ou disciplina administrativa).

176. No caso em tela, o encaminhamento a ser dado para a execução dos contingenciamentos e a escolha do parâmetro a ser utilizado para o seu acionamento (centro da meta fiscal ou sua banda inferior) representa um típico problema de interpretação e de harmonização entre normas jurídicas, em que, de um lado, temos a LDO 2025 e, de outro, a LRF e a LC 200/2023.

177. Ambas as interpretações apresentadas nessa sessão possuem argumentos legítimos. A área técnica do MPO destacou as inovações legislativas incorporadas à LDO 2025 que buscaram reforçar a capacidade de que a política fiscal possa perseguir o centro da meta de resultado primário. Uma interpretação baseada na literalidade da LDO, mas também na finalidade dos legisladores que visaram a alteração desta norma. Uma interpretação teleológica/finalística, que busca reforçar a finalidade social da norma. Tal técnica de interpretação inclusive possui respaldo na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Art. 5º Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

178. Já a análise empregada pela Conjur-MPO e oficialmente adotada pelo Poder Executivo segue uma linha de interpretação literal/gramatical dos dispositivos da LRF e LC 200/2023, bem como uma tentativa de análise sistemática da legislação, buscando avaliar se as inovações estabelecidas na LDO 2025 e a interpretação sugerida pela área técnica se harmonizam com o ordenamento jurídico fiscal vigente. Embora a LRF estabeleça a LDO como competente para regulamentar a execução dos contingenciamentos, a instância jurídica do Executivo busca argumentar que a interpretação dos dispositivos da LDO 2025 conforme defendido pela área técnica estaria em divergência com normas da própria LRF e da LC 200/2023, de modo a extrapolar a competência regulamentadora.

179. Independente da conclusão do conflito jurídico e da deliberação final a ser tomada pelo Tribunal, percebe-se, a partir da discussão apresentada neste tópico, como a regulamentação da prática de contingenciamentos por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias tem gerado considerável insegurança jurídica para a condução da política fiscal, a partir do estabelecimento do RFS pela LC 200/2023.

180. Antes da instituição do RFS, a LRF, em seu art. 9º, previa a existência da limitação de empenho e a competência da LDO para regulamentar esta prática em maiores detalhes. Após o estabelecimento do RFS, no entanto, o ordenamento jurídico fiscal se tornou mais complexo, com a definição do regime de bandas de tolerância para a meta fiscal, e menções a este instituto nas três normas legais (LRF, LC 200/2023 e LDO). Por um lado, o RFS, ao estabelecer o intervalo de tolerância, não detalhou de que forma tal instituto se compatibilizaria com a prática de contingenciamentos, de modo que se supõe que tal competência ainda compete à LDO. Contudo, por outro lado, a prerrogativa da LDO em regulamentar os detalhes da prática de contingenciamentos parece ter se enfraquecido, uma vez que agora os dispositivos desta lei ordinária precisam se harmonizar com duas leis complementares simultaneamente. A LDO, em tese, precisaria regulamentar mais detalhes sobre o modus operandi dos contingenciamentos, porém atendendo-se à sutil linha que separa o detalhamento do instituto da invasão de competências das leis complementares que lhe conferem tal prerrogativa.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

181. *Abstraindo-se da conclusão do embate jurídico acerca da adequada interpretação das normas que regem o contingenciamento, entende-se que uma saída, no médio prazo, seja que as próprias leis complementares passem a regulamentar este tópico, pelo bem da segurança jurídica. Pela análise da controvérsia jurídica apresentada neste tópico, depreende-se que, para temas fiscais especialmente delicados, a regulamentação via lei complementar parece oferecer um nível de segurança jurídica que as Leis de Diretrizes Orçamentárias não têm obtido êxito em atingir. Desse modo, eventual complementação da lei do RFS ou da LRF podem ajudar a pacificar a questão e a orientar a gestão fiscal para uma atuação focada na responsabilidade fiscal e na predominância das discussões fiscais a nível técnico e político, em detrimento de soluções pela via jurídica e/ou judicial.*

Considerações adicionais da equipe de fiscalização – riscos fiscais associados à adoção do limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal como parâmetro para contingenciamentos

182. *De acordo com o princípio da legalidade, conclui-se pela regularidade jurídica da prática de realização de limitação de empenho utilizando o limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal como parâmetro determinante, conforme exposto anteriormente. No entanto, adverte-se, nesta subseção, para os riscos associados a tal prática e como tal política de execução orçamentária e financeira pode ir de encontro aos princípios da responsabilidade na gestão fiscal.*

183. *Em primeiro lugar, a condução da política fiscal tendo o limite inferior da banda de tolerância como parâmetro para a realização de contingenciamentos eleva o risco de descumprimento da meta fiscal, por desvirtuar a própria lógica de funcionamento de uma meta em formato de bandas de tolerância. De forma ideal, o intervalo de tolerância deveria ser uma concessão ao gestor de política fiscal, permitindo-se que ao se buscar atingir o centro da meta fiscal, cenários adversos de frustração de receitas e elevação imprevista de despesas não inviabilizassem o resultado. Nesse sentido, a banda de tolerância representaria o desvio ‘aceitável’, dada a imprevisibilidade inerente em antecipar o resultado primário que será atingido. Ao se utilizar o instrumento do contingenciamento somente para se perseguir a banda inferior da meta, perde-se a referida margem de segurança capaz de acomodar choques adversos de conjuntura que prejudiquem o resultado primário.*


184. *Outra consequência desta falta de capacidade para se acomodar choques negativos na conjuntura, e que não pode ser ignorada, é a necessidade de se recorrer a decisões judiciais/legislativas que excluam determinadas despesas para fins da aferição do cumprimento das metas fiscais. Em 2024, foram desconsideradas as despesas destinadas a lidar com a calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul. Em 2025, ressalta-se a desconsideração, para fins de cumprimento da meta, de R\$ 45,4 bilhões em pagamentos de precatórios e de R\$ 3,3 bilhões em ressarcimentos a beneficiários do INSS lesados por descontos ilegais. Também em 2025, analistas debatem riscos de que despesas relacionadas a políticas de auxílio a setores industriais afetados pelo aumento de tarifas de importação dos Estados Unidos também venham a ser desconsideradas da meta do ano.*

185. *O Poder Executivo argumenta, com razão, que o contingenciamento não é o único instrumento passível de ser utilizado para se influenciar o resultado primário. Embora se utilize o contingenciamento tendo a banda inferior como referência, o governo ainda pode se utilizar de outras políticas para se perseguir o centro da meta fiscal, como a revisão de gastos visando a economia de despesas, reformas estruturais que visem a redução de despesas, aumento no esforço arrecadatório e instituição de medidas incrementais para arrecadação de novas receitas.*

186. *Embora tais políticas de fato possam ser implementadas, todas estas envolvem algum grau de incerteza de sua efetividade e de tempestividade de seus efeitos. Mudanças estruturais não estão inteiramente no controle do governo, pois usualmente requerem a aprovação de leis; políticas de economia de gastos nem sempre atingem o impacto inicialmente programado e no tempo previsto; e medidas incrementais para novas arrecadações sempre envolvem algum risco de frustração.*

37

Avulso do AVN 18/2025 [39 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

187. *Percebe-se, assim, como o mecanismo do contingenciamento de despesas representa o instrumento mais preciso e efetivo para se influenciar no resultado do exercício, e assim assegurar o cumprimento da meta fiscal no montante que se deseje atingir. O operador da política fiscal possui uma boa estimativa sobre o momento preciso e o montante exato a ser contingenciado, tornando este um instrumento poderoso. Abrir mão do instituto do contingenciamento para a busca do centro da meta certamente reduz as possibilidades que tal objetivo seja cumprido.*

188. *Outro ponto de fundamental importância no escopo desta discussão é a projeção para a dívida pública no horizonte de dez anos constante do Anexo de Metas Fiscais do PLDO-2026. Tal projeção, feita sobre um cenário base que considerou resultados primários compatíveis com o centro da meta, aponta o crescimento da dívida pública até 2028, com uma discreta queda e estabilização a partir de 2029, mas em patamar elevado durante todo o período para o qual se fez a projeção (até 2035). Nesse sentido, caso o cumprimento da meta tenha como alvo, na execução financeira, o limite inferior da meta fiscal, tende, tudo o mais constante a impactar a trajetória projetada para a dívida pública, trazendo risco de comprometimento para o alcance dos objetivos de estabilização e sustentabilidade esculpidos no art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 200/2023, bem como reduzindo a transparência e credibilidade da trajetória sustentável da dívida indicada nas próprias LDOs.*

189. *A esse respeito, o Tribunal já emitiu alerta sobre esta prática no âmbito acompanhamento do 1º bimestre de 2024, que culminou com a edição do Acórdão 1211/2024 – TCU – Plenário, no qual se advertiu que a tal política de contingenciamentos poderia ‘elevar o risco de descumprimento das metas anuais de resultado primário, afetar a credibilidade das regras fiscais e comprometer a gestão fiscal de exercícios futuros’.*

VI.2. Contingenciamento e a preservação do nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública

190. *A partir da entrada em vigor do Regime Fiscal Sustentável por meio da LC 200/2023, o ordenamento jurídico fiscal passou a dispor acerca do ‘nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública’, como uma tentativa de se preservar o funcionamento da estrutura estatal diante da necessidade de realização de contenções volumosas de despesas.*

191. *Nesse sentido, a legislação em vigor dispõe o seguinte:*

LC 200/2023

Art. 7º Não configura infração à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o descumprimento do limite inferior da meta de resultado primário, relativamente ao agente responsável, desde que:

I - tenha adotado, no âmbito de sua competência, as medidas de limitação de empenho e pagamento, preservado o nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública; e

(...)


§ 2º O nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública é de 75% (setenta e cinco por cento) do valor autorizado na respectiva lei orçamentária anual.

LDO 2025

Art. 69. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e

38

Avulso do AVN 18/2025 [40 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo federal e por cada órgão referido no caput:

(...)

II - deverá preservar, no âmbito do Poder Executivo federal e de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, o nível mínimo de despesas primárias discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública, equivalente a setenta e cinco por cento do valor autorizado na lei orçamentária para essas despesas, nos termos do disposto no § 2º do art. 7º da Lei Complementar nº 200, de 2023. (grifo nosso)

192. Sabe-se que, durante a execução orçamentária, o montante a ser realizado de despesas discricionárias pode ser afetado negativamente tanto pela limitação de empenho (contingenciamentos), utilizados para a preservação do cumprimento da meta fiscal, quanto pela realização de bloqueios orçamentários, instituto previsto no Art. 67 da LDO 2025 e que possui o intuito de preservação do cumprimento dos limites de despesas primárias sujeitas à LC 200/2023.

193. No entanto, percebe-se, a partir da leitura dos dispositivos da LC 200/2023 e da LDO 2025 apresentados acima, que a legislação somente menciona de forma explícita a proteção do nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública com relação à realização da limitação de empenho. Não é feita qualquer menção direta a proteção com relação a bloqueios orçamentários.

194. A esse respeito, a SOF, por meio da Nota Técnica SEI 487/2025/MPO e do Ofício SEI 2600/2025/MPO (ambos constantes da peça 43) realizou consulta à Conjor-MPO a fim de esclarecer se a proteção às despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública refere-se somente ao instituto do contingenciamento de despesas, ou se estaria também incluída a proteção contra bloqueios orçamentários. A Conjor, por sua vez, a partir da Parecer 00126/2025/CONJUR-MPO/CGU/AGU (peça 43), opinou pela impossibilidade jurídica de se aplicar por analogia o limite mínimo de despesas discricionárias previsto para as hipóteses de limitação de empenho às situações de bloqueio.

195. De acordo com o órgão jurídico, no caso concreto, verifica-se que tanto a Lei Complementar 200, de 2023, quanto a LDO de 2025, trataram expressamente da limitação de empenho e movimentação financeira, referida no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, condicionando a ela a exigência de preservação de um piso mínimo de despesas discricionárias. Contudo, tais normas não estenderam esse regime aos bloqueios orçamentários administrativos. Dado que tais bloqueios são largamente conhecidos e empregados na gestão fiscal da União, sua exclusão textual reiterada indica uma decisão consciente do legislador de restringir o alcance da norma às hipóteses jurídico-vinculadas de contingenciamento formal, em detrimento dos bloqueios. Permitir a extensão da norma por analogia, nesse caso, implicaria violação do princípio da legalidade estrita.


196. Dado esse contexto, surge a preocupação acerca da efetiva proteção que a legislação em vigor é capaz de conferir à preservação do nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública. Senão vejamos.

197. A LOA 2025 autoriza o valor de R\$ 221.126,3 milhões em despesas discricionárias do Poder Executivo. Desse modo, de acordo com o art. 7º § 2º da LC 200/2023, o nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública é de 75% desse valor, o que equivale a R\$ 165.844,76 milhões.

198. Este nível mínimo de despesas discricionárias sugere que a contenção máxima a ser realizada sobre esta rubrica de despesas equivale a R\$ 55.281,6 milhões. Assumindo que a restrição

39

Avulso do AVN 18/2025 [41 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





não se aplica aos bloqueios, conclui-se que este também é o montante máximo que seria permitido ser limitado por meio de contingenciamentos.

199. Contudo, percebe-se que, a partir de tal regramento, seria possível a ocorrência de situações em que a combinação entre a necessidade de bloqueios e de contingenciamentos exija um volume de contenção de despesas que leve o valor das despesas discricionárias para um montante abaixo do referido valor mínimo estabelecido em lei.

200. Por exemplo, consideremos um cenário hipotético em que os relatórios bimestrais indiquem os seguintes fatos: (i) excesso de despesas primárias projetadas com relação aos limites do RFS, indicando a necessidade de bloqueio da ordem de R\$ 10 bilhões; e (ii) projeções que indiquem a necessidade de contingenciamento, já descontado o bloqueio, de R\$ 50 bilhões para o cumprimento da meta fiscal.

201. Neste caso, o contingenciamento a ser realizado estaria dentro dos limites impostos pela legislação, que é de R\$ 55,3 bilhões. No entanto, a contenção total (somando o bloqueio e o contingenciamento) atingiria R\$ 60 bilhões, o que levaria o nível de despesas discricionárias a R\$ 161.126,3 milhões, abaixo do nível mínimo indicado pela lei para o regular funcionamento estatal.

202. Conclui-se, portanto, que a legislação em vigor possui uma incoerência. Ao mesmo tempo, por um lado, estabelece um valor que denomina ser o ‘mínimo de despesas primárias discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública’, e até mesmo apresenta dispositivos que visam preservar este patamar mínimo dos efeitos da limitação de empenho. Por outro lado, contudo, esta mesma legislação permite que possíveis dinâmicas de contingenciamentos e bloqueios gerem uma contenção de despesas que levem as despesas discricionárias a um patamar menor do que o suposto nível mínimo que deveria ser preservado. A dedução lógica deste fato é que, ou o ordenamento falha em proteger o nível mínimo de despesas necessárias ao regular funcionamento da administração, ou que tal patamar mínimo de 75% na verdade não representa de fato o volume de despesas realmente essencial para o funcionamento da máquina pública.

203. Tal questão se mostra ainda mais relevante no contexto do atual exercício financeiro, em que as contenções de despesas, até a avaliação de receitas e despesas do 2º bimestre, já atingiram o patamar de R\$ 31,4 bilhões (R\$ 10,6 bilhões em bloqueios e R\$ 20,7 bilhões em contingenciamentos). Diante do cenário de incertezas com relação a arrecadação derivada do aumento das alíquotas do IOF, pode vir a ser necessária a elevação das contenções de despesas, de modo a comprimir ainda mais as despesas discricionárias.

204. Diante desse quadro, é importante ressaltar que o contingenciamento promovido até o 2º bimestre atingiu R\$ 20,7 bilhões de um limite legal permitido de R\$ 55,4 bilhões, o que representa uma limitação de empenho de 37,5% do total permitido, havendo ainda uma margem legal de R\$ 34,6 bilhões possíveis de serem contingenciados, conforme ilustrado pela tabela a seguir.

Tabela 15 - Margem legal para contingenciamento (após o RARDP 2º bimestre)

	R\$ bilhões
Despesas Discricionárias na LOA 2025 (a)	221,1
Nível Mínimo de Despesas Discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública (b) = (a) x 75%	165,8
Total de Contingenciamento permitido (c) = (a) – (b)	55,3
Contingenciamento realizado até o 2º bimestre (d)	20,7





Margem legal para contingenciamento (e) = (c) – (d)	34,6
--	-------------

Fonte: elaboração própria a partir de dados da LOA 2025 e RARDP 2/2025

205. Já quando se coloca o foco no nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública, o cenário se altera. O nível mínimo de despesas discricionárias, definido pela LC 200/2023 como 75% do valor de tais despesas na LOA 2025, é de R\$ 165,8 bilhões, de modo que qualquer contenção de despesas superior a R\$ 55,4 bilhões (somando-se bloqueios e contingenciamentos), seria capaz de comprometer tal meta de execução de despesas. Assim, a contenção total de R\$ 31,4 bilhões anunciada até o 2º bimestre representa 56,7% da contenção máxima que preservaria o suposto nível mínimo de despesas discricionárias ao regular funcionamento estatal, havendo assim uma margem de R\$ 24,0 bilhões passíveis de sofrerem contenção orçamentária (seja de bloqueios ou contingenciamentos), conforme exposto na tabela abaixo.

Tabela 16 - Margem para contenções totais de despesas (bloqueio e contingenciamento) baseado na ótica da preservação do nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública (após o RARDP 2º bimestre)

R\$ bilhões	
Despesas Discricionárias na LOA 2025 (a)	221,1
Nível Mínimo de Despesas Discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública (b) = (a) x 75%	165,8
Máximo de Contenção (somando contingenciamento e bloqueios) que não compromete o nível mínimo de despesas (c) = (a) – (b)	55,3
Contenção total realizada até o 2º bimestre (bloqueio e contingenciamento) (d)	31,4
Margem para contenções totais de despesas que preservem efetivamente o funcionamento estatal (e) = (c) – (d)	24,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados da LOA 2025 e RARDP 2/2025

206. Conclui-se, a partir desta análise, que a legislação inscrita na LC 200/2023 e na LDO 2025 é controversa no que se refere à preservação das despesas discricionárias. Por um lado, os dispositivos legais indicam um nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública, impondo uma restrição numérica ao montante passível de contingenciamento como forma de preservar este nível. Contudo, por outro lado, as normas vigentes permitem que determinadas dinâmicas de necessidades de bloqueios orçamentários e contingenciamentos exijam contenções totais de despesas que levem as discricionárias potencialmente a patamares abaixo do referido nível mínimo estabelecido pela própria lei. No caso concreto de 2025, após as contenções anunciadas no RARDP do 2º bimestre, ainda há R\$ 34,6 bilhões de margem legal para a realização de limitação de empenho e movimentação financeira. Observa-se, contudo, que contenções adicionais de despesas superiores a R\$ 24,0 bilhões já seriam suficientes para que, tudo o mais constante, as despesas discricionárias passem a se situar abaixo do limite indicado pelo próprio Regime Fiscal Sustentável.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

IX. CONCLUSÃO

207. O PIB é o principal parâmetro macroeconômico que influencia a receita primária. A projeção de crescimento real do PIB caiu, enquanto a da inflação subiu na avaliação do 2º bimestre em comparação com a projeção feita na LOA 2025. A projeção do PIB nominal passou de R\$ 12.626,27 bilhões na LOA 2025 para R\$ 12.726,50 bilhões no 2º bimestre. A projeção baseada nas estimativas do mercado é de R\$ 12.753,80 bilhões, superior em 0,21% em comparação com a projeção do RARDP do 2º bimestre. O IPCA, que mede a inflação, é o principal fator que afeta as despesas primárias. Segundo o mercado, a projeção da inflação está acima da estimada no RARDP, indicando que a projeção da despesa possa estar subestimada no RARDP.

208. Apesar de a estimativa do PIB, constante do RARDP, estar ligeiramente abaixo da feita com parâmetros do mercado, o RARDP utilizou uma proporção $rpl = RPL/PIB$ (receita primária líquida como proporção do PIB) de 18,21%, inferior à utilizada no LOA 2025, de 18,69%. Isso resulta em estimativa de Receita Primária Líquida inferior em R\$ 41.666,1 milhões à feita na LOA 2025. O valor da rpl , de 18,21%, usada no RARDP é mais conservador, quando se compara com o valor realizado em 2024, que foi de 18,41%.

209. O resultado primário, além de ser negativamente afetado por uma projeção inferior na receita primária, também é prejudicado por uma projeção de despesa primária feita pelo RARDP que é superior em R\$ 25.823,2 milhões à feita na LOA 2025. Estes dois movimentos se somam, fazendo com que a projeção de resultado primário, feita na LOA 2025, passe de déficit de R\$ 25.538,2 milhões para déficit de R\$ 97.027,6 milhões, representando piora de R\$ 67.489,4 milhões entre estas duas projeções. Após a aplicação das compensações autorizadas, a projeção de resultado fica abaixo em R\$ 51.704,5 em comparação com o centro da meta de resultado fiscal estabelecida na LDO 2025 e em R\$ 20.734,5 milhões em comparação com o limite inferior da meta.

210. A análise técnica das projeções das medidas de aumento das receitas federais indica a possibilidade de aprimoramento nas metodologias de estimação, considerando as divergências observadas entre valores projetados e realizados. Os dados apresentados demonstram desafios significativos: o Carf registrou arrecadação de R\$ 309,2 milhões frente aos R\$ 54,7 bilhões inicialmente estimados para 2024 e as receitas de concessões e permissões alcançaram 16,3% do valor previsto, mesmo com o transcurso de 66% daquele exercício financeiro.

211. Quanto à medida de aumento de receita oriunda do IOF, a análise econômico-orçamentária destaca que o aumento da arrecadação tributária pode ser atribuído a três fatores principais: a expansão do número de contribuintes ativos, o aumento da base de incidência dos tributos e a elevação das alíquotas, que foram aplicadas. No entanto, há um risco de desestímulo nas operações afetadas, conforme apresentado na curva de Laffer, descrevendo que a elevação da alíquota pode gerar efeito contrário, reduzindo a arrecadação devido a incentivos como sonegação, evasão e redução na comercialização dos produtos ou serviços afetados.

212. A análise jurídica e da análise econômica do direito destacou a importância de haver uma política fiscal crível e a necessidade de sincronização entre as políticas fiscal e monetária, conforme enfatizado pelo Copom. A sequência de alterações normativas também suscita questionamentos sobre a qualidade do planejamento, sugerindo a necessidade de uma análise de impacto legislativo para promover eficiência e estabilidade jurídica. O STF julgou liminarmente a constitucionalidade da majoração da alíquota, mantendo a vigência do decreto.

213. A LDO 2025 incorporou alterações promovidas no âmbito do processo legislativo orçamentário no sentido de permitir que o centro da meta fiscal seja utilizado como parâmetro para a realização de limitação de empenho e movimentação financeira. No entanto, de acordo com RARDP do 2º bimestre, o Poder Executivo manteve a mesma interpretação que vinha aplicando desde o ano





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

anterior de vincular o contingenciamento de despesas estritamente ao atingimento do limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal.

214. Ressalta-se a ocorrência de controvérsia entre a área técnica da SOF e a Consultoria Jurídica da AGU junto ao MPO: a área técnica da SOF publicou nota técnica argumentando pela adoção do centro da meta como novo parâmetro para contingenciamentos, devido à nova redação da LDO 2025, enquanto a instância jurídica, por outro lado, emitiu parecer pela inviabilidade jurídica de tal interpretação, orientando pela manutenção do limite inferior do intervalo de tolerância como parâmetro vinculante para a limitação de empenho. Analisando a questão, conclui-se pela adequação jurídica da interpretação adotada pela Conjor-MPO, no sentido de que a LDO 2025 não pode contrariar as Leis Complementares competentes na área de finanças públicas, devendo prevalecer a interpretação de que o contingenciamento deverá ter como parâmetro de referência o limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal. No entanto, ressalta-se que tal prática envolve maiores riscos de descumprimento das metas, comprometimento da trajetória sustentável da dívida pública e redução da transparência e credibilidade do Anexo de Metas Fiscais da LDO.

215. Diante de tais debates, percebe-se ainda como a regulamentação de temas especialmente delicados para a política fiscal, como a harmonização entre o instituto do contingenciamento de despesas e o regime de intervalo de tolerância da meta fiscal, por meio de alterações nas próprias leis complementares (ou seja, LRF e/ou LC 200/2023), pode conferir maior segurança jurídica do que as LDOs têm conseguido promover.

216. Verifica-se a existência de contradições normativas entre a LC 200/2023 e a LDO 2025 no que se refere à preservação das despesas discricionárias. Por um lado, os dispositivos legais indicam um nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública, impondo uma restrição numérica ao montante passível de contingenciamento como forma de preservar este nível. Contudo, por outro lado, as normas vigentes permitem que determinadas dinâmicas de necessidades de bloqueios orçamentários e contingenciamentos exijam contenções totais de despesas que levem as discricionárias potencialmente a patamares abaixo do referido nível mínimo estabelecido pela própria lei. No caso concreto de 2025, após as contenções anunciadas no RARDP do 2º bimestre, ainda há R\$ 34,6 bilhões de margem legal para a realização de limitação de empenho e movimentação financeira. Observa-se, contudo, que contenções adicionais de despesas superiores a R\$ 24,0 bilhões já seriam suficientes para que, tudo o mais constante, as despesas discricionárias passem a se situar abaixo do limite indicado pelo próprio Regime Fiscal Sustentável. Mais uma vez, ressalta-se a necessidade de aprimoramento da legislação pertinente, compatibilizando o limite de despesas discricionárias com os valores bloqueados devido ao limite de gastos primários.

217. Estima-se que esta fiscalização tem o potencial de melhorar a transparência dos relatórios do Governo Federal, estimular o atendimento às disposições insculpidas na LRF e no RFS e fornecer subsídios para a atuação do Congresso Nacional.

X. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO


218. Em razão do exposto, com base nos arts. 3º, inciso IV, alínea 'a', e 3-A, caput, da Resolução-TCU 142/2001, encaminham-se os autos à consideração superior, propondo:

a) submeter os autos à oitiva do Ministério Público junto ao TCU, com fulcro nos arts. 62, inciso III, e 157 do Regimento Interno do TCU, dada a complexidade técnico-jurídica da matéria em exame, para que este se manifeste quanto ao parâmetro que deve ser utilizado para a realização de limitação de empenho e movimentação financeira, de acordo com os regramentos da LC 200/2023, LC 101/2000 e Lei 15.080/2024 (LDO 2025).

b) informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida Comissão, em atendimento ao

43

Avulso do AVN 18/2025 [45 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

disposto art. 145, § 3º, da Lei 14.791/2023 (LDO 2024), os seguintes fatos acerca da gestão fiscal no 4º bimestre de 2024:

b.1) o resultado primário do Governo Central estimado para 2025, segundo o RARDP do 2º bimestre de 2025 a preços correntes é de déficit de R\$ 97.027,6 milhões, ficando maior do que o limite inferior da meta estabelecida na LDO 2025, de resultado deficitário de R\$ 30.970,0 milhões. Mesmo após o ajuste da retirada de R\$ 45.323,1 milhões de despesas que não são computadas na meta de resultado primário, segundo as ADIS 7064/7047, o déficit primário para cumprimento da meta da LDO é estimado em R\$ 51.704,5 milhões, ficando R\$ 20.734,5 milhões acima do limite inferior de tolerância da meta;

b.2) a arrecadação do IOF pode ocorrer nos níveis estimados pelo Poder Executivo em razão de intervir em três fatores: aumento da alíquota, da base de incidência e de contribuintes ativos. Contudo, o histórico de arrecadação do imposto, o valor exigido para atingir a meta e o risco de exaustão arrecadatória podem ser obstáculos ao atingimento desse objetivo.

b.3) a LDO 2025 incorporou alterações promovidas no âmbito do processo legislativo orçamentário no sentido de permitir que o centro da meta fiscal seja utilizado como parâmetro para a realização de limitação de empenho e movimentação financeira. A área técnica da SOF recomendou a observância da LDO, enquanto a Conjur-MPO apontou a incompatibilidade jurídica da nova lei com a LRF e LC 200/2023. Após a análise dos argumentos, concluiu-se pela adequação jurídica da interpretação adotada pela Conjur-MPO, no sentido de que a LDO 2025 não pode contrariar as Leis Complementares competentes na área de finanças públicas. Portanto, devendo prevalecer a interpretação de que o contingenciamento deverá ter como parâmetro de referência o limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal. Ressalta-se, porém, que tal prática envolve maiores riscos de descumprimento das metas fiscais, de comprometimento da trajetória sustentável da dívida pública e de redução da transparência e credibilidade do Anexo de Metas Fiscais da LDO.

b.4) temas especialmente delicados para a política fiscal, como a harmonização entre o instituto do contingenciamento de despesas e o regime de intervalo de tolerância da meta fiscal carecem de maior regulamentação legal, sendo que alterações nas próprias leis complementares (ou seja, LRF e/ou LC 200/2023), poderiam conferir maior segurança jurídica do que as LDOs tem conseguido promover;

b.5) há contradições normativas entre a LC 200/2023 e a LDO 2025 no que se refere à preservação das despesas discricionárias. Por um lado, os dispositivos legais indicam um nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública, impondo uma restrição numérica ao montante passível de contingenciamento como forma de preservar este nível. Contudo, por outro lado, as normas vigentes permitem que determinadas dinâmicas de necessidades de bloqueios orçamentários e contingenciamentos exijam contenções totais de despesas que levem as discricionárias potencialmente a patamares abaixo do referido nível mínimo estabelecido pela própria lei, devido ao fato que a legislação é omissa quanto a imposição de restrição aos bloqueios para se manter o patamar mínimo de despesas discricionárias.

b.6) para 2025, após as contenções anunciadas no RARDP do 2º bimestre, ainda há R\$ 34,6 bilhões de margem legal para a realização de limitação de empenho e movimentação financeira. Adverte-se, contudo, que contenções adicionais de despesas superiores a R\$ 24,0 bilhões já seriam suficientes para que, tudo o mais constante, as despesas discricionárias passem a se situar abaixo do limite indicado pelo próprio Regime Fiscal Sustentável como o mínimo necessário ao funcionamento regular da administração pública;

c) encaminhar cópia do acórdão a ser proferido nestes autos, bem como do Relatório de Fiscalização da equipe técnica, ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Ministério da





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Fazenda, à Controladoria-Geral da União, à Casa Civil da Presidência da República e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

d) encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.”

3. O Auditor-Chefe da AudFiscal aquiesceu às conclusões da equipe, exceto no que se refere à meta fiscal que deve nortear a aplicação do art. 9º da LRF, nos seguintes termos:

“Trata-se de fiscalização com o objetivo de avaliar os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União no 2º bimestre de 2025, com foco no grau de atingimento das metas fiscais e na conformidade do bloqueio de dotações e do contingenciamento de despesas.

1. O ponto fulcral destes autos refere-se ao acompanhamento da execução orçamentária, analisada no capítulo VI da instrução precedente. Mais especificamente, na divergência do valor da meta a ser adotada como referência para fins em limitação de empenho e movimentação financeira, regida pelo art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): enquanto a área técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) considera a meta de resultado primário R\$ 0,00 disposta na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2025 (LDO 2025), a consultoria jurídica desse ministério defende o deslocamento dessa meta para limite inferior do intervalo de tolerância (déficit de R\$ 31 bilhões). Destaca-se que no âmbito do Poder Executivo prevaleceu o entendimento da consultoria jurídica.

2. A subunidade instrutora se alinha ao entendimento da consultoria jurídica do MPO. Entretanto, com as devidas vênias, concordo com a área técnica daquele órgão. Passo a expor brevemente os argumentos da área técnica e da consultoria jurídica desse ministério. Na sequência, motivo meu alinhamento ao primeiro.

3. A área técnica do MPO entende que a limitação de empenho e movimentação financeira do art. 9º da LRF deve ter como referência a meta R\$ 0,00 de resultado primário, conforme disposto na LDO 2025, e na Lei Complementar 200/2023 (LC200):

LRF: Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais (LDO), os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, **segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.**

LC 200: Art. 2º A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as **respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central**, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, **compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.**

LDO 2025: Art. 69. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, **considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º**, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 e a execução da respectiva Lei, no que se refere aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, deverão ser compatíveis com a **meta de resultado primário de R\$ 0,00 (zero real)** para o Governo





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Central, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

4. Adicionalmente, colaciona os seguintes argumentos (peça 43 p. 1- 6):

5.1. o governo federal inseriu no **Projeto** de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) dispositivo para regular a limitação de empenho e movimentação financeira pelo limite inferior do intervalo de tolerância da meta de resultado primário, de forma explícita. Entretanto, tal regra **não foi recepcionada na votação que originou a LDO 2025**, que manteve a meta R\$0,00. Dessa forma, a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser regulada pela meta R\$ 0,00:

PLDO 2025: Art. 68. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, **considerado o limite inferior do intervalo de tolerância, de que trata o inciso II do § 1º do art. 2º desta Lei, e o disposto no § 3º do art. 2º e no § 3º do art. 5º da Lei Complementar nº 200, de 2023**, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

LDO 2025: Art. 69. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, **considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º**, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

5.2. a meta de resultado primário tem como finalidade assegurar uma trajetória sustentável da dívida pública, conforme estabelece a LC 200. A projeção dessa trajetória, contida na LDO 2025, parte da premissa de uma meta de resultado primário fixada em R\$ 0,00. A adoção de uma meta inferior a esse patamar comprometerá essa projeção, gerando riscos ao cumprimento dos objetivos de estabilização e sustentabilidade fiscal previstos no art. 2º, § 1º, da referida lei complementar:

Art. 2º A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.

§ 1º Considera-se compatível com a sustentabilidade da dívida pública o estabelecimento de metas de resultados primários, nos termos das leis de diretrizes orçamentárias, até a estabilização da relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o Produto Interno Bruto (PIB), conforme o Anexo de Metas Fiscais de que trata o § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

5.3. o TCU, ao longo do exercício de 2024, emitiu alerta (Acórdão 1211/2024-P) de que a adoção do limite inferior do intervalo de tolerância como referência para promoção de limitação de empenho e movimentação financeira e condução da política fiscal e programação orçamentária e financeira da União pode elevar o risco de descumprimento das metas anuais de resultado primário, afetar a credibilidade das regras fiscais e comprometer a gestão fiscal de exercícios futuros.

5. Agora, passo a expor os argumentos esposados pela Consultoria Jurídica do MPO (peça 43 p. 136-145).





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

6. *A Consultoria Jurídica do MPO entende que o artigo 69 da LDO 2025, que estabelece a limitação de empenho e movimentação financeira com base na meta R\$ 0,00, deveria ser interpretado de forma sistemática com a LRF, LC 200 e a Constituição Federal. Essa interpretação deslocaria a meta de R\$ 0,00 para o limite inferior do intervalo de tolerância (déficit de R\$ 31 bilhões).*

7. *Mais especificamente, essa consultoria argumenta que a limitação de empenho e movimentação financeira em montante superior àquele estritamente necessário ao atingimento do limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal subverteria a lógica inerente ao mecanismo de contingenciamento estabelecido no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e contrariaria o disposto no aludido preceito legal.*

8. *Alega que a partir da interpretação sistemática da regra inserta no art. 9º da LRF, à luz do disposto no art. 165, §§ 10 e 11 da Constituição Federal e no art. 5º, §3º, da LC 200, seria possível afirmar que os Poderes e órgãos **apenas** poderiam promover a limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários para manter o resultado primário em nível superior ao limite inferior do intervalo de tolerância:*

LRF

*Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o **cumprimento das metas de resultado primário** ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.*

LC 200/2023

*Art. 5º, § 3º **Será considerada cumprida a meta se o resultado primário** do Governo Central apurado pelo Banco Central do Brasil for **superior ao limite inferior** do intervalo de tolerância de que trata o inciso IV do § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da meta estabelecida para o respectivo exercício, em valores nominais.*

Constituição Federal

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 10. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

9. *Aduz também que haveria outros mecanismos que não o contingenciamento para garantir o cumprimento da meta de resultado primário, como por exemplo aumento de receitas ao longo do exercício.*

10. *Passo a analisar os argumentos da consultoria e motivar meu posicionamento.*


11. *Preliminarmente, concordo na íntegra com os argumentos da equipe técnica do MPO. Assim, abstenho-me de repeti-los aqui. E ao contrário da Consultoria Jurídica do MPO, entendo que a interpretação sistemática das leis de direito financeiro - LC 200, LRF, LDO e LOA - é no sentido de que a limitação de empenho e movimentação financeira do art. 9º da LRF deve ser realizada com base na meta de resultado primário R\$ 0,00 e não com base no limite inferior do intervalo de tolerância (déficit de R\$ 31 bilhões).*

12. *Explico.*

13. *A premissa adotada pela Consultoria Jurídica do MPO parte de um entendimento equivocado ao considerar que a meta de resultado primário a ser observada para fins de limitação de empenho e movimentação financeira deve corresponder ao limite inferior do intervalo de tolerância. O próprio termo 'tolerância', em sua acepção jurídica e comum, indica margem de flexibilidade para acomodar pequenas variações indesejadas ou imprevisíveis, não constituindo o objetivo a ser buscado*

47

Avulso do AVN 18/2025 [49 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

pela gestão fiscal. Ou seja, o limite inferior é uma fronteira de exceção e não a meta, devendo ser alcançado apenas em hipóteses de desvio não controlável, e jamais utilizado como referência inicial de programação orçamentária.

14. Essa premissa equivocada é, inclusive, o alicerce para tentar vincular tal entendimento ao regime do orçamento impositivo previsto no art. 165, §§ 10 e 11, da Constituição Federal, sustentando que haveria ‘sobra’ de espaço fiscal para executar integralmente programações orçamentárias. Contudo, a execução orçamentária e o contingenciamento devem cumprir o objetivo fiscal acordado na LDO, e não explorar toda a margem de tolerância até o déficit máximo permitido. Ou seja, revela-se juridicamente e economicamente equivocado **substituir** a meta de resultado primário pelo seu limite inferior do intervalo de tolerância, **utilizando este parâmetro como base para edificar toda uma argumentação subsequente, como se representasse a própria meta fiscal**.

15. Embora o **descumprimento formal da meta** seja aferido com base no **limite inferior** do intervalo definido na LDO, essa regra de apuração não se confunde com o mecanismo de contingenciamento do art. 9º da LRF. Este último é acionado pela **possibilidade** de não cumprimento, e não pelo descumprimento efetivo. A simples constatação de que a projeção pontual do resultado primário está R\$ 1 acima do limite inferior não significa, de forma alguma, que ‘a receita comportará o alcance da meta’, nos termos da legislação. Ao contrário, tal situação revela um cenário de risco elevado, em que oscilações mínimas na arrecadação ou na despesa podem levar ao descumprimento, o que contraria o espírito preventivo do ‘poderá’ e justifica plenamente o contingenciamento referenciado no centro da meta.

16. Assim, interpretando-se o art. 9º da LRF em conjunto com o art. 1º, §1º, vê-se que o mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira deve ser aplicado para assegurar o cumprimento do centro da meta fiscal fixada, observando a responsabilidade na gestão fiscal, o planejamento e a prevenção de riscos. Ou seja, os limites dos intervalos de tolerância somente servem de referência para o momento de verificação da meta pelo Banco Central do Brasil, nos termos do art. 5º, § 3º da LC 200, ao final do exercício.

17. Acresce-se, ainda, que a Consultoria Jurídica do MPO sustenta que o governo seguiria perseguindo o centro da meta por outros instrumentos, como medidas de aumento de receita, de modo que a limitação de empenho seria apenas uma trava adicional. Tal raciocínio, entretanto, somente se sustentaria caso houvesse relativa simetria nos choques fiscais ao longo do tempo, ou seja, se fosse comum a ocorrência tanto de exercícios em que o resultado primário projetado ficasse abaixo do centro e demandasse contingenciamento, quanto de exercícios em que o resultado ficasse acima do centro, dispensando limitação. A experiência histórica brasileira, porém, mostra que a primeira situação é muito mais frequente, com frustrações de receita e pressões de despesa predominando sobre surpresas positivas. Na prática, portanto, condicionar o gatilho do art. 9º ao limite inferior da banda significa induzir, de forma sistemática, a obtenção de resultados primários próximos a esse limite, o que compromete a credibilidade da política fiscal.

18. A experiência recente de 2024 evidencia o problema de adotar o limite inferior como referência. Naquele ano, o Governo Federal precisou recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para, por meio de decisões judiciais, excluir do cálculo da meta de resultado primário diversos dispêndios excepcionais — incluindo os relativos à tragédia no Rio Grande do Sul — para evitar o descumprimento da meta. Situações como essa poderiam ter sido absorvidas, pelo menos em parte, pela faixa de tolerância prevista na LDO e na LC 200, caso o centro da meta fosse o parâmetro de gestão. Ao não deixar margem, a execução fiscal torna-se dependente de autorizações judiciais extraordinárias, comprometendo a previsibilidade, a transparência e a ação planejada exigidas pelo art. 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

19. Interessante citar paralelo com o regime de metas de inflação: o Banco Central do Brasil persegue o centro da meta de inflação definido pelo Conselho Monetário Nacional, e não o limite





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

inferior da banda de tolerância, que existe apenas para acomodar variações conjunturais. Assim como na política monetária, onde o foco no centro da meta reforça a credibilidade e a previsibilidade da atuação do Banco Central, a política fiscal deve orientar-se pelo centro da meta de resultado primário, utilizando os limites de tolerância apenas como salvaguardas e não como parâmetros de planejamento.

20. No aspecto econômico, ressalto que as projeções de trajetória da dívida pública, constantes da LDO e exigidas pela LC 200, são elaboradas tomando como premissa o centro da meta de resultado primário (R\$ 0,00). Ao adotar-se o limite inferior como referência para o contingenciamento, cria-se uma dissonância entre o parâmetro usado para estimar a sustentabilidade da dívida e aquele efetivamente perseguido na execução orçamentária.

21. Isso significa, na prática, que o próprio instrumento legal de planejamento parte de uma meta mais ambiciosa para convencer quanto à viabilidade da estabilização da dívida, mas, na execução, adota-se um parâmetro mais frouxo, incompatível com as projeções que justificaram o planejamento. Tal desalinhamento fragiliza a credibilidade da política fiscal e pode transmitir aos agentes econômicos a percepção de que as metas são tratadas com menor rigor, aproximando-se mais de limites máximos aceitáveis de endividamento do que de compromissos efetivos de resultado.

22. Finalmente, tanto a LRF quanto a LC 200 atribuem expressamente à LDO a responsabilidade pela definição da meta de resultado primário. E a LDO 2025, em seu art. 2º e nos anexos de metas fiscais, define de forma clara a meta central de R\$ 0,00, utilizando-a como base para as projeções de convergência da dívida pública a níveis sustentáveis. Portanto, todo esse arcabouço legal vigente é coeso e converge para o resultado primário de R\$ 0,00 como parâmetro de gestão fiscal. Assim, não faz sentido jurídico ou econômico adotar o limite inferior do intervalo de tolerância no lugar do centro da meta, sob pena de esvaziar o propósito da política fiscal e comprometer sua credibilidade.

23. Pelo exposto, proponho dar ciência ao Ministério do Planejamento e Orçamento de que a adoção do limite inferior do intervalo de tolerância, em substituição ao centro da meta de resultado primário, como parâmetro para a limitação de empenho e movimentação financeira previsto no art. 9º da LRF, revela-se incompatível com o regime jurídico-fiscal vigente, configurando afronta aos arts. 1º, §1º, e 9º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conjugação com o art. 2º da Lei 15.080/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025). Além disso, ao se considerar o centro da meta de resultado primário como parâmetro para a limitação de empenho e movimentação financeira, faz-se necessário substituir o encaminhamento da instrução de peça precedente por:


a) dar ciência ao Ministério do Planejamento e Orçamento de que a adoção do limite inferior do intervalo de tolerância, em substituição ao centro da meta de resultado primário, como parâmetro para a limitação de empenho e movimentação financeira, revela-se incompatível com o regime jurídico-fiscal vigente, configurando afronta aos arts. 1º, §1º, e 9º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conjugação com os art. 2º da Lei 15.080/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025)

b) informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida Comissão, em atendimento ao disposto art. 142, § 3º, da Lei 15.080/2024 (LDO 2025), os seguintes fatos acerca da gestão fiscal no 2º bimestre de 2025:

b.1) o resultado primário do Governo Central estimado para 2025, segundo o RARDP do 2º bimestre de 2025 a preços correntes é de déficit de R\$ 97.027,6 milhões, ficando maior do que a meta e o limite inferior da meta estabelecida na LDO 2025, de resultado deficitário de R\$ 30.970,0 milhões. Mesmo após o ajuste da retirada de R\$ 45.323,1 milhões de despesas que não são

49

Avulso do AVN 18/2025 [51 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751171.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

computadas na meta de resultado primário, segundo as ADIS 7064/7047, o déficit primário para cumprimento da meta da LDO é estimado em R\$ 51.704,5 milhões, ficando maior do que a meta e R\$ 20.734,5 milhões acima do limite inferior de tolerância da meta;

b.2) a arrecadação do IOF pode ocorrer nos níveis estimados pelo Poder Executivo em razão de intervir em três fatores: aumento da alíquota, da base de incidência e de contribuintes ativos. Contudo, o histórico de arrecadação do imposto, o valor exigido para atingir a meta e o risco de exaustão arrecadatória podem ser obstáculos ao atingimento desse objetivo.

b.3) há lacunas normativas entre a LC 200/2023 e a LDO 2025 no que se refere à preservação das despesas discricionárias. Por um lado, os dispositivos legais indicam um nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública, impondo uma restrição numérica ao montante passível de contingenciamento como forma de preservar este nível. Contudo, por outro lado, as normas vigentes permitem que determinadas dinâmicas de necessidades de bloqueios orçamentários e contingenciamentos exijam contenções totais de despesas que levem as discricionárias potencialmente a patamares abaixo do referido nível mínimo estabelecido pela própria lei, devido ao fato de que a legislação é omissa quanto a imposição de restrição aos bloqueios para se manter o patamar mínimo de despesas discricionárias.

c) encaminhar cópia do acórdão a ser proferido nestes autos, bem como do Relatório de Fiscalização da equipe técnica, ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Ministério da Fazenda, à Controladoria-Geral da União, à Casa Civil da Presidência da República e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

d) encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.”

É o relatório.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

VOTO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União no 2º bimestre de 2025, com especial atenção no cumprimento das metas fiscais e na conformidade do bloqueio de dotações e do contingenciamento de despesas.

2. Foram estabelecidos três objetivos específicos e elaboradas questões de auditoria relativas a cada um deles: i) o exame dos agregados fiscais que condicionam o resultado primário e o nominal; ii) o exame das execuções orçamentária e financeira; e iii) a avaliação do cumprimento dos limites individualizados de despesas e da “regra de ouro” (inciso III do art. 167 da Constituição Federal).

3. Dezesseis questões de auditoria foram formuladas para o primeiro objetivo; duas questões para o segundo objetivo; e duas para o terceiro objetivo.

4. O relatório aponta que a avaliação efetuada quando da elaboração do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) foi no sentido de reduzir a estimativa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em relação àquele utilizado para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Pelas novas projeções, essa estimativa caiu de 2,45% para 2,38%.

5. Já a estimativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu de 3,6% para 5,04%.

6. De toda a sorte, o relatório concluiu que as estimativas constantes do RARDP do segundo bimestre (RARDP/2) de 2025 estão compatíveis com aquelas do mercado, o qual estimou o PIB nominal apenas 0,21% acima que os valores constantes do RARDP. Portanto, sendo esse o principal parâmetro macroeconômico para a estimativa de receita orçamentária, não haveria significativo impacto.

Da estimativa da receita orçamentária


7. A equipe de fiscalização tratou de inúmeras questões que podem impactar negativamente a realização da receita orçamentária. A primeira delas refere-se à receita extra decorrente da majoração do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF), resultante do Decreto 12.466/2025, alterado na sequência pelos Decretos 12.467/2025 e 12.499/2025. Inicialmente, a área econômica estimou, com base no primeiro decreto, um aumento de arrecadação de R\$ 20,5 bilhões, reduzido posteriormente para R\$ 19,1 bilhões e R\$ 12,0 bilhões.

8. Da análise dos picos históricos da arrecadação do tributo, bem assim do comportamento verificado nas arrecadações decendiais, a equipe levantou a possibilidade de haver alguma frustração de receita, em razão de: o crescimento real do PIB esperado ser menos da metade que o daqueles verificados nos anos anteriormente avaliados (quando houve picos de arrecadação); dos elevados níveis da taxa Selic, que podem desestimular a tomada de crédito e, por conseguinte, a arrecadação do tributo; da incerteza do mercado em virtude dos aumentos tarifários promovidos pelo governo dos Estados Unidos da América, com possível impacto nas operações de câmbio e nos impostos aí incidentes.

9. De fato, são relevantes as preocupações da equipe de fiscalização sobre o possível risco de frustração de receita do IOF, prevista no total R\$ 83,4 bilhões, mormente porque não foi possível avaliar nenhum modelo de estimativa eventualmente existente para verificar a plausibilidade de suas premissas. É de se esperar que os agentes econômicos reajam ao aumento do tributo, de modo a minimizar seus custos. Por conseguinte, a elevação em 50% da alíquota aplicável a determinada aplicação financeira não implica, automaticamente, que a arrecadação do IOF se elevará na mesma proporção. Como bem salientado na instrução, há situações nas quais o aumento da tarifa pode levar à redução da receita pública, de acordo com a teoria econômica (curva de Laffer).

1

Avulso do AVN 18/2025 [53 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751173.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

10. Se, de um lado, não há nenhum elemento a indicar que algum subgrupo de arrecadação do IOF esteja no ponto de máximo da curva de Laffer (a partir do qual um aumento de alíquota provoca uma redução da receita), de outro, não foi apresentado nenhum modelo de estimativa a validar o aumento da arrecadação esperado pela área econômica. Por conseguinte, deve-se acompanhar a evolução da arrecadação desse tributo nos próximos bimestres a fim de verificar a plausibilidade dos valores constantes do Decreto 12.477/2025.

11. Nesse ponto, ressalto que a análise dos dados de exercícios anteriores, ainda que atualizados monetariamente, não é suficiente para se extrair alguma conclusão sobre o futuro desempenho da arrecadação do IOF, dadas as diferenças de cenários, de alíquotas e até mesmo de base de cálculo. Entendo prudente, pois, acompanhar o desempenho da arrecadação desse tributo no próximo, o que poderá ser feito quando do exame do RARDP/3 de 2025.

12. De toda a sorte, são pertinentes as considerações da equipe no sentido de haver contradição entre o aumento das alíquotas do IOF, que inibem a tomada de crédito, e a política do governo de expandir o crédito, como a criação do programa Minha Casa, Minha Vida - Classe Média (Portaria MCID 399/2025) e da promoção de operações de crédito consignado de empregados celetistas (Medida Provisória 1.292/2025). Todavia, essas questões escapam ao objetivo do presente acompanhamento.

13. Por fim, deve-se lembrar que as alterações recentemente promovidas no IOF pelo governo federal foram objeto de recente embate entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional, que expediu o Decreto Legislativo 176/2025 para suspender o aumento das alíquotas promovido pelos decretos do Chefe do Poder Executivo, em virtude da possível extrapolação do seu poder regulamentar. Entendeu o Legislativo federal que o IOF estaria sendo utilizado para fins arrecadatórios e não meramente regulatórios. Contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão monocrática cautelar do Ministro Alexandre de Moraes, manteve, em sua maior parte, os Decretos 12.466/2025, 12.467/2025 e 12.499/2025 (decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade 96/2025 em 16/7/2025).

14. A instrução também questiona a estimativa do impacto positivo de R\$ 10 bilhões esperado em virtude da Medida Provisória (MP) 1.303/2025 apenas em decorrência do aperfeiçoamento da sistemática de compensação de tributos.

15. De fato, o valor esperado parece ser elevado para um único exercício. A estimativa de receitas há de ser conservadora, de modo a evitar a fixação de despesas para além da capacidade arrecadadora do Estado. O documento de peça 64, em que pese mencionar o aumento substancial do pedido de compensações a partir de 2019, não esclarece como seria possível atingir a meta de redução de compensações no montante total de R\$ 10 bilhões apenas no exercício de 2025.

16. Assim sendo, deverá a AudFiscal monitorar esses valores nos próximos acompanhamentos.

17. Nessa seara, não é por demais lembrar que este Tribunal de Contas alertou o Poder Executivo, por meio do Acórdão 1.908/2024-Plenário, sobre a possível frustração da receita esperada em virtude da implantação do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Estimou-se inicialmente uma receita adicional de R\$ 54,7 bilhões, estimativa essa posteriormente reduzida para R\$ 30,7 bilhões. Ao final do quarto bimestre, tal estimativa foi drasticamente reduzida para R\$ 0,85 bilhão, mas o projeto da LOA (PLOA) utilizou um valor de R\$ 28,6 bilhões, apesar de ter havido tempo hábil para que o Poder Executivo enviasse proposta de emenda à receita até 4/12/2024 ou para envio de mensagem do Presidente da República para propor modificação nos termos do § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

18. Não constam receitas decorrentes de concessões ferroviárias no RARDP/2 de 2025. No RARDP/4 de 2024, a previsão de arrecadação era de R\$ 20,7 bilhões, mas somente R\$ 3,4 bilhões haviam sido arrecadados até agosto daquele ano. Diante dos apontamentos feitos por esta Corte, a Coordenação-Geral de Planejamento e Riscos Fiscais (Copef) reconheceu incertezas nas negociações e excluiu essa receita nos relatórios subsequentes, inclusive no exercício de 2025.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

Avaliação das despesas primárias

19. Nada obstante o pagamento de despesas primárias no 2º bimestre ter ficado abaixo do previsto (R\$ 368,6 bilhões contra R\$ 385,0 bilhões), o RARDP/2 de 2025 projetou aumento nas despesas do exercício relativamente ao previsto na LOA 2025: R\$ 2.415.413,0 milhões, contra os R\$ 2.389.589,8 milhões inicialmente fixados. Ou seja, aumento de R\$ 25.823,2 milhões (1,1%), decorrente, em grande parte, das despesas com benefícios previdenciários, cuja estimativa foi elevada em R\$ 16,7 bilhões.

20. O relatório projetou os seguintes aumentos de despesas obrigatórias relativamente aos valores constantes da LOA de 2025: R\$ 2,7 bilhões nos benefícios de prestação continuada (BPC) de caráter assistencial; R\$ 2,1 bilhões com complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); R\$ 7,2 bilhões com despesas extraordinárias; e R\$ 5,8 bilhões com subvenções econômicas.

21. Deve-se mencionar que a maior parte do que o RARDP/2 de 2025 inclui como “créditos extraordinários” refere-se a valores inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores.

22. Em termos reais (a preços de abril de 2025), houve uma redução de 1,9% nas despesas até abril de 2025, apesar de o pagamento de benefícios previdenciários ter aumentado.

23. E, do exame das somas móveis de doze meses, verificou-se substancial aumento real no pagamento dos BPC, que tiveram crescimento de 12,9% de abril de 2024 a abril de 2025: de R\$ 107,0 bilhões para R\$ 120,6 bilhões, segundo consta do Relatório do Tesouro Nacional (pç. 57).

Análise do resultado primário

24. O **caput** do art. 2º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 (Lei 15.080/2024) previu como meta fiscal o resultado primário de R\$ 0,00 (**zero** real) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFS), mas o seu § 1º, na linha do disposto no inciso IV do § 5º do art. 4º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), estabeleceu o intervalo de tolerância para o cumprimento dessa meta em 0,25% do PIB previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). Por conseguinte, o intervalo de confiança para o resultado primário do governo federal é de **deficit** de R\$ 30,97 bilhões a **superavit** de R\$ 30,97 bilhões.

25. Nada obstante o resultado primário apurado até abril de R\$ 68,6 bilhões pelo Banco Central do Brasil (Bacen), pelo critério “*abaixo da linha*”, o RARDP/2 2025 projetou **deficit** primário de R\$ 97,03 bilhões para o Governo Central no exercício corrente. Consideradas as compensações pelo pagamento de precatórios decorrentes das ADI 7064 e 7047, estimadas em R\$ 45,3 bilhões, o valor projetado para o **deficit** primário do exercício corrente, para fins de apuração do cumprimento de metas, foi de R\$ 51,70 bilhões, o que superava o limite inferior da meta (**deficit** de R\$ 30,97 bilhões). Dessa discrepância decorreu a necessidade de limitação e empenho e movimentação financeira necessários para adequar o resultado projetado às metas estabelecidas na LDO 2025.

Da execução orçamentária e financeira

26. Nesse item do relatório, foram discutidos dois importantes pontos: a interpretação do contingenciamento no contexto de metas fiscais com bandas de tolerância e a preservação do nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento da administração pública.

Das metas fiscais e dos limites de tolerância para o seu cumprimento

27. A Lei Complementar 200/2023, que instituiu o chamado Regime Fiscal Sustentável (RFS), introduziu uma série de mudanças nas regras fiscais, inclusive no texto do art. 4º da LRF. O que anteriormente era definido como a meta de resultado primário passou a ser “o centro da meta”,

3

Avulso do AVN 18/2025 [55 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751173.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

haja vista o estabelecimento de limites de tolerância de 0,25% do PIB estimado no PLDO do respectivo exercício, para cima e para baixo, consoante se verifica na nova redação do art. 4º da Lei Complementar 101/2000 (grifos acrescidos):

“Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

[...]

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. (Vide ADI 7064)

[...]

§ 5º No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também: (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023)

I - as metas anuais para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023)

[...]

IV - os intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, convertido em valores correntes, de menos 0,25 p.p. (vinte e cinco centésimos ponto percentual) e de mais 0,25 p.p. (vinte e cinco centésimos ponto percentual) do PIB previsto no respectivo projeto de lei de diretrizes orçamentárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023)

[...]”

28. Já o § 3º do art. 5º da Lei Complementar 200/2023 introduziu os intervalos de tolerância para fins de cumprimento da meta de resultado primário:

“Art. 5º A variação real dos limites de despesa primária de que trata o art. 3º desta Lei Complementar será cumulativa e ficará limitada, em relação à variação real da receita primária, apurada na forma do § 2º deste artigo, às seguintes proporções:

[...]

§ 3º Será considerada cumprida a meta se o resultado primário do Governo Central apurado pelo Banco Central do Brasil for superior ao limite inferior do intervalo de tolerância de que trata o inciso IV do § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da meta estabelecida para o respectivo exercício, em valores nominais.”

29. Por seu turno, o art. 9º da LRF previu a limitação de empenho e movimentação financeira quando verificado que o comportamento da receita possa comprometer o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (grifos acrescidos):

“Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

[...]”

30. Discute-se se as medidas previstas no **caput** do art. 9º da LRF devem ser adotadas com foco no centro da meta ou no seu limite inferior, matéria que foi objeto de questionamento por parte da equipe de fiscalização quando do exame dos relatórios do 1º e do 3º bimestres de 2024 (TC





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

007.029/2024-1 e 017.469/2024-4; Acórdãos 1.211/2024-Plenário e 1.908/2024-Plenário, respectivamente).

31. Como forma de afastar eventuais questionamentos e tendo por base o posicionamento da consultoria jurídica do órgão, o Poder Executivo fez constar do texto PLDO 2025 expressa menção ao limite de tolerância inferior da meta para fins de contingenciamento, o que não foi mantido pela redação final da LDO 2025, que fez menção à meta em si.

32. Para maior clareza, transcrevo os dispositivos pertinentes (grifos acrescidos):

PLDO 2025

“Art. 68. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, considerado o limite inferior do intervalo de tolerância, de que trata o inciso II do § 1º do art. 2º desta Lei, e o disposto no § 3º do art. 2º e no § 3º do art. 5º da Lei Complementar nº 200, de 2023, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.” (Grifos acrescidos).

LDO 2025 (Lei 15.080/2024)

“Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 e a execução da respectiva Lei, no que se refere aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, deverão ser compatíveis com a meta de resultado primário de R\$ 0,00 (zero real) para o Governo Central, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

[...]

Art. 69. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

[...]

Art. 71. A administração pública federal tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 1º O disposto no caput:


I - subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, incluindo-se a limitação de empenho e movimentação financeira, o bloqueio e a correspondente adequação orçamentária de que tratam o art. 67 e o art. 69;

[...].”

33. Em razão desse quadro normativo, a Coordenação-Geral de Assuntos Macro-Orçamentários da Subsecretaria de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal (CGMAC/SEAFI/SOF) teceu interessantes considerações sobre a matéria na Nota Técnica SEI 477/2025/MPO (pç. 43). Primeiramente, ressaltou que a redação que prevaleceu na LDO 2025 sobre a operacionalização do contingenciamento (art. 69) refere-se ao cumprimento do centro da meta de resultado primário. Isso porque foi suprimida a menção ao limite inferior do intervalo de tolerância, como constava do PLDO 2025 (art. 68). Por conseguinte, a leitura combinada do art. 69 da LDO 2024

5

Avulso do AVN 18/2025 [57 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751173.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

com o § 3º do art. 5º da LC 200/2023 impõe que o contingenciamento seja feito no montante suficiente para se atingir o centro da meta, mesmo que a verificação do cumprimento se dê pelo intervalo de tolerância.

34. O órgão orçamentário ponderou que a impositividade da lei orçamentária — prevista no § 10 do art. 165 da CF (“§ 10. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade”) — foi condicionada pelo art. 71 da LDO — com espeque no § 11 do mencionado artigo — ao cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, aí incluídos a limitação de empenho e movimentação financeira, o bloqueio e a correspondente adequação orçamentária de que tratam os arts. 67 e 69 da LDO 2025.

35. Outro importante argumento constante da nota técnica refere-se ao fato de que as projeções para a trajetória da dívida pública contidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2025 consideram o centro da meta de resultado primário e não o limite de tolerância inferior. Por conseguinte, caso se busque sempre o cumprimento do limite inferior da meta, haverá impacto negativo na trajetória da dívida pública, o que contraria um dos pilares do RFS, segundo o qual “as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central” devem ser compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública (art. 2º da Lei Complementar 200/2023).

36. De outro lado, a consultoria jurídica do órgão defendeu que o contingenciamento deve ser promovido quando se mostrar necessário para assegurar o cumprimento do limite inferior da banda de tolerância, uma vez que, nos termos do § 3º do art. 5º da Lei Complementar 200/2023, é considerada cumprida a meta de resultado primário do Governo Central quando o valor apurado pelo Banco Central for superior “ao limite inferior do intervalo de tolerância de que trata o inciso IV do § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000”.

37. O entendimento da Consultoria Jurídica, com o qual se alinhou a equipe de auditoria, foi o que afinal prevaleceu no âmbito do Poder Executivo e permeou o RARDP/2 de 2025.

38. O titular da AudFiscal, contudo, endossou o posicionamento da SOF, constante da Nota Técnica SEI 477/2025/MPO. Argumentou que a margem de tolerância indica uma exceção e não o objetivo principal da política fiscal. Sua aceitação como cumprimento da meta deveria resultar de situações não controláveis e não poderia ser usado como referencial para a programação orçamentária, o que conduziria a resultados próximos a esse limite e aumentaria o risco de descumprimento das metas fiscais, o que comprometeria a credibilidade da política fiscal. Ademais, a trajetória estimada para a dívida pública na LDO teve como parâmetro o centro da meta de resultado primário.

39. Assiste razão ao titular da AudFiscal.

40. A Lei Complementar 200/2023, a despeito de ter flexibilizado a LRF, teve como pressuposto a busca de uma trajetória estável da dívida pública, na linha do disposto no art. 164-A da Constituição Federal, inserido pela EC 109/2021 (grifos acrescidos):

“Art. 164-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma da lei complementar referida no inciso VIII do caput do art. 163 desta Constituição.

Parágrafo único. A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.”


41. A trajetória estimada para a dívida pública constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO 2025 teve como premissa o centro da meta de resultado primário.

42. O art. 9º da LRF é o principal instrumento de que dispõe o governo para tentar assegurar o cumprimento das metas fiscais num cenário de possível frustração de receitas. Portanto, utilizá-lo com vistas apenas a assegurar o cumprimento do limite inferior da meta atenta, no caso concreto, contra o art. 164-A da Constituição Federal.

43. Também atenta contra o **caput** do art. 2º da Lei Complementar 200/2023, que dispõe (grifos acrescidos):

6

Avulso do AVN 18/2025 [58 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751173.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

“Art. 2º A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública. [...]”

44. De acordo com os parâmetros adotados pela LDO 2025, a trajetória traçada para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) requer a obtenção da meta de resultado primário de R\$ 0,00, lembrando que esse valor somente é obtido mediante a exclusão de R\$ 39,85 bilhões, decorrentes do pagamento de precatórios, tal como autorizado pelo STF.

45. Daí porque o art. 69 da lei de diretrizes faz expressa menção ao **caput** do art. 2º — o qual menciona o centro da meta — quando trata da eventual aplicação do art. 9º da LRF para o corrente exercício.

46. Assim sendo, em que pese a plausibilidade, em tese, da interpretação conferida pela Consultoria Jurídica do MPO e pela equipe de fiscalização, haveria, no caso concreto, violação não apenas do art. 69 da LDO como também do art. 2º da Lei Complementar 200/2023.

47. Como bem ponderou o Auditor-Chefe da AudFiscal, o limite de tolerância não é a meta em si, mas apenas uma margem de tolerância para o não cumprimento da meta, uma vez que há fatores que estão além do controle dos gestores.

48. Nessa seara, é pertinente o paralelo traçado pelo titular da AudFiscal com o regime de metas de inflação:

“20. Interessante citar paralelo com o regime de metas de inflação: o Banco Central do Brasil persegue o centro da meta de inflação definido pelo Conselho Monetário Nacional, e não o limite inferior da banda de tolerância, que existe apenas para acomodar variações conjunturais. Assim como na política monetária, onde o foco no centro da meta reforça a credibilidade e a previsibilidade da atuação do Banco Central, a política fiscal deve orientar-se pelo centro da meta de resultado primário, utilizando os limites de tolerância apenas como salvaguardas e não como parâmetros de planejamento.”

49. Ademais, condicionar o contingenciamento ao risco do não cumprimento do limite inferior da meta de resultado transformaria esse limite, na prática, na própria meta fiscal, o que vai de encontro à finalidade da instituição de um regime de metas com intervalo de tolerância, bem assim aos objetivos de prevenir riscos fiscais e garantir a transparência e a previsibilidade da gestão fiscal. Estar-se-ia suprimindo do Poder Executivo o mais importante instrumento legal para assegurar o cumprimento do centro da meta, quando da possibilidade de frustração de receita.


A preservação do nível mínimo de despesas discricionárias no contexto de contingenciamento

50. A Lei Complementar 200/2023 buscou assegurar que, a despeito da necessidade de se buscar a trajetória sustentável da dívida pública por meio da gestão fiscal responsável preconizada pela LRF, a máquina pública tivesse seu funcionamento preservado. Assim, criou uma espécie de “excludente de ilicitude” para o descumprimento do limite inferior da meta quando verificada a necessidade de assegurar um nível mínimo de despesas discricionárias, definido como 75% do montante previsto na LOA:

“Art. 7º Não configura infração à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o descumprimento do limite inferior da meta de resultado primário, relativamente ao agente responsável, desde que:
I - tenha adotado, no âmbito de sua competência, as medidas de limitação de empenho e pagamento, preservado o nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública; e
[...]

7

Avulso do AVN 18/2025 [59 de 66]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78751173.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

§ 2º O nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública é de 75% (setenta e cinco por cento) do valor autorizado na respectiva lei orçamentária anual.”

51. Por sua vez, a LDO 2025 estipulou que:

“Art. 69. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário, considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º, e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

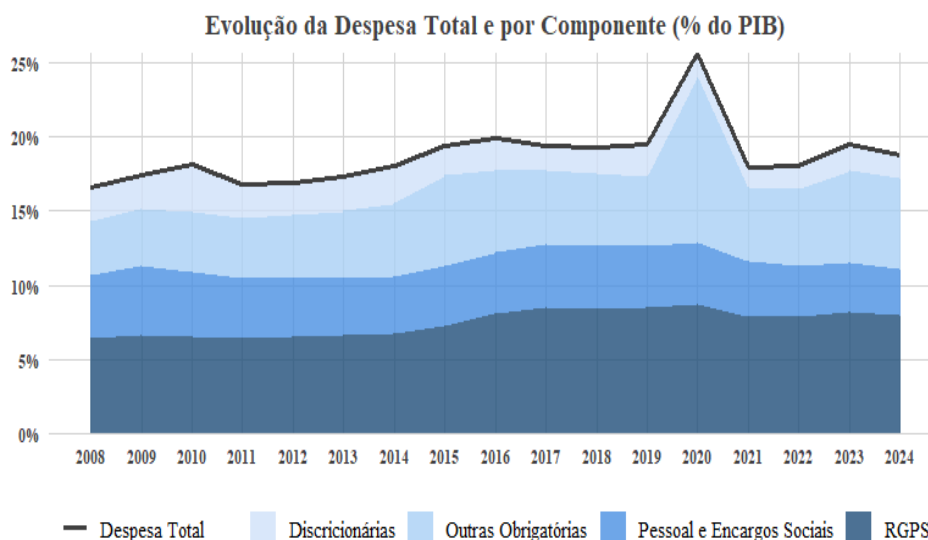
§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo federal e por cada órgão referido no caput:

[...]

II - deverá preservar, no âmbito do Poder Executivo federal e de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, o nível mínimo de despesas primárias discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública, equivalente a setenta e cinco por cento do valor autorizado na lei orçamentária para essas despesas, nos termos do disposto no § 2º do art. 7º da Lei Complementar nº 200, de 2023.”

52. As despesas de caráter obrigatório não podem ser objeto de contingenciamento e, com seu crescimento ao longo dos anos, mormente com pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais, a margem de controle da execução orçamentária recai sobre as despesas discricionárias, que vêm tendo sua participação reduzida na LOA como consequência do aumento daquelas despesas.

53. O gráfico seguinte, extraído do relatório das Contas do Presidente da República (TC 008.437/2025-4), da relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus, revela esse quadro:



Fonte: Equipe, a partir do RTN de dezembro de 2024

54. O relatório precedente aponta contradição na legislação quando busca assegurar um nível mínimo de despesas discricionárias para permitir o funcionamento da máquina pública, já que os





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

contingenciamentos e os bloqueios orçamentários são realizados exatamente nessa modalidade de despesa.

55. Para ilustrar sua posição, a equipe de fiscalização apresentou o seguinte cenário hipotético para o exercício corrente:

- a) despesas discricionárias do Poder Executivo autorizadas pela LOA 2025 de R\$ 221,1 bilhões, o que implica a necessidade de assegurar despesas discricionárias no patamar mínimo de R\$ 165,8 bilhões, de acordo com o § 2º do art. 7º da LC 200/2023;
- b) excesso de despesas primárias em relação aos limites estabelecidos pelo RFS a exigir bloqueios orçamentários no montante de R\$ 10 bilhões;
- c) necessidade de contingenciamento de R\$ 50 bilhões para o cumprimento da meta fiscal.

56. Nessa situação hipotética, chegar-se-ia ao montante de R\$ 161,1 bilhões para as despesas discricionárias após o bloqueio e o contingenciamento, abaixo do mínimo de 75% da dotação da LOA.

57. Por conseguinte, a asseguuração do nível mínimo de despesas discricionárias poderia acarretar o descumprimento de outras regras fiscais.

58. Da leitura da LC 200/2023, pode-se concluir que existe autorização implícita para o não cumprimento das metas fiscais quando isso venha a comprometer o nível mínimo de despesas discricionárias, uma vez que o agente responsável não responderá por esse descumprimento.

59. Além disso, a LDO 2025 condicionou a aplicação do art. 9º da LRF à observância do limite mínimo de despesas discricionárias previsto no § 2º do art. 7º da Lei Complementar 200/2023.

60. Diante da escassez de recursos, não é possível pretender que as regras fiscais, por mais elaboradas que sejam, assegurem o controle da dívida pública — mediante a obtenção de resultados primários compatíveis com a trajetória desejada — e, simultaneamente, blindem todas as modalidades de despesa dos inevitáveis cortes.

61. Além disso, quando a política fiscal gera sucessivos **deficits** nominais, o controle da inflação se dará com o ajuste da taxa de juros básica da economia, do que resulta maiores despesas financeiras. E, nada obstante essas despesas não sejam captadas no resultado primário, impactam o resultado nominal e, por conseguinte, a dívida pública.

62. Assim sendo, acompanho o encaminhamento proposto pelo Auditor-Chefe da AudFiscal, com ajustes — notadamente no que se refere à arrecadação do IOF, que deverá ser acompanhada nos próximos relatórios bimestrais —, no sentido de:

- a) dar ciência ao Ministério do Planejamento e Orçamento de que a adoção do limite inferior do intervalo de tolerância, em substituição ao centro da meta de resultado primário, como parâmetro para a limitação de empenho e movimentação financeira, revela-se incompatível com o regime jurídico-fiscal vigente;
- b) informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida Comissão, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 142 da Lei 15.080/2024 (LDO 2025), os seguintes fatos acerca da gestão fiscal no 2º bimestre de 2025:
 - b.1) o resultado primário do Governo Central estimado para 2025, segundo o Relatório de Acompanhamento das Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2025 a preços correntes, é de R\$ 97.027,6 milhões e, com os ajustes permitidos pelas ADI 7064/7047 (R\$ 45.323,1 milhões), o valor a ser considerado para fins de cumprimento de metas fiscais é um resultado primário negativo de R\$ 51.704,5 milhões, o que não atende o limite de tolerância inferior da meta (**deficit** de R\$ 30.970,0 milhões);
 - b.2) há lacunas normativas entre a Lei Complementar 200/2023 e a LDO 2025 no que se refere à preservação das despesas discricionárias, tendo em vista as necessidades de contingenciamento para o cumprimento da meta de resultado primário e de bloqueios para observância dos limites individualizados de despesa;



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 008.760/2025-0

- c) encaminhar cópia integral desta deliberação ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Ministério da Fazenda, à Controladoria-Geral da União, à Casa Civil da Presidência da República e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;
- d) encerrar o presente processo, nos termos do inciso V do art. 169 do Regimento Interno deste Tribunal.

Diante do exposto, VOTO por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação deste colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 24 de setembro de 2025.

BENJAMIN ZYMLER
Relator





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 008.760/2025-0

ACÓRDÃO Nº 2208/2025 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 008.760/2025-0.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Acompanhamento
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Banco Central do Brasil; Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria de Política Econômica; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento realizado com o objetivo de avaliar, relativamente ao 2º bimestre de 2025, os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. dar ciência ao Ministério do Planejamento e Orçamento de que a adoção do limite inferior do intervalo de tolerância, em substituição ao centro da meta de resultado primário, como parâmetro para a limitação de empenho e movimentação financeira, revela-se incompatível com o regime jurídico-fiscal vigente;

9.2. informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida Comissão, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 142 da Lei 15.080/2024 (LDO 2025), os seguintes fatos acerca da gestão fiscal no 2º bimestre de 2025:

9.2.1. o resultado primário do Governo Central estimado para 2025, segundo o Relatório de Acompanhamento das Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2025 a preços correntes, é de R\$ 97.027,6 milhões e, com os ajustes permitidos pelas ADI 7064/7047 (R\$ 45.323,1 milhões), o valor a ser considerado para fins de cumprimento de metas fiscais é um resultado primário negativo de R\$ 51.704,5 milhões, o que não atende o limite de tolerância inferior da meta (**deficit** de R\$ 30.970,0 milhões);

9.2.2. há lacunas normativas entre a Lei Complementar 200/2023 e a LDO 2025 no que se refere à preservação das despesas discricionárias, tendo em vista as necessidades de contingenciamento para o cumprimento da meta de resultado primário e de bloqueios para observância dos limites individualizados de despesa;

9.3. encaminhar cópia integral desta deliberação ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Ministério da Fazenda, à Controladoria-Geral da União, à Casa Civil da Presidência da República e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

9.4. encerrar o presente processo, nos termos do inciso V do art. 169 do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata nº 38/2025 – Plenário.

11. Data da Sessão: 24/9/2025 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2208-38/25-P.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 008.760/2025-0

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

VITAL DO RÊGO

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

BENJAMIN ZYMLER

Relator


Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral



 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78980330.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 001.004/2025-GABPRES

Processo: 008.760/2025-0

Órgão/entidade: SF - Comissão Mista de Orçamento - CMO

Destinatário: COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO - SF

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO - SF pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 29/09/2025

(Assinado eletronicamente)

Ana Lucia Dornelles

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.

Avulso do AVN 18/2025 [65 de 66]



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS
TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
23/10/2025	27/10/2025	Publicação em avulso eletrônico da matéria
23/10/2025		Despachado
28/10/2025	11/11/2025	Apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo
12/11/2025	18/11/2025	Apresentação de Emendas a Projeto de Decreto Legislativo sobre fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal
19/11/2025	25/11/2025	Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL

AVISO (CN) Nº 19, DE 2025

(nº 1.015/2025, na origem)

Encaminha, nos termos do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2025.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 30/10/2025



[Página da matéria](#)

Avulso do AVN 19/2025 [1 de 9]





Aviso nº 1015 - GP/TCU

Brasília, 1 de outubro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2025, aprovado por meio da Portaria-TCU nº 136, de 26 de setembro de 2025, e publicado no Diário Oficial da União, edição nº 186, de 30 de setembro de 2025, seção 1, página 452.


Respeitosamente,

(Assinado eletronicamente)


Vital do Rêgo
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Avulso do AVN 19/2025 [2 de 9]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78967816.



 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 79002379.



TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 001.015/2025-GABPRES

Processo: 008.663/2025-4

Órgão/entidade: SF - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Destinatário: PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL - SECRETARIA
LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL - SF

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL - SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL - SF pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 01/10/2025

(Assinado eletronicamente)

MONICA DE SOUZA DAMASCENO MARTINS

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.



ATOS DO PRESIDENTE**PORTARIAS**

PORTARIA-TCU Nº 136, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do regimento interno do TCU, e na forma prevista pela lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2025, na forma do Anexo Único desta Portaria.


Parágrafo único. O Relatório a que se refere o **caput** deste artigo será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITAL DO RÊGO

(Publicado no DOU Edição nº 186 de 30/09/2025, Seção 1, p. 452)

Avulso do AVN 19/2025 [4 de 9]

 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78993643.



BTCU Administrativo | Ano 58 | n° 184 | Terça-feira, 30/09/2025

2

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA-TCU Nº 136, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2024 A AGOSTO/2025

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														RS 1.00
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM PAGAR NÃO PROCESSA- DOS (1)
	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)													
	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	(a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	167.161.738,16	166.889.966,99	256.265.358,46	164.952.729,69	196.184.760,98	181.508.888,61	174.769.804,40	175.432.163,40	175.375.024,94	224.588.267,89	177.247.077,81	176.475.812,77	2.236.831.614,01	38.367.135,86
Pessoal Ativo	96.165.733,56	95.718.863,52	149.709.981,35	93.926.643,90	124.367.676,76	105.960.286,53	99.073.976,59	99.558.427,61	98.343.744,19	112.012.307,47	100.305.517,88	100.309.186,05	1.275.452.365,51	3.372.303,19
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	82.947.350,58	82.634.310,63	123.890.678,35	80.942.527,15	111.529.500,33	92.460.219,44	85.552.339,70	86.021.464,10	84.807.793,68	98.296.836,84	86.620.505,44	86.643.063,97	1.102.346.590,21	3.030.899,79
Obrigações Patronais	13.218.402,98	13.084.552,89	25.819.303,00	12.984.116,75	12.838.176,43	13.500.067,19	13.521.636,89	13.536.963,51	13.535.950,51	13.715.470,63	13.685.012,44	13.666.122,08	173.105.775,30	341.403,40
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	70.996.004,60	71.151.103,47	106.555.377,11	71.026.085,79	71.817.084,22	75.548.601,98	75.695.827,81	75.873.735,79	77.031.280,75	112.575.960,33	76.941.559,93	76.166.626,72	961.379.248,50	34.994.832,67
Aposentadorias, Reserve e Reformas	59.351.778,52	59.397.737,37	89.176.996,00	59.417.559,26	59.968.729,31	63.242.921,68	63.135.651,84	63.298.237,57	64.522.063,84	93.861.262,88	64.494.927,81	63.832.817,25	803.700.683,33	34.937.592,97
Pensões	11.644.226,08	11.753.366,10	17.378.381,11	11.608.526,53	11.848.354,91	12.305.680,30	12.560.175,97	12.575.498,22	12.509.216,91	18.714.697,45	12.446.632,12	12.333.809,47	157.678.565,17	57.239,70
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	20.062.725,93	20.037.478,78	125.164,29	40.024.681,83	24.426.225,14	24.353.237,84	24.279.174,08	25.282.231,70	25.810.150,22	20.065.751,37	22.151.948,79	373.455,56	246.992.226,53	98.178,91
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	66.951,93	41.705,78	125.164,29	33.153,83	426.225,14	353.237,84	279.174,08	1.282.231,70	1.810.150,22	65.751,37	151.948,79	373.455,56	5.009.130,53	98.178,91
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.995.774,00	19.995.774,00	0,00	39.991.548,00	24.000.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	20.000.000,00	22.000.000,00	0,00	241.983.096,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	147.099.032,23	146.832.487,21	256.140.194,17	124.928.047,86	171.758.535,84	157.155.650,77	150.490.630,32	150.149.931,70	149.564.874,72	204.522.516,43	155.095.129,02	176.102.357,21	1.989.839.387,48	38.268.956,95

Avulso do AVN 19/2025 [5 de 9]

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 78993643.



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.518.925.094.174,70	
(.) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(.) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.518.925.094.174,70	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	2.028.108.344,43	0,133523%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.531.377.904,95	0,430000%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.204.809.009,70	0,408500%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.878.240.114,46	0,387000%

FONTE: Tesouro Gerencial; Portaria STN/MF Nº 2.116, de 19 DE SETEMBRO DE 2025. Data de emissão: 22/09/2025. 18h.

“1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.”

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA
Secretário-Geral de Administração

VINICIUS DE SÁ RODRIGUES
Secretário de Auditoria Interna - Substituto

EGBERT NASCIMENTO BUARQUE
Secretaria Especializada em Orçamento, Finanças e Contabilidade



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 186, terça-feira, 30 de setembro de 2025

Art. 6º A documentação comprobatória referente à realização da consulta ao sistema BC Protege +, de que tratam o § 4º do Art. 2º-A da Resolução CMN nº 4.753, de 26 de setembro de 2019, e o § 4º do art. 4º-A da Resolução BCB nº 96, de 19 de maio de 2021, deverá abranger as seguintes evidências das consultas realizadas:

- I - a estrutura da consulta, contendo:
a) CPF ou CNPJ a ser consultado;
b) produto ou serviço contratado, se abertura de conta ou inclusão de titular ou representante;
c) identificação da instituição; e
d) informação de data e hora da consulta.
II - a resposta relacionada à consulta, contendo:
a) status da permissão para contratação, se 'sim - permitido' ou 'não - não permitido';
b) código da consulta; e
c) identificação da requisição.

Parágrafo único. As informações e evidências referidas no caput deverão estar disponíveis para apresentação ao Banco Central do Brasil, quando solicitadas.

Art. 7º As instituições referidas no art. 2º deverão indicar ao Banco Central do Brasil:

- I - o diretor responsável pelo cumprimento das exigências previstas nas Resoluções citadas naquele artigo; e
II - os dados de contato do empregado designado para prestar esclarecimentos ao Banco Central do Brasil, incluindo seu telefone e e-mail, nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 8º As instituições deverão tratar os dados recebidos com as finalidades exclusivas determinadas na Resolução BCB nº 475, de 26 de maio de 2025, efetuando, de forma segura, a recepção, o processamento e a eliminação dos dados pessoais disponibilizados, nos termos da regulamentação e legislação em vigor.

Art. 9º O detalhamento dos parâmetros sobre acordos de níveis de serviço na execução das funcionalidades do BC Protege +, de que trata o art. 4º da Resolução BCB nº 475, de 2025, contempla a disponibilidade para acesso a consultas pelas instituições de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ressalvadas as situações de interrupção devido a manutenções programadas ou emergenciais realizadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 10. Eventual indisponibilidade temporária do BC Protege +, seja por motivo de instabilidade ou manutenção programada, não caracterizará situação excepcional para a abertura da conta ou alteração de titular ou representante, nos termos do § 1º do Art. 2º-A da Resolução CMN nº 4.753, de 26 de setembro de 2019, e do § 1º do art. 4º-A da Resolução BCB nº 96, de 19 de maio de 2021, devendo a instituição postergar a conclusão do processo até o restabelecimento do sistema e providenciar o reprocessamento das solicitações.

Art. 11. Conforme suas atribuições legais, compete ao Banco Central do Brasil fiscalizar a observância das disposições desta Instrução Normativa, inclusive quanto ao correto uso do BC Protege + e à guarda das informações.

Art.12. Esta Instrução entra em vigor em 1º de dezembro de 2025.

CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA GOMES

ANEXO

NOTA

A presente Instrução Normativa, cuja base normativa é a Resolução BCB nº 475, de 26 de maio de 2025, regulamenta a criação do sistema de comunicação de restrição a contratações no Sistema Financeiro Nacional (SRC).

2.O sistema de comunicação de restrição a contratações no Sistema Financeiro Nacional será identificado publicamente como BC Protege +.

3.O BC Protege + é um sistema eletrônico desenvolvido e administrado pelo Banco Central, mediante o qual, pessoas naturais e jurídicas poderão registrar a solicitação, de forma facultativa, para que não sejam abertas contas em seu nome e para que não sejam incluídos como titulares ou representantes em contas de terceiros.

4.As instituições financeiras e demais instituições reguladas ficam obrigadas a consultarem as informações constantes do sistema previamente à abertura de contas de depósitos à vista e de poupança, e contas de pagamento pré-pagas, bem como inclusão de titulares ou representantes dessas contas.

5.A Instrução Normativa proposta está dispensada da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), conforme previsto no art. 4º, inciso V, alíneas "b" e "c" do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que permite a dispensa da AIR quando o ato normativo tiver como objetivo preservar a liquidez, solvência ou higidez dos mercados financeiros, de capitais, de câmbio ou dos sistemas de pagamentos, desde que haja decisão fundamentada da autoridade competente. No caso em questão, esta Instrução Normativa objetiva disciplinar os procedimentos operacionais no âmbito da Resolução BCB nº 475, de 2025, que visa preservar a higidez dos mercados financeiros, especialmente diante dos prejuízos causados por fraudes na contratação de produtos e serviços financeiros, que comprometem a integridade do Sistema Financeiro Nacional.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 30 PRODEP, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em ofício na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, na forma do art. 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL, registrado sob o número 08192.28736/2025-10, para apurar suposta atuação contrária ao interesse público praticada pelo atual Secretário de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, Zeno José Andrade Gonçalves, causando favorecimento indevido às concessionárias do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal com suposta violação às Leis Distritais n.º 3.106/2002 e n.º 2.706/2001.

ALEXANDRE SALES DE PAULA E SOUZA
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 136, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2025, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. O Relatório a que se refere o caput deste artigo será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITAL DO RÊGO

ANEXO ÚNICO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2024 A AGOSTO/2025

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (1) (b)
	(Últimos 12 Meses)													
	LÍQUIDADAS													
	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	167161758,16	166869966,99	256265358,46	164952729,69	196184760,98	181508888,61	174769804,40	175432163,40	175375024,94	224588267,80	177247077,81	176475812,77	2236831614,01	38367135,86
Pessoal Ativo	96165753,56	95718863,52	149709981,35	93926643,90	124367676,76	105960286,63	99073976,59	99558427,61	98343744,19	112012307,47	100305517,88	100309186,05	1275452365,51	3372303,19
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	82947350,58	82634310,63	123890678,35	80942527,15	111529500,33	92460219,44	85552339,70	86021464,10	84807793,68	98296836,84	86620505,44	86643063,97	1102346590,21	3030899,79
Obrigações Patronais	13218402,98	13084552,89	25819303,00	12984116,75	12838176,43	13500067,19	13521636,89	13536963,51	13535950,51	13715470,63	13685012,44	13666122,08	173105775,30	341403,40
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	70996004,60	71151103,47	10655377,11	71026085,79	71817084,22	75548601,98	75695827,81	75873735,79	77031280,75	112575960,33	76941559,93	76166626,72	961379248,50	34994832,67
Aposentadorias, Reserva e Reformas	59351778,52	59397737,37	89176996,00	59417559,26	59968729,31	63242921,68	63135651,84	63298237,57	64522063,84	93861262,88	64494927,81	63832817,25	803700683,33	34937592,97
Pensões	11644226,08	11753366,10	17378381,11	11608526,53	11848354,91	12305680,30	12560175,97	12575498,22	12509216,91	18714697,45	12446632,12	12333809,47	157678565,17	572390,19
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	20062725,93	20037479,78	125164,29	40024681,83	24426225,14	24353237,84	24279174,08	25282231,70	25810150,22	20065751,37	22151948,79	373455,56	246992226,53	98178,91



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152025093000452

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 186, terça-feira, 30 de setembro de 2025

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	66951,93	41705,78	125164,29	33133,83	426225,14	353237,84	279174,08	1282231,70	1810150,22	65751,37	151948,79	373455,56	5009130,53	98178,91
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19995774,00	19995774,00	0,00	39991548,00	24000000,00	24000000,00	24000000,00	24000000,00	24000000,00	20000000,00	22000000,00	0,00	241983096,00	0,00

DESPESA LÍQUIDA 147099032,23 146832487,21 256140194,17 124928047,86 171758535,84 157155650,77 150490630,32 150149931,70 149564874,72 204522516,43 155095129,02 176102357,21 1989839387,48 38268956,95

COM PESSOAL (III) = (I - II)

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.518.925.094.174,70	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.518.925.094.174,70	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	2.028.108.344,43	0,133523%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.531.377.904,95	0,4300000%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.204.809.009,70	0,408500%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 20 da LRF)	5.878.240.114,46	0,387000%

FONTE: Tesouro Gerencial; Portaria STN/MF Nº 2.116, de 19 DE SETEMBRO DE 2025. Data de emissão: 22/09/2025. 18h.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos."

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA
Secretário-Geral de Administração

VINICIUS DE SÁ RODRIGUES
Secretário de Auditoria Interna - Substituto

EGBERT NASCIMENTO BUARQUE
Secretaria Especializada em Orçamento, Finanças e Contabilidade

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA-SEGEDAM Nº 34, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza a descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso I, alínea "d", da Portaria-TCU nº 3, de 2 de janeiro de 2025, resolve:

Art. 1º Fica autorizada, na forma do Anexo Único desta portaria, a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, no valor de R\$ 153.581,76, visando à contratação de 4 (quatro) vagas para servidores indicados pelo Tribunal de Contas da União, para participação no Programa Academia de Liderança Digital, que será realizado em Pequim, China, no período de 20 a 24 de outubro de 2025, por meio da parceria da Enap com a Tsinghua University, conforme informações contidas no TC 017.945/2025-9.

Art. 2º Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados não comprometidos até 31 de dezembro de 2025 deverão ser devolvidos ao Tribunal de Contas da União em data anterior àquela anualmente estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN para encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA

ANEXO ÚNICO

Projeto/Atividade	Grupo de Despesa	de 2025	Exercício de 2025
01.032.0034.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	3	R\$ 153.581,76	

1ª CÂMARA

ATA Nº 34, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025 (Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

A hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas (participação de forma telepresencial) e Jhonatan de Jesus; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 33, referente à sessão realizada em 16 de setembro de 2025.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos de nºs TC-011.495/2024-3, TC-011.704/2024-1, TC-012.979/2024-4, TC-014.978/2021-0, TC-017.136/2024-5, TC-021.444/2024-2, TC-023.559/2024-1, TC-025.311/2024-7, TC-025.329/2024-7, TC-025.524/2024-0, TC-025.536/2024-9, TC-026.809/2024-9, TC-027.300/2024-2, TC-027.328/2024-4, TC-027.343/2024-3, TC-027.387/2024-0, TC-027.418/2024-3, TC-027.428/2024-9, TC-027.624/2024-2 e TC-030.084/2022-9, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 6843 a 6924.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os de nºs 6783 a 6842, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-003.352/2018-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, a Dra. Isadora França Neves produziu sustentação oral em nome da Fundação José Silveira. Acórdão 6783.

Na apreciação do processo TC-010.226/2024-9, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus, o Dr. Egon Cavalcante de Azevedo produziu sustentação oral em nome do Instituto de Desenvolvimento Social e Humano do Brasil. Acórdão 6784.

Na apreciação do processo TC-028.357/2020-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Dr. Joanilson Guedes Barbosa declinou de produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Francisca Gomes Araújo Mota. Acórdão 6785.

ACORDAOS APROVADOS

ACORDÃO Nº 6783/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.352/2018-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Aglaê Amaral Sousa (192.901.605-00); Aldely Rocha Dias (005.348.545-91); Ana Maria Picanco Garrido (132.619.245-00); Antônio Luiz de Araújo Pita (099.413.805-97); Associação Obras Sociais Irmã Dulce (15.178.551/0001-17); Carlos Alberto Trindade (533.896.898-34); Célia Maria Sales Vieira (049.920.085-34); Associação Das Irmãs Franciscanas Hospitalares Da Imaculada Conceição - Província De Santa Cruz (15.233.646/0014-00); Domingos Conceição Almeida (175.112.915-20); Ênio Alves de Oliveira (055.794.065-68); Fundação José Silveira (15.194.004/0001-25); Gestmed Gestão e Serviços de Saúde Ltda (03.262.479/0001-22); Hospital Evangélico da Bahia (15.171.093/0001-94); Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza (296.915.835-34); Maria Adeline Lopes Amoedo (162.906.075-53); Oyama Amado Simões (055.322.995-87); Paulo Sergio de Moraes Sepúlveda (555.404.655-04); RN Serviços Médicos Especializados Ltda (01.360.830/0001-92); Real Sociedade Espanhola de Beneficência (15.113.103/0005-69); Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro - Hospital Português (15.166.416/0001-51).

3.3. Recorrentes: Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza (296.915.835-34); Real Sociedade Espanhola de Beneficência (15.113.103/0005-69); Aglaê Amaral Sousa (192.901.605-00); Fundação José Silveira (15.194.004/0001-25).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Governo - SEGOV - Prefeitura Municipal de Salvador - BA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Roberto Araújo Cabral Gomes (23791/OAB-BA), representando Ana Maria Picanco Garrido; Alan Carneiro de Matos (24.988/OAB-BA) e Luís Costa Cruz (27.170/OAB-BA), representando Flávia Vasconcelos Souza; João Daniel Passos (42216/OAB-BA), representando Maria Adeline Lopes Amoedo; Diego Lemos Pereira (40260/OAB-BA), representando Celia Maria Sales Vieira; Euripedes Brito Cunha Júnior (11.433/OAB-BA), Edmundo Sampaio Jones (9.474/OAB-BA) e outros, representando Maria Edna Lordelo Sampaio; Artur da Rocha Reis Neto (17786/OAB-BA), representando Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza; Tais Souza de Cerqueira (20.193/OAB-BA), representando Associação Das Irmãs Franciscanas Hospitalares Da Imaculada Conceição - Província De Santa Cruz; Artur da Rocha Reis Neto (17786/OAB-BA), representando Antônio Luiz de Araújo Pita; Ricardo Feneiro das Neves Júnior (35223/OAB-DF), Ricardo Barretto de Andrade (32136/OAB-DF) e outros, representando Fundação José Silveira; Artur da Rocha Reis Neto (17786/OAB-BA), representando Domingos Conceição Almeida; Renato Bastos Brito (19746/OAB-BA), representando Real Sociedade Espanhola de Beneficência; Ana Bárbara Martins Costa (41.846/OAB-BA), Fabio Follador Coelho (36.340/OAB-BA) e outros, representando Oyama Amado Simões; Joyce Betty Souza Silva (30.636/OAB-BA), representando Aglaê Amaral Sousa; Mônica Palma Barbosa (16.869/OAB-BA) e Flávia Larissa Cavalcanti de Oliveira Cirne (16.794/OAB-BA), representando Associação Obras Sociais Irmã Dulce; Samila Feitosa Mota Borges (38.686/OAB-BA), Carlos Alberto Telles de Goes Júnior (31.932/OAB-BA) e outros, representando Hospital Evangélico da Bahia; Iuri Mattos de Carvalho (16741/OAB-BA) e Roberto Silva Soledade (16627/OAB-BA), representando Marlicio Queiroira Soares Palmeira; Paula Lima Cunha da Silva (54.482/OAB-BA), Monya Pinheiro Loureiro (35.625/OAB-BA) e outros, representando Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro - Hospital Português.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelo sr. Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza, pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência, pela sra. Aglaê Amaral Sousa e pela Fundação José Silveira contra o Acórdão 3.828/2024-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelo sr. Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza, pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência, pela sra. Aglaê Amaral Sousa e pela Fundação José Silveira para, no mérito, negar-lhes provimento; e

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
23/10/2025	27/10/2025	Publicação em avulso eletrônico da matéria
23/10/2025		Despachado
28/10/2025	11/11/2025	Apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo
12/11/2025	18/11/2025	Apresentação de Emendas a Projeto de Decreto Legislativo sobre fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal
19/11/2025	25/11/2025	Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional



Comunicações





Federação Brasil da Esperança
Partidos dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança



OF nº 382/2025 - GAB

Brasília - DF, 21 de outubro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para **INDICAR** o deputado Pedro Campos-PSB/PE como TITULAR na Comissão Mista da **MP 1313/25** - *Auxílio Gás do Povo*.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Dep. Lindbergh Farias - PT/RJ
Líder da FeBrasil na Câmara



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250793135800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lindbergh Farias



CD250793135800





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Progressistas



Ofício nº 160/2025/LidPP

Brasília, 23 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de Parlamentar em Comissão Mista

Senhor Presidente,

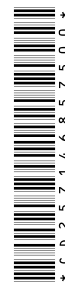
Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **Evair Vieira de Melo (PP-ES)**, para integrar como **Titular**, em substituição ao Deputado **Átila Lira (PP-PI)**, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS – 2025.

Atenciosamente,

Deputado Doutor Luizinho
Líder do Progressistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257146857500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Doutor Luizinho





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



Of. n. 200/2025/PSD

Brasília, 23 de outubro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o Deputado **Otto Alencar Filho (PSD-BA)** para compor a Comissão Mista que analisará a Medida Provisória nº 1317, de 2025, altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para tratar da Agência Nacional de Proteção de Dados, a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para criar a Carreira de Regulação e Fiscalização de Proteção de Dados, transforma cargos no âmbito do Poder Executivo federal, e dá outras providências. **na condição de Titular.**

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que a referida indicação produza os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

Deputado **ANTONIO BRITO**
Líder do PSD



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256207090600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Brito





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

Of. Nº 506/2025 – Lid-PL

Brasília, 24 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Assunto: Substituição de membros para CPMI.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de realizar as seguintes indicações para Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):

- **Retirar o Deputado Carlos Jordy (PL/RJ) da Suplência;**
- **Indicar a Deputada Bia Kicis (PL/DF) para Suplência;**

Respeitosamente,

Deputado Sóstenes Cavalcante
Líder do Partido Liberal



Liderança do Partido Liberal - Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159580

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254333131000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante





SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

Ofício nº 113/2025-BLVANG

Brasília, 24 de outubro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Substituição - CPMI INSS**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o **Senador Marcos Rogério (PL/RO)** para compor, como titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (CPMI do INSS), em substituição ao senador **Eduardo Girão (NOVO/CE)**, que passará a exercer a 1ª suplência.

Indico ainda, o Senador **Jaime Bagattoli (PL/RO)** para ocupar a 3ª suplência, sendo todas as indicações conforme a proporcionalidade estabelecida para o Bloco Parlamentar Vanguarda.

Atenciosamente,

Senador WELLINGTON FAGUNDES
(PL-MT)
Líder do Bloco Vanguarda



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8252151521>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-4663



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DA FEDERAÇÃO PSDB/CIDADANIA

Of. nº 251/2025/PSDB/CIDADANIA

Brasília, 27 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **BETO PEREIRA**, em substituição ao Deputado **DAGOBERTO NOGUEIRA**, como membro titular, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a finalidade de investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas, nos termos dos arts. 58 da Constituição Federal e 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Deputado **ADOLFO VIANA**
Líder da Federação PSDB/CIDADANIA



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258275386600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

Of. Nº 507/2025 – Lid-PL

Brasília, 27 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Assunto: Substituição de membros para CPMI.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de realizar as seguintes indicações para Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):

- **Retirar a Deputada Bia Kicis (PL/DF) para Suplência;**
- **Indicar o Deputado Carlos Jordy (PL/RJ) da Suplência;**

Respeitosamente,

Deputado Sóstenes Cavalcante
Líder do Partido Liberal



Liderança do Partido Liberal - Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159580

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256650639100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT**

Of. N° 70/2025/PDT

Brasília, 27 de outubro de 2025.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o §3º do artigo 58 da Constituição Federal combinado com o artigo 21 da Resolução nº1/70 do Regimento Comum do Congresso Nacional, comunico a Vossa Excelência, que o Deputado **DORINALDO MALAFAIA (PDT/CE)** substituirá o Deputado **ROGÉRIO CORREIA (PT/MG)**, na condição de membro TITULAR, e que o Deputado **ROGÉRIO CORREIA (PT/MG)** substituirá o Deputado **POMPEO DE MATTOS (PDT/RS)**, na condição de membro SUPLENTE, para integrarem a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Respeitosamente,

Deputado **MÁRIO HERINGER**
Líder do PDT**À Sua Excelência o Senhor**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259414852400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259414852400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT**

Of. N° 71/2025/PDT

Brasília, 27 de outubro de 2025.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o §3º do artigo 58 da Constituição Federal combinado com o artigo 21 da Resolução nº1/70 do Regimento Comum do Congresso Nacional, comunico a Vossa Excelência, que o Deputado **ROGÉRIO CORREIA (PT/MG)** substituirá o Deputado **DORINALDO MALAFAIA (PDT/CE)**, na condição de membro TITULAR, e que o Deputado **JOSENILDO (PDT/AP)** substituirá o Deputado **ROGÉRIO CORREIA (PT/MG)**, na condição de membro SUPLENTE, para integrarem a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Respeitosamente,

Deputado **MÁRIO HERINGER**
Líder do PDT**À Sua Excelência o Senhor**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256453545100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256453545100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Republicanos

Ofício nº 147/2025

Brasília – DF, 27 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **indicação de membro para compor a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.313, de 2025.**

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, indico a Deputada ANTÔNIA LÚCIA (Republicanos/AC), para integrar, como membro SUPLENTE, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1313, de 2025 (Auxílio Gás do Povo).

Respeitosamente,

Deputado GILBERTO ABRAMO
Líder do Republicanos



1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254233240600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Republicanos

Ofício nº 141/2025

Brasília – DF, 27 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **indicação de membros para compor a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.317, de 2025.**

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, indico o Deputado JADYEL ALENCAR (Republicanos/PI), como membro TITULAR; e a Deputada FATIMA PELAES (Republicanos/AP), como membro SUPLENTE, para integrarem a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1317, de 2025 (Agência Nacional de Proteção de Dados).

Respeitosamente,

Deputado GILBERTO ABRAMO
Líder do Republicanos



1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252324288200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo





SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Parlamentar Aliança

Ofício nº 0057/2025 – GABLID/BLALIAN

SF/25699.75610-03

Brasília, 27 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição de Membro Comissão MPV 1.304/2025.

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, solicito que seja efetuada a substituição do Senador Esperidião Amin (PP/SC) pelo Senador Laércio Oliveira (PP/SE) para a Comissão Mista da Medida Provisória 1304/2025.

Respeitosamente,

Senador Dr. Hiran (PP/RR)
Líder do Bloco Parlamentar Aliança - BLALIAN
(documento assinado eletronicamente)

Senado Federal – Anexo II, Térreo, Corredor Lateral da Biblioteca
Brasília/DF – CEP 70.165-900 Telefones: (61) 3303-2159



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6668269961>





SENADO FEDERAL

Bloco Vanguarda

SF/25329.07087-11

Ofício nº 0114/2025-BLVANG

Brasília, 28 de outubro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Substituição de membro para compor a CMMPV 1.304/2025**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o **Senador Rogério Marinho (PL/RN)** para compor, como titular, em substituição ao **Senador Jaime Bagatolli (PL/RO)**, a **Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.304, de 2025**, que dispõe sobre a Redução dos impactos tarifários para os consumidores de energia elétrica.

Atenciosamente,



Senador WELLINGTON FAGUNDES
(PL-MT)
Líder do Bloco Vanguarda



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-4663

Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9932925491>



Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

Of. N° 510/2025 – Lid-PL

Brasília, 28 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Assunto: Substituição de membros para CPMI.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de realizar as seguintes indicações para Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):

- **Retirar o Deputado Carlos Jordy (PL/RJ) para Suplência;**
- **Indicar o Deputado Delegado Caveira (PL/PA) da Suplência;**

Respeitosamente,

Deputado Sóstenes Cavalcante
Líder do Partido Liberal



Liderança do Partido Liberal - Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159580

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258295144400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



* C D 2 5 8 2 9 5 1 4 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Progressistas



Ofício nº 164/2025/LidPP

Brasília, 28 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Substituição de Parlamentar em Comissão Mista da MP 1318/2025

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o **Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)**, em substituição ao **Deputado Doutor Luizinho (PP/RJ)**, para integrar como **Suplente** a Comissão Mista destinada a discutir a Medida Provisória 1318, de 2025, que trata do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter- REDATA.

Atenciosamente,

Deputado Doutor Luizinho
Líder do Progressistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252814467000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Doutor Luizinho



OF/Nº 276/2025/LidPsb

Brasília, 29 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. que ratifico o ofício de indicação (Ofício 382/ 2025/PT) do **Deputado Pedro Campos – PSB/PE**, como membro titular na CMMPV 1313/2025, na vaga do PT, no dia 21 de outubro de 2025.

Atenciosamente,

Deputado **PEDRO CAMPOS**

Líder do PSB



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254566218500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Campos



* C D 2 5 4 5 6 6 2 1 8 5 0 0 *





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

Of. Nº 519/2025 – Lid-PL

Brasília, 29 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Assunto: Substituição de membros para CPMI.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de realizar as seguintes indicações para Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):

- **Retirar o Deputado Delegado Caveira (PL/PA) para Suplência;**
- **Indicar a Deputada Bia Kics (PL/DF) da Suplência;**

Respeitosamente,

Deputado Sóstenes Cavalcante
Líder do Partido Liberal



Liderança do Partido Liberal - Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159580

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256657301400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



Estabelecimento de calendários





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 13/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 16/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 17/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 18/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 19/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 20/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 21/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 22/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 23/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 24/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 25/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 26/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 27/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 28/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





CONGRESSO NACIONAL

Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 29/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 29/10/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 29/10/2025 a 02/11/2025
- Apresentação de emendas: de 03/11/2025 a 10/11/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 11/11/2025 a 15/11/2025
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 16/11/2025 a 30/11/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA MESA DIRETORA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2025

Requer a convocação de uma Sessão Solene em homenagem aos 100 anos da fundação da General Motors do Brasil.

AUTORIA: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Deputado Federal Alex Manente (CIDADANIA/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 17/2025 - Mesa [1 de 4]



**REQ
00017/2025****CONGRESSO NACIONAL****REQUERIMENTO Nº , DE 2025**

À Mesa Diretora,

Requeremos, nos termos do artigo 151 do Regimento Comum, conjugado com o artigo 199 do Senado Federal, a convocação de uma Sessão Solene em homenagem aos 100 anos da fundação da General Motors do Brasil, a realizar-se no dia 28/10/2025.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe ao Congresso Nacional, em suas sessões solenes, homenagear pessoas físicas e jurídicas que tenham ajudado o Brasil a desenvolver-se social e economicamente, contribuindo no esforço coletivo de torná-lo um País mais igualitário, autônomo e pujante.

Nesse sentido, cabe louvar a iniciativa de uma empresa que há 100 anos resolveu iniciar a produção de sua frota no Brasil, e que até hoje permanece inabalável em seu propósito de investimentos em nosso mercado.

A história da General Motors no Brasil começou em 1925, dezessete anos após sua fundação nos Estados Unidos. Com uma pequena linha de montagem no bairro do Ipiranga, em São Paulo, a montadora iniciou suas atividades com um capital de 2 mil contos de réis e capacidade de montar



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250249>

Avulso do REQ 17/2025 - Mesa [2 de 4]



25 carros por dia. O sucesso foi imediato: em seu primeiro ano, mais de 5 mil veículos já rodavam pelas ruas brasileiras.

Com seu rápido crescimento, a GM inaugurou sua fábrica em São Caetano do Sul (SP) em 1930. Nas décadas seguintes, a empresa diversificou sua produção, lançando ônibus, caminhões leves e, em 1968, o icônico Opala, o primeiro carro desenvolvido especialmente para o mercado brasileiro.

Sua expansão industrial também foi notável, com a fábrica de Gravataí, no Rio Grande do Sul, inaugurada em 1999, além da fábrica de motores de Joinville, em Santa Catarina, dedicada a aprimorar novas tecnologias e desenvolver o potencial de crescimento e escolaridade da região.

Hoje, a empresa conta com cerca de 20 milhões de veículos produzidos no Brasil ao longo desses 100 anos. Além disso, permanece seu interesse em fazer parte do desenvolvimento econômico do País, sobretudo na criação de novas tecnologias automotivas sustentáveis. Que venham mais 100 anos e muitos êxitos, de entrelaçamento com a própria história do nosso país!

Ante o exposto, apresentamos o presente requerimento de sessão solene, confiando na colaboração dos dignos Pares para sua realização.

Sala das Sessões, em de outubro de 2025.

Deputado Alex Manente
CIDADANIA/SP

Senador Astronauta Marcos Pontes
PL/SP



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD2502421008>

Avulso do REQ 17/2025 - Mesa [3 de 4]





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Requerimento do Congresso Nacional

Deputado(s)

1 Dep. Alex Manente (CIDADANIA/SP) - Fdr PSDB-CIDADANIA

Senador(es)

1 Sen. Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250249>

Avulso do REQ 17/2025 - Mesa [4 de 4]



Término de Prazo



Em **26/10/2025** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal e no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1.298, de 2025**, cuja vigência encerrou-se em **27/8/2025**, por perda de eficácia, sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Ao Arquivo.



DECRETOS LEGISLATIVOS





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2025 (*)

Aprova o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul, assinado em Montevidéu, em 17 de dezembro de 2018.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no Mercosul, assinado em Montevidéu, em 17 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo-Quadro, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo-Quadro acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 18/2/2025.



alucg/pdl22-163

Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 23/10/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8155177267>





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2025 (*)

Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Emenda, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Emenda ao Protocolo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 26/3/2025.

HTL/pdl22-171



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 23/10/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8355209472>





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2025 (*)

Aprova o texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, 1965, adotada na Organização Marítima Internacional, conforme emendada pela Resolução FAL.10(35).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, 1965, adotada na Organização Marítima Internacional, conforme emendada pela Resolução FAL.10(35).

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, conforme emendada pela Resolução FAL.10(35), bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no Diário do Senado Federal de 18/2/2025.



gsl/pdl23-480

Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 23/10/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2621545106>





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2025 (*)

Aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Tratado acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 14/6/2025.



Hall/pdl21-552

Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 23/10/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3827322138>



ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL





CONGRESSO NACIONAL

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 71, DE 2025**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.313, de 4 de setembro de 2025, publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 23/10/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8578385098>





CONGRESSO NACIONAL

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 72, DE 2025**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.314, de 5 de setembro de 2025, publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Autoriza a utilização do superávit financeiro de fontes supervisionadas pelo Ministério da Fazenda e de recursos livres das instituições financeiras para a disponibilização de linhas de crédito rural destinadas à liquidação ou à amortização de dívidas de produtores rurais prejudicados por eventos adversos”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 23/10/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6880084005>



COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Capitão Augusto (PL-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Gervásio Maia (PSB-PB)

Designação: 09/04/2025
Instalação: 10/04/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (16)	1. VAGO
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	2. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (11)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (10)	3. Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Eliziane Gama - PSD/MA (45)	1. Pedro Chaves - MDB/GO (48,52)
Irajá - PSD/TO (46)	2. Jussara Lima - PSD/PI (49)
Cid Gomes - PSB/CE (47)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT (33)	1. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (35)
Wilder Moraes - PL/GO (34)	2. Izalci Lucas - PL/DF (36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Ana Paula Lobato - PDT/MA (17)	1. Weverton - PDT/MA (19)
Beto Faro - PT/PA (18)	2. Randolfe Rodrigues - PT/AP (20)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (71)	1. Esperidião Amin - PP/SC (72)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD. (78)	
Capitão Augusto - PL/SP (61)	1. Soraya Santos - PL/RJ (66)
Junior Lourenço - PL/MA (62)	2. Icaro de Valmir - PL/SE (67)
João Carlos Bacelar - PL/BA (63)	3. Miguel Lombardi - PL/SP (68)
Junio Amaral - PL/MG (64)	4. Jefferson Campos - PL/SP (69)
Rosângela Reis - PL/MG (65)	5. Luiz Carlos Motta - PL/SP (70)
Carlos Henrique Gaguim - UNIÃO/TO (1)	11. Fausto Jr. - UNIÃO/AM (4)
José Nelto - UNIÃO/GO (2,90,91)	12. Felipe Francischini - UNIÃO/PR (5)
Luiz Carlos Busato - UNIÃO/RS (3)	13. Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG (6)
Vicentinho Júnior - PP/TO (39,50)	14. Bebeto - PP/RJ (42)
João Leão - PP/BA (40,59)	15. Pinheirinho - PP/MG (43,51)
Julio Lopes - PP/RJ (41)	16. Tião Medeiros - PP/PR (44,60)
Acácio Favacho - MDB/AP (29)	17. Newton Cardoso Jr - MDB/MG
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (30)	18. Rafael Brito - MDB/AL (32)
João Cury - MDB/SP (31)	19. Emanuel Pinheiro Neto - MDB/MT (74)
Júlio Cesar - PSD/PI (53)	20. Paulo Magalhães - PSD/BA (56)
Castro Neto - PSD/PI (54)	21. Sidney Leite - PSD/AM (57)
Diego Coronel - PSD/BA (55)	22. Raimundo Santos - PSD/PA (58)
Ricardo Ayres - REPUBLICANOS/TO (21)	23. Franciane Bayer - REPUBLICANOS/RS (24,76)
Albuquerque - REPUBLICANOS/RR (22)	24. VAGO (25,77)
Aluisio Mendes - REPUBLICANOS/MA (23)	25. Rogéria Santos - REPUBLICANOS/BA (26)
Marcos Tavares - PDT/RJ	26. Flávia Moraes - PDT/GO (15)
Geraldo Resende - PSDB/MS (37)	27. Lêda Borges - PSDB/GO (38)
Felipe Carreras - PSB/PE (73)	28. Gervásio Maia - PSB/PB (75)
Romero Rodrigues - PODEMOS/PB (13)	29. Nely Aquino - PODEMOS/MG (14)
PSOL, REDE	
Túlio Gadêlha - REDE/PE (27)	1. Talíria Petrone - PSOL/RJ (28)
SOLIDARIEDADE (79)	
Weliton Prado - MG (7)	1. Aureo Ribeiro - RJ (8)

Notas:

- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Henrique Gaguim, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 81](#))
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado José Nelto, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 81](#))
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Luiz Carlos Busato, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 81](#))
- 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Fausto Santos Jr., conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 81](#))
- 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Felipe Francischini, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 81](#))
- 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Marcelo Freitas, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 81](#))
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Weliton Prado, conforme Ofício 9/2025 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 10/04/2025, p. 82](#))
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Aureo Ribeiro, conforme Ofício 9/2025 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 10/04/2025, p. 82](#))
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Efraim Filho, conforme Ofício 29/2025 do Bloco Democracia no Senado Federal. ([DCN de 10/04/2025, p. 85](#))
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Carlos Viana, conforme Ofício 29/2025 do Bloco Democracia no Senado Federal. ([DCN de 10/04/2025, p. 85](#))

11. 08/04/2025: Designada como suplente a Senadora Dorinha Seabra, conforme Ofício 29/2025 do Bloco Democracia no Senado Federal. ([DCN de 10/04/2025, p. 85](#))
12. 08/04/2025: Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício 29/2025 do Bloco Democracia no Senado Federal. ([DCN de 10/04/2025, p. 85](#))
13. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício 30/2025 da Liderança do Podemos. ([DCN de 10/04/2025, p. 86](#))
14. 08/04/2025: Designada como suplente a Deputada Nely Aquino, conforme Ofício 30/2025 da Liderança do Podemos. ([DCN de 10/04/2025, p. 86](#))
15. 08/04/2025: Designada como suplente a Deputada Flávia Moraes, conforme Ofício 31/2025 da Liderança do PDT. ([DCN de 10/04/2025, p. 87](#); [DCN de 10/04/2025, p. 87](#))
16. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício 44/2025 do MDB. ([DCN de 10/04/2025, p. 90](#))
17. 08/04/2025: Designada como titular a Senadora Ana Paula Lobato, conforme Ofício 48/2025 do Bloco Pelo Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 92](#))
18. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Beto Faro, conforme Ofício 48/2025 do Bloco Pelo Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 92](#))
19. 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Weverton, conforme Ofício 48/2025 do Bloco Pelo Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 92](#))
20. 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício 48/2025 do Bloco Pelo Brasil. ([DCN de 10/04/2025, p. 92](#))
21. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Ayres, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 10/04/2025, p. 93](#))
22. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Albuquerque, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 10/04/2025, p. 93](#))
23. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Aluísio Mendes, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 10/04/2025, p. 93](#))
24. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Wilson Santiago, conforme Ofício 62/2025 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 17/04/2025, p. 27](#))
25. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Gilvan Máximo, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 10/04/2025, p. 93](#))
26. 08/04/2025: Designada como suplente a Deputada Rogéria Santos, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 10/04/2025, p. 93](#))
27. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Túlio Gadêlha, conforme Ofício 63/2025 da Federação PSOL-REDE. ([DCN de 10/04/2025, p. 96](#))
28. 08/04/2025: Designada como suplente a Deputada Talíria Petrone, conforme Ofício 63/2025 da Federação PSOL-REDE. ([DCN de 10/04/2025, p. 96](#))
29. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Acácio Favacho, conforme Ofício 84/2025 da Liderança do MDB. ([DCN de 10/04/2025, p. 97](#))
30. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme Ofício 84/2025 da Liderança do MDB. ([DCN de 10/04/2025, p. 97](#))
31. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado João Cury, conforme Ofício 84/2025 da Liderança do MDB. ([DCN de 10/04/2025, p. 97](#))
32. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício 84/2025 da Liderança do MDB. ([DCN de 10/04/2025, p. 97](#))
33. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes, conforme Ofício 32/2025 do Bloco Vanguarda. ([DCN de 10/04/2025, p. 89](#))
34. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Wilder Moraes, conforme Ofício 32/2025 do Bloco Vanguarda. ([DCN de 10/04/2025, p. 89](#))
35. 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Flávio Bolsonaro, conforme Ofício 32/2025 do Bloco Vanguarda. ([DCN de 10/04/2025, p. 89](#))
36. 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Izalci Lucas, conforme Ofício 32/2025 do Bloco Vanguarda. ([DCN de 10/04/2025, p. 89](#))
37. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Resende, conforme Ofício 100/2025 da Federação PSDB-CIDADANIA. ([DCN de 10/04/2025, p. 99](#))
38. 09/04/2025: Designada como suplente a Deputada Lêda Borges, conforme Ofício 100/2025 da Federação PSDB-CIDADANIA. ([DCN de 10/04/2025, p. 99](#))
39. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Pinheirinho, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 10/04/2025, p. 91](#))
40. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Tião Medeiros, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 10/04/2025, p. 91](#))
41. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Julio Lopes, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 10/04/2025, p. 91](#))
42. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado Bebeto, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 10/04/2025, p. 91](#))
43. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado Vicentinho Júnior, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 10/04/2025, p. 91](#))
44. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado João Leão, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 10/04/2025, p. 91](#))
45. 09/04/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício 19/2025 do Bloco Resistência Democrática. ([DCN de 10/04/2025, p. 83](#))
46. 09/04/2025: Designado como titular o Senador Irajá, conforme Ofício 19/2025 do Bloco Resistência Democrática. ([DCN de 10/04/2025, p. 83](#))
47. 09/04/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, conforme Ofício 19/2025 do Bloco Resistência Democrática. ([DCN de 10/04/2025, p. 83](#))
48. 09/04/2025: Designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, conforme Ofício 20/2025 do Bloco Resistência Democrática. ([DCN de 10/04/2025, p. 84](#))
49. 09/04/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício 20/2025 do Bloco Resistência Democrática. ([DCN de 10/04/2025, p. 84](#))
50. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição ao Deputado Pinheirinho, conforme Ofício 49/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 10/04/2025, p. 71](#))
51. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado Pinheirinho, conforme Ofício 49/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 10/04/2025, p. 71](#))
52. 03/07/2025: Designado como suplente o Senador Pedro Chaves, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, conforme Ofício 47/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
53. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Júlio César, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD. ([DCN de 17/04/2025, p. 24](#))
54. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Castro Neto, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD. ([DCN de 17/04/2025, p. 24](#))
55. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Diego Coronel, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD. ([DCN de 17/04/2025, p. 24](#))
56. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Paulo Magalhães, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD. ([DCN de 17/04/2025, p. 24](#))
57. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Sidney Leite, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD. ([DCN de 17/04/2025, p. 24](#))
58. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Raimundo Santos, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD. ([DCN de 17/04/2025, p. 24](#))
59. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Tião Medeiros, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 17/04/2025, p. 26](#))
60. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Tião Medeiros, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 17/04/2025, p. 26](#))
61. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Capitão Augusto, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
62. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Junior Lourenço, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
63. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
64. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Junio Amaral, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
65. 10/04/2025: Designada como titular a Deputada Rosângela Reis, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
66. 10/04/2025: Designada como suplente a Deputada Soraya Santos, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
67. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Icaro de Valmir, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
68. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Miguel Lombardi, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
69. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Jefferson Campos, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
70. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Carlos Motta, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 28](#))
71. 10/04/2025: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício 16/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança. ([DCN de 17/04/2025, p. 32](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



72. 10/04/2025: Designado como suplente o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício 16/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança. ([DCN de 17/04/2025, p. 32](#))
73. 15/04/2025: Designado como titular o Deputado Felipe Carreras, conforme Ofício 225/2025 da Liderança do PSB. ([DCN de 17/04/2025, p. 31](#))
74. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Emanuel Pinheiro Neto, conforme Ofício nº 120/2025 da Liderança do MDB - CD. ([DCN de 01/05/2025, p. 30](#))
75. 05/05/2025: Designado como suplente o Deputado Gervásio Maia, conforme Ofício nº 238/2025 da Liderança do PSB - CD. ([DCN de 08/05/2025, p. 8](#))
76. 05/05/2025: Designada como suplente a Deputada Franciane Bayer, em substituição ao Deputado Wilson Santiago, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança do Republicanos - CD. ([DCN de 08/05/2025, p. 9](#))
77. 31/07/2025: Desligado o Deputado Gilvan Máximo, em decorrência do encerramento de seu exercício a partir de decisão judicial.
78. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
79. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
80. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
81. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
82. 10/04/2025: Designada como titular a Deputada Dilvanda Faro, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
83. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Rubens Pereira Júnior, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
84. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Aliel Machado, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
85. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Marcon, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
86. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Joseildo Ramos, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
87. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Jorge Solla, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
88. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Alencar Santana, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
89. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Dr. Francisco, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
90. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Danilo Forte, em substituição ao Deputado José Nelto, conforme Ofício nº 46/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
91. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado José Nelto, em substituição ao Deputado Danilo Forte, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do União Brasil - CD.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): 3216-6893

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Anexo II (Anexo Luís Magalhães) - Ala C Sala 12 - Térreo - Câmara dos Deputados



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSD	Senadora Eliziane Gama (PSD / MA)
PODEMOS	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS / MS)
PDT	Senador Weverton (PDT / MA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PL	Deputado Miguel Lombardi (PL)
PL	Deputada Rosângela Reis (PL)
MDB	Deputado Acácio Favacho (MDB)
REPUBLICANOS	Deputada Rogéria Santos (REPUBLICANOS)
PSD	Deputado Sidney Leite (PSD)
PT	Deputado Rubens Pereira Júnior (PT)
PP	Deputado João Leão (PP)

Notas:

- 03/07/2025: Designada como membro a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designada como membro a Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designado como membro o Senador Weverton, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Miguel Lombardi, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designada como membro a Deputada Rosângela Reis, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Acácio Favacho, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designada como membro a Deputada Rogéria Santos, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Sidney Leite, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Rubens Pereira Júnior, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.
- 03/07/2025: Designado como membro o Deputado João Leão, conforme Ofício 92/2025 da Presidência da CMO.

Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSD	Senador Irajá (PSD / TO)
PT	Senador Beto Faro (PT / PA)
UNIÃO	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
UNIÃO	Deputado Fausto Jr. (UNIÃO)
PODEMOS	Deputado Romero Rodrigues (PODEMOS)
PT	Deputada Dilvanda Faro (PT)
PSB	Deputado Felipe Carreras (PSB)
PL	Deputado Capitão Augusto (PL)
PP	Deputado Vicentinho Júnior (PP)
MDB	Deputado Rafael Brito (MDB)

Notas:

- 03/07/2025: Designado como membro o Senador Irajá, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



- 2. 03/07/2025: Designado como membro o Senador Beto Faro, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.
- 3. 03/07/2025: Designada como membro a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.
- 4. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Fausto Santos Jr., conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.
- 5. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.
- 6. 03/07/2025: Designada como membro a Deputada Dilvanda Faro, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.
- 7. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Felipe Carreras, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.
- 8. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Capitão Augusto, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.
- 9. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Vicentinho Júnior, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.
- 10. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício 90/2025 da Presidência da CMO.

Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Junio Amaral (PL-MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PL	Senador Flávio Bolsonaro (PL / RJ)
PP	Senador Esperidião Amin (PP / SC)
PODEMOS	Senador Carlos Viana (PODEMOS / MG)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PL	Deputado Junio Amaral (PL)
UNIÃO	Deputado Luiz Carlos Busato (UNIÃO)
PT	Deputado Carlos Zarattini (PT)
REDE	Deputado Túlio Gadêlha (REDE)
PSDB	Deputada Lêda Borges (PSDB)
PSD	Deputado Júlio Cesar (PSD)
REPUBLICANOS	Deputado Ricardo Ayres (REPUBLICANOS)

Notas:

- 1. 03/07/2025: Designado como membro o Senador Flávio Bolsonaro, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 2. 03/07/2025: Designado como membro o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 3. 03/07/2025: Designado como membro o Senador Carlos Viana, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 4. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Junio Amaral, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 5. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Luiz Carlos Busato, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 6. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 7. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Túlio Gadêlha, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 8. 03/07/2025: Designada como membro a Deputada Lêda Borges, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 9. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Júlio Cesar, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.
- 10. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Ricardo Ayres, conforme Ofício 91/2025 da Presidência da CMO.

Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO-TO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador Cid Gomes (PSB / CE)
PL	Senador Izalci Lucas (PL / DF)
MDB	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB / PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
UNIÃO	Deputado Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO)
PL	Deputado João Carlos Bacelar (PL)
PT	Deputado Bohn Gass (PT)



Bloco / Partido	Membros
PDT	Deputada Flávia Moraes (PDT)
PP	Deputado Julio Lopes (PP)
MDB	Deputado João Cury (MDB)
PSD	Deputado Castro Neto (PSD)

Notas:

- 1. 03/07/2025: Designado como membro o Senador Cid Gomes, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 2. 03/07/2025: Designado como membro o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 3. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado João Carlos Bacelar, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 4. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 5. 03/07/2025: Designada como membro a Deputada Flávia Moraes, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 6. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Julio Lopes, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 7. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado João Cury, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 8. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Castro Neto, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 9. 03/07/2025: Designado como membro o Senador Izalci Lucas, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.
- 10. 03/07/2025: Designado como membro o Deputado Carlos Henrique Gaguim, conforme Ofício 93/2025 da Presidência da CMO.



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Filipe Barros (PL-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

Instalação: 19/03/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Filipe Barros (PL/PR) (13)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) (8)
Líder da Maioria Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) (11,15)	Líder da Maioria Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) (9)
Líder da Minoria Deputada Caroline de Toni (PL/SC) (10)	Líder da Minoria Senador Ciro Nogueira (PP/PI) (12)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado General Girão (PL/RN) (1,16)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) (5,17)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Mário Negromonte Jr. (PP/BA) (6)	Senador indicado pela Liderança da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM) (3)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP) (4,7,14)	Senador indicado pela Liderança da Minoria Senador Esperidião Amin (PP/SC) (2)

- Notas:**
- 1. 13.04.2023: Deputado Carlos Zarattini foi eleito, nos termos da alínea ?e?, inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).
 - 2. 20/04/2023: Designação do Senador Esperidião Amin. (Ofício 1/2023 da Liderança da Minoria no Senado Federal)
 - 3. 20/04/2023: Designado o Senador Eduardo Braga como indicado do Bloco da Maioria. (Ofício nº 4/2023 - GLDMAI, da Liderança da Maioria no Senado Federal).
 - 4. 02/05/2023: Designação do Deputado Delegado Ramagem como indicado da Minoria na Câmara dos Deputados (Ofício nº 8/2023 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados).
 - 5. 22/05/2023: Eleito o Senador Cid Gomes, nos termos da alínea 'f', inciso III, do art. 7º da Resolução n. 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (Ofício 21/2023-CRE).
 - 6. 12/09/2023: Designado o Deputado Mário Negromonte Jr. conforme Ofício nº 7/2023 da Liderança da Maioria na Câmara dos Deputados.
 - 7. 26/06/2024: Designado o Deputado Marcos Pollon, conforme Ofício nº 49/2024 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados. ([DCN de 27/06/2024, p. 17](#))
 - 8. 19/02/2025: Senador Nelsinho Trad eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
 - 9. 19/02/2025: Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria no Senado Federal (Ofício 24/2025/GLMDB).
 - 10. 19/02/2025: Deputada Caroline de Toni foi designada Líder da Minoria na Câmara dos Deputados.
 - 11. 19/02/2025: Deputado André Figueiredo foi designado Líder da Maioria na Câmara dos Deputados.
 - 12. 19/02/2025: Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria no Senado Federal.
 - 13. 19/03/2025: Deputado Filipe Barros eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.
 - 14. 01/04/2025: Designado o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança em substituição ao Deputado Marcos Pollon, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados. ([DCN de 03/04/2025, p. 10](#))
 - 15. 08/04/2025: Designado como membro o Deputado Arlindo Chinaglia, Líder da Maioria na Câmara dos Deputados.
 - 16. 09/04/2025: Deputado General Girão eleito, nos termos da alínea ?e?, inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).
 - 17. 08/07/2025: Eleito o Senador Hamilton Mourão, nos termos do art. 7º da Resolução n. 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (Ofício 87/2025-CRE).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Designação: 02/06/2023

Instalação: 28/06/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Ricardo Moreira Maia

Telefone(s): 33034256

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 21/09/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira**Telefone(s):** 6133034256**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 30/08/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMPV 1296/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1296, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1296, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Samuel Viana (REPUBLICANOS-MG)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Zenaide Maia (PSD-RN)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 23/04/2025

Instalação: 02/07/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Fernando Dueire - MDB/PE (1,34)	1. Alessandro Vieira - MDB/SE (5,36)
Ivete da Silveira - MDB/SC (2,35)	2. Giordano - MDB/SP (6,32)
Marcio Bittar - PL/AC (3,52)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (53)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Zenaide Maia - PSD/RN (8,56)	1. VAGO
Nelsinho Trad - PSD/MS (9,58)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (10)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ (12)	1. Izalci Lucas - PL/DF (14)
Jorge Seif - PL/SC (13)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (15)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Weverton - PDT/MA (16,41)	1. Paulo Paim - PT/RS (18,43)
Randolfe Rodrigues - PT/AP (17,42)	2. Rogério Carvalho - PT/SE (44)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (19,40)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (21,38)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (20,39)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (37)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD. (62)	
Delegado Paulo Bilynskyj - PL/SP (22,54)	1. VAGO
Helio Lopes - PL/RJ (55)	2. VAGO
Dani Cunha - UNIÃO/RJ (23,46)	5. VAGO (45,47)
Nicoletti - UNIÃO/RR (48)	6. VAGO
João Maia - PP/RN (24,50)	7. Mersinho Lucena - PP/PB (51)
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (25)	8. VAGO
Laura Carneiro - PSD/RJ (26,49)	9. VAGO
Samuel Viana - REPUBLICANOS/MG (27,33)	10. Silas Câmara - REPUBLICANOS/AM (57,59,60)
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP (28)	11. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA (29)	12. VAGO
PCdoB, PT, PV (62)	
Reimont - PT/RJ (63,64,65)	1. Carlos Zarattini - PT/SP (68)
Lenir de Assis - PT/PR (66,67)	2. Bohn Gass - PT/RS (69)
PSOL, REDE (61)	
Talíria Petrone - PSOL/RJ (30)	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS (31)

Notas:

1. 23/04/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 23/04/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 23/04/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 23/04/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 23/04/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 23/04/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 23/04/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 23/04/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 23/04/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 23/04/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 23/04/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 23/04/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 23/04/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 23/04/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 23/04/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 23/04/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 23/04/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 23/04/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 23/04/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 23/04/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 23/04/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 23/04/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 23/04/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 23/04/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 23/04/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 23/04/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 23/04/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 23/04/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 23/04/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 23/04/2025: Designada a Deputada Talíria Petrone, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 23/04/2025: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Giordano, conforme o Ofício 15/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF. ([DCN de 01/05/2025, p. 21](#))
33. 02/07/2025: Designado como titular o Deputado Samuel Viana, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 81/2025 da Liderança do Republicanos - CD).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



34. 24/04/2025: Designado como titular o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Eduardo Braga, conforme Ofício 15/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF. ([DCN de 01/05/2025, p. 21](#))
35. 24/04/2025: Designada como titular a Senadora Ivete da Silveira, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício 15/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF. ([DCN de 01/05/2025, p. 21](#))
36. 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição ao Senador Confúcio Moura, conforme Ofício 15/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF. ([DCN de 01/05/2025, p. 21](#))
37. 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 01/05/2025, p. 24](#))
38. 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Laércio Oliveira, em substituição ao Senador Esperidião Amin (Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 01/05/2025, p. 24](#))
39. 24/04/2025: Designada como titular a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 01/05/2025, p. 24](#))
40. 24/04/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran, em substituição a Senadora Tereza Cristina (Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 01/05/2025, p. 24](#))
41. 07/05/2025: Designado como titular o Senador Weverton em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF. ([DCN de 08/05/2025, p. 10](#))
42. 07/05/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues em substituição ao Senador Weverton, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF. ([DCN de 08/05/2025, p. 10](#))
43. 07/05/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF. ([DCN de 08/05/2025, p. 10](#))
44. 07/05/2025: Designado como suplente o Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF. ([DCN de 08/05/2025, p. 10](#))
45. 14/05/2025: Designado como suplente o Deputado Nicoletti, conforme Ofício nº 23/2025 da Liderança do União Brasil - CD. ([DCN de 15/05/2025, p. 31](#))
46. 15/05/2025: Designada como titular a Deputada Dani Cunha, conforme Ofício nº 23/2025 da Liderança do Bloco União - CD. ([DCN de 15/05/2025, p. 31](#))
47. 15/05/2025: O Deputado Nicoletti passa a integrar a Comissão como membro titular, conforme Ofício nº 24/2025 da Liderança do Bloco União - CD.
48. 15/05/2025: Designado como titular o Deputado Nicoletti, conforme Ofício nº 24/2025 da Liderança do Bloco União - CD. ([DCN de 22/05/2025, p. 21](#))
49. 16/05/2025: Designada como titular a Deputada Laura Carneiro, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício nº 82/2025 da Liderança do PSD - CD). ([DCN de 22/05/2025, p. 22](#))
50. 21/05/2025: Designado como titular o Deputado João Maia em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 85/2025 da Liderança do Progressistas - CD. ([DCN de 22/05/2025, p. 23](#))
51. 21/05/2025: Designado como suplente o Deputado Mersinho Lucena, conforme Ofício nº 85/2025 da Liderança do Progressistas - CD. ([DCN de 22/05/2025, p. 23](#))
52. 28/05/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Efraim Filho, conforme Ofício 27/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.
53. 28/05/2025: Designado como suplente o Senador Sergio Moro, conforme Ofício 27/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.
54. 16/06/2025: Designado como titular o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante (Ofício nº 263/2025 da Liderança do PL - CD).
55. 16/06/2025: Designado como titular o Deputado Helio Lopes, conforme Ofício nº 263/2025 da Liderança do PL - CD.
56. 17/06/2025: Designada como titular a Senadora Zenaide Maia em substituição ao Senador Omar Aziz, conforme Ofício nº 38/2025, da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
57. 24/06/2025: Designado como suplente o Deputado Samuel Viana, conforme Ofício nº 80/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
58. 02/07/2025: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
59. 02/07/2025: Designada como suplente a Deputada Ely Santos, conforme Ofício nº 83/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
60. 07/07/2025: Designado como suplente o Deputado Silas Câmara, em substituição à Deputada Ely Santos, conforme Ofício nº 84/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
61. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
62. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
63. 23/04/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
64. 11/06/2025: Designado como titular o Deputado Tadeu Veneri, conforme Ofício nº 192/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
65. 16/06/2025: Designado como titular o Deputado Reimont, em substituição ao Deputado Tadeu Veneri (Ofício nº 198/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança- CD).
66. 11/06/2025: Designado como titular o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício nº 192/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
67. 16/06/2025: Designada como titular a Deputada Lenir de Assis, em substituição ao Deputado Bohn Gass (Ofício nº 197/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança- CD).
68. 11/06/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício nº 192/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
69. 16/06/2025: Designado como suplente o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício nº 197/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.

Secretário: Tiago Torres De Lima Brum

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1300/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1300, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1300, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Eduardo Braga (MDB-AM)
VICE-PRESIDENTE: Joaquim Passarinho (PL-PA)
RELATOR: Fernando Coelho Filho (UNIÃO-PE)
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 26/05/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (5)	1. Renan Calheiros - MDB/AL (9,32)
Fernando Farias - MDB/AL (6,31,64)	2. Fernando Dueire - MDB/PE (10,33,65)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (7)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (39)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (8)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (11)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Lucas Barreto - PSD/AP (12,57)	1. Jussara Lima - PSD/PI (51)
Sérgio Petecão - PSD/AC (13,58)	2. Irajá - PSD/TO (59)
Cid Gomes - PSB/CE (14)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Rogério Marinho - PL/RN (2)	1. Marcos Rogério - PL/RO (46)
Wellington Fagundes - PL/MT (34,45)	2. Eduardo Gomes - PL/TO (66)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Weverton - PDT/MA (16,29)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (30)
Rogério Carvalho - PT/SE (17,55,61,63)	2. Teresa Leitão - PT/PE (56)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (18,37)	1. Esperidião Amin - PP/SC (20)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (19)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (38)

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD. (67)	
João Carlos Bacelar - PL/BA (4)	1. Reinhold Stephanes - PSD/PR (41)
Joaquim Passarinho - PL/PA (40)	2. Afonso Motta - PDT/RS (60)
Fernando Coelho Filho - UNIÃO/PE (21,47)	5. Danilo Forte - UNIÃO/CE (49,73)
Geraldo Mendes - UNIÃO/PR (48)	6. Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG (50)
Marx Beltrão - PP/AL (22,42)	7. Eduardo da Fonte - PP/PE (43)
Keniston Braga - MDB/PA (23,54)	8. VAGO
Otto Alencar Filho - PSD/BA (24,52)	9. Hugo Leal - PSD/RJ (53)
Lafayette de Andrada - REPUBLICANOS/MG (25,44)	10. VAGO
Nely Aquino - PODEMOS/MG (36)	11. Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP (3,35)
Arnaldo Jardim - CIDADANIA/SP (26,62)	12. VAGO
PCdoB, PT, PV (67)	
Vander Loubet - PT/MS (68,69)	1. Carlos Zarattini - PT/SP (71)
Pedro Uczai - PT/SC (70)	2. Padre João - PT/MG (72)
SOLIDARIEDADE (1)	
Aureo Ribeiro - RJ (27)	1. Weliton Prado - MG (28)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. 22/05/2025: Designado como titular o Senador Rogerio Marinho, conforme Ofício 52/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF. ([DCN de 29/05/2025, p. 12](#))
3. 22/05/2025: Designada como suplente a Deputada Nely Aquino, conforme Ofício 57/2025 da Liderança do Podemos - CD. ([DCN de 29/05/2025, p. 11](#))
4. 26/05/2025: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, conforme Ofício 228/2025 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 29/05/2025, p. 13](#))
5. 26/05/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 26/05/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 26/05/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 26/05/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 26/05/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 26/05/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 26/05/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 26/05/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 26/05/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 26/05/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 26/05/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 26/05/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 26/05/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 26/05/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 26/05/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 26/05/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 26/05/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 26/05/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 26/05/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 26/05/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 26/05/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 26/05/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 26/05/2025: Designado o Deputado Aureo Ribeiro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 26/05/2025: Designado o Deputado Weliton Prado, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 30/06/2025: Designado como titular o Senador Weverton, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
30. 30/06/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
31. 01/07/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício 39/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
32. 01/07/2025: Designado como suplente o Senador Renan Calheiros, em substituição ao Senador Confúcio Moura, conforme Ofício 39/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
33. 01/07/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Farias, em substituição ao Senador Giordano, conforme Ofício 39/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
34. 27/05/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 54/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF. ([DCN de 29/05/2025, p. 14](#))
35. 27/05/2025: Designado como suplente o Deputado Rodrigo Gambale, em substituição a Deputada Nely Aquino (Ofício nº 59/2025 da Liderança do Podemos - CD). ([DCN de 29/05/2025, p. 15](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



36. 27/05/2025: Designada como titular a Deputada Nely Aquino, conforme Ofício nº 59/2025 da Liderança do Podemos - CD. ([DCN de 29/05/2025, p. 15](#))
37. 28/05/2025: Designado o Senador Laércio Oliveira em substituição à Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício 24/2025 do Bloco Parlamentar Aliança- SF. ([DCN de 29/05/2025, p. 16](#))
38. 28/05/2025: Designado o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício 24/2025 do Bloco Parlamentar Aliança- SF. ([DCN de 29/05/2025, p. 16](#))
39. 28/05/2025: Designada como suplente a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
40. 28/05/2025: Designado como titular o Deputado Joaquim Passarinho, conforme Ofício nº 236/2025 da Liderança do PL- CD.
41. 28/05/2025: Designado como suplente o Deputado Reinhold Stephanes, conforme Ofícios nº 236 e 245/2025 da Liderança do PL- CD, ratificado pelo Ofício 96/2025 da Liderança do PSD - CD.
42. 06/06/2025: Designado como titular o Deputado Marx Beltrão, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 95/2025 da Liderança PP - CD.
43. 06/06/2025: Designado como suplente o Deputado Eduardo da Fonte, conforme Ofício nº 95/2025 da Liderança PP - CD.
44. 06/06/2025: Designado como titular o Deputado Lafayette de Andrada em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 65/2025 da Liderança do Republicanos - CD). ([DCN de 12/06/2025, p. 39](#))
45. 12/06/2025: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 58/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
46. 12/06/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 58/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
47. 17/06/2025: Designado como titular o Deputado Fernando Coelho Filho, em substituição ao Deputado Pedro Lucas Fernandes, conforme Ofício nº 33/2025 da União Brasil - CD.
48. 17/06/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Mendes, conforme Ofício nº 33/2025 da União Brasil - CD.
49. 17/06/2025: Designado como suplente o Deputado Marangoni, conforme Ofício nº 33/2025 da União Brasil - CD.
50. 17/06/2025: Designado como suplente o Deputado Rodrigo de Castro, conforme Ofício nº 33/2025 da União Brasil - CD.
51. 17/06/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 39/2025 da Liderança Resistência Democrática - SF.
52. 18/06/2025: Designado o Deputado Otto Alencar Filho, conforme Of. 103/2025 - PSD CD.
53. 18/06/2025: Designado o Deputado Hugo Leal, conforme Of. 103/2025 - PSD CD.
54. 23/06/2025: Designado como titular o Deputado Keniston Braga, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme Ofício nº 174/2025 da Liderança do MDB - CD.
55. 30/06/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Weverton, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
56. 30/06/2025: Designada como suplente a Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
57. 02/07/2025: Designado como titular o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
58. 02/07/2025: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
59. 02/07/2025: Designado como titular o Senador Irajá, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
60. 03/07/2025: Designado como suplente o Deputado Afonso Motta, conforme Ofício nº 285/2025 da Liderança do PL - CD, ratificado pelo ofício S/N da Liderança do PDT - CD (CD254633130100).
61. 03/07/2025: Designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 9/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
62. 04/08/2025: Designado como titular o Deputado Arnaldo Jardim, em substituição ao Deputado Adolfo Viana, conforme Ofício nº 159/2025 da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
63. 12/08/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
64. 26/08/2025: Designado como titular o Senador Fernando Farias, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício 55/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
65. 26/08/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Fernando Farias, conforme Ofício 55/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
66. 28/08/2025: Designado como suplente o Senador Eduardo Gomes, conforme Ofício nº 79/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
67. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
68. 26/05/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
69. 14/07/2025: Designado como titular o Deputado Vander Loubet, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
70. 14/07/2025: Designado como titular o Deputado Pedro Uczai, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
71. 14/07/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
72. 14/07/2025: Designado como suplente o Deputado Padre João, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
73. 03/09/2025: Designado como suplente o Deputado Danilo Forte, em substituição ao Deputado Marangoni, conforme Ofício nº 40/2025 da Liderança União Brasil - CD.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): 6133034256

E-mail: cocom@senado.leg.br



CMMPV 1301/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1301, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1301, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Yury do Paredão (MDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Humberto Costa (PT-PE)
RELATOR: Otto Alencar (PSD-BA)
RELATOR REVISOR: Duarte Jr. (PSB-MA)

Designação: 09/06/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Marcelo Castro - MDB/PI (7,37)	1. Fernando Dueire - MDB/PE (9,38)
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (8,56)	2. Giordano - MDB/SP (10)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (11)	3. Alan Rick - UNIÃO/AC (57)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (12)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Nelsinho Trad - PSD/MS (14,48)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (58)
Otto Alencar - PSD/BA (15,33,52)	2. Zenaide Maia - PSD/RN (59)
Jorge Kajuru - PSB/GO (16,49)	3. Cid Gomes - PSB/CE (17,50)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (18,53)	1. Jorge Seif - PL/SC (20)
Dra. Eudócia - PL/AL (19,60)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (21)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Leila Barros - PDT/DF (22,34)	1. Weverton - PDT/MA (23,36)
Humberto Costa - PT/PE (24,35)	2. Rogério Carvalho - PT/SE (54)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (5)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (6)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (39)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (40)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA (66)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Zé Vitor - PL/MG ^(25,46)	1. VAGO
Luiz Carlos Motta - PL/SP ⁽⁵⁵⁾	2. VAGO
Cristiane Lopes - UNIÃO/RO ^(26,42)	5. Duarte Jr. - PSB/MA ⁽⁴¹⁾
Doutor Luizinho - PP/RJ ⁽³⁾	6. Pedro Westphalen - PP/RS ⁽⁴⁾
Yury do Paredão - MDB/CE ^(27,45)	7. VAGO
Dr. Ismael Alexandrino - PSD/GO ^(28,62)	8. Antonio Brito - PSD/BA ⁽⁶³⁾
Ronaldo Nogueira - REPUBLICANOS/RS ⁽²⁾	9. Ricardo Ayres - REPUBLICANOS/TO ⁽⁴⁷⁾
Romero Rodrigues - PODEMOS/PB ^(29,51)	10. VAGO
Geraldo Resende - PSDB/MS ^(30,64)	11. Lêda Borges - PSDB/GO ⁽⁶⁵⁾
PCdoB, PT, PV ⁽⁶⁶⁾	
Ana Pimentel - PT/MG ^(67,68,69,70)	1. Dr. Francisco - PT/PI ⁽⁷²⁾
Jorge Solla - PT/BA ⁽⁷¹⁾	2. Bohn Gass - PT/RS ⁽⁷³⁾
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Weliton Prado - SOLIDARIEDADE/MG ^(31,61)	1. VAGO
NOVO ⁽¹⁾	
Luiz Lima - RJ ^(32,43)	1. Adriana Ventura - SP ⁽⁴⁴⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. 09/06/2025: Designado como titular o Deputado Ronaldo Nogueira, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
3. 09/06/2025: Designado como titular o Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 97/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
4. 09/06/2025: Designado como suplente o Deputado Pedro Westphalen, conforme Ofício nº 97/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
5. 09/06/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran, conforme Ofício nº 25/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
6. 09/06/2025: Designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 25/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
7. 09/06/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 09/06/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 09/06/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 09/06/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 09/06/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 09/06/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 09/06/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 09/06/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 09/06/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 09/06/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 09/06/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 09/06/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 09/06/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 09/06/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 09/06/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 09/06/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 09/06/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 09/06/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 09/06/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 09/06/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 09/06/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 09/06/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 09/06/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 09/06/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 09/06/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 09/06/2025: Designado o Deputado Marcel Van Hattem, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 24/06/2025: Permanece como titular o Senador Angelo Coronel, conforme o Ofício nº 40/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
34. 30/06/2025: Designada como titular a Senadora Leila Barros, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
35. 30/06/2025: Designado como titular o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Weverton, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
36. 30/06/2025: Designado como suplente o Senador Weverton, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
37. 01/07/2025: Designado como titular o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Eduardo Braga, conforme Ofício 40/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
38. 01/07/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Confúcio Moura, conforme Ofício 40/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
39. 11/06/2025: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 26/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



40. 11/06/2025: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 26/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
41. 11/06/2025: Designado como suplente o Deputado Duarte Jr., conforme Ofício nº 31-L/2025 da Liderança do União Brasil - CD e Ofício 243/2025 da Liderança do PSB - CD.
42. 11/06/2025: Designada como titular a Deputada Cristiane Lopes, em substituição ao Deputado Pedro Lucas Fernandes, conforme Ofício nº 31-L/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
43. 12/06/2025: Designado como titular o Deputado Luiz Lima, em substituição ao Deputado Marcel Van Hattem (Ofício nº 11/2025 da Liderança do Novo - CD).
44. 12/06/2025: Designada como suplente a Deputada Adriana Ventura, conforme Ofício nº 11/2025 da Liderança do Novo - CD.
45. 23/06/2025: Designado como titular o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (Ofício nº 172/2025 da Liderança do MDB - CD).
46. 24/06/2025: Designado como titular o Deputado Zé Vitor, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante (Ofício nº 271/2025 da Liderança do PL - CD).
47. 24/06/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Ayres, conforme Ofício nº 79/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
48. 24/06/2025: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 40/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
49. 24/06/2025: Designado como titular o Senador Jorge Kajuru, em substituição ao Senador Cid Gomes (Ofício nº 40/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
50. 24/06/2025: Designado como suplente o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Jorge Kajuru (Ofício nº 40/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
51. 25/06/2025: Designado como titular o Deputado Romero Rodrigues, em substituição ao Deputado Rodrigo Gambale (Ofício nº 67/2025 da Liderança do Podemos - CD).
52. 25/06/2025: Designado como titular o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício nº 42/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
53. 27/06/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Gomes, em substituição ao Senador Carlos Portinho, conforme Ofício nº 61/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
54. 30/06/2025: Designado como suplente o Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
55. 01/07/2025: Designado como titular o Deputado Luiz Carlos Motta, conforme Ofício nº 278/2025 da Liderança do PL - CD.
56. 01/07/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício 40/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
57. 01/07/2025: Designado como suplente o Senador Alan Rick, conforme Ofício 41/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
58. 02/07/2025: Designado como suplente o Senador Sérgio Petecão, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
59. 02/07/2025: Designada como suplente a Senadora Zenaide Maia, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
60. 07/07/2025: Designada como titular a Senadora Dra. Eudócia, em substituição ao Senador Izalci Lucas, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
61. 06/08/2025: Designado como titular o Deputado Weliton Prado, em substituição ao Deputado Neto Carletto (Ofício nº 65/2025 da Liderança do AVANTE - CD).
62. 08/08/2025: Designado como titular o Deputado Dr. Ismael Alexandrino, em substituição ao Deputado Antônio Brito (Ofício nº 126/2025 da Liderança do PSD - CD).
63. 08/08/2025: Designado como suplente o Deputado Antonio Brito, conforme Ofício nº 126/2025 da Liderança do PSD - CD.
64. 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Resende, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (Ofício nº 175/2025 da Liderança do PSDB/CIDADANIA - CD).
65. 19/08/2025: Designada como suplente a Deputada Lêda Borges, conforme o Ofício nº 174/2025 da Liderança do PSDB/CIDADANIA - CD.
66. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
67. 09/06/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
68. 23/06/2025: Designada como titular a Deputada Ana Pimentel, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias (Ofício nº 201/2025 da Liderança do FeBrasil - CD).
69. 05/08/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício nº 226/2025 da Liderança da FeBrasil - CD).
70. 12/08/2025: Designada como titular a Deputada Ana Pimentel, em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (Ofício nº 235/2025 da Liderança da FeBrasil - CD).
71. 24/06/2025: Designado como titular o Deputado Jorge Solla, conforme Ofício nº 202/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
72. 24/06/2025: Designado como suplente o Deputado Dr. Francisco, conforme Ofício nº 202/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
73. 14/07/2025: Designado como suplente o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.

Secretário: Ricardo Moreira Maia

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



CMMPV 1303/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1303, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1303, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Renan Calheiros (MDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Carlos Zarattini (PT-SP)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 16/06/2025

Instalação: 15/07/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1,47)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (5,36)
Renan Calheiros - MDB/AL (2,44,61)	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (6,45,48,60)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (7,51,52)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (4,67)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Randolfe Rodrigues - PT/AP (9,84,86)	1. VAGO (35)
Angelo Coronel - PSD/BA (10)	2. Alessandro Vieira - MDB/SE (62)
Chico Rodrigues - PSB/RR (11,71)	3. Cid Gomes - PSB/CE (12,72)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT (13,49)	1. Jorge Seif - PL/SC (15)
Izalci Lucas - PL/DF (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Rogério Carvalho - PT/SE (17,53,68)	1. Augusta Brito - PT/CE (19,37,85,93)
Weverton - PDT/MA (18)	2. Teresa Leitão - PT/PE (50)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS (20)	1. Ciro Nogueira - PP/PI (22)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (21)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (23)

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA ⁽⁷³⁾	
Rodrigo da Zaeli - PL/MT ^(24,58,88,92,95)	1. Icaro de Valmir - PL/SE ⁽⁵⁶⁾
Sóstenes Cavalcante - PL/RJ ^(55,89,91,94)	2. João Carlos Bacelar - PL/BA ⁽⁵⁷⁾
Marangoni - UNIÃO/SP ^(25,63)	5. Dani Cunha - UNIÃO/RJ ⁽⁶⁴⁾
Pedro Lupion - PP/PR ^(26,41)	6. Átila Lira - PP/PI ⁽⁶⁹⁾
Henderson Pinto - MDB/PA ^(27,43)	7. Andreia Siqueira - MDB/PA ⁽⁴⁶⁾
Átila Lins - PSD/AM ^(28,54)	8. Sidney Leite - PSD/AM ⁽⁶⁵⁾
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG ⁽²⁹⁾	9. Silas Câmara - REPUBLICANOS/AM ⁽⁴²⁾
Raimundo Costa - PODEMOS/BA ^(30,66)	10. Romero Rodrigues - PODEMOS/PB ⁽⁵⁹⁾
Beto Pereira - PSDB/MS ^(31,40)	11. Dagoberto Nogueira - PSDB/MS ^(87,96)
PCdoB, PT, PV ⁽⁷³⁾	
Carlos Zarattini - PT/SP ^(75,76)	1. Rogério Correia - PT/MG ^(78,79)
Zé Neto - PT/BA ⁽⁷⁷⁾	2. Pedro Uczai - PT/SC ^(80,81)
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ ^(32,38,82)	1. Dorinaldo Malafaia - PDT/AP ^(83,90)
PSOL, REDE ⁽⁷⁴⁾	
Talíria Petrone - PSOL/RJ ⁽³³⁾	1. Túlio Gadêlha - REDE/PE ^(34,39,70)

Notas:

- 16/06/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 27/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 16/06/2025: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 27/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 16/06/2025: Designado como suplente o Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício nº 27/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 16/06/2025: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 27/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designada a Deputada Talíria Petrone, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/06/2025: Designada como suplente a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 37/2025 da Liderança da Resistência Democrática - SF.
- 23/06/2025: Permanece como suplente o Senador Confúcio Moura, conforme Ofício nº 36/2025 do Bloco Democracia - SF.
- 30/06/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 06/08/2025: O Deputado Neto Carletto deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 66/2025 do Avante - CD.
- 12/08/2025: A Deputada Fernanda Melchionna deixa de fazer parte da Comissão, conforme Ofício 172/2025 da Liderança da Federação PSOL-Rede - CD.



40. 29/09/2025: Designado como titular o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Adolfo Viana, conforme Ofício 226/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
41. 07/10/2025: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 143/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
42. 17/06/2025: Designado como suplente o Deputado Silas Câmara, conforme Ofício 76/2025 da Liderança Republicanos - CD.
43. 23/06/2025: Designado como titular o Deputado Henderson Pinto, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme Ofício nº 171/2025 da Liderança do MDB - CD.
44. 23/06/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício nº 36/2025 do Bloco Democracia - SF.
45. 23/06/2025: Designado como suplente o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Giordano, conforme Ofício nº 36/2025 do Bloco Democracia - SF.
46. 23/06/2025: Designada como suplente a Deputada Andreia Siqueira, conforme Ofício nº 173/2025 da Liderança do MDB - CD.
47. 23/06/2025: Permanece como titular o Senador Eduardo Braga, conforme Ofício nº 36/2025 do Bloco Democracia - SF.
48. 09/07/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
49. 27/06/2025: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Carlos Portinho, conforme Ofício nº 60/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
50. 30/06/2025: Designada como suplente a Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 5/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
51. 01/07/2025: Designado como suplente o Senador Jayme Campos, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra (Ofício nº 42/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF).
52. 01/10/2025: Designada como suplente a Senadora Professora Dorinha Seabra, em substituição ao Senador Jayme Campos, conforme Ofício nº 75/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
53. 03/07/2025: Designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 9/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
54. 08/07/2025: Designado como titular o Deputado Átila Lins, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício nº 111/2025 da Liderança do PSD - CD.
55. 14/07/2025: Designado como titular o Deputado Antonio Carlos Rodrigues, conforme Ofício nº 302/2025 da Liderança do PL - CD.
56. 14/07/2025: Designado como suplente o Deputado Icaro de Valmir, conforme Ofício nº 302/2025 da Liderança do PL - CD.
57. 14/07/2025: Designado como suplente o Deputado João Carlos Bacular, conforme Ofício nº 302/2025 da Liderança do PL - CD.
58. 14/07/2025: Designado como titular o Deputado André Ferreira em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante, conforme Ofício nº 302/2025 da Liderança do PL - CD.
59. 14/07/2025: Designado como suplente o Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício 77/2025 da Liderança do Podemos - CD.
60. 15/07/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 45/2025 do Bloco Democracia - SF.
61. 15/07/2025: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 45/2025 do Bloco Democracia - SF.
62. 15/07/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 48/2025 do Bloco Resistência Democrática- SF (ratificado pelo Ofício nº 78/2025 da Liderança do MDB - SF)
63. 15/07/2025: Designado como titular o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado Pedro Lucas Fernandes, conforme Ofício nº 34/2025 Liderança do União Brasil - CD.
64. 15/07/2025: Designada como suplente a Deputada Dani Cunha, conforme Ofício nº 34/2025 Liderança do União Brasil - CD.
65. 21/07/2025: Designado como suplente o Deputado Sidney Leite, conforme Ofício 122/2025 da Liderança do PSD - CD.
66. 04/08/2025: Designado como titular o Deputado Raimundo Costa, em substituição ao Deputado Rodrigo Gambale, conforme Ofício nº 80/2025 da Liderança do Podemos - CD.
67. 04/08/2025: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Carlos Viana (Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF).
68. 12/08/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
69. 14/08/2025: Designado como suplente o Deputado Átila Lira, conforme Ofício nº 115/2025 da Liderança Progressistas - CD.
70. 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Túlio Gadêlha, conforme Ofício 176/2025 da Liderança da Federação PSOL-Rede - CD.
71. 25/08/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 56/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
72. 25/08/2025: Designado como suplente o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, conforme Ofício nº 56/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
73. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
74. Rodizio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
75. 16/06/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
76. 14/07/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
77. 14/07/2025: Designado como titular o Deputado Zé Neto, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
78. 14/07/2025: Designado como suplente o Deputado Odair Cunha, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
79. 12/08/2025: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 236/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD).
80. 14/07/2025: Designado como suplente o Deputado Florentino Neto, conforme Ofício nº 208/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
81. 12/08/2025: Designado como suplente o Deputado Pedro Uczai, em substituição ao Deputado Florentino Neto (Ofício nº 236/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD).
82. 04/09/2025: Designado como titular o Deputado Áureo Ribeiro, conforme Ofício 87/2025 da Liderança do Avante - CD.
83. 04/09/2025: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, conforme Ofício 87/2025 da Liderança Avante - CD.
84. 17/09/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
85. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 25/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.



86. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à Senadora Eliziane Gama (Ofício nº 89/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
87. 29/09/2025: Designado como suplente o Deputado Adolfo Viana, conforme Ofício 227/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
88. 30/09/2025: Designado como titular o Deputado Domingos Sávio, em substituição ao Deputado André Ferreira, conforme Ofício nº 443/2025 da Liderança do PL - CD.
89. 30/09/2025: Designado como titular o Deputado Rodrigo da Zaeli, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Rodrigues, conforme Ofício nº 443/2025 da Liderança do PL - CD.
90. 30/09/2025: Designado como suplente o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Mauro Benevides Filho, conforme Ofício 102/2025 da Liderança do Avante - CD.
91. 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado Rodrigo da Zaeli, conforme Ofício nº 447/2025 da Liderança do PL - CD.
92. 06/10/2025: Designado como titular o Deputado Luiz Carlos Motta, em substituição ao Deputado Domingos Sávio, conforme Ofício nº 458/2025 da Liderança do PL - CD.
93. 06/10/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
94. 06/10/2025: Designado como titular o Deputado Sóstenes Cavalcante, em substituição ao Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício 459/2025 da Liderança do PL - CD.
95. 06/10/2025: Designado como titular o Deputado Rodrigo da Zaeli, em substituição ao Deputado Luiz Carlos Motta, conforme Ofício 459/2025 da Liderança do PL - CD.
96. 07/10/2025: Designado como suplente o Deputado Dagoberto Nogueira, em substituição ao Deputado Adolfo Viana, conforme Ofício 234/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 6133034256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1304/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1304, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Fernando Coelho Filho (UNIÃO-PE)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Eduardo Braga (MDB-AM)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 16/07/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Fernando Farias - MDB/AL (5,50)
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (2,49)	2. Fernando Dueire - MDB/PE (6,51)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (7)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Angelo Coronel - PSD/BA (9,71)	1. Jussara Lima - PSD/PI (73)
Irajá - PSD/TO (12)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (10)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Marcos Rogério - PL/RO (13,56)	1. Carlos Portinho - PL/RJ (15,57)
Izalci Lucas - PL/DF (14)	2. Rogerio Marinho - PL/RN (16,78)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Fabiano Contarato - PT/ES (17,52)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (54)
Weverton - PDT/MA (18,53)	2. Paulo Paim - PT/RS (55)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (19,33,43)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (21,34,44,77)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (20,39)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (40)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA (62)	



TITULARES	SUPLENTE
Joaquim Passarinho - PL/PA ⁽²²⁾	1. General Pazuello - PL/RJ ⁽⁴²⁾
João Carlos Bacelar - PL/BA ⁽³²⁾	2. Daniela Reinehr - PL/SC ⁽⁷⁶⁾
Fernando Coelho Filho - UNIÃO/PE ^(23,45,47)	5. Geraldo Mendes - UNIÃO/PR ^(46,48)
Eduardo da Fonte - PP/PE ^(24,59)	6. Marx Beltrão - PP/AL ⁽⁶⁰⁾
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²⁵⁾	7. VAGO
Hugo Leal - PSD/RJ ^(26,35)	8. Ismael - PSD/SC ⁽⁴¹⁾
Lafayette de Andrada - REPUBLICANOS/MG ^(27,38)	9. Jadyel Alencar - REPUBLICANOS/PI ⁽⁶⁹⁾
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP ⁽²⁸⁾	10. Romero Rodrigues - PODEMOS/PB ⁽⁷⁴⁾
Arnaldo Jardim - CIDADANIA/SP ^(29,37)	11. Adolfo Viana - PSDB/BA ⁽⁵⁸⁾
PCdoB, PT, PV ⁽⁶²⁾	
Pedro Uczai - PT/SC ^(63,64)	1. Lenir de Assis - PT/PR ⁽⁶⁷⁾
Padre João - PT/MG ^(65,66)	2. Carlos Zarattini - PT/SP ⁽⁶⁸⁾
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Pastor Sargento Isidório - AVANTE/BA ^(30,36,70)	1. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ ⁽⁷²⁾
NOVO ⁽⁶¹⁾	
Marcel van Hattem - RS ⁽³¹⁾	1. Danilo Forte - UNIÃO/CE ⁽⁷⁵⁾

Notas:

- 16/07/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Irajá, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF.
- 16/07/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado como titular o Deputado Joaquim Passarinho, conforme Ofício nº 306/2025 da Liderança do PL - CD.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado o Deputado Marcel van Hattem, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2025: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, conforme Ofício nº 307/2025 da Liderança do PL - CD.
- 17/07/2025: A Senadora Tereza Cristina, deixa de compor a Comissão, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 17/07/2025: O Senador Esperidião Amin, deixa de compor a Comissão, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 21/07/2025: Designado como titular o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício 123/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 26/08/2025: O Deputado Neto Carletto deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 76/2025 da Liderança do Avante - CD.
- 27/08/2025: Designado como titular o Deputado Arnaldo Jardim, em substituição ao Deputado Adolfo Viana, conforme Ofício nº 193/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
- 04/09/2025: Designado como titular o Deputado Lafayette de Andrada, conforme Ofício 122/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- 17/07/2025: Designada como titular a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 17/07/2025: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 21/07/2025: Designado como suplente o Deputado Ismael, conforme Ofício 123/2025 da Liderança do PSD - CD.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 22/07/2025: Designado como suplente o Deputado General Pazuello, conforme Ofício nº 317/2025 da Liderança do PL - CD.
43. 05/08/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran, conforme Ofício nº 33/2025 do Bloco Aliança- SF.
44. 05/08/2025: Designado como suplente o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício nº 33/2025 do Bloco Aliança- SF.
45. 21/08/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Mendes, em substituição ao Deputado Pedro Lucas Fernandes, conforme Ofício nº 37/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
46. 21/08/2025: Designado como suplente o Deputado Benes Leocádio, conforme Ofício nº 37/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
47. 26/08/2025: Designado como titular o Deputado Fernando Coelho Filho, em substituição ao Deputado Geraldo Mendes, conforme Ofício nº 38/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
48. 26/08/2025: Designado como suplente o Deputado Geraldo Mendes, em substituição ao Deputado Benes Leocádio, conforme Ofício nº 38/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
49. 26/08/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício 54/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
50. 26/08/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Farias, em substituição ao Senador Confúcio Moura, conforme Ofício 54/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
51. 26/08/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Giordano, conforme Ofício 54/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
52. 27/08/2025: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
53. 27/08/2025: Designado como titular o Senador Weverton, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
54. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
55. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
56. 27/08/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Carlos Portinho, conforme Ofício nº 78/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
57. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Carlos Portinho, em substituição ao Senador Jorge Seif, conforme Ofício nº 78/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
58. 27/08/2025: Designado como suplente o Deputado Adolfo Viana, conforme Ofício nº 194/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
59. 27/08/2025: Designado como titular o Deputado Eduardo da Fonte, em substituição ao Deputado o Doutor Luizinho, conforme Ofício 125/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
60. 27/08/2025: Designado como suplente o Deputado Marx Beltrão, conforme Ofício 125/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
61. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
62. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
63. 16/07/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
64. 26/08/2025: Designado como titular o Deputado Pedro Uczai, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias, conforme Ofício nº 250/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
65. 26/08/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício nº 250/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
66. 26/08/2025: Designado como titular o Deputado Padre João, em substituição ao Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício nº 251/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
67. 26/08/2025: Designada como suplente a Deputada Lenir de Assis, conforme Ofício nº 251/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
68. 27/08/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício nº 257/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
69. 04/09/2025: Designado como suplente o Deputado Jadyel Alencar, conforme Ofício 122/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
70. 17/09/2025: Designado como titular o Deputado Pastor Sargento Isidório, conforme Ofício nº 92/2025 da Liderança do Avante - CD.
71. 17/09/2025: Designado como titular o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
72. 08/10/2025: Designado como suplente o Deputado Aureo Ribeiro, conforme Ofício nº 108/2025 da Liderança do Avante - CD.
73. 14/10/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 105/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF.
74. 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício 102/2025 da Liderança do Podemos - CD.
75. 15/10/2025: Designado como suplente o Deputado Danilo Forte, conforme Ofícios nºs 25/2025 do NOVO e 50/2025 do União Brasil - CD.
76. 21/10/2025: Designada como suplente a Deputada Daniela Reinehr, conforme Ofício nº 494/2025 da Liderança do PL - CD.
77. 28/10/2025: Designado como suplente o Senador Laércio Oliveira, em substituição ao Deputado Esperidião Amin, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Aliança- SF.
78. 28/10/2025: Designado como suplente o Senador Rogerio Marinho, em substituição ao Senador Jaime Bagatolli, conforme Ofício nº 114/2025 da Liderança do Vanguarda - SF.



CMMPV 1305/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1305, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1305, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Sérgio Petecão (PSD-AC)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: José Nelto (UNIÃO-GO)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 17/07/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1,35,71)	1. Ivete da Silveira - MDB/SC (5,68)
Fernando Dueire - MDB/PE (2,67)	2. Giordano - MDB/SP (6,36,72)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (7)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Sérgio Petecão - PSD/AC (9,55,59)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (10,56)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (11)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (12)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Jorge Seif - PL/SC (15)
Izalci Lucas - PL/DF (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Paulo Paim - PT/RS (17,47)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (48)
Teresa Leitão - PT/PE (18,57)	2. Weverton - PDT/MA (49)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Luis Carlos Heinze - PP/RS (32,33,39)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (32,33,40)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (31)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (30)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA (51)	



TITULARES	SUPLENTE
Daniel Agrobom - PL/GO (19,43)	1. VAGO
Filipe Barros - PL/PR (44)	2. VAGO
José Nelto - UNIÃO/GO (20,60)	5. Ricardo Abrão - UNIÃO/RJ (61)
Ricardo Barros - PP/PR (21,65)	6. Doutor Luizinho - PP/RJ (66)
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (22)	7. VAGO
Luiz Fernando Faria - PSD/MG (23,41,42)	8. Hugo Leal - PSD/RJ (46,73,74)
Marcelo Crivella - REPUBLICANOS/RJ (24,69)	9. Ossesio Silva - REPUBLICANOS/PE (70,75,82)
Romero Rodrigues - PODEMOS/PB (25,77)	10. VAGO
Dagoberto Nogueira - PSDB/MS (26,45)	11. VAGO
PCdoB, PT, PV (51)	
Bacelar - PV/BA (52,53)	1. Carlos Zarattini - PT/SP (63,76)
Vicentinho - PT/SP (62)	2. Helder Salomão - PT/ES (64)
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Fred Costa - PRD/MG (27,34,54,58,78,80)	1. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (79,81)
PSOL, REDE (50)	
VAGO (28,37)	1. VAGO (29,38)

Notas:

- 17/07/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designada a Deputada Talíria Petrone, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado o Deputado Ivan Valente, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/07/2025: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício 32/2025, da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
- 17/07/2025: Designado como titular o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 32/2025, da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
- 17/07/2025: Vago por indicação do Ofício nº 32/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 17/07/2025: Vago por indicação do Ofício nº 32/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 26/08/2025: O Deputado Neto Carletto deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 77/2025 da Liderança do Avante - CD.
- 23/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Braga, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança Bloco Democracia - CD.
- 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Giordano, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança Bloco Democracia - CD.
- 23/09/2025: A deputada Talíria Petrone deixa de compor a comissão. (Ofício nº 214/2025 da Federação PSOL-REDE - CD).
- 23/09/2025: O Deputado Ivan Valente deixa de compor a comissão. (Ofício nº 214/2025 da Federação PSOL-REDE - CD).
- 05/08/2025: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 05/08/2025: Designado como suplente o Senador Laércio Oliveira, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 08/08/2025: Designado como titular o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Antônio Brito (Ofício nº 127/2025 da Liderança do PSD - CD).
- 20/08/2025: Designado como titular o Deputado Luiz Fernando Faria, em substituição ao Deputado Hugo Leal (Ofício nº 134/2025 da Liderança do PSD - CD).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



43. 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Daniel Agrobom, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante (Ofício nº 367/2025 da Liderança do PL - CD).
44. 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, conforme Ofício nº 367/2025 da Liderança do PL - CD.
45. 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Dagoberto Nogueira, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (conforme Ofício nº 173/2025 da Liderança do PSDB/CIDADANIA - CD).
46. 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Hugo Leal (Ofício nº 134/2025 da Liderança do PSD - CD).
47. 27/08/2025: Designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
48. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
49. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Weverton, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
50. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
51. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
52. 17/07/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
53. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Bacelar, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
54. 17/09/2025: Designada como titular a Senadora Greyce Elias, conforme Ofício nº 93/2025 da Liderança do Avante - CD.
55. 17/09/2025: Designada como titular a Senadora Jussara Lima, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
56. 17/09/2025: Designado como titular o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
57. 17/09/2025: Designada como titular a Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF).
58. 23/09/2025: A Deputada Greyce Elias deixa de compor a comissão. (Ofício nº 98/2025 da Liderança do Avante - CD).
59. 22/09/2025: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição a Senadora Jussara Lima (Ofício nº 84/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF).
60. 22/09/2025: Designado como titular o Deputado José Nelto, em substituição ao Deputado Pedro Lucas Fernandes (Ofício nº 45/2025 da Liderança do União Brasil - CD).
61. 22/09/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Abrão, conforme Ofício nº 45/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
62. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Vicentinho, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança do FeBrasil - CD.
63. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança do FeBrasil - CD.
64. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Helder Salomão, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança do FeBrasil - CD.
65. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Barros, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 141/2025 da Liderança do PP - CD.
66. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 141/2025 da Liderança do PP - CD.
67. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança do Bloco Democrática - SF.
68. 23/09/2025: Designado como suplente a Senadora Ivete da Silveira, em substituição ao Senador Confúcio Moura, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
69. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Marcelo Crivela, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo, conforme Ofício nº 136/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
70. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Ossesio Silva, conforme Ofício nº 136/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
71. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Braga, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança Bloco Democracia - SF.
72. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Giordano, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança Bloco Democracia - SF.
73. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Cezinha Madureira, em substituição ao Deputado Hugo Leal, conforme Ofício nº 164/2025 da Liderança do PSD - CD.
74. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Cezinha Madureira, conforme Ofício nº 165/2025 da Liderança do PSD - CD.
75. 08/10/2025: Desligado o Deputado Ossesio Silva, em decorrência do encerramento de seu exercício.
76. 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Bohn Gass, conforme Ofício nº 372/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
77. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Romero Rodrigues, em substituição ao Deputado Rodrigo Gambale, conforme Ofício nº 97/2025 da Liderança do Podemos - CD.
78. 24/09/2025: Designado como titular o Deputado Áureo Ribeiro, conforme Ofício nº 99/2025 da Liderança do Avante - CD.
79. 26/09/2025: Designado como suplente o Deputado Fred Costa, conforme Ofício nº 100/2025 da Liderança do AVANTE - CD.
80. 06/10/2025: Designado como titular o Deputado Fred Costa, em substituição ao Deputado Áureo Ribeiro, conforme Ofício nº 105/2025 da Liderança do Avante - CD.
81. 06/10/2025: Designado como suplente o Deputado Aureo Ribeiro, conforme Ofício nº 105/2025 da Liderança do AVANTE - CD.
82. 10/10/2025: Designado como suplente o Deputado Ossesio Silva, conforme Ofício nº 143/2025 da Liderança do Republicanos - CD.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 6133034256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1307/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1307, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1307, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 23/07/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (2)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (4)
Marcelo Castro - MDB/PI (3)	2. Giordano - MDB/SP (5)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (6)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (7)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (8)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (9)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Nelsinho Trad - PSD/MS (10,43)	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA (11)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (12)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ (14)	1. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Jorge Seif - PL/SC (15)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Randolfe Rodrigues - PT/AP (17,36,45)	1. Paulo Paim - PT/RS (44,46)
VAGO (18,37,48)	2. Beto Faro - PT/PA (47)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (19,39)	1. Tereza Cristina - PP/MS (20,38)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (21)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (40)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA (41)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTEs
Zé Vitor - PL/MG ⁽²²⁾	1. General Pazuello - PL/RJ ⁽²⁴⁾
Daniela Reinehr - PL/SC ⁽²³⁾	2. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA ⁽²⁵⁾	5. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ ⁽²⁶⁾	6. VAGO
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²⁷⁾	7. VAGO
Átila Lins - PSD/AM ^(28,35)	8. VAGO
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG ⁽²⁹⁾	9. VAGO
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP ⁽³⁰⁾	10. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA ⁽³¹⁾	11. VAGO
PCdoB, PT, PV ⁽⁴¹⁾	
Lindbergh Farias - PT/RJ	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Waldemar Oliveira - AVANTE/PE ^(32,34,42)	1. VAGO
NOVO ⁽¹⁾	
Marcel van Hattem - RS ⁽³³⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. 23/07/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 23/07/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 23/07/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 23/07/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 23/07/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 23/07/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 23/07/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 23/07/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 23/07/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 23/07/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 23/07/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 23/07/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 23/07/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 23/07/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 23/07/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 23/07/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 23/07/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 23/07/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 23/07/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 23/07/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 23/07/2025: Designado como titular o Deputado Zé Vitor, conforme Ofício nº 316/2025 da Liderança do PL - CD.
23. 23/07/2025: Designada como titular a Deputada Daniela Reinehr, conforme Ofício nº 316/2025 da Liderança do PL - CD.
24. 23/07/2025: Designado como suplente o Deputado General Pazuello, conforme Ofício nº 316/2025 da Liderança do PL - CD.
25. 23/07/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 23/07/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 23/07/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 23/07/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 23/07/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 23/07/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 23/07/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 23/07/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 23/07/2025: Designado o Deputado Marcel van Hattem, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 26/08/2025: O Deputado Neto Carletto deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 78/2025 da Liderança do Avante - CD.
35. 02/09/2025: Designado como titular o Deputado Átila Lins, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício nº 140/2025 da Liderança do PSD - CD.
36. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 22/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
37. 23/09/2025: Designada como titular a Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 22/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
38. 05/08/2025: Designada como suplente a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 35/2025 do Bloco Aliança- SF.
39. 05/08/2025: Designado como titular o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 35/2025 do Bloco Aliança- SF.
40. 07/08/2025: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício 37/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
41. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
42. 16/09/2025: Designado como titular o Deputado Waldemar Oliveira, conforme Ofício nº 91/2025 da Liderança do Avante - CD.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



43. 17/09/2025: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
44. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Weverton, conforme Ofício nº 22/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
45. 10/10/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
46. 10/10/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Weverton, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
47. 10/10/2025: Designado como suplente o Senador Beto Faro, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
48. 10/10/2025: A Senadora Teresa Leitão deixa de compor a Comissão, conforme Ofício nº 34/2025 do Bloco Pelo Brasil- SF.



CMMPV 1308/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1308, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1308, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Tereza Cristina (PP-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Zé Vitor (PL-MG)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 13/08/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1,66)	1. Marcelo Castro - MDB/PI (5,33,59)
Renan Calheiros - MDB/AL (2,58)	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (6,60)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (7)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Lucas Barreto - PSD/AP (9,45)	1. VAGO
Eliziane Gama - PSD/MA (10,44)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (11)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (12)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Jaime Bagattoli - PL/RO (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Randolfe Rodrigues - PT/AP (16,48)	1. Humberto Costa - PT/PE (50)
Weverton - PDT/MA (17,49)	2. Augusta Brito - PT/CE (51)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS (20)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (18)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (21)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (19)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA (41)	



TITULARES	SUPLENTE
Daniela Reinehr - PL/SC (22,36)	1. VAGO
Zé Vitor - PL/MG (37)	2. VAGO
Fausto Jr. - UNIÃO/AM (23,47)	5. Pastor Diniz - UNIÃO/RR (46)
Evair Vieira de Melo - PP/ES (24,56)	6. Dilceu Sperafico - PP/PR (57)
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (25)	7. VAGO
Josivaldo Jp - PSD/MA (26,35)	8. VAGO
Jorge Goetten - REPUBLICANOS/SC (27,61)	9. Ronaldo Nogueira - REPUBLICANOS/RS (62)
Romero Rodrigues - PODEMOS/PB (28,63)	10. VAGO
Dagoberto Nogueira - PSDB/MS (29,38)	11. Bandeira de Mello - PSB/RJ (39)
PCdoB, PT, PV (41)	
Nilto Tatto - PT/SP (42,52)	1. Padre João - PT/MG (54)
Bacelar - PV/BA (53)	2. Camila Jara - PT/MS (55)
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Pedro Aihara - PRD/MG (31,34,43)	1. VAGO
PSOL, REDE (40)	
Ivan Valente - PSOL/SP (30,64)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (32,65)

Notas:

- 13/08/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 38/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 13/08/2025: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 38/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 13/08/2025: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 38/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 13/08/2025: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 38/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designada a Deputada Taliria Petrone, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 13/08/2025: O Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão como membro suplente (Ofício nº 48/2025 da Liderança do Bloco Democracia).
- 26/08/2025: O Deputado Neto Carletto deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 79/2025 da Liderança do Avante - CD.
- 02/09/2025: Designado como titular o Deputado Josivaldo Jp, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício nº 141/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 19/08/2025: Designada como titular a Deputada Daniela Reinehr, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante, conforme Ofício nº 366/2025 da Liderança do PL - CD.
- 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 366/2025 da Liderança do PL - CD.
- 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Dagoberto Nogueira, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (conforme Ofício nº 172/2025 da Liderança do PSDB/CIDADANIA - CD).
- 28/08/2025: Designado como suplente o Deputado Bandeira de Mello, conforme Ofício nº 196/2025 da Liderança do PSDB/CIDADANIA - CD.
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 13/08/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
43. 04/09/2025: Designado como titular o Deputado Pedro Aihara, conforme Ofício nº 88/2025 da Liderança do Avante - CD.
44. 15/09/2025: Designada como titular a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Angelo Coronel, conforme Ofício nº 71/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF.
45. 17/09/2025: Designado como titular o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
46. 22/09/2025: Designado como suplente o Deputado Pastor Diniz, conforme Ofício nº 43/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
47. 22/09/2025: Designado como titular o Deputado Fausto Santos Jr., conforme Ofício nº 43/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
48. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
49. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Weverton, em substituição à Senadora Teresa Leito, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
50. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
51. 23/09/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
52. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Nilto Tatto, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.
53. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Bacelar, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.
54. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Padre João, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.
55. 23/09/2025: Designada como suplente a Deputada Camila Jara, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.
56. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 138/2025 da Liderança do PP - CD.
57. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Dilceu Sperafico, conforme Ofício nº 138/2025 da Liderança do PP - CD.
58. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício nº 66/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
59. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Marcelo Castro, conforme Ofício nº 66/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
60. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Giordano, conforme Ofício nº 66/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
61. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Jorge Goetten, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 137/2024 da Liderança do Republicanos - CD).
62. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Ronaldo Nogueira, conforme Ofício nº 137/2024 da Liderança do Republicanos - CD.
63. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Romero Rodrigues, em substituição ao Deputado Rodrigo Gambale (Ofício nº 98/2025 da Liderança do Podemos - CD).
64. 24/09/2025: Designado como titular o Deputado Ivan Valente, em substituição à Deputada Talíria Petrone, conforme Ofício nº 217/2025 da Federação PSOL-REDE - CD.
65. 24/09/2025: Designado como titular o Deputado Tarcísio Motta, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna, conforme Ofício nº 217/2025 da Federação PSOL-REDE - CD.
66. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Braga, conforme Ofício nº 66/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.

Secretário: Ricardo Moreira Maia

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1309/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1309, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Cezinha de Madureira (PSD-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Fernando Farias (MDB-AL)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 15/08/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (5)
Fernando Farias - MDB/AL (2,48,50)	2. Marcelo Castro - MDB/PI (6,49,51)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (7)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Nelsinho Trad - PSD/MS (9,43)	1. Angelo Coronel - PSD/BA (35,46)
Otto Alencar - PSD/BA (10,45)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (11)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (12)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Jaime Bagattoli - PL/RO (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Fabiano Contarato - PT/ES (31,55)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (57)
Augusta Brito - PT/CE (16,56)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin - PP/SC (29,30,36)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (29,30,37)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (27)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (28)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA (40)	



TITULARES	SUPLENTE
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PL/SP (17,34)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Marangoni - UNIÃO/SP (18,52)	5. VAGO (53,54)
Robinson Faria - PP/RN (19,62)	6. Eduardo da Fonte - PP/PE (63)
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (20)	7. Hildo Rocha - MDB/MA (66)
Cezinha de Madureira - PSD/SP (21,33,41)	8. Luiz Gastão - PSD/CE (42,65,67)
Gustinho Ribeiro - REPUBLICANOS/SE (22,68,70)	9. VAGO
Romero Rodrigues - PODEMOS/PB (23,64)	10. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA (24)	11. VAGO
PCdoB, PT, PV (40)	
Rui Falcão - PT/SP (39,58)	1. Rogério Correia - PT/MG (60)
Carlos Zarattini - PT/SP (59)	2. Ana Paula Lima - PT/SC (61)
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Bruno Farias - AVANTE/MG (25,32,44,47,69)	1. VAGO
NOVO (38)	
Marcel van Hattem - RS (26)	1. VAGO

Notas:

- 15/08/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Marcel van Hattem, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 15/08/2025: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 39/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 15/08/2025: Designado como suplente o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 39/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 15/08/2025: Vago por indicação do Ofício nº 39/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 15/08/2025: Vago por indicação do Ofício nº 39/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 15/08/2025: Designada a Senadora Augusta Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 26/08/2025: O Deputado Neto Carletto deixa de compor a Comissão, conforme Ofício nº 80/2025, da Liderança do Avante - CD.
- 02/09/2025: Designado como titular o Deputado Luiz Gastão, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício nº 143/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante (Ofício nº 363/2025 da Liderança do PL - CD).
- 20/08/2025: Designado como suplente o Senador Nelsinho Trad, conforme Ofício nº 54/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- 20/08/2025: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício nº 41/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 20/08/2025: Designado como suplente o Senador Laércio Oliveira, conforme Ofício nº 41/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- Rodizio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 15/08/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
- 10/09/2025: Designado como titular o Deputado Cezinha de Madureira, em substituição ao Deputado Luiz Gastão, conforme Ofício nº 152/2025 da Liderança do PSD - CD.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 10/09/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Gastão, conforme Ofício nº 152/2025 da Liderança do PSD - CD.
43. 17/09/2025: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
44. 17/09/2025: Designada como titular a Deputada Delegada Ione, conforme Ofício nº 94/2025 da Liderança do Avante - CD.
45. 17/09/2025: Designado como titular o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício nº 77/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
46. 17/09/2025: Designado como suplente o Senador Angelo Coronel, conforme Ofício nº 77/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF.
47. 23/09/2025: A Deputada Delegada Ione deixa de compor a comissão. (Ofício nº 97/2025 da Liderança do Avante - CD).
48. 18/09/2025: Designado como titular o Senador Fernando Farias, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme o Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
49. 19/09/2025: Designado como suplente o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Giordano, conforme o Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
50. 19/09/2025: Designado como titular o Senador Fernando Farias, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme o Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
51. 19/09/2025: Designado como suplente o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Giordano, conforme o Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
52. 22/09/2025: Designado como titular o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado Pedro Lucas Fernandes, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
53. 22/09/2025: Designada como suplente a Deputada Yandra Moura, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do União Brasil- CD.
54. 23/09/2025: A deputada Yandra Moura deixa de compor a comissão. (Ofício nº 47/2024 da Liderança do União Brasil - CD).
55. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
56. 23/09/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
57. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
58. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Rui Falcão, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
59. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança do FeBrasil - CD.
60. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança do FeBrasil - CD.
61. 23/09/2025: Designada como suplente a Deputada Ana Paula Lima, conforme Ofício nº 328/2025 da Liderança do FeBrasil - CD.
62. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Robinson Faria, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 140/2025 da Liderança do PP - CD.
63. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Eduardo da Fonte, conforme Ofício nº 140/2025 da Liderança do PP - CD.
64. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Romero Rodrigues, em substituição ao Deputado Rodrigo Gambale (Ofício nº 99/2025 da Liderança do Podemos - CD).
65. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Fernando Faria, em substituição ao Deputado Luiz Gastão (Ofício nº 162/2025 da Liderança do PSD - CD).
66. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Hildo Rocha, conforme Ofício nº 270/2025 da Liderança do MDB - CD.
67. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Gastão, em substituição ao Deputado Luiz Fernando Faria (Ofício nº 166/2025 da Liderança do PSD - CD).
68. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Augusto Coutinho, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 138/2025 da Liderança do Republicanos - CD).
69. 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Bruno Farias, conforme Ofício nº 104/2025 da Liderança do Avante - CD.
70. 22/10/2025: Designado como titular o Deputado Gustinho Ribeiro, em substituição ao Deputado Augusto Coutinho, conforme Ofício nº 145/2025 da Liderança do Republicanos - CD.

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 6133033509

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1313/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1313, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 09/09/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (14)
Marcelo Castro - MDB/PI (2)	2. Giordano - MDB/SP (15)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (16)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (17)
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (5)
Marcelo Castro - MDB/PI (2)	2. Giordano - MDB/SP (6)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Alan Rick - UNIÃO/AC (7,48)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Sérgio Petecão - PSD/AC (9,40)	
Nelsinho Trad - PSD/MS (21)	1. VAGO
Zenaide Maia - PSD/RN (10,41)	
Angelo Coronel - PSD/BA (5)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (11)	
Cid Gomes - PSB/CE (6)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ (7)	
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Jaime Bagattoli - PL/RO (19)
Eduardo Gomes - PL/TO (8,37)	
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Beto Faro - PT/PA (9,43)	
Beto Faro - PT/PA (16,44)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (20,45)
Weverton - PDT/MA (10,44)	



TITULARES	SUPLENTE
Weverton - PDT/MA (17,45)	2. Leila Barros - PDT/DF (46)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (11,38)	
Tereza Cristina - PP/MS (18)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (12,39)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (13)	
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (19)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (35)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil, Federação PSDB CIDADANIA, MDB, PL, PODEMOS, PP, PSD, REPUBLICANOS, UNIÃO	
Nelson Barbudo - PL/MT (22)	
José Medeiros - PL/MT (22,37)	1. VAGO
VAGO	
Marcos Pollon - PL/MS (38)	2. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA (23)	
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA (23)	3. VAGO
VAGO	
VAGO	4. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (24)	
Vermelho - PP/PR (24,52)	5. VAGO
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (25)	
Lucio Mosquini - MDB/RO (25,49)	6. VAGO
Hugo Leal - PSD/RJ (26,41)	
Júlio Cesar - PSD/PI (26,43)	7. Laura Carneiro - PSD/RJ (42)
Julio Cesar Ribeiro - REPUBLICANOS/DF (27,34)	
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG (27)	8. Antônia Lúcia - REPUBLICANOS/AC (47)
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP (28)	
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP (28)	9. Gilson Daniel - PODEMOS/ES (36)
PCdoB, PT, PV	
Bohn Gass - PT/RS (29,50)	
Carlos Zarattini - PT/SP (29,33)	1. Paulo Pimenta - PT/RS (31)
Welter - PT/PR (30,51)	
VAGO	2. Maria do Rosário - PT/RS (32)
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Bruno Farias - AVANTE/MG (33,42)	
Pastor Sargento Isidório - AVANTE/BA (30,40)	1. Zé Silva - SOLIDARIEDADE/MG (53)
PDT PDT	
Mário Heringer - PDT/MG (31)	1. Marcos Tavares - PDT/RJ (32)

Notas:
1. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.



2. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 09/09/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 10/09/2025: A Senadora Tereza Cristina deixa de compor a Comissão, conforme Ofício nº 43/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
12. 10/09/2025: O Senador Esperidião Amin deixa de compor a Comissão, conforme Ofício nº 43/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
13. 10/09/2025: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 43/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
14. 09/09/2025: Designado como suplente o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 09/09/2025: Designado como suplente o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 09/09/2025: Designada como suplente a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 09/09/2025: Designado como suplente o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 09/09/2025: Designado como suplente o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 09/09/2025: Designado como suplente o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 09/09/2025: Designada como suplente a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 08/09/2025: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, conforme Ofício nº 67/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF.
22. 08/09/2025: Designado como titular o Senador Nelson Barbudo, conforme Ofício nº 399/2025 da Liderança do Partido Liberal - CD.
23. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Mário Heringer, conforme Ofício nº 60/2025 da Liderança do PDT - CD.
32. 09/09/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Tavares, conforme Ofício nº 60/2025 da Liderança do PDT - CD.
33. 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias, conforme Ofício nº 372/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
34. 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Julio Cesar Ribeiro, conforme Ofício nº 142/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
35. 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 43/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
36. 09/09/2025: Designado como suplente o Deputado Gilson Daniel, conforme Ofício nº 94/2025 da Liderança do Podemos - CD.
37. 12/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Gomes, em substituição ao Senador Jorge Seif, conforme Ofício nº 85/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
38. 10/09/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran, conforme Ofício nº 45/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
39. 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Laércio Oliveira, conforme Ofício nº 45/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
40. 17/09/2025: Designado como titular o Deputado Pastor Sargento Isidório, em substituição ao Deputado Neto Carletto (Ofício nº 95/2025 da Liderança do Avante - CD).
41. 18/09/2025: Designado como titular o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício nº 161/2025 da Liderança do PSD - CD.
42. 18/09/2025: Designada como suplente a Deputada Laura Carneiro, conforme Ofício nº 161/2025 da Liderança do PSD - CD.
43. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
44. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Weverton, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
45. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
46. 23/09/2025: Designada como suplente a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
47. 27/10/2025: Designada como suplente a Deputada Antônia Lúcia, conforme Ofício nº 147/2025 da Liderança do Republicanos - CD.



CMMPV 1314/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1314, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1314, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 10/09/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (5)
Marcelo Castro - MDB/PI (2)	2. Giordano - MDB/SP (6)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Alan Rick - UNIÃO/AC (7,48)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Sérgio Petecão - PSD/AC (9,40)	
Nelsinho Trad - PSD/MS (21)	1. VAGO
Zenaide Maia - PSD/RN (10,41)	
Angelo Coronel - PSD/BA (5)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (11)	
Cid Gomes - PSB/CE (6)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ (7)	
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Jaime Bagattoli - PL/RO (19)
Eduardo Gomes - PL/TO (8,37)	
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Beto Faro - PT/PA (9,43)	
Beto Faro - PT/PA (16,44)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (20,45)
Weverton - PDT/MA (10,44)	
Weverton - PDT/MA (17,45)	2. Leila Barros - PDT/DF (46)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (11,38)	
Tereza Cristina - PP/MS (18)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (12,39)



TITULARES	SUPLENTE
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (13)	
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (19)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (35)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil, Federação PSDB CIDADANIA, MDB, PL, PODEMOS, PP, PSD, REPUBLICANOS, UNIÃO	
Nelson Barbudo - PL/MT (22)	
José Medeiros - PL/MT (22,37)	1. VAGO
VAGO	
Marcos Pollon - PL/MS (38)	2. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA (23)	
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA (23)	3. VAGO
VAGO	
VAGO	4. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (24)	
Vermelho - PP/PR (24,52)	5. VAGO
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (25)	
Lucio Mosquini - MDB/RO (25,49)	6. VAGO
Hugo Leal - PSD/RJ (26,41)	
Júlio Cesar - PSD/PI (26,43)	7. Laura Carneiro - PSD/RJ (42)
Julio Cesar Ribeiro - REPUBLICANOS/DF (27,34)	
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG (27)	8. Antônia Lúcia - REPUBLICANOS/AC (47)
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP (28)	
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP (28)	9. Gilson Daniel - PODEMOS/ES (36)
PCdoB, PT, PV	
Bohn Gass - PT/RS (29,50)	
Carlos Zarattini - PT/SP (29,33)	1. Paulo Pimenta - PT/RS (31)
Welter - PT/PR (30,51)	
VAGO	2. Maria do Rosário - PT/RS (32)
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Bruno Farias - AVANTE/MG (33,42)	
Pastor Sargento Isidório - AVANTE/BA (30,40)	1. Zé Silva - SOLIDARIEDADE/MG (53)
PSB PSB	
Heitor Schuch - PSB/RS (34,39)	1. VAGO

Notas:

- 1. 10/09/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 2. 10/09/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 3. 10/09/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 4. 10/09/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 5. 10/09/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 6. 10/09/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 7. 10/09/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 8. 10/09/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 9. 10/09/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



10. 10/09/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 10/09/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 10/09/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 10/09/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 10/09/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 10/09/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 10/09/2025: Designada a Senadora Augusta Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 10/09/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 10/09/2025: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
19. 10/09/2025: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
20. 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
21. 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 44/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
22. 10/09/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 10/09/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 10/09/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 10/09/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 10/09/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 10/09/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 10/09/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 10/09/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 10/09/2025: Designado o Deputado Renildo Calheiros, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 10/09/2025: Designado o Deputado Paulo Pimenta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 10/09/2025: Designada a Deputada Maria do Rosário, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 10/09/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 10/09/2025: Designado o Deputado Pedro Campos, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 11/09/2025: Designado como suplente o Deputado Marcelo Moraes, conforme Ofício nº 314/2025 da Liderança do PL - CD.
36. 11/09/2025: Designado como suplente o Deputado Domingos Sávio, conforme Ofício nº 314/2025 da Liderança do PL - CD.
37. 11/09/2025: Designado como titular o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante (Ofício nº 314/2025 da Liderança do PL - CD).
38. 11/09/2025: Designado como titular o Deputado Marcos Pollon, conforme Ofício nº 314/2025 da Liderança do PL - CD.
39. 17/09/2025: Designado como titular o Deputado Heitor Schuch, conforme Ofício nº 267/2025 da Liderança do PSB - CD.
40. 17/09/2025: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
41. 17/09/2025: Designada como titular a Senadora Zenaide Maia, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício nº 76/2025 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática - SF).
42. 17/09/2025: Designado como titular o Deputado Bruno Farias, em substituição ao Deputado Neto Carletto (Ofício nº 96/2025 da Liderança do Avante - CD).
43. 18/09/2025: Designado como titular o Deputado Júlio Cesar, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício nº 158/2025 da Liderança do PSD - CD).
44. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Beto Faro, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
45. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Weverton, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
46. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
47. 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
48. 24/09/2025: Designado como suplente a Senador Alan Rick, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício nº 67/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
49. 29/09/2025: Designado como titular o Deputado Lucio Mosquini, conforme Ofício nº 276/2025 da Liderança do MDB - CD.
50. 30/09/2025: Designado como titular o Deputado Bohn Gass, em substituição ao Deputado Lindbergh Farias (Ofício nº 354/2025 da Liderança da FeBrasil - CD).
51. 30/09/2025: Designado como titular o Deputado Welter, em substituição ao Deputado Renildo Calheiros, conforme Ofício nº 359/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
52. 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Vermelho, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 144/2025 da Liderança do PP - CD.
53. 01/10/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Silva, conforme Ofício nº 103/2025 da Liderança do AVANTE - CD.
54. 06/10/2025: Designado como suplente o Deputado Alceu Moreira, conforme Ofício nº 293/2025 da Liderança do MDB - CD.
55. 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Afonso Hamm, conforme Ofício 154/2025 da Liderança do Progressistas - CD.

Secretário: Bruno Brey
Telefone(s): 6133034256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1315/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1315, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1315, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (4)
Marcelo Castro - MDB/PI (34)	2. Giordano - MDB/SP (5)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (2)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (6)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (3,35)	4. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (7,36)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Lucas Barreto - PSD/AP (32)	1. VAGO
Nelsinho Trad - PSD/MS (33)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (8)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Izalci Lucas - PL/DF (10)	1. Jaime Bagattoli - PL/RO (12)
Jorge Seif - PL/SC (11)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Rogério Carvalho - PT/SE (13,44)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (46)
Beto Faro - PT/PA (14,45)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (15,37)	1. Esperidião Amin - PP/SC (17)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (16,38)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (39)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA	
General Pazuello - PL/RJ (18,40)	1. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Sanderson - PL/RS ⁽⁴¹⁾	2. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA ⁽¹⁹⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ ⁽²⁰⁾	5. VAGO
Yury do Paredão - MDB/CE ^(21,43)	6. VAGO
Gabriel Nunes - PSD/BA ^(22,42)	7. VAGO
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG ⁽²³⁾	8. VAGO
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP ⁽²⁴⁾	9. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁵⁾	1. Paulo Pimenta - PT/RS ⁽²⁷⁾
Renildo Calheiros - PCdoB/PE ⁽²⁶⁾	2. Maria do Rosário - PT/RS ⁽²⁹⁾
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Neto Carletto - AVANTE/BA ⁽²⁸⁾	1. VAGO
PSOL, REDE	
Talíria Petrone - PSOL/RJ ⁽³⁰⁾	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS ⁽³¹⁾

Notas:

- 18/09/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designada a Senadora Augusta Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Isinaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Renildo Calheiros, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Paulo Pimenta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designada a Deputada Professora Maria do Rosário, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designada a Deputada Talíria Petrone, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/09/2025: Designado como titular o Senador Lucas Barreto, conforme Ofício nº 76/2025 do Bloco da Resistência Democrática- SF.
- 17/09/2025: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, conforme Ofício nº 76/2025 do Bloco da Resistência Democrática- SF.
- 18/09/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 18/09/2025: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Carlos Viana, conforme o Ofício nº 63/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
- 18/09/2025: Designado como suplente o Senador Zequinha Marinho, em substituição ao Senador Marcos do Val, conforme o Ofício nº 63/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
- 22/09/2025: Designado como titular o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício nº 47/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
- 22/09/2025: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 47/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
- 22/09/2025: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 47/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 23/09/2025: Designado como titular o Deputado General Pazuello, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante (Ofício nº 430/2025 da Liderança do Partido Liberal - CD).
- 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Sanderson, conforme Ofício nº 430/2025 da Liderança do Partido Liberal - CD).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Gabriel Nunes, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício nº 175/2025 da Liderança do PSD - CD.
43. 06/10/2025: Designado como titular o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme Ofício nº 294/2025 da Liderança do MDB - CD.
44. 10/10/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
45. 10/10/2025: Designado como titular o Senador Beto Faro, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
46. 10/10/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.



CMMPV 1317/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1317, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1317, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁵⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽²⁾	2. Giordano - MDB/SP ⁽⁶⁾
Efraim Filho - UNIÃO/PB ⁽³⁾	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO ⁽⁷⁾
Carlos Viana - PODEMOS/MG ⁽⁴⁾	4. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA ^(8,38)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Omar Aziz - PSD/AM ⁽⁹⁾	1. VAGO
Otto Alencar - PSD/BA ^(10,42)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE ⁽¹¹⁾	3. Jorge Kajuru - PSB/GO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ ⁽¹³⁾	1. Jaime Bagattoli - PL/RO ⁽¹⁵⁾
Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Fabiano Contarato - PT/ES ^(32,40)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP ⁽³⁹⁾
Augusta Brito - PT/CE ^(16,41)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin - PP/SC ⁽³⁴⁾	1. Margareth Buzetti - REPUBLICANOS/RS ⁽³³⁾
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS ⁽¹⁷⁾	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG ⁽¹⁸⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA	
Bia Kicis - PL/DF ^(19,35)	1. Alberto Fraga - PL/DF ⁽³⁷⁾



TITULARES	SUPLENTE
Marcelo Álvaro Antônio - PL/MG ⁽³⁶⁾	2. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA ⁽²⁰⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ ⁽²¹⁾	5. VAGO
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²²⁾	6. VAGO
Otto Alencar Filho - PSD/BA ^(23,43)	7. VAGO
Jadyel Alencar - REPUBLICANOS/PI ^(24,44)	8. Fatima Pelaes - REPUBLICANOS/AP ⁽⁴⁵⁾
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP ⁽²⁵⁾	9. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁶⁾	1. Paulo Pimenta - PT/RS ⁽²⁸⁾
Renildo Calheiros - PCdoB/PE ⁽²⁷⁾	2. Maria do Rosário - PT/RS ⁽²⁹⁾
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Neto Carletto - AVANTE/BA ⁽³⁰⁾	1. VAGO
NOVO	
Marcel van Hattem - RS ⁽³¹⁾	1. VAGO

Notas:

- 22/09/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 22/09/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Renildo Calheiros, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Paulo Pimenta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Deputada Maria do Rosário, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Marcel Van Hattem, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/09/2025: Designada como suplente a Senadora Margareth Buzetti, conforme Ofício nº 53/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 23/09/2025: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício nº 53/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 25/09/2025: Designada como titular a Deputada Bia Kics, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante (Ofício nº 435/2025 da Liderança do PL - CD).
- 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Marcelo Álvaro Antônio, conforme Ofício nº 435/2025 da Liderança do PL - CD.
- 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Alberto Fraga, conforme Ofício nº 435/2025 da Liderança do PL - CD.
- 30/09/2025: Designado como suplente o Senador Zequinha Marinho, em substituição ao Senador Marcos do Val, conforme Ofício nº 70/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 10/10/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 10/10/2025: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 10/10/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.



42. 22/10/2025: Designado como titular o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel, conforme Ofício nº 110/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
43. 23/10/2025: Designado como titular o Deputado Otto Alencar Filho, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício nº 200/2025 da Liderança do PSD - CD.
44. 27/10/2025: Designado como titular o Deputado Jadyel Alencar, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo, conforme Ofício nº 141/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
45. 27/10/2025: Designada como suplente a Deputada Fatima Pelaes, conforme Ofício nº 141/2025 da Liderança do Republicanos - CD.



CMMPV 1318/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1318, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1318, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (5)
Marcelo Castro - MDB/PI (2)	2. Giordano - MDB/SP (6)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (3)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (7)
Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (4,50)	4. Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (8,51)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Omar Aziz - PSD/AM (9)	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA (10)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (11)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (12)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Jaime Bagattoli - PL/RO (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Augusta Brito - PT/CE (16,38,52)	1. Fabiano Contarato - PT/ES (53)
VAGO (17,39,45)	2. Randolfe Rodrigues - PT/AP (54)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (18,43)	1. Ciro Nogueira - PP/PI (20,44)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (19)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (37)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA	
Zé Vitor - PL/MG (21,42)	1. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Capitão Alberto Neto - PL/AM ⁽⁴⁹⁾	2. VAGO
Danilo Forte - UNIÃO/CE ^(22,46)	3. Moses Rodrigues - UNIÃO/CE ⁽⁴⁷⁾
Juscelino Filho - UNIÃO/MA ^(34,48)	4. VAGO
Ricardo Barros - PP/PR ^(23,55)	5. Doutor Luizinho - PP/RJ ⁽⁵⁶⁾
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²⁴⁾	6. VAGO
Luciano Amaral - PSD/AL ⁽³⁶⁾	7. Luisa Canziani - PSD/PR ⁽³⁵⁾
Augusto Coutinho - REPUBLICANOS/PE ^(25,57)	8. VAGO
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP ⁽²⁶⁾	9. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁷⁾	1. Paulo Pimenta - PT/RS ⁽²⁹⁾
Renildo Calheiros - PCdoB/PE ⁽²⁸⁾	2. Maria do Rosário - PT/RS ⁽³⁰⁾
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Neto Carletto - AVANTE/BA ⁽³¹⁾	1. VAGO
PDT	
André Figueiredo - CE ^(32,40)	1. Félix Mendonça Júnior - BA ^(33,41)

Notas:

- 22/09/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Augusta Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 50/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 22/09/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Lindberg Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Renildo Calheiros, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Paulo Pimenta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Deputada Maria do Rosário, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Mário Heringer, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Afonso Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado como titular o Deputado Moses Rodrigues, conforme Ofício nº 42/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
- 22/09/2025: Designada como suplente a Deputada Luisa Canziani, conforme Ofício nº 159/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 22/09/2025: Designado como titular o Deputado Luciano Amaral, conforme Ofício nº 159/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 22/09/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 50/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 23/09/2025: Designado como titular o Senador Weverton, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 23/09/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 23/09/2025: Designado como titular o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Mário Heringer, conforme o Ofício nº 56/2025 da Liderança do PDT - CD.
- 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Afonso Motta, conforme o Ofício nº 56/2025 da Liderança do PDT - CD.



42. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Zé Vitor, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante, conforme Ofício nº 428/2025 da Liderança do Partido Liberal - CD.
43. 23/09/2025: Designado como titular a Senador Laércio Oliveira, conforme Ofício nº 54/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
44. 23/09/2025: Designado como suplente a Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício nº 54/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
45. 10/10/2025: O Senador Rogério Carvalho deixa de compor a Comissão, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
46. 24/09/2025: Designado como titular o Deputado Danilo Forte, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues (Ofício nº 48/2025 da Liderança do União Brasil - CD).
47. 24/09/2025: Designado como suplente o Deputado Moses Rodrigues, conforme Ofício nº 48/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
48. 24/09/2025: Designado como titular o Deputado Juscelino Filho, conforme Ofício nº 48/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
49. 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Capitão Alberto Neto, conforme Ofício nº 438/2025 da Liderança do PL - CD.
50. 30/09/2025: Designado como titular o Senador Zequinha Marinho, em substituição ao Senador Carlos Viana, conforme Ofício nº 71/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
51. 30/09/2025: Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Marcos do Val, conforme Ofício nº 71/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
52. 10/10/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Weverton, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
53. 10/10/2025: Designado como suplente o Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
54. 10/10/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
55. 14/10/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Barros, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício 155/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
56. 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício 155/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
57. 22/10/2025: Designado como titular o Deputado Augusto Coutinho, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo, conforme Ofício nº 146/2025 da Liderança do Republicanos - CD.



CMMPV 1319/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1319, de 2025

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1319, de 2025.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁵⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽²⁾	2. Giordano - MDB/SP ⁽⁶⁾
Efraim Filho - UNIÃO/PB ⁽³⁾	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO ⁽⁷⁾
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS ^(4,41)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG ^(8,42)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Omar Aziz - PSD/AM ⁽⁹⁾	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA ⁽¹⁰⁾	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE ⁽¹¹⁾	3. Jorge Kajuru - PSB/GO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Carlos Portinho - PL/RJ ⁽¹³⁾	1. Jaime Bagattoli - PL/RO ⁽¹⁵⁾
Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Paulo Paim - PT/RS ^(16,43)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP ⁽⁴⁴⁾
Teresa Leitão - PT/PE ⁽¹⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Daniella Ribeiro - PP/PB ^(18,38)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS ^(20,39)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF ⁽¹⁹⁾	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽³⁵⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA	
Filipe Martins - PL/TO ^(21,36)	1. Marcelo Álvaro Antônio - PL/MG ⁽⁴⁰⁾



TITULARES	SUPLENTE
Antonio Carlos Rodrigues - PL/SP ⁽³⁷⁾	2. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA ⁽²²⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ ⁽²³⁾	5. VAGO
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²⁴⁾	6. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²⁵⁾	7. VAGO
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG ⁽²⁶⁾	8. VAGO
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP ⁽²⁷⁾	9. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁸⁾	1. Paulo Pimenta - PT/RS ⁽³⁰⁾
Renildo Calheiros - PCdoB/PE ⁽²⁹⁾	2. Maria do Rosário - PT/RS ⁽³¹⁾
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Neto Carletto - AVANTE/BA ⁽³²⁾	1. VAGO
PSB	
Pedro Campos - PE ⁽³³⁾	1. Tabata Amaral - SP ⁽³⁴⁾

Notas:

- 22/09/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Augusta Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada como titular a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 22/09/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Renildo Calheiros, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Paulo Pimenta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Deputada Maria do Rosário, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado o Deputado Pedro Campos, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designada a Deputada Tabata Amaral, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/09/2025: Designado como suplente o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Filipe Martins, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante, conforme Ofício nº 427/2025 da Liderança do Partido Liberal - CD.
- 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Antonio Carlos Rodrigues, conforme Ofício nº 427/2025 da Liderança do Partido Liberal - CD.
- 23/09/2025: Designada como titular a Senadora Daniella Ribeiro, conforme Ofício nº 55/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 23/09/2025: Designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 55/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 24/09/2025: Designado como suplente o Deputado Marcelo Álvaro Antônio, conforme Ofício nº 434/2025 da Liderança do PL - CD.
- 30/09/2025: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Carlos Viana, conforme Ofício nº 72/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 30/09/2025: Designado como suplente o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Marcos do Val, conforme Ofício nº 72/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.



43. 10/10/2025: Designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.

44. 10/10/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Não há conteúdo a ser exibido nesta seção.



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Finalidade: Investigar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Duarte Jr. (PSB-MA)

RELATOR: Deputado Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL)

Designação: 18/08/2025

Instalação: 20/08/2025

Prazo final: 28/03/2026

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (2,57)	1. Humberto Costa - PT/PE (11,58,127,128,182,203,208,282,287)
Randolfe Rodrigues - PT/AP (3,126,183,281)	2. Alessandro Vieira - MDB/SE (12,96)
VAGO (64,274,277,283,286,290)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (65,66)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (74,95,204)
Styvenson Valentim - PSDB/RN (5,53,77,254,265)	5. Oriovisto Guimarães - PSDB/PR (13)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (2,57)	1. Humberto Costa - PT/PE (11,58,127,128,182,203,208,282,287)
Randolfe Rodrigues - PT/AP (3,126,183,281)	2. Alessandro Vieira - MDB/SE (12,96)
VAGO (64,274,277,283,286,290)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (65,66)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (74,95,204)
Styvenson Valentim - PSDB/RN (5,53,77,254,265)	5. Oriovisto Guimarães - PSDB/PR (13)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (2,57)	1. Humberto Costa - PT/PE (11,58,127,128,182,203,208,282,287)
Randolfe Rodrigues - PT/AP (3,126,183,281)	2. Alessandro Vieira - MDB/SE (12,96)
VAGO (64,274,277,283,286,290)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (65,66)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (74,95,204)
Styvenson Valentim - PSDB/RN (5,53,77,254,265)	5. Oriovisto Guimarães - PSDB/PR (13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
Eliziane Gama - PSD/MA (6,151,169,175,179,219,237,269)	1. Beto Faro - PT/PA (9,55,89,99,108,122,138,176,180,226)
José Lacerda - PSD/MT (7,56,110,144,159,255,270)	2. Nelsinho Trad - PSD/MS (10)
Fabiano Contarato - PT/ES (8,47,48,83,85,88,100,125,145,162,201,297)	3. Chico Rodrigues - PSB/RR (49,84,86,146,147,198)
Eliziane Gama - PSD/MA (6,151,169,175,179,219,237,269)	1. Beto Faro - PT/PA (9,55,89,99,108,122,138,176,180,226)
José Lacerda - PSD/MT (7,56,110,144,159,255,270)	2. Nelsinho Trad - PSD/MS (10)



TITULARES	SUPLENTE
Fabiano Contarato - PT/ES (8,47,48,83,85,88,100,125,145,162,201,297)	3. Chico Rodrigues - PSB/RR (49,84,86,146,147,198)
Eliziane Gama - PSD/MA (6,151,169,175,179,219,237,269)	1. Beto Faro - PT/PA (9,55,89,99,108,122,138,176,180,226)
José Lacerda - PSD/MT (7,56,110,144,159,255,270)	2. Nelsinho Trad - PSD/MS (10)
Fabiano Contarato - PT/ES (8,47,48,83,85,88,100,125,145,162,201,297)	3. Chico Rodrigues - PSB/RR (49,84,86,146,147,198)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Jorge Seif - PL/SC (17)	1. VAGO (14,51,210,220,228,288)
Izalci Lucas - PL/DF (18)	2. Magno Malta - PL/ES (15,52)
Marcos Rogério - PL/RO (19,113,118,132,139,160,168,184,209,216,229,256,272,296,308,311)	3. Jaime Bagattoli - PL/RO (16,70,221,230,258,273,304,312)
Jorge Seif - PL/SC (17)	1. VAGO (14,51,210,220,228,288)
Izalci Lucas - PL/DF (18)	2. Magno Malta - PL/ES (15,52)
Marcos Rogério - PL/RO (19,113,118,132,139,160,168,184,209,216,229,256,272,296,308,311)	3. Jaime Bagattoli - PL/RO (16,70,221,230,258,273,304,312)
Jorge Seif - PL/SC (17)	1. VAGO (14,51,210,220,228,288)
Izalci Lucas - PL/DF (18)	2. Magno Malta - PL/ES (15,52)
Marcos Rogério - PL/RO (19,113,118,132,139,160,168,184,209,216,229,256,272,296,308,311)	3. Jaime Bagattoli - PL/RO (16,70,221,230,258,273,304,312)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
Rogério Carvalho - PT/SE (20,171,231,268)	1. Jaques Wagner - PT/BA (25,152,284)
Paulo Paim - PT/RS (21,60,271)	2. Teresa Leitão - PT/PE (23,157,172)
Leila Barros - PDT/DF (22)	3. VAGO (24,90)
Rogério Carvalho - PT/SE (20,171,231,268)	1. Jaques Wagner - PT/BA (25,152,284)
Paulo Paim - PT/RS (21,60,271)	2. Teresa Leitão - PT/PE (23,157,172)
Leila Barros - PDT/DF (22)	3. VAGO (24,90)
Rogério Carvalho - PT/SE (20,171,231,268)	1. Jaques Wagner - PT/BA (25,152,284)
Paulo Paim - PT/RS (21,60,271)	2. Teresa Leitão - PT/PE (23,157,172)
Leila Barros - PDT/DF (22)	3. VAGO (24,90)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Rogério Marinho - PL/RN (28,161,163,214,227)	1. Tereza Cristina - PP/MS (26,117,120,199)
Damare Alves - REPUBLICANOS/DF (29)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (27)
Rogério Marinho - PL/RN (28,161,163,214,227)	1. Tereza Cristina - PP/MS (26,117,120,199)
Damare Alves - REPUBLICANOS/DF (29)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (27)
Rogério Marinho - PL/RN (28,161,163,214,227)	1. Tereza Cristina - PP/MS (26,117,120,199)
Damare Alves - REPUBLICANOS/DF (29)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (27)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA ⁽¹⁰¹⁾	
Coronel Chrisóstomo - PL/RO ^(30,123,130,235,238)	1. Fernando Rodolfo - PL/PE (34,121,129,134,141,143,148,155,215,251,264,275,280,292)
Sóstenes Cavalcante - PL/RJ ^(31,91,92,135,142,205,212,291,306)	2. Delegado Caveira - PL/PA (35,124,131,234,245,246,285,307,310,314,319)
Adriana Ventura - NOVO/SP ^(32,54,75,167,170,177,195)	3. Zé Trovão - PL/SC ^(33,76,178,196,236,249,250,263,293)
Alfredo Gaspar - UNIÃO/AL ⁽⁶²⁾	6. Kim Kataguirí - UNIÃO/SP ⁽¹¹¹⁾
Duarte Jr. - PSB/MA ⁽⁶³⁾	7. Maurício Carvalho - UNIÃO/RO ⁽¹¹²⁾
Evair Vieira de Melo - PP/ES ^(68,97,149,153,187,289,305,309)	8. Delegado Fabio Costa - PP/AL ^(69,71,78,98,136,150,154,188)
Ricardo Maia - MDB/BA (67,79,81,87,102,114,133,140,158,165,166,207,211,225,262,294)	9. Cleber Verde - MDB/MA (72,80,82,94,103,115,202,224,260,267,303)
Sidney Leite - PSD/AM ^(36,59,119,192,206,213,259,276,295)	10. Carlos Sampaio - PSD/SP ^(39,193,194,222,223,244,248)
Ricardo Ayres - REPUBLICANOS/TO ⁽³⁷⁾	11. Silas Câmara - REPUBLICANOS/AM ^(40,50,93,242,247)
Dorinaldo Malafaia - PDT/AP ^(38,137,156,189,300,302,318)	12. Mauricio Marcon - PODEMOS/RS ⁽⁴¹⁾
Beto Pereira - PSDB/MS ^(46,174,185,197,240,252,278,313)	13. Lucas Redecker - PSDB/RS ^(61,173,186,241,253,261,279)
PCdoB, PT, PV ⁽¹⁰¹⁾	
Paulo Pimenta - PT/RS ⁽¹⁰⁴⁾	1. Orlando Silva - PCdoB/SP ^(106,164,243,298)
Alencar Santana - PT/SP ^(105,109,191,299)	2. VAGO ^(107,190)
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE	
Bruno Farias - AVANTE/MG ⁽⁴³⁾	1. Paulinho da Força - SOLIDARIEDADE/SP ^(42,73)
PDT ⁽¹¹⁶⁾	
Rogério Correia - PT/MG ^(181,217,232,257,266,301,315,316)	3. Josenildo - AP ^(200,218,233,239,317)
NOVO ⁽¹⁾	
Marcel van Hattem - RS ⁽⁴⁴⁾	1. Luiz Lima - RJ ⁽⁴⁵⁾

Notas:

- 1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 2. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Braga, conforme Ofício nº 69/2025 da Liderança do MDB - SF.
- 3. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, conforme Ofício nº 69/2025 da Liderança do MDB - SF.
- 4. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Carlos Viana, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Podemos - SF.
- 5. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 6. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Omar Aziz, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- 7. 18/08/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- 8. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- 9. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Otto Alencar, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- 10. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Nelsinho Trad, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- 11. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 69/2025 da Liderança do MDB - SF.
- 12. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 69/2025 da Liderança do MDB - SF.
- 13. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Oriovisto Guimarães, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 14. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Magno Malta, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- 15. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- 16. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Rogério Marinho, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- 17. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Jorge Seif, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- 18. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- 19. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- 20. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 21. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 22. 18/08/2025: Designada como titular a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 23. 18/08/2025: Designada como suplente a Senadora Teresa Leitaõ, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



24. 18/08/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
25. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
26. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
27. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
28. 18/08/2025: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
29. 18/08/2025: Designada como titular a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
30. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
31. 18/08/2025: Designada como titular a Deputada Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
32. 18/08/2025: Designada como titular a Deputada Adriana Ventura, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
33. 18/08/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
34. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
35. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
36. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, conforme Ofício nº 104/2025 da Liderança do PSD - CD.
37. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Ayres, conforme Ofício nº 110/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
38. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício nº 76/2025 da Liderança do Podemos - CD.
39. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Sampaio, conforme Ofício nº 104/2025 da Liderança do PSD - CD.
40. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Silas Câmara, conforme Ofício nº 110/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
41. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Mauricio Marcon, conforme Ofício nº 76/2025 da Liderança do Podemos - CD.
42. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Aureo Ribeiro, conforme Ofício nº 70/2025 da Liderança do Avante - CD.
43. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Bruno Farias, conforme Ofício nº 62/2025 da Liderança do Avante - CD.
44. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Marcel van Hattem, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Novo - CD.
45. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Lima, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Novo - CD.
46. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 167/2025 da Fed. PSDB/CIDADANIA - CD.
47. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 52/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
48. 18/08/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 54/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
49. 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 54/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
50. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Thiago Flores, em substituição ao Deputado Silas Câmara, conforme Ofício nº 112/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
51. 20/08/2025: Designado como suplente o Senador Rogerio Marinho, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF, que solicitou alternância na ordem da suplência.
52. 20/08/2025: Designado como suplente o Senador Magno Malta, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF, que solicitou alternância na ordem da suplência.
53. 20/08/2025: Designado como titular o Senador Plínio Valério, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
54. 20/08/2025: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição à Deputada Adriana Ventura, conforme Ofício nº 337/2025 da Liderança do PL - CD.
55. 18/08/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Otto Alencar, conforme Ofício nº 58/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
56. 27/08/2025: Designada como titular a Senadora Jussara Lima, em substituição à Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 60/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
57. 27/08/2025: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Eduardo Braga, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Democracia - SF.
58. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Democracia - SF.
59. 03/09/2025: Designado como titular o Deputado Castro Neto, em substituição ao Deputado Sidney Leite, conforme Ofício nº 144/2025 da Liderança do PSD - CD.
60. 01/10/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 27/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
61. 19/08/2025: Designado como suplente o Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 168/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
62. 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Alfredo Gaspar, conforme Ofício nº 194/2025 do União Brasil- CD.
63. 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Duarte Jr., conforme Ofício nº 194/2025 do União Brasil- CD.
64. 19/08/2025: Designada como titular a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício nº 51/2025 do Bloco Democracia - SF.
65. 19/08/2025: Designado como suplente o Senador Efraim Filho, conforme Ofício nº 51/2025 do Bloco Democracia - SF.
66. 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Sergio Moro, em substituição ao Senador Efraim Filho, conforme Ofício nº 62/2025 do Bloco Democracia - SF.
67. 20/08/2025: Designado como titular o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 225/2025 da Liderança do MDB - CD.
68. 20/08/2025: Designado como titular o Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 118/2025 da Liderança do PP - CD.
69. 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Fábio Costa, conforme Ofício nº 118/2025 da Liderança do PP - CD.
70. 20/08/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF, que solicitou alternância na ordem da suplência.
71. 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição ao Deputado Delegado Fábio Costa, conforme Ofício nº 119/2025 da Liderança do PP - CD.
72. 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício 228/2025 da Liderança do MDB.
73. 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Paulinho da Força, em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro, conforme Ofício nº 73/2025 da Liderança do Bloco Avante - CD.
74. 20/08/2025: Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício nº 52/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
75. 20/08/2025: Designada como titular a Deputada Adriana Ventura, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 338/2025 da Liderança do PL - CD.
76. 20/08/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 338/2025 da Liderança do PL - CD.
77. 20/08/2025: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim, em substituição ao Senador Plínio Valério, conforme Ofício nº 53/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



78. 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Fábio Costa, em substituição ao Deputado Vicentinho Júnior, conforme Ofício nº 121/2025 da Liderança do PP - CD.
79. 20/08/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 231/2025 da Liderança do MDB - CD.
80. 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 231/2025 da Liderança do MDB - CD.
81. 25/08/2025: Designado como titular o Deputado Rafael Brito, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 238/2025 da Liderança do MDB - CD.
82. 25/08/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício 238/2025 da Liderança do MDB-CD.
83. 25/08/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 55/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
84. 25/08/2025: Designado como suplente o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 55/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
85. 25/08/2025: Designada como titular a Senadora Ana Paula Lobato, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
86. 25/08/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
87. 27/08/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 244/2025 da Liderança do MDB - CD.
88. 27/08/2025: Designada como titular a Senadora Teresa Leitão, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, conforme Ofício nº 60/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
89. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 60/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
90. 26/08/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
91. 26/08/2025: Designado como titular o Deputado Sóstenes Cavalcante, em substituição à Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 373/2025 da Liderança do PL - CD.
92. 26/08/2025: Designada como titular a Deputada Coronel Fernanda, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante, conforme Ofício nº 375/2025 da Liderança do PL - CD.
93. 26/08/2025: Designado como suplente o Deputado Silas Câmara, em substituição ao Deputado Thiago Flores, conforme Ofício nº 114/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
94. 27/08/2025: Designado como suplente o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 244/2025 da Liderança do MDB - CD.
95. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Democracia - SF.
96. 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 58/2025 do Bloco Democracia - SF.
97. 27/08/2025: Designado como titular o Deputado Delegado Fábio Costa, em substituição ao Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 126/2025 da Liderança do PP - CD.
98. 27/08/2025: Designado como suplente o Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 126/2025 da Liderança do PP - CD.
99. 01/09/2025: Designada como suplente a Senadora Ana Paula Lobato, em substituição ao Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 61/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
100. 03/09/2025: Designado como titular o Senador Beto Faro, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 64/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
101. 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
102. 01/09/2025: Designado como titular o Deputado Rafael Brito, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 246/2025 da Liderança do MDB - CD.
103. 01/09/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 246/2025 da Liderança do MDB - CD.
104. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Paulo Pimenta, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
105. 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Alencar Santana, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
106. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
107. 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
108. 05/09/2025: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 66/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
109. 25/09/2025: O Deputado Alencar Santana deixa de compor a Comissão. (Ofício nº 400/2025 da Liderança da FeBrasil - CD).
110. 02/09/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição à Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 63/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
111. 02/09/2025: Designado como suplente o Deputado Kim Kataguirí, conforme Ofício nº 39/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
112. 02/09/2025: Designado como suplente o Deputado Maurício Carvalho, conforme Ofício nº 39/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
113. 03/09/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 80/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
114. 03/09/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 252/2025 da Liderança do MDB - CD.
115. 03/09/2025: Designado como suplente o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 252/2025 da Liderança do MDB - CD.
116. 04/09/2025: O PDT é desligado do bloco, conforme Ofício nº 52/2025 da Liderança da PDT.
117. 05/09/2025: Designada como suplente a Senadora Margareth Buzetti, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício nº 42/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
118. 05/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 82/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
119. 05/09/2025: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado Castro Neto, conforme Ofício nº 145/2025 da Liderança do PSD - CD.
120. 15/09/2025: A Senadora Margareth Buzetti deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 48/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
121. 08/09/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 400/2025 da Liderança do PL - CD.
122. 08/09/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 68/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
123. 08/09/2025: Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício nº 401/2025 da Liderança do PL - CD.



124. 08/09/2025: Designado como suplente o Deputado Zucco, em substituição ao Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício nº 402/2025 da Liderança do PL - CD.
125. 08/09/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Beto Faro, conforme Ofício nº 69/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
126. 08/09/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Renan Calheiros, conforme Ofício nº 60/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
127. 08/09/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 60/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
128. 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 61/2025 do Bloco Democracia - SF.
129. 09/09/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 404/2025 da Liderança do PL - CD.
130. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Coronel Chrisóstomo, em substituição ao Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício nº 404/2025 da Liderança do PL - CD.
131. 09/09/2025: Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado Zucco, conforme Ofício nº 404/2025 da Liderança do PL - CD.
132. 09/09/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 83/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
133. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança do MDB - CD.
134. 09/09/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 406/2025 da Liderança do PL - CD.
135. 09/09/2025: Designado como titular o Deputado André Fernandes, em substituição à Deputada Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 406/2025 da Liderança do PL - CD.
136. 10/09/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 132/2025 da Liderança do PP - CD.
137. 10/09/2025: Designado como titular o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício nº 95/2025 da Liderança do Podemos - CD.
138. 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 70/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
139. 10/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 84/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
140. 12/09/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Yury do Paredão, conforme Ofício nº 264/2025 da Liderança do MDB - CD.
141. 15/09/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 415/2025 da Liderança do PL - CD.
142. 15/09/2025: Designada como titular a Deputada Coronel Fernanda, em substituição ao Deputado André Fernandes, conforme Ofício nº 415/2025 da Liderança do PL - CD.
143. 15/09/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 417/2025 da Liderança do PL - CD.
144. 15/09/2025: Designado como titular o Senador Otto Alencar, em substituição à Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 72/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
145. 15/09/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 72/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
146. 15/09/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 72/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
147. 15/09/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 72/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
148. 16/09/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 418/2025 da Liderança do PL - CD.
149. 16/09/2025: Designado como titular o Deputado Julio Arcoverde, em substituição ao Deputado Delegado Fábio Costa, conforme Ofício nº 133/2025 da Liderança do PP - CD.
150. 16/09/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Fabio Costa, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 133/2025 da Liderança do PP - CD.
151. 16/09/2025: Designada como titular a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Omar Aziz, conforme Ofício nº 74/2025 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF.
152. 16/09/2025: Designado como suplente o Senador Beto Faro, conforme Ofício nº 20/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
153. 16/09/2025: Designado como titular o Deputado Delegado Fábio Costa, em substituição ao Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 136/2025 da Liderança do PP - CD.
154. 16/09/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 136/2025 da Liderança do PP - CD.
155. 29/09/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 441/2025 da Liderança do PL - CD.
156. 17/09/2025: Designado como titular o Deputado Orlando Silva, em substituição ao Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 96/2025 da Liderança do Podemos - CD.
157. 17/09/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
158. 17/09/2025: Designado como titular o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 266/2025 da Liderança do MDB - CD.
159. 17/09/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Otto Alencar, conforme Ofício nº 78/2025 do Bloco da Resistência Democrática - SF.
160. 17/09/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 89/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
161. 17/09/2025: O PP cede ao Bloco Vanguarda a sua vaga de titular, conforme Ofício nº 49/2025 do Bloco Aliança.
162. 18/09/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 80/2025 do Bloco da Resistência Democrática - SF.



163. 18/09/2025: Designado como titular o Senador Rogerio Marinho, em substituição à Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 90/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
164. 18/09/2025: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.
165. 19/09/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Yury do Paredão, conforme Ofício nº 275/2025 da Liderança do MDB - CD.
166. 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Cleber Verde, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 287/2025 da Liderança do MDB - CD.
167. 22/09/2025: Designado como titular o Deputado Gustavo Gayer, em substituição à Deputada Adriana Ventura, conforme Ofício nº 424/2025 da Liderança do PL - CD.
168. 22/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 90/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
169. 22/09/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 85/2025 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF.
170. 22/09/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Gustavo Gayer, conforme Ofício nº 426/2025 da Liderança do PL - CD.
171. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 24/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
172. 23/09/2025: Designado como suplente a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 24/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
173. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 215/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania - CD.
174. 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Lucas Redecker, conforme o Ofício nº 214/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania - CD.
175. 23/09/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 88/2025 Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF.
176. 23/09/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 88/2025 Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF.
177. 23/09/2025: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 431/2025 da Liderança do PL - CD.
178. 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Gilson Marques, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 431/2025 da Liderança do PL - CD.
179. 01/10/2025: Designada como titular a Senadora Ana Paula Lobato, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 97/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
180. 24/09/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 91/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
181. 24/09/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Mário Heringer, conforme Ofício nº 57/2025 da Liderança do PDT.
182. 25/09/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 68/2025 do Bloco Democracia - SF.
183. 25/09/2025: Designada como titular a Senadora Jussara Lima, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 69/2025 do Bloco Democracia - SF.
184. 25/09/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 91/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
185. 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Luciano Vieira, em substituição ao Deputado Lucas Redecker, conforme o Ofício nº 220/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania - CD.
186. 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Lucas Redecker, em substituição ao Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 221/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
187. 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Átila Lira, em substituição ao Deputado Delegado Fábio Costa, conforme Ofício nº 142/2025 da Liderança do PP - CD.
188. 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Fabio Costa, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 142/2025 da Liderança do PP - CD.
189. 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Alencar Santana, em substituição ao Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 100/2025 da Liderança do Podemos - CD.
190. 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, conforme Ofícios 353 e 400/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
191. 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 352/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
192. 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Alencar Santana, conforme Ofício 100/2025 da Liderança do PODEMOS.
193. 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, conforme Ofício nº 169/2025 da Liderança do PSD - CD.
194. 26/09/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 172/2025 da Liderança do PSD - CD.
195. 26/09/2025: Designada como titular a Deputada Adriana Ventura, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 440/2025 da Liderança do PL - CD.
196. 26/09/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Gilson Marques, conforme Ofício nº 440/2025 da Liderança do PL - CD.
197. 29/09/2025: Designado como titular o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Luciano Vieira, conforme o Ofício nº 225/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania - CD.
198. 29/09/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 95/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
199. 29/09/2025: Designada como suplente a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 56/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
200. 01/10/2025: Designado como suplente o Deputado Pompeo de Mattos, em substituição ao Deputado Josenildo, conforme Ofício nº 59/2025 Liderança PDT - CD.
201. 01/10/2025: Designado como titular o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 96/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
202. 01/10/2025: Designado como suplente o Deputado Cleber Verde, em substituição ao Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 282/2025 da Liderança do MDB - CD.
203. 01/10/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



204. 01/10/2025: Designado como suplente o Senador Zequinha Marinho, conforme Ofício nº 73/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
205. 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Jordy, em substituição à Deputada Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 454/2025 da Liderança do PL - CD.
206. 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Orlando Silva, em substituição ao Deputado Sidney Leite, conforme Ofício nº 176/2025 da Liderança do PSD - CD.
207. 02/10/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Cleber Verde, conforme Ofício nº 292/2025 da Liderança do MDB - CD.
208. 13/10/2025: O Senador Veneziano Vital do Rêgo, deixa de compor a comissão, conforme o Ofício nº 78/2025 do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
209. 02/10/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 92/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
210. 02/10/2025: Designado como suplente o Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 93/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
211. 07/10/2025: Designado como titular o Deputado Cleber Verde, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 297/2025 da Liderança do MDB - CD.
212. 03/10/2025: Designada como titular a Deputada Coronel Fernanda, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 455/2025 da Liderança do PL - CD.
213. 03/10/2025: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 177/2025 da Liderança do PSD - CD.
214. 06/10/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, conforme Ofício nº 94/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
215. 06/10/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 457/2025 da Liderança do PL - CD.
216. 06/10/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 95/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
217. 06/10/2025: Designado como titular o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do PDT - CD.
218. 06/10/2025: Designado como suplente o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Pompeo de Mattos, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do PDT - CD.
219. 06/10/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, conforme Ofício nº 99/2025 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática - SF.
220. 06/10/2025: Designado como suplente o Senador Rogerio Marinho, conforme Ofício nº 96/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
221. 06/10/2025: Designado como suplente o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 97/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
222. 06/10/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, conforme Ofício nº 181/2025 da Liderança do PSD - CD.
223. 07/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 182/2025 da Liderança do PSD - CD.
224. 07/10/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 297/2025 da Liderança do MDB - CD.
225. 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Cleber Verde, conforme Ofício nº 304/2025 da Liderança do MDB - CD.
226. 08/10/2025: Designado como suplente o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 100/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
227. 08/10/2025: Designado como titular o Senador Rogerio Marinho, em substituição ao Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 102/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
228. 08/10/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 104/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
229. 08/10/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 103/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
230. 08/10/2025: Designado como suplente o Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 103/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
231. 08/10/2025: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, conforme o Ofício 32/2025 do Bloco Parlamentar Pelo Brasil - SF.
232. 08/10/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Josenildo, conforme o Ofício 65/2025 da Liderança do PDT - CD.
233. 08/10/2025: Designado como suplente o Deputado Pompeo de Mattos, conforme o Ofício 65/2025 da Liderança do PDT - CD.
234. 08/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício 469/2025 da Liderança do PL - CD.
235. 08/10/2025: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício 469/2025 da Liderança do PL - CD.
236. 08/10/2025: Designado como suplente o Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício 469/2025 da Liderança do PL - CD.
237. 08/10/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 103/2025 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática - SF.
238. 10/10/2025: Designado como titular o Deputado Coronel Chrisóstomo, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 476/2025 da Liderança do PL - CD.
239. 27/10/2025: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Pompeo de Mattos, conforme Ofício nº 70/2025 da Liderança do PDT - CD.
240. 09/10/2025: Designado como titular o Deputado Lucas Redecker, em substituição ao Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 237/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania- CD.
241. 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 238/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
242. 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado Jeferson Rodrigues, em substituição ao Deputado Silas Câmara, conforme Ofício nº 140/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
243. 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 369/2025 da Federação Brasil da Esperança - CD.
244. 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, conforme Ofício nº 184/2025 da Liderança do PSD - CD.
245. 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício 474/2025 da Liderança do PL - CD.



246. 10/10/2025: Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado José Medeiros, conforme Ofício nº 476/2025 da Liderança do PL - CD.
247. 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Silas Câmara, em substituição ao Deputado Jeferson Rodrigues, conforme Ofício nº 144/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
248. 10/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 186/2025 da Liderança do PSD - CD.
249. 10/10/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 476/2025 da Liderança do PL - CD.
250. 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição a Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 477/2025 da Liderança do PL - CD.
251. 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Sanderson, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 477/2025 da Liderança do PL - CD.
252. 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania- CD.
253. 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 240/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
254. 13/10/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, conforme Ofício nº 78/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
255. 13/10/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 104/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
256. 13/10/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 106/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
257. 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício nº 66/2025 da Liderança do PDT - CD.
258. 13/10/2025: Designado como suplente o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 106/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
259. 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Pedro Uczai, em substituição ao Deputado Sidney Leite, conforme Ofício nº 189/2025 da Liderança do PSD - CD.
260. 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Cleber Verde, conforme Ofício nº 304/2025 da Liderança do MDB - CD.
261. 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 275/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
262. 14/10/2025: Designado como titular o Deputado Cleber Verde, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 306/2025 da Liderança do MDB - CD.
263. 14/10/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 479/2025 da Liderança do PL - CD.
264. 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Sanderson, conforme Ofício nº 479/2025 da Liderança do PL - CD.
265. 14/10/2025: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim, em substituição ao Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 77/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
266. 14/10/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Josenildo, conforme Ofício 67/2025 da Liderança do PDT - CD.
267. 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 306/2025 da Liderança do MDB - CD.
268. 14/10/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício 35/2025 do Bloco Parlamentar Pelo Brasil - SF.
269. 15/10/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 106/2025 Bloco Parlamentar Resistência Democrática - SF.
270. 15/10/2025: Designado como titular o Senador José Lacerda, conforme Ofício nº 106/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
271. 15/10/2025: Designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 36/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
272. 15/10/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 108/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
273. 15/10/2025: Designado como suplente o Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 108/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
274. 15/10/2025: Designado como titular o Senador Efraim Filho, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício nº 79/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
275. 15/10/2025: Designada como suplente a Deputada Julia Zanatta, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 489/2025 da Liderança do PL - CD.
276. 15/10/2025: Designado como titular o Deputado Orlando Silva, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, conforme Ofício nº 192/2025 da Liderança do PSD - CD.
277. 15/10/2025: Designada como titular a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício nº 80/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF, o qual tornou sem efeito o Ofício nº 79/2025.
278. 15/10/2025: Designado como titular o Deputado Dagoberto Nogueira, em substituição ao Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 242/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania - CD.
279. 15/10/2025: Designado como suplente o Deputado Lucas Redecker, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 243/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
280. 15/10/2025: Designado como suplente o Deputado José Medeiros, em substituição à Deputada Julia Zanatta, conforme Ofício nº 490/2025 da Liderança do PL - CD.
281. 15/10/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 81/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
282. 15/10/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 81/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
283. 15/10/2025: Designado como titular o Senador Jayme Campos, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício nº 80/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
284. 16/10/2025: Designado como suplente o Senador Jaques Wagner, conforme Ofício nº 37/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
285. 16/10/2025: Designado como suplente o Deputado Sóstenes Cavalcante, em substituição ao Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício nº 491/2025 da Liderança do PL - CD.
286. 16/10/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Jayme Campos, conforme Ofício nº 82/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



287. 16/10/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 82/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
288. 16/10/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 109/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
289. 16/10/2025: Designado como titular o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Átila Lira, conforme Ofício nº 156/2025 da Liderança do PP - CD.
290. 17/10/2025: O Senador Veneziano Vital do Rêgo deixa de compor a Comissão, conforme Ofício nº 83/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
291. 20/10/2025: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição à Deputada Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 492/2025 da Liderança do PL - CD.
292. 20/10/2025: Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado José Medeiros, conforme Ofício nº 492/2025 da Liderança do PL - CD.
293. 20/10/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 492/2025 da Liderança do PL - CD.
294. 20/10/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Cleber Verde, conforme Ofício nº 318/2025 da Liderança do MDB - CD.
295. 20/10/2025: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 193/2025 da Liderança do PSD - CD.
296. 20/10/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 110/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
297. 20/10/2025: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 109/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
298. 20/10/2025: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 380/2025 da Federação Brasil da Esperança - CD.
299. 20/10/2025: Designado como titular o Deputado Alencar Santana, em substituição ao Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 379/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
300. 20/10/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício nº 105/2025 da Liderança do Podemos - CD.
301. 20/10/2025: Designado como titular o Deputado Rogério Correia, conforme Ofício 68/2025 da Liderança do PDT - CD.
302. 20/10/2025: Designado como titular o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício nº 106/2025 da Liderança do Podemos - CD.
303. 20/10/2025: Designado como suplente o Deputado Cleber Verde, conforme Ofício nº 318/2025 da Liderança do MDB - CD.
304. 20/10/2025: Designado como suplente o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 110/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
305. 21/10/2025: Designado como titular o Deputado Átila Lira, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 157/2025 da Liderança do PP - CD.
306. 22/10/2025: Designado como titular o Deputado Sóstenes Cavalcante, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 503/2025 da Liderança do PL - CD.
307. 22/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 503/2025 da Liderança do PL - CD.
308. 22/10/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 112/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
309. 23/10/2025: Designado como titular o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Átila Lira, conforme Ofício nº 160/2025 da Liderança do PP - CD.
310. 24/10/2025: Designado como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 506/2025 da Liderança do PL - CD.
311. 27/10/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 113/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
312. 27/10/2025: Designado como suplente o Senador Jaime Bagattoli, conforme Ofício nº 113/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
313. 27/10/2025: Designado como titular o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Dagoberto Nogueira, conforme Ofício nº 251/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania - CD.
314. 27/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 507/2025 da Liderança do PL - CD.
315. 27/10/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 70/2025 da Liderança do PDT - CD.
316. 27/10/2025: Designado como titular o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício nº 71/2025 da Liderança do PDT - CD.
317. 27/10/2025: Designado como suplente o Deputado Josenildo, conforme Ofício nº 71/2025 da Liderança do PDT - CD.
318. 27/10/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Josenildo, conforme Ofício nº 109/2025 da Liderança do Podemos - CD.
319. 28/10/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Caveira, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 510/2025 da Liderança do PL - CD.

Secretário: Leandro Bueno | Adjuntos: Marcelo Assaife Lopes e Antonio Silva Neto

Telefone(s): 6133033490

E-mail: cpmi.inss@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
PRESIDENTE

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º SECRETÁRIO

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º SECRETÁRIO

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3º SECRETÁRIO

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p>Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) PRESIDENTE</p> <p>Senador Eduardo Gomes (PL-TO) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Senador Humberto Costa (PT-PE) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) 1ª SECRETÁRIA</p> <p>Senador Confúcio Moura (MDB-RO) 2º SECRETÁRIO</p> <p>Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) 3ª SECRETÁRIA</p> <p>Senador Laércio Oliveira (PP-SE) 4º SECRETÁRIO</p> <p>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)</p> <p>2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)</p> <p>3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)</p> <p>4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)</p>	



CONSELHOS e ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE (CD): Deputado Pastor Eurico (PL-PE)

VICE-PRESIDENTE (SF): Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Designação: 11/07/2023

Instalação: 13/09/2023

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Democracia	
Renan Calheiros - MDB/AL (2)	1. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (3)
Alan Rick - UNIÃO/AC (4)	2. Fernando Dueire - MDB/PE (5,93,94,124)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (6)	3. VAGO (7,141)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (110)	4. Alessandro Vieira - MDB/SE (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Sérgio Petecão - PSD/AC (9)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (12)
Nelsinho Trad - PSD/MS (10)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (13,18)
Humberto Costa - PT/PE (11)	3. Fabiano Contarato - PT/ES (14)
Chico Rodrigues - PSB/RR (19)	4. Irajá - PSD/TO (20)
Bloco Parlamentar Aliança	
Tereza Cristina - PP/MS (15)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (16)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Eduardo Girão - NOVO/CE (17)	1. Marcos Rogério - PL/RO (1,83)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PL	
Giovani Cherini - RS (21)	1. Adilson Barroso - SP (26,71,90)
Pastor Eurico - PE (22)	2. Bibó Nunes - RS (27)
Roberto Monteiro Pai - RJ (23)	3. Domingos Sávio - MG (28)
Rosana Valle - SP (24)	4. Dr. Jaziel - CE (29)
Vermelho - PP/PR (25)	5. Eros Biondini - MG (30)
PCdoB, PT, PV	
Arlindo Chinaglia - PT/SP (31)	1. Vander Loubet - PT/MS (35,78)
Bohn Gass - PT/RS (32,79,82,128)	2. Jandira Feghali - PCdoB/RJ (36)
Paulão - PT/AL (33,135,139)	3. Odair Cunha - PT/MG (37,91,129,136,140)
Renildo Calheiros - PCdoB/PE (34)	4. Zeca Dirceu - PT/PR (38,80,81)
UNIÃO	
David Soares - SP (39,98,104,114,121,126,131,134)	1. Felipe Francischini - PR (42,101,107,117)
Geraldo Mendes - PR (40,99,105,115)	2. Eduardo Velloso - AC (43,89,102,108,118)
Fernanda Pessoa - CE (41,100,106,116,120,125,130,133)	3. Marangoni - SP (77,103,109,119,122,127,132,137)
PP	
Pedro Lupion - PR (44,88)	1. Afonso Hamm - RS (47)
Covatti Filho - RS (45)	2. Ana Paula Leão - MG (48,73)
Dilceu Sperafico - PR (46,112)	3. Bebeto - RJ (49,113)
MDB	
Gutemberg Reis - RJ (50)	1. Hercílio Coelho Diniz - MG (76)
Sergio Souza - PR (51)	2. Alceu Moreira - RS (84)
PSD	
Danrlei de Deus Hinterholz - RS (74,75,95)	1. Luiz Nishimori - PR (53,72,111)
Paulo Litro - PR (52)	2. Ismael - SC (54)
REPUBLICANOS	
Ronaldo Nogueira - RS (55,85)	1. Marcos Pereira - SP (57)
Celso Russomanno - SP (56)	2. Marcel van Hattem - NOVO/RS (58,86,87,96)
PODEMOS	
Renata Abreu - SP (59)	1. Rodrigo Gambale - SP (60,123)
CIDADANIA, PSDB	
Beto Richa - PSDB/PR (61)	1. Adolfo Viana - PSDB/BA (62)
PDT	
Afonso Motta - RS (63)	1. Pompeo de Mattos - RS (64)
PSB	
Heitor Schuch - RS (65)	1. Felipe Carreras - PE (66)
AVANTE	
Greyce Elias - MG (67,92)	1. Fred Costa - PRD/MG (68)
PSOL, REDE	
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (69,97)	1. Weliton Prado - SOLIDARIEDADE/MG (70,138)

Notas:

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



1. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Wellington Fagundes, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 125/2023 do Bloco Vanguarda.
2. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 51/2023-MDB.
3. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 51/2023-MDB.
4. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Alan Rick, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 69/2023 do Bloco Democracia.
5. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Efraim Filho, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 69/2023 do Bloco Democracia.
6. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Carlos Viana conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 65/2023 do Bloco Democracia.
7. 11/07/2023: Designada como titular a Senadora Leila Barros, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 99/2023 do Bloco Democracia.
8. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 75/2023 do Bloco Democracia.
9. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
10. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
11. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Humberto Costa, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
12. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Lucas Barreto, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
13. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Otto Alencar, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
14. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Fabiano Contarato, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
15. 11/07/2023: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 28/2023 do Bloco Aliança.
16. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 28/2023 do Bloco Aliança.
17. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 125/2023 do Bloco Vanguarda.
18. 23/08/2023: Designado o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Otto Alencar, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
19. 23/08/2023: Designado o Senador Chico Rodrigues, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
20. 23/08/2023: Designado o Senador Irajá, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
21. 23/08/2023: Designado o Deputado Giovani Cherini, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
22. 23/08/2023: Designado o Deputado Pastor Eurico, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
23. 23/08/2023: Designado o Deputado Roberto Moteiro Pai, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
24. 23/08/2023: Designada a Deputada Rosana Valle, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
25. 23/08/2023: Designado o Deputado Vermelho, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
26. 23/08/2023: Designado o Deputado Adilson Barroso, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
27. 23/08/2023: Designado o Deputado Bibó Nunes, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
28. 23/08/2023: Designado o Deputado Domingos Sávio, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
29. 23/08/2023: Designado o Deputado Dr. Jaziel, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
30. 23/08/2023: Designado o Deputado Eros Biondini, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
31. 23/08/2023: Designado o Deputado Arlindo Chinaglia, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
32. 23/08/2023: Designado o Deputado Odair Cunha, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
33. 23/08/2023: Designado o Deputado Paulão, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
34. 23/08/2023: Designado o Deputado Renildo Calheiros, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
35. 23/08/2023: Designada a Deputada Camila Jara, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
36. 23/08/2023: Designada a Deputada Jandira Feghali, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
37. 23/08/2023: Designado o Deputado Washington Quaquá, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
38. 23/08/2023: Designado o Deputado Zeca Dirceu, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
39. 23/08/2023: Designado o Deputado Damião Feliciano, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
40. 23/08/2023: Designado o Deputado Padovani, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
41. 23/08/2023: Designada Deputada Yandra Moura, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
42. 23/08/2023: Designado o Deputado David Soares, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
43. 23/08/2023: Designado o Deputado Eduardo Velloso, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
44. 23/08/2023: Designado o Deputado Átila Lira, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
45. 23/08/2023: Designado o Deputado Covatti Filho, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
46. 23/08/2023: Designado o Deputado Marx Beltrão, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
47. 23/08/2023: Designado o Deputado Afonso Hamm, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
48. 23/08/2023: Designado o Deputado Bebeto, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.



49. 23/08/2023: Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
50. 23/08/2023: Designado o Deputado Gutemberg Reis, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
51. 23/08/2023: Designado o Deputado Sergio Souza, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
52. 23/08/2023: Designado o Deputado Paulo Litro, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
53. 23/08/2023: Designado o Deputado Darci Matos, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
54. 23/08/2023: Designado o Deputado Ismael, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
55. 23/08/2023: Designado o Deputado Carlos Gomes, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
56. 23/08/2023: Designado o Deputado Celso Russomanno, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
57. 23/08/2023: Designado o Deputado Marcos Pereira, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
58. 23/08/2023: Designado o Deputado Wilson Santiago, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
59. 23/08/2023: Designada a Deputada Renata Abreu, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
60. 23/08/2023: Designado o Deputado Igor Timo, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
61. 23/08/2023: Designado o Deputado Beto Richa, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
62. 23/08/2023: Designado o Deputado Adolfo Viana, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
63. 23/08/2023: Designado o Deputado Afonso Motta, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
64. 23/08/2023: Designado o Deputado Pompeu de Matos, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
65. 23/08/2023: Designado o Deputado Heitor Schuch, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
66. 23/08/2023: Designado o Deputado Felipe Carreras, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
67. 23/08/2023: Designado o Deputado Luis Tibé, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
68. 23/08/2023: Designado o Deputado Fred Costa, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
69. 23/08/2023: Designado o Deputado Erika Hilton, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
70. 23/08/2023: Designado o Deputado Pastor Henrique Vieira, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
71. 12/03/2024: O Deputado Adilson Barroso deixa de compor a comissão em virtude do retorno do titular do cargo.
72. 06/06/2024: Designado o Deputado Darci de Matos, em virtude de seu afastamento do exercício.
73. 19/03/2025: Designada a Deputada Ana Paula Leão, em substituição ao Deputado Bebeto (Ofício nº 23/2025 da Liderança do PP - CD).
74. 23/08/2023: Designado o Deputado Luciano Azevedo, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
75. 23/10/2023 - Desligado o Deputado Luciano Azevedo, em virtude de seu afastamento do exercício.
76. 29/08/2023: Designado como suplente o Deputado Hercílio Coelho Diniz, conforme Ofício 350 da Liderança do MDB.
77. 30/08/2023: Designado como suplente o Deputado Marangoni, conforme Ofício nº 94 da Liderança do UNIÃO.
78. 05/09/2023: Designado como suplente o Deputado Vander Loubet, em substituição à Deputada Camila Jara, conforme Ofício 468/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
79. 11/09/2023: Designado, como titular, o Deputado Ruy Falcão, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 475 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
80. 11/09/2023: Designado, como suplente, o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício nº 475 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
81. 13/09/2023: Designado, como suplente, o Deputado Zeca Dirceu, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 479 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
82. 13/09/2023: Designado, como titular, o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Ruy Falcão (Ofício nº 479 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
83. 15/09/2023: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, conforme Ofício 144/2023 do Bloco Vanguarda.
84. 28/09/2023: Designado o Deputado Alceu Moreira, como membro suplente. (Ofício 380/2023 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados)
85. 06/03/2024: Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Gomes (Ofício nº 4 de 2024 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS).
86. 06/03/2024: Designado, como membro suplente, o Deputado Raniery Paulino, em substituição ao Deputado Wilson Santiago (Ofício nº 4 de 2024 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS).
87. 09/05/2024: Desligado o Deputado Raniery Paulino, em virtude de seu afastamento do exercício.
88. 08/03/2024: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Átila Lira (Ofício nº 17/2024 da Liderança do PP-CD).
89. 14/03/2024: Designado como suplente o Deputado Rodrigo Valadares, em substituição ao Deputado Eduardo Velloso (Ofício nº 1/2024 da Liderança do União Brasil-CD).
90. 22/03/2024: Designado o Deputado Adilson Barroso, conforme Ofício nº 143/2024 da Liderança do PL-CD.
91. 17/04/2024: Designado o Deputado Bohn Gass, como suplente, em substituição ao Deputado Washington Quaquá. (Ofício 114/2024 da Liderança Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



92. 03/05/2024: Designada a Deputada Greyce Elias, como titular, em substituição ao Deputado Luís Tibé (ofício nº 7/2024 da Liderança do AVANTE na Câmara dos Deputados).
93. 16/07/2024: Designado como suplente o Senador André Amaral, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício nº 774/2024 da Liderança do União Brasil - CD).
94. 04/11/2024: Designado como suplente o Senador Efraim Filho, em substituição ao Senador André Amaral (Ofício nº 26/2024 da Liderança do Bloco Democracia - SF).
95. 18/11/2024: Designado o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, conforme Ofício nº 164/2024 da liderança do PSD - CD.
96. 05/12/2024: Designado como suplente o Deputado Marcel van Hattem, nos termos do Ofício nº 79/2024 da Liderança do Republicanos - CD.
97. 25/03/2025: Designado como titular o Deputado Aureo Ribeiro, em substituição à Deputada Erika Hilton (Ofício nº 38/2025 da Liderança da Federação PSOL-REDE - CD).
98. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado David Soares, em substituição ao Deputado Damião Feliciano, conforme Ofício 11/2025 do União.
99. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Mendes, em substituição ao Deputado Padovani, conforme Ofício 11/2025 do União.
100. 08/04/2025: Designada como titular a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição à Deputada Yandra Moura, conforme Ofício 11/2025 do União.
101. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Felipe Francischini, conforme Ofício 11/2025 do União.
102. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Eduardo Velloso, em substituição ao Deputado Rodrigo Valladares, conforme Ofício 11/2025 do União.
103. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Padovani, em substituição ao Deputado Marangoni, conforme Ofício 11/2025 do União.
104. 09/04/2025: Desligado o Deputado David Soares, conforme Ofício 14 do União.
105. 09/04/2025: Desligado o Deputado Geraldo Mendes, conforme Ofício 14 do União.
106. 09/04/2025: Desligado a Deputada Fernanda Pessoa, conforme Ofício 14 do União.
107. 09/04/2025: Desligado o Deputado Felipe Francischini, conforme Ofício 14/2025 do União.
108. 09/04/2025: Desligado o Deputado Eduardo Velloso, conforme Ofício 14/2025 do União.
109. 09/04/2025: Desligado o Deputado Padovani, conforme Ofício 14/2025 do União.
110. 09/04/2025: Designado como titular o Senador Efraim Filho, conforme Ofício 6/2025 do Bloco Democracia.
111. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Nishimori, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do PSD.
112. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Dilceu Sperafico, em substituição ao Deputado Marx Beltrão, conforme Ofício 51/2025 da Liderança do PP.
113. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Bebeto, conforme Ofício 51 da Liderança do PP.
114. 30/04/2025: Designado como titular o Deputado David Soares, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
115. 30/04/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Mendes, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
116. 30/04/2025: Designada como titular a Deputada Fernanda Pessoa, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
117. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Felipe Francischini, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
118. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Eduardo Velloso, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
119. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Marangoni, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
120. 26/05/2025: Designado como titular o Deputado Damião Feliciano, em substituição à Deputada Fernanda Pessoa, conforme Ofício 27/2025 Liderança do União - CD.
121. 26/05/2025: Designado como titular o Deputado Marangoni em substituição ao Deputado David Soares, conforme o Ofício 27/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
122. 26/05/2025: Designado como suplente o Deputado David Soares, conforme o Ofício 27/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
123. 28/05/2025: Designado como suplente o Deputado Rodrigo Gambale, em substituição ao Deputado Igor Timo (Ofício nº 48/2025 da Liderança do Podemos - CD).
124. 28/05/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Dueire, conforme Ofício nº 29/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
125. 28/05/2025: Designada como titular a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição ao Deputado Damião Feliciano, conforme Ofício 29/2025 da Liderança do União - CD.
126. 28/05/2025: Designado como titular o Deputado David Soares, em substituição ao Deputado Marangoni, conforme o Ofício 29/2025 da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados.
127. 28/05/2025: Designado como suplente o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado David Soares, conforme o Ofício 29/2025 da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados.
128. 05/06/2024: Designado como titular o Deputado Bohn Gass, em substituição ao Deputado Odair Cunha, conforme Ofício 189/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.
129. 05/06/2024: Designado como suplente o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Bohn Gass, conforme Ofício 189/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.
130. 09/06/2025: Designado como titular o Deputado Damião Feliciano, em substituição à Deputada Fernanda Pessoa, conforme Ofício 30/2025 do União Brasil.
131. 09/06/2025: Designado como titular o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado David soares, conforme Ofício 30/2025 do União Brasil.
132. 09/06/2025: Designado como suplente o Deputado David Soares, em substituição ao Deputado Marangoni, conforme Ofício 30/2025 do União Brasil.
133. 11/06/2025: Designada como titular a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição ao Deputado Damião Feliciano, conforme Ofício 32/2025 da Liderança do União - CD.
134. 11/06/2025: Designado como titular o Deputado David Soares, em substituição ao Deputado Marangoni, conforme o Ofício 32/2025 da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados.
135. 11/06/2025: Designado como titular o Deputado Helder Salomão, em substituição ao Deputado Paulão, conforme Ofício 191/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
136. 11/06/2025: Designado como suplente o Deputado Paulão, em substituição ao Deputado Odair Cunha, conforme Ofício 191/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
137. 28/05/2025: Designado como suplente o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado David Soares, conforme o Ofício 32/2025 da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados.
138. 16/07/2025: Designado como suplente o Deputado Weliton Prado, em substituição ao Deputado Pastor Henrique Vieira, conforme Ofício 160/2025 da Federação PSOL-REDE e do Solidariedade - CD.
139. 05/08/2025: Designado como titular o Deputado Paulão, em substituição ao Deputado Helder Salomão (Ofício nº 205/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



140. 05/08/2025: Designado como suplente o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Paulão, conforme Ofício 205/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança - CD.

141. 16/09/2025: A Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, conforme o Ofício nº 21/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.

Telefone(s): 3216-6875
cpcms.decom@camara.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS****MESA DO SENADO FEDERAL****Atualização:** 19/02/2019

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br



Grupo Parlamentar Brasileiro do Parlatino**COMPOSIÇÃO****Número de membros:** titulares**PRESIDENTE:** VAGO**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL**

Fórum Parlamentar Brasil - Argentina

COMPOSIÇÃO**Número de membros:** titulares**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL**

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro**Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001****COMPOSIÇÃO****Número de membros: titulares****CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL****Atualização: 31/01/2015**

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 33035713
npfg@senado.leg.br



Conselho de Comunicação Social**Lei nº 8.389, de 1991,****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.****Eleição Geral: 05/06/2002****Eleição Geral: 22/12/2004****Eleição Geral: 17/07/2012****Eleição Geral: 08/07/2015****Eleição Geral: 03/03/2020**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 09/03/2020

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Telefone(s): 3303-5258
ccscn@senado.leg.br



Conselho do Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br





LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

<p>Líder do Governo</p> <p>Senador Randolfe Rodrigues - PT / AP</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Deputado Bohn Gass - PT / RS</p> <p>Deputado Carlos Zarattini - PT / SP</p> <p>Deputado Daniel Almeida - PCdoB / BA</p> <p>Deputado Dorinaldo Malafaia - PDT / AP</p> <p>Deputado Jonas Donizette - PSB / SP</p> <p>Deputado Lindbergh Farias - PT / RJ</p> <p>Deputado Reginaldo Lopes - PT / MG</p> <p>Deputado Hildo Rocha - MDB / MA</p> <p>Deputado Otto Alencar Filho - PSD / BA</p> <p>Deputada Laura Carneiro - PSD / RJ</p> <p>Deputado Felipe Carreras - PSB / PE</p> <p>Deputado Paulo Pimenta - PT / RS</p> <p>Senadora Leila Barros - PDT / DF</p> <p>Senadora Zenaide Maia - PSD / RN</p> <p>Senador Omar Aziz - PSD / AM</p> <p>Deputada Professora Luciene Cavalcante - PSOL / SP</p> <p>Deputada Daniela do Waguinho - UNIÃO / RJ</p> <p>Deputado José Nelto - UNIÃO / GO</p>	<p>Líder da Oposição</p> <p>Senador Izalci Lucas - PL / DF</p>
<p>Líder da Maioria</p> <p>Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Senadora Daniella Ribeiro - PP / PB</p>	<p>Líder da Minoria</p> <p>Deputado Giacobbo - PL / PR</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ</p> <p>Senador Eduardo Gomes - PL / TO</p> <p>Senadora Tereza Cristina - PP / MS</p> <p>Deputado Delegado Paulo Bilynskyj - PL / SP</p> <p>Senador Magno Malta - PL / ES</p> <p>Senador Eduardo Girão - NOVO / CE</p> <p>Senadora Damares Alves - REPUBLICANOS / DF</p> <p>Deputada Bia Kicis - PL / DF</p> <p>Deputado Luiz Lima - NOVO / RJ</p> <p>Deputado Gilson Marques - NOVO / SC</p> <p>Deputado Marcel van Hattem - NOVO / RS</p> <p>Deputado José Medeiros - PL / MT</p> <p>Deputado Alberto Fraga - PL / DF</p> <p>Deputado Delegado Ramagem - PL / RJ</p> <p>Deputado Ricardo Salles - NOVO / SP</p> <p>Deputado Filipe Barros - PL / PR</p> <p>Deputada Roberta Roma - PL / BA</p> <p>Deputada Sílvia Cristina - PP / RO</p>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

